



rede**social**  
ALBUFEIRA

## **DIAGNÓSTICO SOCIAL**

**(ACTUALIZAÇÃO JUNHO 2013)**

## ÍNDICE GERAL

Índice de Gráficos-----	4
Índice de Quadros -----	10
Índice de Figuras-----	14
Siglas e Abreviaturas -----	15
Constituição dos órgãos da Rede Social de Albufeira -----	17
Mensagem da Presidente do Conselho Local de Ação Social de Albufeira -----	19
Nota Introdutória -----	20
Metodologia -----	21
<b>1 - Caracterização e enquadramento geográfico e demográfico do concelho de Albufeira-----</b>	<b>24</b>
1.1 - Dados Territoriais -----	24
1.2 - Dados Demográficos-----	26
Análise SWOT -----	40
<b>2 – Habitação -----</b>	<b>41</b>
Análise SWOT -----	52
<b>3 - Caracterização Económica -----</b>	<b>53</b>
3.1 - Tecido Económico -----	53
3.2 – Desemprego -----	59
Análise SWOT -----	69
<b>4 - Intervenção Social -----</b>	<b>70</b>
4.1- Respostas Sociais Concelho de Albufeira -----	70
4.2 - Instituições que promovem Apoio Social sem Acordos com o centro Distrital -----	92
4.3 - Proteção Social -----	93
4.4 - Rendimento Social de Inserção – Caracterização diagnóstica do concelho de Albufeira-----	94
4.5 - Atendimento e Acompanhamento Social -----	116
4.6 - Crianças e Jovens em Perigo-----	123
4.7 - Ação Social Municipal -----	130
Análise SWOT -----	152
<b>5 – Saúde-----</b>	<b>153</b>
5.1 - Caracterização do ACES Central - Estrutura orgânica e funcional-----	154
5.2 - População residente e utentes inscritos -----	157
5.3 - Recursos Humanos -----	161
5.4 - Oferta de cuidados de saúde -----	163
5.5 - Indicadores de atividade -----	166
5.6 - Atividade Assistencial -----	166
5.7 - SNIPI -----	168
5.8 - Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil -----	169
5.9 - Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco -----	170
Análise SWOT -----	172

<b>6 – Educação</b> -----	173
6.1 - Estabelecimentos de Ensino do concelho de Albufeira-----	173
6.2 - Agrupamentos de Escolas do concelho de Albufeira-----	180
6.3 - Caracterização e distribuição da população escolar (2011/2012) -----	183
6.4 - Atividades Extracurriculares-----	199
6.5 - Serviço de Ação Social Escolar -----	203
6.6 - Transportes Escolares-----	213
6.7 - Apoio Educativo -----	220
6.8 - Aproveitamento Escolar -----	223
Análise SWOT -----	227
<b>7 - Dinâmicas Associativas, Desportivas e Culturais</b> -----	228
7.1 – Desporto -----	229
7.2 – Cultura-----	244
7.3 – Juventude -----	256
Análise SWOT -----	258
<b>8 – Segurança</b> -----	259
8.1 - Guarda Nacional Republicana-----	260
8.2 - Policia Municipal-----	268
Análise SWOT -----	279
Conclusão -----	280

## Bibliografia

## Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1 – Evolução da população entre 2001 e 2011

Gráfico n.º 2 – População residente no concelho, por género

Gráfico n.º 3 – População residente por freguesia e género

Gráfico n.º 4 – População residente no Concelho por grupo etários

Gráfico n.º 5 – Pirâmide Etária do Concelho de Albufeira

Gráfico n.º 6 - População Ativa por freguesia em 2011

Gráfico n.º 7 – Taxa de Atividade no concelho por Género em 2011

Gráfico n.º 8 – Distribuição da População por Género e Freguesia

Gráfico n.º 9 – Número de pessoas no concelho de Albufeira por setor de atividade

Gráfico n.º 10 – Taxa Bruta de Natalidade

Gráfico n.º 11 - População Estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais Nacionalidades

Gráfico n.º 12 – Taxa Bruta de Mortalidade

Gráfico n.º 13 – Índice de Envelhecimento entre 2001 e 2011

Gráfico n.º 14 – Número de Alojamentos por Freguesia 2001/2011

Gráfico n.º 15 – Número de Edifícios por freguesia em 2001/2011

Gráfico n.º 16 – Fogos produzidos pelo Município ou CDH

Gráfico n.º 17 – Fogos construídos por Cooperativas e Associações de Moradores

Gráfico n.º 18 – Número de fogos de Habitação Social por freguesia

Gráfico n.º 19 – Valor das rendas em 2012

Gráfico n.º 20 – Os setores de atividade, segundo a população ativa por freguesia

Gráfico n.º 21 – Percentagem de Desemprego por Concelho

Gráfico n.º 22 - Taxa de Atividade por concelho

Gráfico n.º 23 - Percentagem de Desemprego no Concelho por freguesias

Gráfico n.º 24 - Desemprego no Concelho por género

Gráfico n.º 25 - Situação face ao emprego

Gráfico n.º 26 - Desemprego por tempo de inscrição no Concelho



Gráfico n.º 27 – Desemprego por níveis de escolaridade

Gráfico n.º 28 – Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia de Albufeira

Gráfico n.º 29 – Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia das Ferreiras

Gráfico n.º 30 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia de Olhos de Água

Gráfico n.º 31 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia da Guia

Gráfico n.º 32 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia da Paderne

Gráfico n.º 33 - Distribuição dos Equipamentos Sociais por Freguesia

Gráfico n.º 34 - Número de respostas na área da Infância e Juventude, por freguesia

Gráfico n.º 35 – Número de respostas na área dos Idosos, por freguesia

Gráfico n.º 36 – Número de respostas na área da Deficiência, por freguesia

Gráfico n.º 37 - Proteção Social

Gráfico n.º 38 – Beneficiários por Freguesia

Gráfico n.º 39 – Género dos Titulares

Gráfico n.º 40 – Género dos Beneficiários

Gráfico n.º 41 – Faixa Etária Titulares

Gráfico n.º 42 – Faixa Etária dos Beneficiários

Gráfico n.º 43 – Tipologia Familiar

Gráfico n.º 44 – Percentagem de beneficiários não ciganos e ciganos

Gráfico n.º 45 - Beneficiários da Medida - Portugueses e Estrangeiros

Gráfico n.º 46 - Beneficiários por Nacionalidade

Gráfico n.º 47 - Grau de Escolaridade dos Beneficiários

Gráfico n.º 48 - Situação Profissional dos Beneficiários

Gráfico n.º 49 - Problemáticas Específicas

Gráfico n.º 50 - Tempo de Acompanhamento

Gráfico n.º 51 - Número de Atendimentos

Gráfico n.º 52 - Visitas Domiciliárias

Gráfico n.º 53 - Grau Execução das Ações de Inserção

- Gráfico nº 54 - Ações de Inserção Contratualizadas
- Gráfico nº 55 - Número de Processo face ao Acompanhamento pela Equipa
- Gráfico nº 56 - Processos acompanhados de Abril de 2010 a Março de 2012
- Gráfico nº 57 – Gráficos Comparativos do RSI entre os anos 2010 a 2012
- Gráfico nº 58 – Primeiras Informações Sociais
- Gráfico nº 59 – Média Mensal das Primeiras Informações Sociais
- Gráfico nº 60 – Número de Atendimentos Efetuados e Registados no serviço Local de Albufeira o ano de 2012
- Gráfico nº 61 - Total de atendimentos efetuados e registados no ano de 2012
- Gráfico nº 62 - Tipologia de Apoios – Apoio Pecuniários atribuídos por rubricas na Ação social – CDF no Concelho de Albufeira 2012
- Gráfico nº 63 – Comunidades Terapêuticas – Toxicodependência
- Gráfico nº 64 - Número de pedidos de Integração/Encaminhamentos
- Gráfico nº 65 - Pedidos de articulação com diferentes Organismos
- Gráfico nº 66 – Beneficiários do Cartão do Idoso, segundo o Género
- Gráfico nº 67 – Beneficiários do Cartão do Idoso, segundo o Género
- Gráfico nº 68 - Atendimentos 2012 GAF por Tipo de Apoio
- Gráfico nº 70 - Número de atendimentos realizados pelo gabinete em 2012
- Gráfico nº 71 – Número de atendimentos no GAI
- Gráfico nº 72 – Tipificação dos Assuntos
- Gráfico nº 73 – População por Género que mais recorreu ao GAI
- Gráfico nº 74 – Atendimentos no GAI por Nacionalidade
- Gráfico nº 75 – Número de Bolsas atribuídas
- Gráfico nº 76 - Distribuição das Candidaturas por Escalões
- Gráfico nº 77- Comparação entre os alunos que têm todos os apoios e aqueles que só têm apoio para a refeição
- Gráfico nº 78 - Comparação entre as candidaturas apresentadas em 2010/2011 e 2011/2012
- Gráfico nº 79 - Evolução do nº de candidaturas desde o ano letivo 2007/2008
- Gráfico nº 80 – Utentes inscritos SINUS 2011/População residente INE 2011
- Gráfico nº 81 – Distribuição do Pessoal Docente, nos vários agrupamentos escolares

Gráfico n.º 82– Distribuição do Pessoal Não Docente, nos vários agrupamentos escolares

Gráfico n.º 83 – Número de alunos por estabelecimento do pré-escolar

Gráfico n.º 84 – Número de alunos por estabelecimento do pré-escolar, segundo a idade

Gráfico n.º 85 – Número de alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 86 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 87 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 88 - Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 89 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino secundário

Gráfico n.º 90 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do ensino secundário

Gráfico n.º 91 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar

Gráfico n.º 92 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar segundo a idade

Gráfico n.º 93 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 94 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 95 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 96 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar

Gráfico n.º 97 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar segundo a idade

Gráfico n.º 98 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 99 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 100 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 101 – Distribuição dos alunos segundo a idade

Gráfico n.º 102 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 103 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 104 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino dos vários graus de ensino

Gráfico n.º 105 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino dos vários graus de ensino, por sexo

Gráfico n.º 106 – Número de alunos que frequentam as AEC

Gráfico n.º 107 – Escalões atribuídos a alunos do ensino pré-escolar

Gráfico n.º 108 – Escalões atribuídos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico

Gráfico n.º 109 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 110 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 111 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 112 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 113 – Escalões atribuídos no ensino básico

Gráfico n.º 114 – Escalões atribuídos no ensino secundário

Gráfico n.º 115 – Escalões atribuídos segundo o grau do Ensino Básico

Gráfico n.º 116 – Número de crianças que usufruem de transportes escolares, segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 117 – Número de cartões atribuídos do GIRO, segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 118 – Número de cartões atribuídos EVA e Frota Azul, segundo o grau de ensino

Gráfico n.º 119 – Número de alunos com necessidades educativas especiais, por agrupamento de escola

Gráfico n.º 120 – Número de atendimentos realizados no GPNSE

Gráfico n.º 121 – Taxa de Transição de ano no concelho de Albufeira

Gráfico n.º 122 – Taxa de retenção no concelho de Albufeira

Gráfico n.º 123 – Taxa de abandono no concelho de Albufeira

- Gráfico n.º 124 – Taxa de sucesso no ensino básico
- Gráfico n.º 125 – Sucesso no ensino secundário
- Gráfico n.º 126 – Taxa de sucesso no ensino secundário
- Gráfico n.º 127 – Número de Associações por tipologia
- Gráfico n.º 128 – Associações Desportivas do Concelho de Albufeira
- Gráfico n.º 129 - Atletas federados no Concelho de Albufeira em 2012
- Gráfico n.º 130 – Número de modalidade por Associações desportivas
- Gráfico n.º 131 - Número de Visitantes/utentes/utilizadores
- Gráfico n.º 132 – Tipologia dos crimes praticados em 2012
- Gráfico n.º 133 - Número de crimes por áreas de atuação no ano 2005 e 2012
- Gráfico n.º 134 - Violência Doméstica no concelho de Albufeira, em 2012, por Género
- Gráfico n.º 135 - Distribuição total de reclamações por matéria
- Gráfico n.º 136 - Percentagem total de reclamações por matéria
- Gráfico n.º 137 – Distribuição do Total de Solicitações por Matéria
- Gráfico n.º 138 – Percentagem Total de Solicitações por Matéria

## Índice de Quadros

- Quadro n.º 1 - Evolução da População Residente no Algarve
- Quadro n.º 2 - Comparação da população residente no concelho de Albufeira entre os anos de 2001 e 2011, por freguesia
- Quadro n.º 3 - Comparativo da População Residente no concelho em 2001 e 2011, por Grupos Etários
- Quadro n.º 4 - População Residente por estado civil em 2011
- Quadro n.º 5 - População Ativa por freguesia em 2011
- Quadro n.º 6 - Distribuição da Taxa da População Ativa por género e freguesia 2011
- Quadro n.º 7 - Setor de Atividade por freguesia
- Quadro n.º 8 - Densidade de Alojamentos no concelho de Albufeira, em 2001 e 2011
- Quadro n.º 9 - Densidade de Edifícios no concelho de Albufeira, em 2001 e 2011
- Quadro n.º 10 - População e Território na freguesia de Albufeira
- Quadro n.º 11 - População e Território na freguesia da Guia
- Quadro n.º 12 - População e Território na freguesia da Paderne
- Quadro n.º 13 - População e Território na freguesia de Ferreiras
- Quadro n.º 14 - População e Território na freguesia de Olhos de Água
- Quadro n.º 15 - Habitação Municipal Social arrendada e alienada
- Quadro n.º 16 - Número de fogos segundo a tipologia e ano de construção
- Quadro n.º 17 - Tecido empresarial por setores de atividade
- Quadro n.º 18 - Número de Sociedades constituídas entre 2009 a 2011, no Concelho de Albufeira
- Quadro n.º 19 - Classificação da atividade económica sediada na Região
- Quadro n.º 20 - Sociedades com sede na Região
- Quadro n.º 21 - Sociedades com trabalhadores por conta de outrem
- Quadro n.º 22 - Respostas sociais da AHSA, por utente
- Quadro n.º 23 - Respostas sociais da APEXA, por utente
- Quadro n.º 24 - Respostas sociais do Centro Paroquial de Paderne, por utente
- Quadro n.º 25 - Resposta social da CASA, por utente
- Quadro n.º 26 - Respostas sociais da FASL, por utente

- Quadro n.º 27 - Respostas sociais da Santa Casa de Misericórdia, por utente
- Quadro n.º 28 - Taxas de Cobertura na área de Infância e Juventude/Creche e Creche Familiar em 2012
- Quadro n.º 29 - Taxas de Cobertura na área de Infância e Juventude /Estabelecimento de Educação Pré-Escolar em 2012
- Quadro n.º 30 - Taxas de Cobertura na área de Intervenção Idosos/ Lar para Idosos
- Quadro n.º 31 - Taxas de Cobertura na área de Idosos/Centro de Dia em 2012
- Quadro n.º 32 - Taxas de Cobertura na área de Idosos/Serviço de Apoio Domiciliário em 2012
- Quadro n.º 33 - Entidades Sinalizadoras
- Quadro n.º 34 - Distribuição dos processos por área de residência
- Quadro n.º 35 - Problemáticas de risco sinalizadas
- Quadro n.º 36 - Nº de crianças / Jovens abrangidos por classe etária e género
- Quadro n.º 37- Número de Crianças/Jovens por níveis de escolaridade
- Quadro n.º 38 - Tipologias familiares
- Quadro n.º 39 - Situação profissional dos responsáveis do agregado familiar
- Quadro n.º 40 - Situação habitacional do agregado familiar
- Quadro n.º 41 - Candidaturas por ano de Escolaridade
- Quadro n.º 42 - Total de Candidaturas por ano de escolaridade e Agrupamento
- Quadro n.º 43 - Distribuição das Candidaturas apresentadas por Escalão de ASE
- Quadro n.º 44 - Candidaturas nos Jardins de Infância
- Quadro n.º 45 - Distribuição das Candidaturas nas EB1 segundo o Escalão de ASE
- Quadro n.º 46 - Nº de crianças apoiadas com livros e material escolar
- Quadro n.º 47 - Quadro comparativo entre os valores dos Escalões de ASE do ME e do Município de Albufeira
- Quadro n.º 48 - Verbas totais e Verbas asseguradas pelo Município para ASE
- Quadro n.º 49 - Verbas totais envolvidas nos AE
- Quadro n.º 50 - Número de apoios atribuídos a estratos sociais desfavorecidos
- Quadro n.º 51 - Distribuição das Unidades Funcionais por Centro de Saúde
- Quadro n.º 52 - Locais de prestação de cuidados de saúde (31/12/2012)



Quadro n.º 53 - Evolução dos utentes inscritos no ACES Central (SIARS, 2010/2012)

Quadro n.º 54 - Utentes inscritos no ACES Central, com e sem médico de família (SIARS, 31/12/2012)

Quadro n.º 55 - Utentes inscritos no ACES Central, por Unidade Funcional (SIARS, 2012)

Quadro n.º 56 - Recursos Humanos previstos e efetivos no ACES Central (01-04-2013)

Quadro n.º 57 - Principais indicadores de atividade assistencial do ACES Central (2010/2012)

Quadro n.º 58 - Principais indicadores de atividade assistencial UCSP Albufeira (2010/2012)

Quadro n.º 59 - Principais indicadores de atividade assistencial USF Albufeira (2010/2012)

Quadro n.º 60 - Processos referenciados SNIPI (31/12/2012)

Quadro n.º 61 - Entidade referenciadora (31/12/2012)

Quadro n.º 62 - Processos referenciados GASMI (31/12/2012)

Quadro n.º 63 - Entidade referenciadora (31/12/2012)

Quadro n.º 64 - Processos sinalizados (2012)

Quadro n.º 65 - Entidade referenciadora

Quadro n.º 66 - Creches existentes no concelho de Albufeira

Quadro n.º 67 - Jardins de Infância existentes no concelho de Albufeira

Quadro n.º 68 - Escolas do 1.º ciclo existentes no concelho de Albufeira

Quadro n.º 69 - Escolas do 2.º e 3.º ciclo existentes no concelho de Albufeira

Quadro n.º 70 - Escolas do ensino secundário existentes no concelho de Albufeira

Quadro n.º 71 - Agrupamentos de Escolas do concelho de Albufeira

Quadro n.º 72 - Espaços de Atividades de Tempos Livres

Quadro n.º 73 - Inscrições do Ano Letivo 2011/2012

Quadro n.º 74 - Média de presenças mensais e anuais das Ludotecas no ano letivo 2011/2012

Quadro n.º 75 - Número de refeições servidas durante o ano letivo 2011/2012

Quadro n.º 76 - Porções de fruta servidas durante o ano letivo 2011/2012



Quadro n.º 77 - Número de casos, segundo a área de intervenção

Quadro n.º 78 - Associações desportivas com contratos programa

Quadro n.º 79 - Modalidades desportivas praticadas no concelho de Albufeira em 2012 por coletividade

Quadro n.º 80 - Número de Participantes na Férias e Movimentos GAJ 2011/2012

Quadro n.º 81- Recursos humanos

Quadro n.º 82 - Recursos humanos no SPM

Quadro n.º 83 - Atividade desenvolvida pelo Serviço de Polícia Municipal em 2012

Quadro n.º 84 - Total de fiscalizações realizadas

Quadro n.º 85 - Fiscalizações de ocupação da Via Pública

Quadro n.º 86 - Distribuição do total de apreensões por áreas de fiscalização

Quadro n.º 87 - Número de Veículos removidos da Via Pública

## **Índice de Figuras**

Figura n.º1 – Mapa do Distrito de Faro

Figura n.º2 – Mapa das Freguesias do Concelho de Albufeira

Figura n.º 3 - Mapa do ACES Central

Figura n.º 4 – Valores que norteiam a intervenção dos profissionais

Figura n.º 5 - Organigrama funcional do ACES Central (31/12/2011)

Figura n.º 6 - Atribuições do ACES Central

## Siglas e Abreviaturas

- ACES - Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I – Central
- AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular
- AHSA – Associação Humanitária Solidariedade Albufeira
- APEXA – Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve
- ASE – Ação Social escolar
- ATL's – Atividades de Tempos Livres
- CDH - Contrato Desenvolvimento para a Habitação
- CDSS – Centro Distrital da Segurança Social - Faro
- CEF - Cursos de Educação e Formação
- CHBA – Centro Hospital do Barlavento Algarvio
- CLAI - Centro Local de Apoio ao Imigrante
- CLASALB – Conselho Local de Ação Social de Albufeira
- C.L.A.S. – Conselho Local de Ação Social
- CNO – Centro de Novas Oportunidades
- EFA – Educação e Formação de Adultos
- ELI's - Equipas Locais de Intervenção
- FASL - Fundação António Silva Leal
- GAF - Gabinete da Família de Albufeira
- GAJ - Gabinete de Apoio à Juventude
- GASMI - Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- GPNSE - Gabinete de Psicopedagogia, Nutrição e Saúde Escolar
- HIV – Human Immunodeficiency Virus (Vírus de Imunodeficiência Adquirida)
- IDT – Instituto de Droga e da Dependência
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IPSS – Instituto Particular de Solidariedade Social
- ISS-CDF.UDSF – Serviço Local de Albufeira 2012
- LBSE - Lei de Bases do sistema educativo
- NACJR - Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco
- NLI – Núcleo Local Inserção
- OMS - Organização Mundial de Saúde
- PME`s - Pequenas e Médias Empresas

RAESD - Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

RASA - Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento

RFE - Regime de Fruta Escolar

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço Apoio Domiciliario

SADI - Serviço Apoio Domiciliario Integrado

SASE – Serviço de Ação Social Escolar

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

SPM - Polícia Municipal de Albufeira

UCSP – Unidade Cuidados de Saúde Primários

## Constituição dos órgãos da Rede Social de Albufeira

### Conselho Local de Ação Social

Agrupamento dos Centros de Saúde do Algarve I - Central  
ASCRATIA Associação Sócio-Cultural e Recreativa dos Amigos da Terceira Idade de Albufeira  
Associação Bombeiros Voluntários de Albufeira  
Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve  
Associação Humanitária Solidariedade Albufeira  
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima  
AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve  
APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Albufeira  
Associação de Moradores de Albufeira  
Banco do tempo de Albufeira  
Casa do Povo de Paderne  
CASA - Centro de Apoio ao Sem-abrigo  
Centro Distrital de Segurança Social de Faro  
Centro Paroquial de Paderne  
Comissão Proteção de Crianças e Jovens Albufeira  
Conferência São José de Ferreiras  
Corpo Nacional Escutas - agrupamento 1009 Paderne  
Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Ferreiras  
Direção Regional de Educação do Algarve  
Fundação António Silva Leal  
GATO - Grupo de Ajuda à Toxicodependentes - Faro  
Guarda Nacional Republicana de Albufeira  
Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Loulé  
Junta de Freguesia da Guia  
Junta de Freguesia de Albufeira  
Junta de Freguesia de Ferreiras  
Junta de Freguesia de Olhos de Água  
Junta de Freguesia de Paderne

Movimento de Apoio à Problemática da Sida

Município de Albufeira

NUCLEGARVE - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve

Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

Segurança Social de Albufeira - Ação Social

Sociedade de S. Vicente Paulo Albufeira

UGT - Delegação Regional do Algarve

UNIR - Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve

### **Núcleo Executivo**

Agrupamento dos Centros de Saúde do Algarve I - Central

Associação Humanitária Solidariedade Albufeira

Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve

Direção Regional de Educação do Algarve

Fundação António Silva Leal

Município de Albufeira

Instituto de Solidariedade e Segurança Social serviço local de Albufeira

Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Loulé

Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

### **Mensagem da Presidente do Conselho Local de Ação Social de Albufeira**

O Diagnóstico Social é um documento no qual se traça uma radiografia socioeconómica e demográfica do Concelho, se identificam as necessidades, os problemas prioritários, os recursos e as potencialidades do mesmo.

Este documento que está em constante atualização e no qual são apontadas e Fundamentadas as prioridades de atuação no Concelho, é o resultado de um processo participado de troca de ideias, experiências, dúvidas e conhecimentos, constituindo um instrumento para a ação, que deverá ser apropriado pelos parceiros sociais cujo resultado conduz ao planeamento estratégico no qual assenta o Plano de Desenvolvimento Social.

Pretende-se intervir localmente de forma sustentada, o que exige a participação da sociedade como um todo, condição essencial para que haja desenvolvimento social e, conseqüentemente, se previnam e erradiquem os fatores de pobreza e exclusão social.

Este objetivo exige formas de planeamento e intervenção participadas que dependem do esforço e empenho que cada um de nós coloca no trabalho em parceria.

**Marlene Silva**

## Nota Introdutória

O presente documento define-se como um instrumento de trabalho de base objetiva que reúne uma diversidade de informação, de forma a possibilitar um retrato fidedigno da realidade concelhia.

Constitui-se como um ponto de partida para a reflexão dos parceiros locais, na construção de um Plano de Desenvolvimento Social ajustado às potencialidades e fragilidades locais.

A rede social surge em Portugal com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social, apoiando-se nas tradições nacionais da entre ajuda familiar e solidariedade social, para a promoção do desenvolvimento social.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 “ a rede social é um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nele queiram participar”.

O objetivo primordial da Rede Social é a erradicação da pobreza e da exclusão social pressupondo que a articulação entre os diversos organismos públicos e entidades privadas que actuam no domínio social, na área do concelho, se traduzirá numa actuação concertada na prevenção e solução de problemas sociais e, conseqüentemente, na adopção de prioridades.

Esta Atualização do Diagnóstico de 2005 foi elaborada pelos técnicos representantes das entidades que constituem o núcleo executivo do CLASALB, a saber: Município de Albufeira (Nuno Alexandre Silveira Lima; Ana Rita Rodrigues) Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Albufeira (Sandra Elisa Graça), Fundação António Silva Leal (Cláudia Ramalho), Agrupamento dos Centros de Saúde do Algarve I – Central (Silvia Correia), Associação Humanitária Solidariedade Albufeira (Ana Raquel Chaveiro), Santa Casa da Misericórdia de Albufeira (Isabel Barrocas; Letícia Quintal) e a Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve (Juliana Santiago).



Em termos de apresentação o trabalho foi dividido por áreas temáticas por ter sido considerado que em cada área existem realidades e preocupações diferentes.

A informação recolhida resulta da colaboração das diferentes entidades parceiras deste C.L.A.S., sem a qual não seria possível concretizar este diagnóstico, pelo que apresentamos os nossos agradecimentos.

## Metodologia

O presente documento reveste-se de grande importância ao nível da elaboração de uma base de informação que reflita a identificação das necessidades e dos recursos, que definam as linhas orientadoras do desenvolvimento social local, gerando a oportunidade de implementação de uma dinâmica de participação dos diferentes Parceiros e de reflexão conjunta que esteja subjacente ao Plano de Desenvolvimento Social.

Define-se Diagnóstico Social como a capacidade de produzir um instrumento unificador de informação, que permita uma visão articulada e multidisciplinar de uma determinada área territorial ou temática específica.

Existe de facto um manancial de informação recolhida ou produzida pelas diferentes Entidades Locais, todavia, não existe um fio condutor que permita definir as potencialidades e constrangimentos circunscritos, neste caso, ao concelho de Albufeira. Todo o processo que envolve a construção do diagnóstico social do nosso concelho assenta na metodologia de investigação ação, de forma a permitir a identificação e interpretação das origens/causas das problemáticas tendo em vista a definição de estratégias de intervenção adequadas.

Iniciámos este processo, que se quer aberto, pela recolha de informação documental existente nos diferentes serviços. Obtivemos tabelas, estudos sectoriais e pequenos históricos de algumas freguesias.

### **Métodos e técnicas utilizados:**

Com vista à recolha e tratamento da informação obtida através dos diversos serviços e instituições, o grupo de trabalho recorreu a uma diversidade de métodos e técnicas, nomeadamente:

- ✚ Reunião semanais do Núcleo Executivo, de acordo com as metas a atingir;
- ✚ Reanálise documental e estatística da informação obtida;
- ✚ Reanálise swot das várias áreas já existentes no Diagnóstico de 2005.

### **Dificuldades Sentidas:**

#### Intrínsecas

✚ Disponibilidade de tempo dos intervenientes face aos objectivos a atingir em muito curto prazo.

#### Extrínsecas

✚ Dificuldade na recolha de informação que por vezes chegou tardiamente aos elementos que compõem o Núcleo Executivo, afectando sobretudo o cumprimento dos prazos estipulados;

A atualização do Diagnóstico do Concelho de Albufeira está dividida em 8 áreas, a saber:

- 1 - Caracterização e enquadramento geográfico e demográfico do concelho de Albufeira;
- 2 – Habitação;
- 3 - Caraterização Económica;
- 4 – Intervenção Social;
- 5- Saúde;
- 6- Educação;
- 7- Dinâmicas Associativas, Desportivas e Culturais;
- 8 – Segurança.

## 1 – Caracterização e enquadramento geográfico e demográfico do concelho de Albufeira

### 1.1 Dados Territoriais

A descrição física do concelho, ainda que sucinta, reveste-se de toda a importância nesta fase, permitindo a sua divulgação e ao mesmo tempo facilitando a perceção das problemáticas que se evidenciarão ao longo deste documento, algumas vezes, originadas pela sua distribuição física e humana.

O Concelho de Albufeira encontra-se inserido no Distrito de Faro, fazendo parte dos dezasseis municípios que o constituem. A sede do Concelho é a cidade de Albufeira, a qual dista cerca de 39 km da capital do distrito (Faro), a cerca de 250 Km da capital portuguesa, Lisboa e fica aproximadamente a 70 Km da fronteira com a Espanha (Ayamonte).



Figura n.º1 – Mapa do Distrito de Faro

O Concelho faz ainda fronteira a Oeste com o Concelho de Silves, a Norte e Este com o Município de Loulé e a Sul com o Oceano Atlântico. É constituído por cinco freguesias (Albufeira, Ferreiras, Guia, Paderne e Olhos de Água), ocupando uma área de 140,70 km<sup>2</sup>, cerca de 2,82% da área da região algarvia.



Figura n.º2 – Mapa das Freguesias do Concelho de Albufeira

Relativamente a este município verifica-se uma distribuição da população pelo seu território bastante desigual, sendo evidente o contraste entre as freguesias do litoral, densamente ocupadas e com grande expressão urbana e as áreas interiores do Concelho, de cariz rural e com povoamento mais disperso, sobretudo na freguesia de Paderne. Nessa freguesia, denota-se ainda o seu cariz marcadamente rural, estando a maior parte da população a residir junto à sede do Concelho, enquanto a restante está dispersa pelo restante território da freguesia.

Com o passar dos tempos, este Concelho que se dedicava à agricultura e à pesca, foi perdendo esse cariz, virando-se para a indústria turística. A freguesia de Albufeira destaca-se neste aspeto pois graças aos seus 30 kms de costa divididos por 23 praias e com as acessibilidades existentes, sobretudo a Autoestrada A2 que faz a ligação à capital do país, bem como, a Via do Infante que liga à fronteira (Espanha), originou, nestes últimos anos, um processo de “densificação” urbana com o aumento significativo do turismo nacional e estrangeiro. De destacar que em Albufeira, principalmente na época de Verão, a população aumenta dez vezes ao número da população residente, conduzindo inevitavelmente a uma problemática de sazonalidade. No entanto, o turismo fora da época de Verão tem vindo também a crescer, concentrando nestas alturas população das mais variadas nações ou culturas.

## 1.2. Dados Demográficos

Os dados demográficos permitem realizar uma primeira caracterização do Concelho.

Neste capítulo, será realizada uma análise da população residente (em função do sexo, escalão etário, estado civil, nacionalidade, distribuição por freguesias), bem como dos indicadores estatísticos fundamentais (Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade, População Ativa e Índice de Envelhecimento).

### População Residente no concelho de Albufeira 2011

POPULAÇÃO TOTAL: **40828**

POPULAÇÃO FEMININA: **20799**

POPULAÇÃO MASCULINA: **20029**

POPULAÇÃO JOVEM (< 15 Anos): **6500**

POPULAÇÃO IDOSA (65 e +Anos): **5507**

Com uma população residente de 40.828 indivíduos <sup>1</sup>, Albufeira é um dos dezasseis Concelhos que constituem a Região Algarvia. Passou da sexta posição em 2001, para a quinta posição em 2011 com maior número de população residente. A região apresenta fortes índices de crescimento demográfico sobretudo nos Concelhos de Portimão, Loulé, Lagoa, Albufeira, São Brás e Olhão. Embora se verifique algum decréscimo nalguns concelhos (Alcoutim, Castro Marim e Vila do Bispo), o saldo global é de crescimento, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

<sup>1</sup> - 2011, Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 - Resultados Definitivos do Algarve.

**Quadro n.º 1 - Evolução da População Residente no Algarve**

Concelho	População Residente (n.º)		
	Censos 1991	Censos 2001	Censos 2011
Algarve	341404	395218	451006
Albufeira	20949	31543	40828
Alcoutim	4571	3770	2917
Aljezur	5006	5288	5884
Castro Marim	6803	6593	6747
Faro	50761	58051	64560
Lagoa	16780	20651	22975
Lagos	21526	25398	31049
Loulé	46585	59160	70622
Monchique	7309	6974	6045
Olhão	36812	40808	45396
Portimão	38833	44818	55614
S. Brás de Alportel	7526	10032	10662
Silves	32924	33830	37126
Tavira	24857	24997	26167
Vila Do Bispo	5762	5349	5258
Vila Real de Santo António	14400	17956	19156

Fonte: INE, Censos 2011

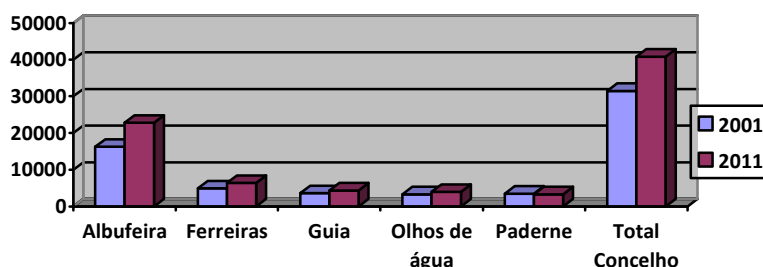
Relativamente ao concelho de Albufeira, comparativamente com o ano de 2001, houve em 2011 um aumento significativo da população residente, representando essa variação cerca de 22.7%, passando de 31.543 habitantes em 2001 para 40.828 em 2011, perfazendo assim um aumento de 9.285 indivíduos. Este aumento observa-se em todas as freguesias, à exceção de Paderne que diminuiu em dez anos cerca de 200 habitantes.

**Quadro n.º 2 - Comparação da população residente no concelho de Albufeira entre os anos de 2001 e 2011, por freguesia**

Freguesia	População 2001	População 2011
<b>Albufeira</b>	<b>16237</b>	<b>22781</b>
<b>Ferreiras</b>	<b>4951</b>	<b>6406</b>
<b>Guia</b>	<b>3630</b>	<b>4376</b>
<b>Olhos de água</b>	<b>3321</b>	<b>3961</b>
<b>Paderne</b>	<b>3504</b>	<b>3304</b>
<b>Total Concelho</b>	<b>31542</b>	<b>40828</b>

Fonte: INE, Censos 2011

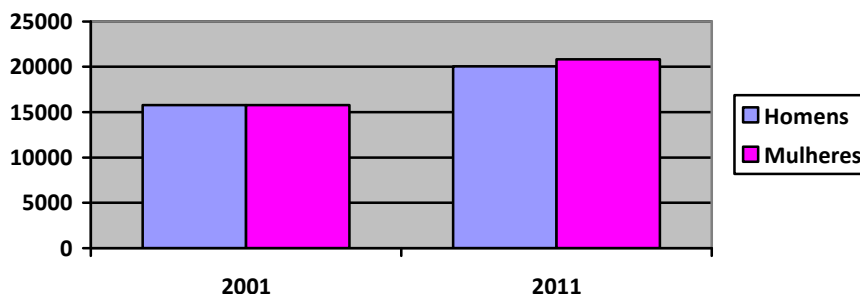
**Gráfico n.º 1 – Evolução da população entre 2001 e 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

A evolução comparativa da população residente no concelho de Albufeira entre 2001 e 2011, conforme o gráfico, permite identificar o padrão exponencial de crescimento demográfico no concelho com as consequências estruturais dessa realidade demográfica.

**Gráfico n.º 2 – População residente no concelho, por género**

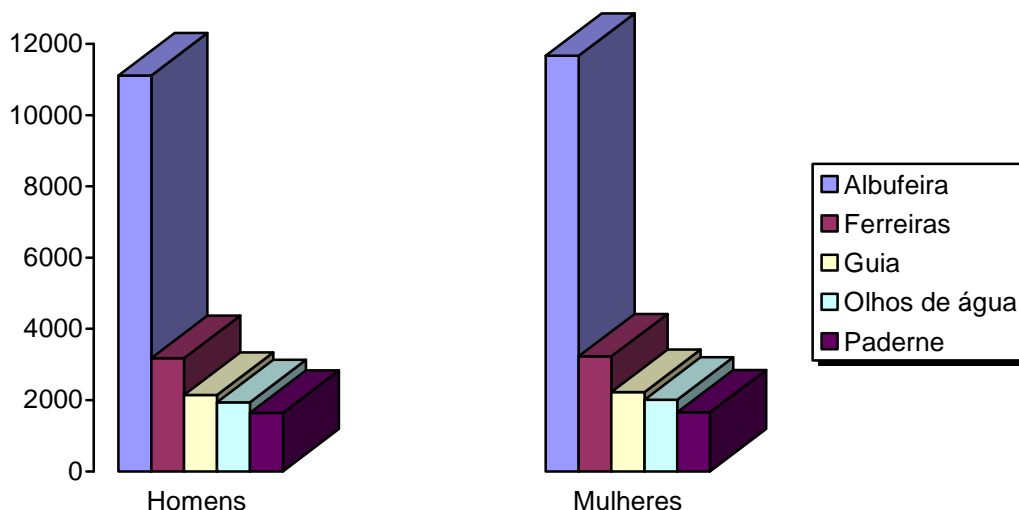


Fonte: INE, Censos 2011

A população Feminina residente no Concelho de Albufeira é ligeiramente superior à Masculina em 3.8%, registando-se em 2011 a residir no concelho, 20.799 indivíduos do sexo feminino e 20.029 do sexo masculino, percentagem superior a 2001 em que o número diferencial era de apenas 0.1%.



**Gráfico n.º 3 – População residente por freguesia e género**



Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente às freguesias, a população residente em 2011 com maior número de homens está em Albufeira com 11.113, seguida de Ferreiras com 3.178, Guia com 2.148, Olhos de água com 1.944 e Paderne com 1.645.

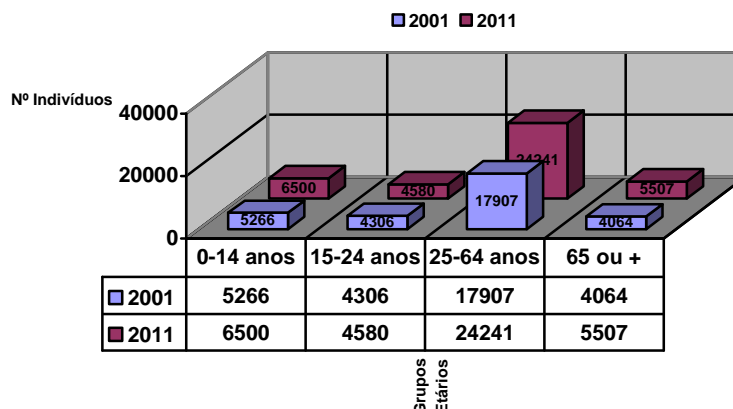
Situação idêntica aos habitantes do sexo feminino em que Albufeira regista em 2011, o maior número com 11.668, Ferreiras com 3.228, Guia com 2.228, Olhos de água com 2.017 e Paderne com 1.659 mulheres.

**Quadro n.º 3 - Comparativo da População Residente no concelho em 2001 e 2011, por Grupos Etários**

POPULAÇÃO RESIDENTE							
2001				2011			
GRUPOS ETÁRIOS				GRUPOS ETÁRIOS			
0 – 14	15 – 24	25 – 64	65 OU MAIS	0 – 14	15 – 24	25 – 64	65 OU MAIS
5266	4306	17907	4064	6500	4580	24241	5507
<b>TOTAL - 31543</b>				<b>TOTAL - 40828</b>			

Fonte: INE, Censos 2011

**Gráfico n.º 4 – População residente no Concelho por grupo etários**



Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com a tabela e gráfico apresentado, verifica-se que o grande aumento da população do ano 2001 para 2011, recai praticamente em todos os grupos etários. O grupo etário onde se verificou um crescimento inferior foi o dos 15-24 anos com apenas 274 indivíduos em 10 anos (destes na população com 20-24 anos existiu uma diminuição da população em cerca de 77 indivíduos em relação a 2001), no grupo etário dos 25-64 anos foi onde existiu uma maior subida com 6334 indivíduos (contudo, no grupo de pessoas com 35 a 39 anos é onde existe o maior número de habitantes, passando de 2816 habitantes em 2001 para 3643 em 2011); quanto à população com 65 ou mais anos registou-se um aumento de 1443 indivíduos (sendo que os idosos com mais de 90 anos registaram um aumento de 108 pessoas, 97.2% em relação a 2001 em que eram conhecidos 111 habitantes registando-se nos últimos censos de 2011, duzentos e dezanove).

**Quadro n.º 4 - População Residente por estado civil em 2011**

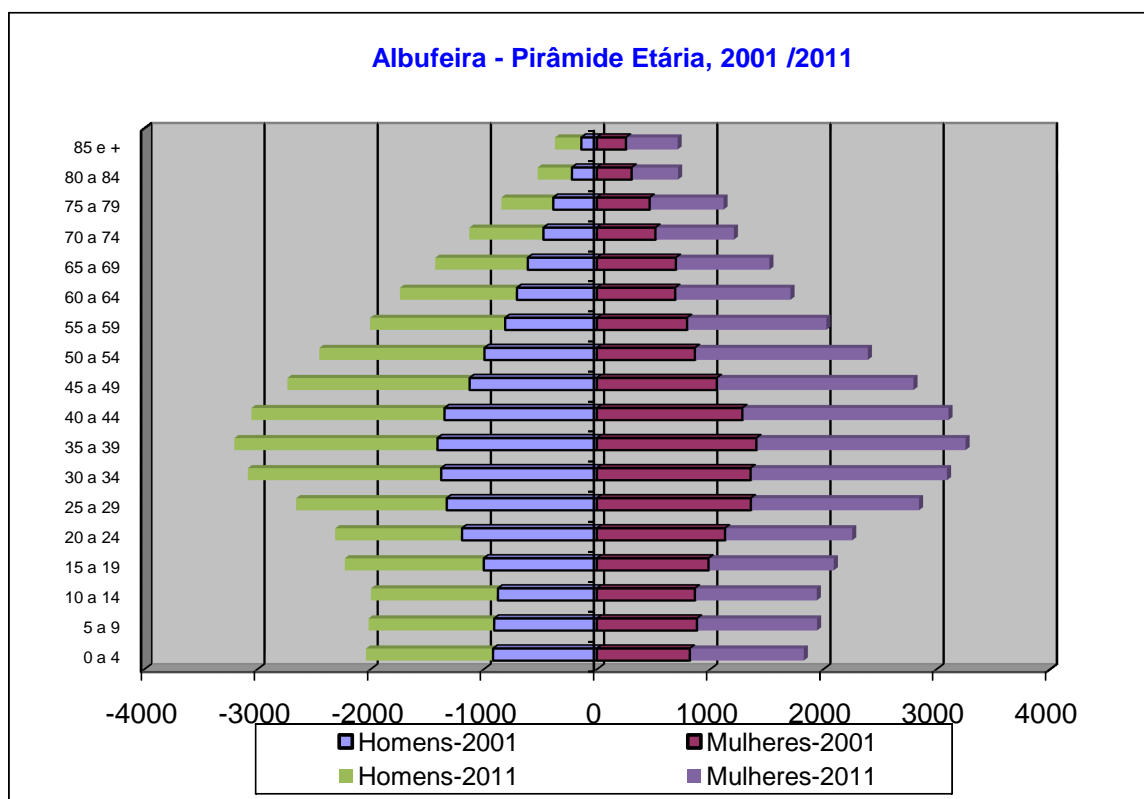
	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Total	União de facto
<b>Concelho</b>	19297	16119	3191	2221	40828	5371
<b>Albufeira</b>	11328	8360	1976	2063	22781	3107
<b>Guia</b>	1967	1836	284	11	4376	554
<b>Paderne</b>	1309	1468	206	321	3304	370
<b>Ferreiras</b>	2892	2782	422	310	6406	806
<b>Olhos de água</b>	1801	1673	303	184	3961	534

Fonte: INE, Censos 2011

Da leitura do quadro importa referir que, no concelho de Albufeira, as pessoas solteiras apresentam o maior taxa em todas as freguesias com exceção de Paderne onde o grupo de casados é mais elevado do que os restantes. A freguesia de Albufeira apresenta uma elevada taxa de pessoas solteiras (49.72%) uma vez que é também a que tem mais habitantes de todo o concelho. No concelho, o grupo de casados vem logo a seguir aos solteiros com 39,5% seguido dos indivíduos que vivem em união de facto 13,10%, dos divorciados com 7,8% e dos viúvos com 5,40%.

Importa também referir que as freguesias de Albufeira e de Paderne têm uma maior percentagem de viúvos do que divorciados alterando assim a tendência concelhia.

Gráfico n.º 5 – Pirâmide Etária do Concelho de Albufeira



Fonte: INE, Censos 2011

A comparação entre as estruturas etárias de 2001 e 2011, revela um rejuvenescimento da população que tem vindo a acentuar-se no centro da pirâmide, com o crescimento da população entre os 35-39 anos com um aumento de 827 habitantes. Esta tendência de crescimento manteve-se em todos os grupos etários com exceção dos indivíduos com idades compreendidas entre os 20-24 anos que, na última década, diminuíram em 77 pessoas, mas também se registou um aumento da população com mais de 90 anos em cerca de 97,2%.

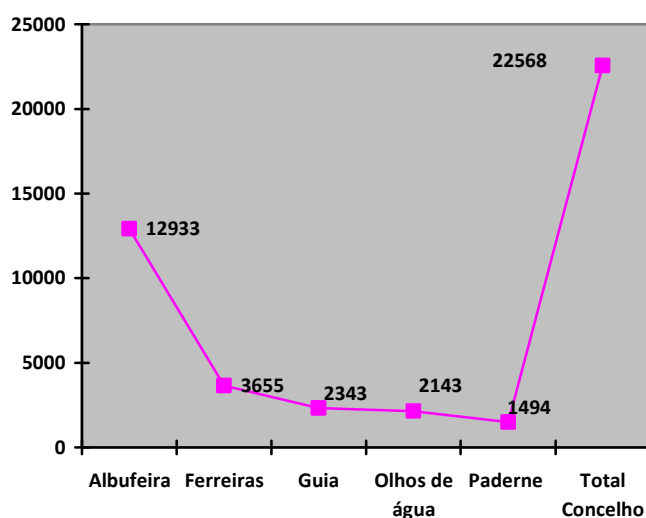
**Quadro n.º 5 - População Ativa por freguesia em 2011**

População ativa em 2011 por freguesia		Taxa de atividade
Albufeira	12933	56,77%
Ferreiras	3655	57,06%
Guia	2343	53,54%
Olhos de Água	2143	54,10%
Paderne	1494	45,22%
Total Concelho	22568	55,28%

Fonte: INE, Censos 2011

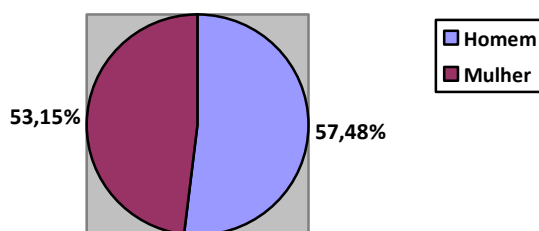
Como consequência do aumento da população, observa-se também um aumento da população economicamente ativa em 2011, pois dos 40,828 indivíduos residentes no concelho, 22.568 indivíduos (55,28% da população residente) encontravam-se economicamente ativos. Relativamente às freguesias, a que apresenta uma maior taxa de atividade é de Ferreiras com 57,06% seguida de Albufeira com 56,77%, conforme se pode observar no quadro e gráficos seguintes.

**Gráfico n.º 6 - População Ativa por freguesia em 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

**Gráfico n.º 7 – Taxa de Atividade no concelho por Género em 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

A taxa de atividade por género permite-nos verificar que são os homens quem mais se encontravam ativos em 2011, representando 57,48% sendo que as mulheres ocupavam 53,15%.

**Quadro n.º 6 - Distribuição da Taxa da População Ativa por género e freguesia 2011**

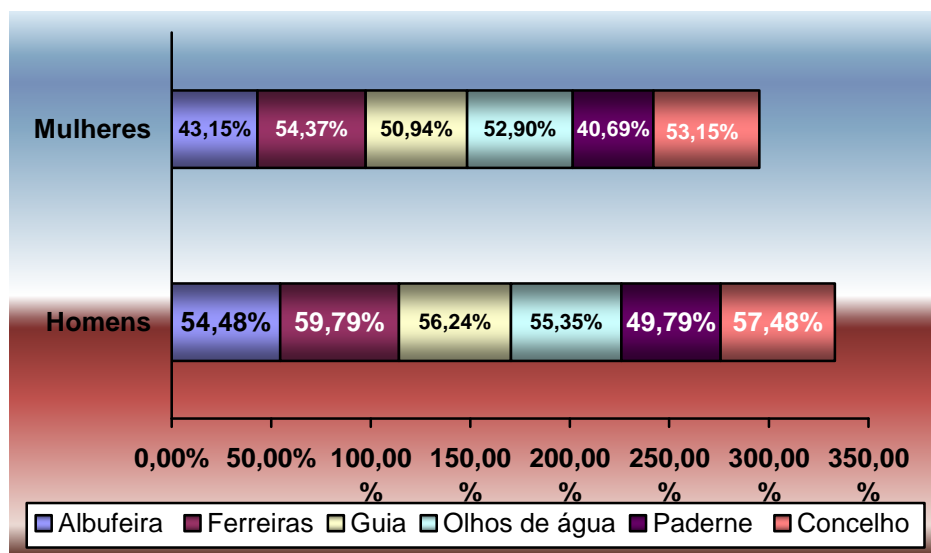
Freguesia	Homem	Mulher
Albufeira	54,48%	43,15%
Ferreiras	59,79%	54,37%
Guia	56,24%	50,94%
Olhos de água	55,35%	52,90%
Paderne	49,79%	40,69%
<b>Total Concelho</b>	<b>57,48%</b>	<b>53,15%</b>

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à distribuição da população ativa por género e por freguesia é possível concluir que também são os homens que em todas as freguesias estavam mais ocupados em 2011.

Da população economicamente ativa registada em 2011, a distribuição por género e por freguesia é a seguinte:

**Gráfico n.º 8 – Distribuição da População por género e freguesia**



Fonte: INE, Censos 2011

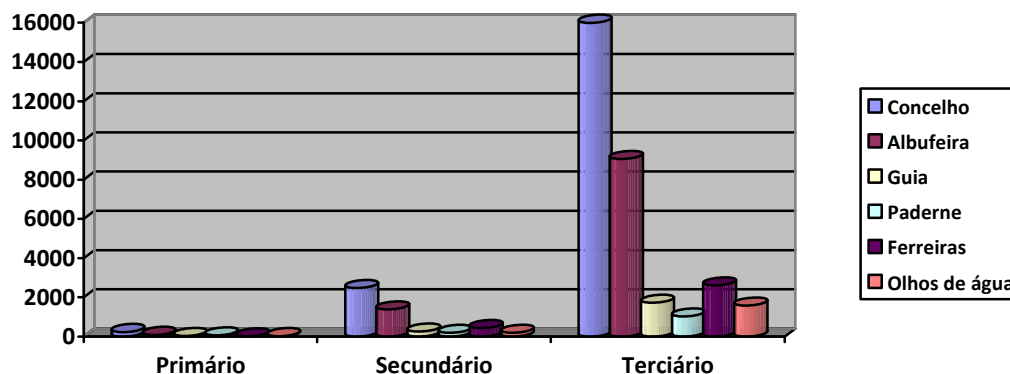
Relativamente aos setores de atividade verifica-se que o setor terciário é o que apresenta um maior número de trabalhadores no concelho:

**Quadro n.º 7 – Setor de Atividade por freguesia**

	Concelho	Albufeira	Guia	Paderne	Ferreiras	Olhos de Água
<b>Primário</b>	235	89	35	66	21	24
<b>Secundário</b>	2469	1386	258	190	438	197
<b>Terciário</b>	15993	9054	1724	1026	2604	1585

Fonte: INE Censos 2011

**Gráfico n.º 9 – Número de pessoas no concelho de Albufeira por setor de atividade**



Fonte: INE, Censos 2011

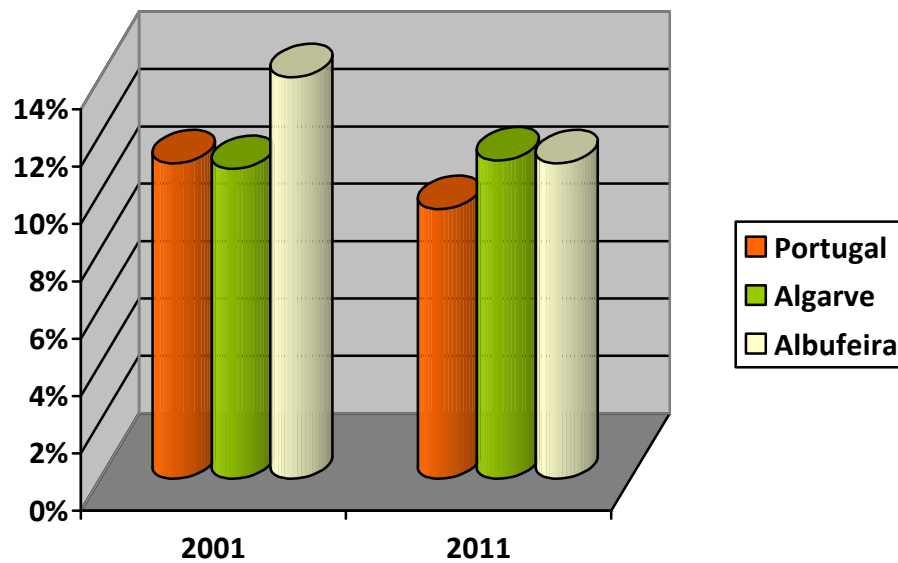
### Taxa de Natalidade

Entre 2009 e 2011, a esperança de vida à nascença da população portuguesa era, para ambos os sexos, de 78,65 anos, mantendo-se abaixo da média europeia, situada nos 82,16 anos.

A taxa bruta de natalidade no concelho de Albufeira em 2001 era de 14% (permilagem), valor acima da média nacional que se situava nos 11% (permilagem) e da média da região do Algarve nos 10.80% (permilagem). Em 2011, Portugal diminuiu o número de nascimentos para 9,4% (permilagem), situação que Albufeira também acompanhou com uma redução de 3% em relação à última década passando para os 11% (permilagem), valor acima da média nacional. Contudo, foi a região Algarve que contrariou esta tendência de descida uma vez que em 2011 passou para mais 0,3% ficando nos 11.10% (permilagem).



Gráfico n.º 10 – Taxa Bruta de Natalidade



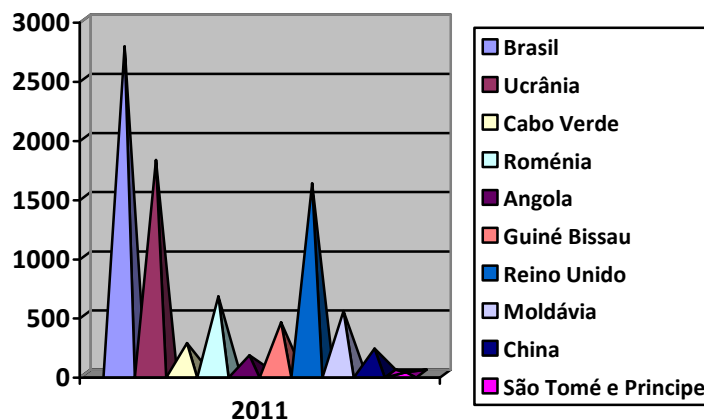
Fonte: INE, Censos 2011

A taxa de natalidade do concelho de Albufeira está acima da média nacional e regional. Este é um fator endógeno de dinamismo demográfico bastante significativo. No espaço de uma década o concelho apesar de ter diminuído 3 pontos percentuais continua acima das médias referenciadas.

Como se verifica no gráfico acima, a região do Algarve está em contraciclo com a taxa de natalidade nacional que é decrescente.

O aumento populacional do concelho está diretamente relacionado com a sua taxa de natalidade mas também com o aumento da população estrangeira residente que em 2011 era de 10.768 indivíduos.

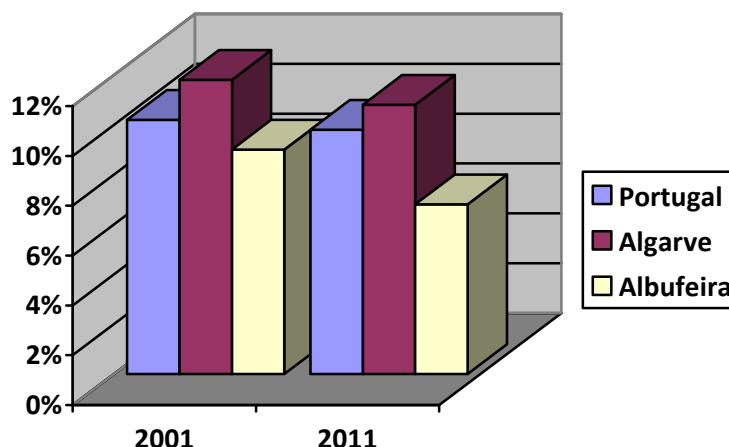
**Gráfico n.º 11 - População Estrangeira com estatuto legal de residente segundo as principais Nacionalidades**



Fonte: INE, Censos 2011

A população estrangeira a residir em Albufeira com estatuto legal de residente era em 2011 de 10.768 habitantes sendo que destes, 2766 são brasileiros, 1806 Ucrânianos, 259 indivíduos de Cabo Verde, 656 oriundos da Roménia, 156 de Angola e 433 da Guiné Bissau, do Reino Unido estavam registados 1609 cidadãos, 527 da Moldávia, 213 chineses e 12 de São Tomé e Príncipe.

**Gráfico n.º 12 – Taxa Bruta de Mortalidade**



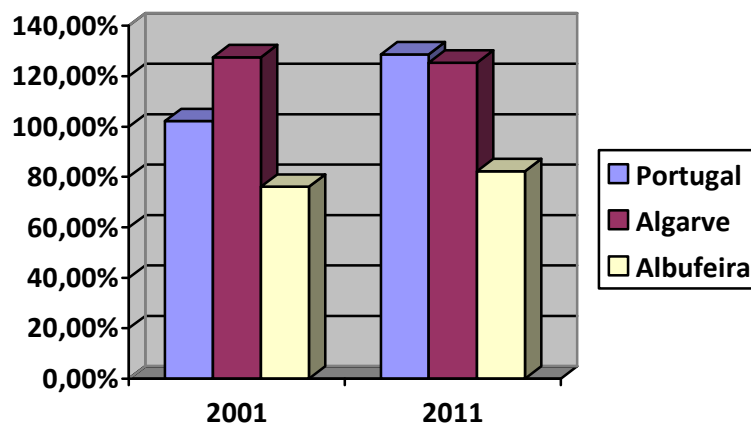
Fonte: INE, Censos 2011

A Taxa bruta de Mortalidade, no concelho de Albufeira em 2001, era de 9% (permilagem) tendo diminuído para 6,8% da população em 2011. A tendência Nacional também foi de descida, se em 2001 Portugal registava 10.20% (permilagem) em 2011 diminuiu para 9.80%, o mesmo aconteceu na região algarve com uma diminuição de 11.80% em 2001 para 10.80% em 2011.

### Índice de Envelhecimento

O concelho de Albufeira em 2001 estava muito abaixo da média nacional (102.20%) e regional (127.5%), com um índice de envelhecimento de 76.10%, situação que se alterou em 2011 com uma tendência de subida para os 82.20%, acompanhado a tendência nacional que em 2011 aumentou 26.40% para os 128.60%, contudo foi a região do Algarve que embora com uma percentagem bastante elevada, viu diminuir o seu índice de envelhecimento contrariando todas as tendências e passando para 125,30%.

Gráfico n.º 13 – Índice de Envelhecimento entre 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Em conclusão, pode afirmar-se que de 2001 para 2011 existiu um aumento da população e que os aumentos dos alojamentos familiares acompanharam o aumento da população, contudo o número de desempregados inscritos nos centros de emprego aumentaram significativamente em 10 anos, de 500 para 2829 habitantes e o número de habitantes por Km<sup>2</sup> também subiu na última década de 224 para 290 habitantes.

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pirâmide etária em crescimento na faixa etária dos 35-39 anos;</li> <li>• Taxa de Natalidade no concelho superior à média regional e nacional;</li> <li>• Taxa de atividade da população residente superior a 50% (55,28%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado índice de envelhecimento da população com mais de 90 anos, o que antecipa a falta de respostas à população idosa;</li> <li>• Riscos de sobrecarga populacional no verão, decorrentes do facto de nessa altura do ano o número de habitantes multiplicar por 10, relevando as insuficiências das estruturas de apoio em termos de acessibilidade, mobilidade, saúde e segurança.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralidade do concelho em relação ao Algarve e aos acessos rodoviários ao Algarve;</li> <li>• Diversidade dos recursos ambientais que potenciam o desenvolvimento de atividades associadas ao cluster turismo/lazer, nomeadamente:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo balnear, náutica de recreio e animação urbana na freguesia de Albufeira;</li> <li>• Turismo balnear, residencial e golfe na freguesia de Olhos de Água;</li> <li>• Turismo ambiental e rural na freguesia de Paderne;</li> <li>• Comércio, logística e distribuição na freguesia da Guia;</li> <li>• Residencial (dormitórios) na freguesia de Ferreiras.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortes assimetrias entre o litoral e o interior, com efeitos negativos na diversificação do interior;</li> <li>• Insuficiências da rede de transportes públicos nas freguesias;</li> <li>• Sazonalidade das principais atividades económicas, cujos efeitos negativos sobre o nível de emprego são significativos.</li> </ul>

## 2 - HABITAÇÃO

Uma das características mais potenciadoras do desenvolvimento do Concelho é, sem dúvida, a grande dinâmica sentida no parque habitacional do mesmo.

A habitação constitui-se como uma das necessidades básicas da população. A falta de alojamento ou as más condições de habitabilidade conduzem, com frequência, aos problemas de saúde física, degradação urbanística e do ambiente, à formação de zonas degradadas com as respetivas consequências ao nível das várias problemáticas sociais.

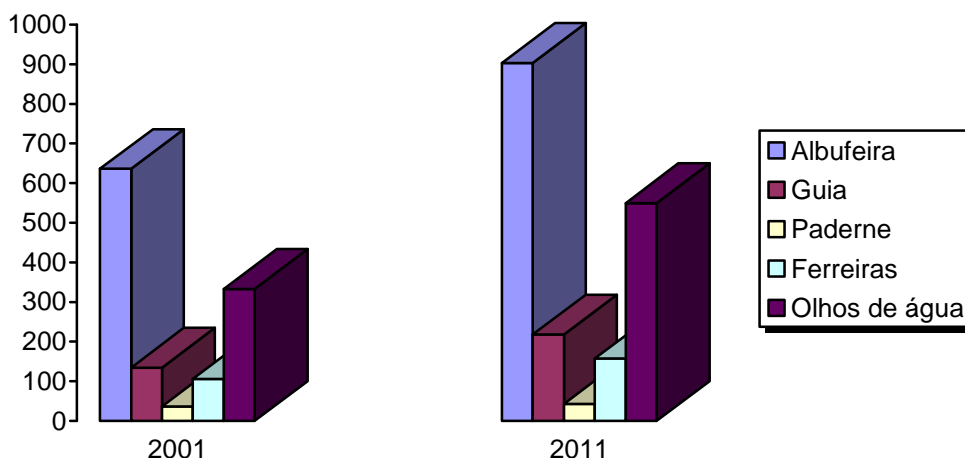
Os Municípios são chamados a intervir num contexto em que determinados estratos da população continuam a não dispor de capacidade financeira para aquisição de casa própria, ou para aceder ao mercado privado de arrendamento. Neste sentido, descrevermos agora o parque habitacional do concelho por freguesia relativamente à densidade de alojamentos e edifícios.

**Quadro n.º 8 – Densidade de Alojamentos no concelho de Albufeira, em 2001 e 2011**

Freguesias	2001- aloj/km <sup>2</sup>	2011- aloj/km <sup>2</sup>	Varição 01-11(%)
Albufeira	636,34	903.79	42.02
Guia	134,47	217.92	62.10
Paderne	36,74	43.46	18.29
Ferreiras	105,66	157.42	48.98
Olhos de Água	333,29	549.54	64.88

Fonte: INE, Censos 2011

**Gráfico n.º 14 – Número de Alojamentos por Freguesia 2001/2011**



Fonte: INE Censos 2011

Em 2011, a freguesia de Albufeira registava uma densidade de 903.79 alojamentos por km<sup>2</sup>, valor bastante diferente dos 43.46 alojamentos por km<sup>2</sup> verificado na freguesia de Paderne que é das 5 freguesias a que apresenta o menor número de alojamentos por km<sup>2</sup>.

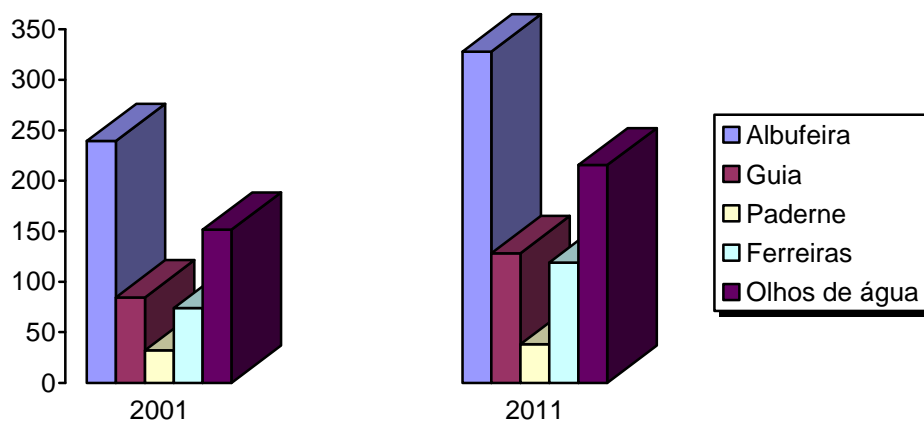
Entre 2001-2011, a freguesia de Olhos de água foi a que registou a maior variação no número de alojamentos (64.88%), seguida da freguesia da Guia (62.10%).

**Quadro n.º 9 – Densidade de Edifícios no concelho de Albufeira, em 2001 e 2011**

Freguesias	2001- edif/km <sup>2</sup>	2011- edif/ km <sup>2</sup>	Varição 01-11(%)
Albufeira	239,38	327.96	37.00
Guia	84,64	128.26	51.53
Paderne	32,09	38.26	19.22
Ferreiras	74,14	119.23	60.81
Olhos de Água	151,57	215.52	42.19

Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico n.º 15 – Número de Edifícios por freguesia em 2001/2011



Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito ao número de edifícios por km<sup>2</sup>, verificou-se que a freguesia de Olhos de Água possuía 215.52 edifícios por km<sup>2</sup>, valor apenas superado pelo registado na freguesia de Albufeira com 327.96 edifícios por km<sup>2</sup>. A freguesia do concelho de Albufeira onde se registou o maior crescimento da percentagem de edifícios foi Ferreiras com 60,81%, seguida de Guia com 51.53% e Olhos de água com 42.19%.

**Quadro n.º 10 – População e Território na freguesia de Albufeira**

	Freguesia	Concelho
População residente - 2001	16 237	31 543
População Residente -2011	22781	40828
Variação (%) 2001-2011	<b>40.30%</b>	<b>29.43%</b>
Área (km <sup>2</sup> )	26,64	140,70
Tipologia de área urbana	APU	-----

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, a freguesia de Albufeira apresentava uma densidade de 903.79 alojamentos por km<sup>2</sup>, a qual era superior em 211.46% ao valor do concelho de Albufeira (290.17 alojamentos por km<sup>2</sup>), sendo esta a freguesia com o mais elevado valor do concelho. O número de alojamentos existentes na freguesia em 2001 era de 16.949, número superior registado em 2011 com 24.077 alojamentos, representando um aumento de 42.05%. O número de edifícios registou um aumento de 37,02%, passando de 6.376 em 2001 para 8.737 em 2011.

**Quadro n.º 11 – População e Território na freguesia da Guia**

	Freguesia	Concelho
População residente - 2001	3 630	31 543
População Residente 2011	4376	40828
Variação (%) 2001-2011	20.55	29.43
Área (km <sup>2</sup> )	25,05	140,70
Tipologia de área urbana	AMU	-----

Fonte: INE, Censos 2011

A freguesia registava 4376 alojamentos em 2011, mais 746 (20.55%) alojamentos do que em 2001. Ainda assim, a densidade de alojamentos era de 134,47 alojamentos por km<sup>2</sup> em 2001 tendo aumentado para 217.92 em 2011, o que se reflete numa variação positiva de 62.10% em relação à última década, ainda assim inferior em 33.15 % ao valor do concelho (290.17 alojamentos por km<sup>2</sup>). Ao longo dos últimos 10 anos (2001-2011), o número de edifícios pertencentes à freguesia aumentou 62,20%, evoluindo de 2.120, em 2001 para 3213 em 2011.



**Quadro n.º 12 – População e Território na freguesia da Paderne**

	Freguesia	Concelho
População residente - 2001	3 504	31 543
População Residente -2011	3304	40828
Variação (%) 1991-2001	10,92	29.43
Área (km <sup>2</sup> )	52,69	140,70
Tipologia de área urbana	APR	-----

Fonte: INE, Censos 2011

O número de alojamentos na freguesia de Paderne, em 2011, era de 2290 mais 354 do que em 2001 (1936). A este valor corresponde uma densidade de 43.46 alojamentos por km<sup>2</sup>, sendo a menor do concelho. O número de edifícios existentes na freguesia em 2011 era de 2016 e no ano de 2001 era 1.691 edifícios, o que representava um aumento de 19.21% face à última década. A densidade de edifícios da freguesia de Paderne (38,26 edifícios por km<sup>2</sup>) foi também a mais baixa do concelho.

**Quadro n.º 13 – População e Território na freguesia de Ferreiras**

	Freguesia	Concelho
População residente - 2001	4 951	31 543
População Residente -2011	6406	40828
Variação (%) 2001-2011	29.38	29.43
Área (km <sup>2</sup> )	21,89	140,70
Tipologia de área urbana	AMU provisório	-----

Fonte: INE Censos 2011

Na freguesia de Ferreiras existiam, em 2011, 3446 alojamentos o que superava os 2.313 alojamentos no registo de 2001. De facto, tratou-se da freguesia do concelho de Albufeira que mais viu crescer o seu parque habitacional na última década (60.81%).

Não obstante, a densidade de alojamentos em 2001 ser de 105,66 por km<sup>2</sup>, em 2011 existiu um aumento de cerca de 48,98%, para os 157.42 alojamentos por km<sup>2</sup>, muito abaixo do registo concelhio com 290.17 por km<sup>2</sup>.

O número de edifícios desta freguesia apresentou um crescimento de 60.81%, aumentando de 1.623 em 2001 para 2.610 em 2011, também ele o maior do concelho.

**Quadro n.º 14 – População e Território na freguesia de Olhos de Água**

	Freguesia	Concelho
População residente - 2001	3 221	31 543
População Residente -2011	3961	40828
Variação (%) 1991-2001	22.97	29.43
Área (km²)	14,43	140,70
Tipologia de área urbana	APU provisório	-----

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2001, a freguesia de Olhos de Água registava uma densidade de 333.29 alojamentos por km², a segunda maior do concelho, situação que viria a alterar-se dez anos depois com a maior densidade de alojamentos do concelho com 549.54 alojamentos por km², um aumento de cerca de 64.88%.

Em 2001, o número de alojamentos da freguesia era de 4.809, denotando um aumento significativo para 7930 em 2011, um aumento em cerca de 3121 alojamentos em dez anos.

Na última década, o número de edifícios da freguesia passou de 2.187, em 2001, para 3110 em 2011 o que representou um crescimento de 42.20%.

Relativamente ao concelho de Albufeira registou-se entre 2001 e 2011 um aumento significativo no número de alojamentos e de edifícios, respetivamente de 47.25% (de 29.375 para 43.202) e de 42.15% (de 13.997 para 19.686).

**Quadro n.º 15 - Habitação Municipal Social arrendada e alienada**

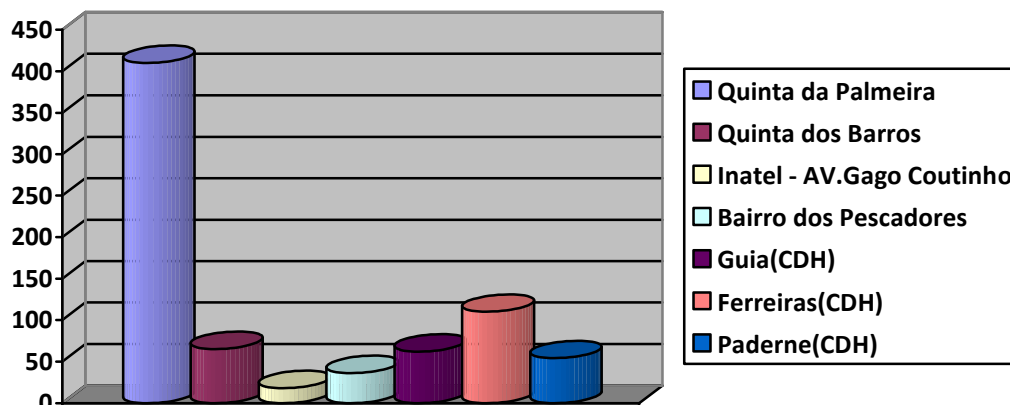
Total de fogos de Habitação Social e a Custos Controlados existentes no Concelho de Albufeira					
Fogos construídos por promoção direta do Município de Albufeira ou através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH)			Fogos construídos por Cooperativas e Associações do Concelho de Albufeira		
Designação do sítio	Quinta da Palmeira (CMA)	410	Designação da cooperativa/associação	Associação de Moradores Albufeira	250
	Quinta do Barros (CMA)	65		Habijovem	112
	Inatel (Av.ª Gago Coutinho)(CMA)	18		O Nosso Tecto	200
	Bairro dos Pescadores (CMA)	36		Associação de Moradores Ferreiras	60
	Guia (CDH)	62			
	Ferreiras (CDH)	110 (*)			
	Paderne (CDH)	54			
<b>Total</b>		755	<b>Total</b>		622
Total do conjunto dos fogos do Concelho de Albufeira:					1377

Obs. CDH - é um contrato celebrado entre as instituições financiadoras, por si só em associação, e as empresas privadas que se dediquem à construção civil, com vista à construção de habitação de custos controlados para venda, destinados a habitação própria ou a arrendamento para habitação. Podem também intervir no CDH outras entidades contratualmente autorizadas. (Decreto-Lei n.º 165/93, de 7 de Maio).

(\*) 72 fogos mais os 38 recentemente construídos (destes: 3 são T1, 20 são T2 e 15 são T3)

Fonte: Município de Albufeira, 2012

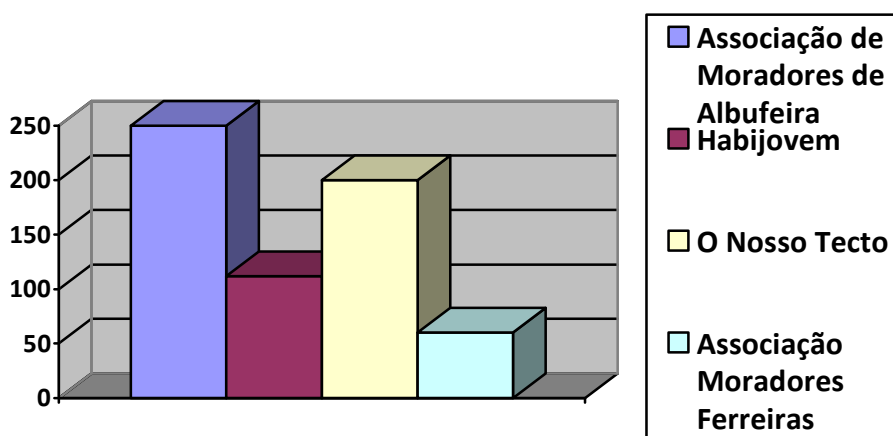
**Gráfico n.º 16 – Fogos produzidos pelo Município ou CDH**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Albufeira tem, atualmente, 755 Fogos construídos por promoção direta do Município ou através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH), sendo que o maior número está localizado no bairro da Quinta da Palmeira com 410 fogos. De seguida surge a freguesia das Ferreiras com 110 fogos sendo que desses, 38 foram construídos no ano de 2012; a Quinta dos Barros em Albufeira tem 65 fogos, a Guia 62, seguido de Paderne com 54, do Bairro dos Pescadores com 38 e também em Albufeira, 18 fogos na Av. Gago Coutinho.

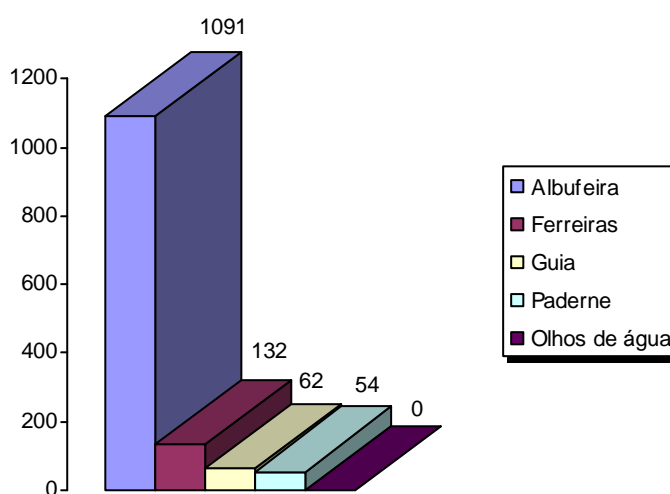
**Gráfico n.º 17 – Fogos construídos por Cooperativas e Associações de Moradores**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Relativamente aos fogos construídos por Cooperativas e Associações de Moradores do Concelho, o maior número regista-se em Albufeira com 250 fogos pertencentes à Associação de Moradores Locais, seguido da Cooperativa “O Nosso Tecto” com 200 e da Habijovem com 60, na Freguesia das Ferreiras a Associação de Moradores construiu 60 Fogos.

**Gráfico n.º 18 – Número de fogos de Habitação Social por freguesia**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Relativamente às freguesias, verifica-se que de facto Albufeira é que tem o maior número de fogos de Habitação Social arrendada e alienada com 1091 casas; segue-se a freguesia das Ferreiras com 132 fogos, a freguesia da Guia com 62, de Paderne com 54, sendo que a única freguesia que não tem fogos de habitação municipal é a de Olhos de Água.

Quanto à tipologia dos fogos construídos por promoção direta do município de Albufeira e através de Contrato de Desenvolvimento para a Habitação CDH, estão descritos no quadro seguinte:

**Quadro n.º 16 – Número de fogos segundo a tipologia e ano de construção**

Fogos construídos por promoção direta do Município de Albufeira e através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH), segundo a Tipologia.						
Designação do local	N.º de fogos segundo a Tipologia				Total de Fogos	Ano de Construção
	T1	T2	T3	T4		
Quinta da Palmeira - Fases: I; II; III; IV e V	46	180	154	30	410	<b>1989</b>
Quinta do Barros	11	38	16	0	65	<b>1998</b>
Inatel (Av.ª Gago Coutinho)	0	9	9	0	18	<b>1980</b>
Bairro dos Pescadores	0	17	19	0	36	<b>1984</b>
Tavagueira - Guia (CDH)	2	32	28	0	62	<b>1988</b>
Ferreiras (CDH)	3	44	63	0	110	<b>1990</b>
Paderne (CDH)	0	18	36	0	54	<b>1991</b>
					Total 755	

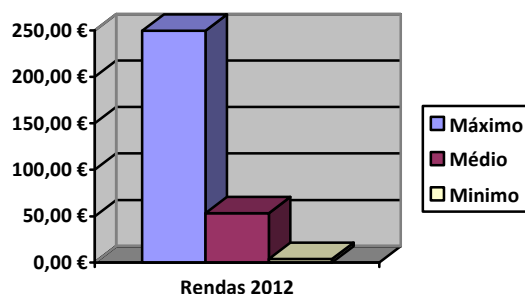
Fonte: Município de Albufeira, 2012

A construção dos edifícios iniciou em 1980 com o Bairro Social dos Pescadores em Albufeira, seguido dos Edifícios da Avenida Gago Coutinho em 1984, da Tavagueira na Guia em 1988. Seguiu a construção da Quinta da Palmeira em 1989, o Bairro Social de Ferreiras em 1990, o Bairro Social de Paderne em 1991, a quarta fase da Quinta da Palmeira em 1996, a Quinta dos Barros em Albufeira em 1998 e a quinta fase da Quinta da Palmeira em 2003.

## Valor das Rendas

Relativamente ao valor das rendas pagos pelos inquilinos nas habitações sociais, este difere de agregado para agregado uma vez que o fator de ponderação tem a ver com os rendimentos auferidos por todos os elementos que residem na habitação. Sendo assim, é possível referir que o valor mínimo é de 4,03€, o valor médio de 53.38€ e o valor máximo de 249.48€ mensais.

### Gráfico n.º 19 – Valor das rendas em 2012



Fonte: Município de Albufeira 2012

## Perspetivas Futuras de Construção

Na freguesia de Paderne está prevista a construção de novos fogos (foi adquirido o terreno para o efeito), contudo ainda não existem dados referentes ao número de fogos e respetivas tipologias.

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um crescente número de habitações disponíveis para arrendamento;</li> <li>• Apoio do Município no arrendamento a estratos sociais mais desfavorecidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de habitação social para responder ao crescente número de pedidos de famílias com grave carência económica;</li> <li>• Tecido económico e social fragilizado pela redução do número de postos de trabalho;</li> <li>• Redução do período de trabalho sazonal (para menos de 6 meses) o que impede o acesso ao subsídio de desemprego;</li> <li>• Crescente número de famílias impossibilitadas de cumprir o pagamento de rendas.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do valor das rendas;</li> <li>• Existência de um número significativo de imóveis a preços reduzidos;</li> <li>• Orientação das políticas públicas de habitação para a reabilitação urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento das situações com ações de despejo;</li> <li>• Crescimento do número de habitações entregues à banca;</li> <li>• Incumprimento do pagamento das rendas e consequente impossibilidade dos senhorios conseguirem fazer face aos encargos (IMI, Condomínios);</li> <li>• Crescimento do número de empreendimentos sem intervenção e em situação de degradação resultante do incumprimento anteriormente referido;</li> <li>• Risco de degradação do parque habitacional privado.</li> </ul>



### 3- Caracterização Económica

#### 3.1 – Tecido Económico

Aqui será desenvolvida uma breve caracterização do tecido económico do Concelho de Albufeira.

Uma parte considerável da estrutura económica assenta no comércio por grosso e a retalho e no alojamento restauração e similares como veremos mais à frente. Quanto ao tecido empresarial e segundo os últimos dados existentes (2011 no Pordata.pt) observa-se que este é constituído por 2193 sociedades, integradas no subsector terciário, e por 6138 empresas registadas nos diferentes setores de atividade.

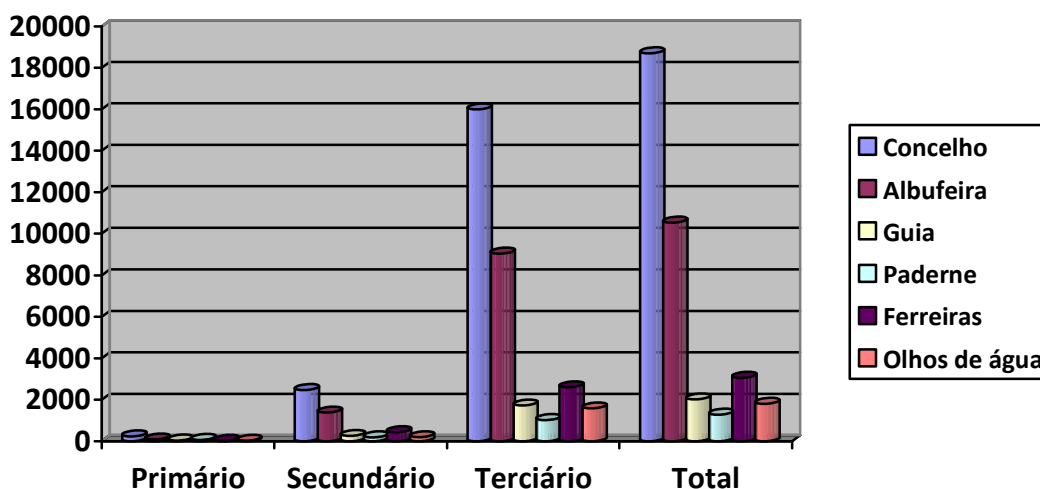
A repartição do emprego por sectores de atividade reflete outro dos problemas estruturais da economia local. O Sector Primário (Agricultura, Pesca) ocupa 1,25% da população empregada. O Sector Secundário (Indústria e Construção Civil) ocupa perto de um oitavo dos empregados 13,20%, enquanto o Sector Terciário (serviços) emprega 85,53%, conforme os quadros e gráficos seguintes:

**Quadro n.º 17 – Tecido empresarial por setores de atividade**

Freguesias	Primário	Secundário	Terciário	Total
<b>Albufeira – n.º</b>	89	1386	9054	10529
%	0.84%	13.16%	85.99%	100%
<b>Guia – n.º</b>	35	258	1724	2017
%	1.73%	12.79%	85.47%	100%
<b>Paderne – n.º</b>	66	190	1026	1282
%	5.14%	14.82%	80.03%	100%
<b>Ferreiras – n.º</b>	21	438	2604	3063
%	0.68%	14.29%	85.01%	100%
<b>Olhos água-nº</b>	24	197	1585	1806
%	1.32%	10.90%	87.76%	100%
<b>Concelho – n.º</b>	235	2469	15993	18697
%	1.25%	13.20%	85.53%	100%

Fonte: Pordata.pt, 2013

Gráfico n.º 20 – Os setores de atividade, segundo a população ativa por freguesia



Fonte: INE, Censos 2011

Quadro n.º 18 – Número de Sociedades constituídas entre 2009 a 2011, no Concelho de Albufeira

Ano	2009	2010	2011
N.º de Sociedades	2299	2225	2193

Fonte: Pordata.pt, 2013

O tecido económico é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas (PME`s) sobretudo na área comercial e nalguns serviços.

Num plano retrospectivo, pode-se observar os níveis de empreendedorismo que ocorreram nos últimos anos. Ao observar esta dinâmica é possível verificar que numa parte substancial do período em questão a constituição de sociedades diminui de 2009 para 2011 atingindo as 2193.

Estes Indicadores demonstram que existem variações anuais acentuadas no que concerne ao número de sociedades constituídas. Esta dinâmica caracteriza a instabilidade do sector e a sua relação com a instabilidade verificada a nível nacional. O fraco poder de compra da população deste Concelho conduz a um fraco investimento das empresas na área comercial o que fragiliza ainda mais o tecido económico deste concelho.

No plano dos créditos bancários (Pordata.pt 2013), o Concelho apresentava em 2011, 39 agências bancárias com um volume de créditos concedidos à população na ordem dos 994.034 milhares de Euros. O volume de créditos concedidos no mesmo ano foi maior nos créditos à habitação com cerca de 574066 milhares de Euros.

Em 2011 existiam 33 instituições bancárias ou caixas económicas no concelho e seis caixas de crédito agrícola número que se manteve inalterado desde 2009.

No que concerne ao tecido empresarial do Concelho, constata-se (Pordata.pt 2013), que operam no concelho de Albufeira 6138 empresas, das quais, destacando-se o peso relevante das empresas ligadas ao “Comércio por Grosso e a Retalho” (21,78%), “Alojamento, restauração e similares (19,30%) e Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio (12,12%).

É de constatar que o tecido empresarial do Concelho não se concentra maioritariamente num sector, realçando a evolução do comércio e, o peso significativo, ainda patente, da Restauração conforme quadro seguinte:

**Quadro n.º 19 – Classificação da atividade económica sediada na Região**

Classificação da Atividade Económica	2009 Número	2009 %	2010 Número	2010 %	2011 Número	2011 %
Pesca	55	0,77%	48	0,84%	53	0,90%
Industria Extrativa	1	0,01%	1	0,02%	1	0,02%
Industria Transformadora	140	1,97%	136	2,15%	120	2,28%
Eletricidade e Gás	0	-	0	-	0	-
Captação, Tratamento e distribuição de água	5	0,07%	5	0,08%	5	0,08%
Construção	983	13,84%	816	15,06%	641	16,01%
Comercio por grosso e a retalho	1576	22,18%	1456	24,15%	1337	25,68%
Transporte e Armazenagem	173	2,43%	161	2,65%	154	2,82%
Alojamento, Restauração e Similares	1291	18,17%	1186	19,78%	1185	21,03%
Atividades de informação e comunicação	44	0,62%	40	0,67%	41	0,72%
Atividades Imobiliárias	398	5,60%	385	6,10%	375	6,48%
Atividades de Consultoria, Científicas, técnicas e similares	462	6,50%	438	7,08%	428	7,53%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	835	11,75%	784	12,79%	744	13,60%
Educação	207	2,91%	189	3,17%	174	3,37%
Atividades de saúde Humana e apoio social	248	3,49%	248	3,80%	257	4,04%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	266	3,74%	224	4,08%	217	4,33%
Outras atividades de serviços	308	4,33%	297	4,72%	281	5,02%
<b>Total</b>	<b>7105</b>	<b>100%</b>	<b>6526</b>	<b>100%</b>	<b>6138</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pordata.pt, 2013

**Quadro n.º 20 - Sociedades com sede na Região**

Classificação da Atividade Económica	2009 Número	2009 %	2010 Número	2010 %	2011 Número	2011 %
Pesca	1	0,04%	0	0,04	0	0,05
Industria Extrativa	0	-	0	-	0	-
Industria Transformadora	46	2,00%	47	2,07%	46	2,10%
Eletricidade e Gás	0	-	0	-	0	-
Captação, Tratamento e distribuição de água	4	0,17%	4	0,18%	4	0,18%
Construção	364	15,83%	335	16,36%	294	16,60%
Comercio por grosso e a retalho	452	19,66%	431	20,31%	417	20,61%
Transporte e Armazenagem	110	4,78%	109	4,94%	105	5,02%
Alojamento, Restauração e Similares	562	24,45%	546	25,26%	552	25,63%
Atividades de informação e comunicação	11	0,48%	10	0,49%	13	0,50%
Atividades Imobiliárias	332	14,44%	324	14,92%	315	15,14%
Atividades de Consultoria, Científicas, técnicas e similares	138	6,00%	127	6,20%	127	6,29%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	122	5,31%	119	5,48%	135	5,56%
Educação	22	0,96%	25	0,99%	27	1,00%
Atividades de saúde Humana e apoio social	42	1,83%	46	1,89%	57	1,92%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	28	1,22%	36	1,26%	36	1,28%
Outras atividades de serviços	43	1,87%	42	1,93%	39	1,96%
<b>Total</b>	<b>2299</b>	<b>100%</b>	<b>2225</b>	<b>100%</b>	<b>2193</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pordata.pt, 2013

Relativamente às sociedades com Sede na Região em 31-12-2011, verifica-se que segundo o Pordata, estão registadas 2193 sendo que 552 estão relacionadas com alojamento, restauração e similares, 417 estão relacionadas com o Comércio por Grosso e a Retalho, 294 na área da Construção.

**Quadro n.º 21 - Sociedades com trabalhadores por conta de outrem**

Ano	<10 Trabalhadores	10-19 Trabalhadores	20-49 Trabalhadores	50-249 Trabalhadores	>250 Trabalhadores	Total
2009	2036	164	60	33	6	2299
2010	1988	135	65	32	5	2225
2011	1955	140	61	31	4	2193

Fonte: Pordata.pt 2013

Das 2193 sociedades existentes no concelho de Albufeira, verifica-se que o maior número tem menos de 10 funcionários (1955) e que as sociedades com mais de 250 funcionários são apenas 4, é possível verificar também que a tendência é de decréscimo desde 2009 para 2011.

### 3.2 - Desemprego

Gráfico n.º 21 – Percentagem de Desemprego por Concelho



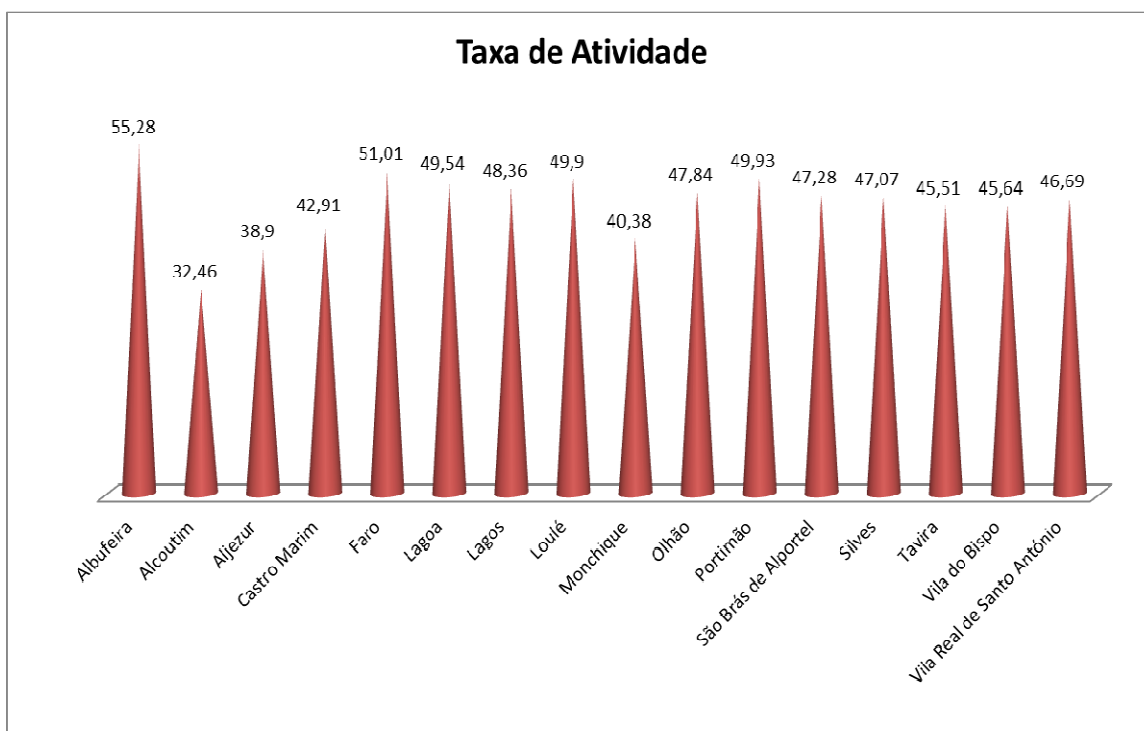
Fonte : INE, Censos 2011

No que concerne à área de emprego, o Concelho de Albufeira apresenta uma taxa de desemprego de 17,15%, sendo o 4.º Concelho da Região do Algarve com a maior taxa de desemprego. O Concelho de Vila Real de Santo António apresenta uma taxa de desemprego de 19,86% seguindo-se o Concelho de Olhão com uma taxa de 17,23% e por fim o Concelho de Portimão, com uma taxa de 17,27%.

Contudo, o concelho de Albufeira é o concelho que apresenta maior taxa de atividade, com a população residente mais economicamente ativa, apresentando uma taxa de 55,28%, sendo o setor terciário o mais representativo. Esta discrepância de valores entre taxa de atividade e taxa de desemprego deve-se ao facto de Albufeira ser um Concelho em que a atividade profissional é maioritariamente sazonal, traduzindo-se na oferta de trabalho precário com a

inexistência de um vínculo laboral, oferta de trabalho pontual, essencialmente nos meses de Verão, nomeadamente Junho, Julho e Agosto. Neste sentido, grande parte da população exerce atividade profissional durante 6 meses, nas épocas de verão ou num tempo ainda mais reduzido, recorrendo aos trabalhos pontuais de verão e os restantes meses não exercem qualquer tipo de atividade.

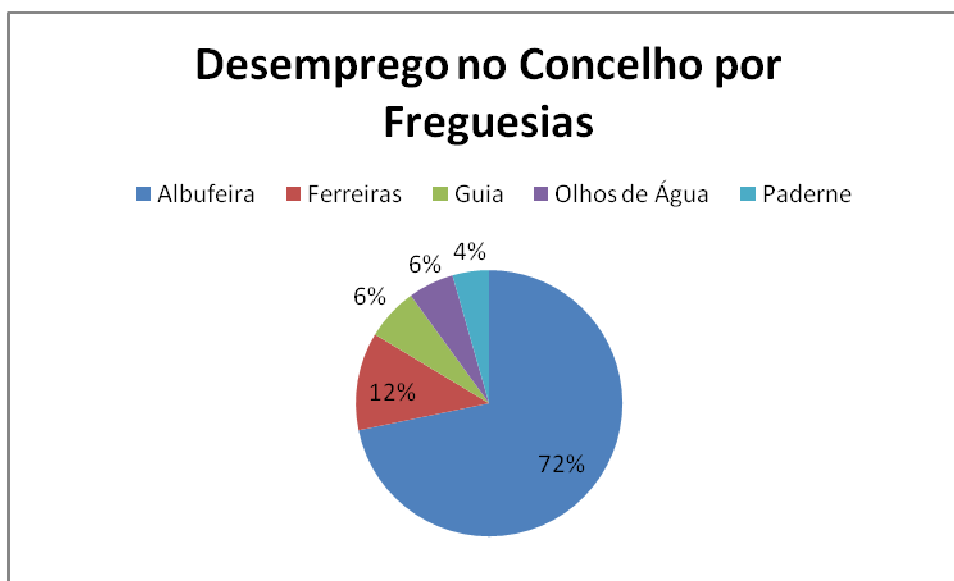
Gráfico n.º 22 - Taxa de Atividade por concelho



Fonte : INE, Censos 2011

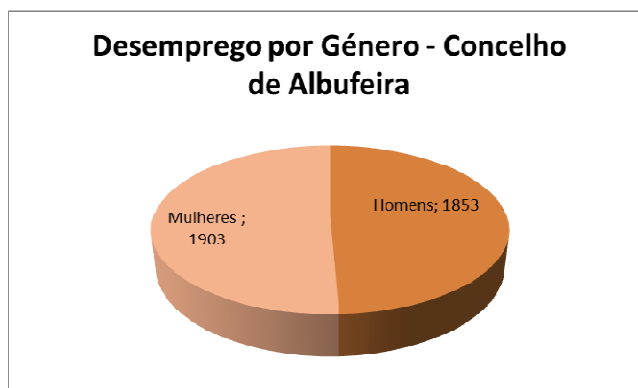


Gráfico n.º 23 - Percentagem de Desemprego no Concelho por freguesias



O Concelho de Albufeira, apresenta 3746 desempregados, sendo que a maior parte não possui o 1.º ciclo, nomeadamente a faixa etária dos 35 aos 54 ano, sendo esta as idades preocupantes, uma vez que apresentam o maior número de desempregados. De seguida, o nível lietrário que apresenta o maior número de desempregados é o 1.º ciclo, ensino secundário, 3.º ciclo e ensino superior. Outra das faixas etárias preocupantes, que apresenta seguidamente um número elevado de população desempregada, é a faixa etária dos 25 aos 34 anos, nomeadamente as pessoas que não concluíram o ensino básico e que têm o ensino secundário.

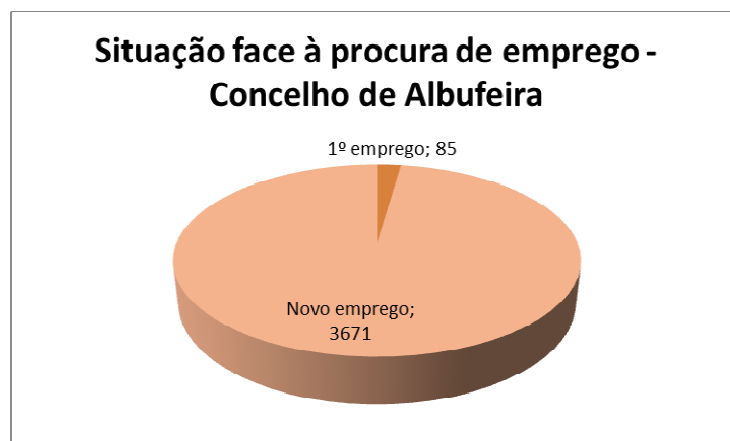
**Gráfico n.º 24 - Desemprego no Concelho por género**



Fonte : INE, Censos 2011

Em termos de desemprego por género, Albufeira, enquanto concelho apresenta números idênticos de homens e mulheres desempregados, sendo que existem 1903 mulheres e 1853 homens sem emprego.

**Gráfico n.º 25 - Situação face ao emprego**



Fonte : INE, Censos 2011

Dos 3765 desempregados no Concelho, 3671 procuram um novo emprego, sendo que 85 são jovens à procura do 1.º emprego, o que representa uma pequena percentagem.

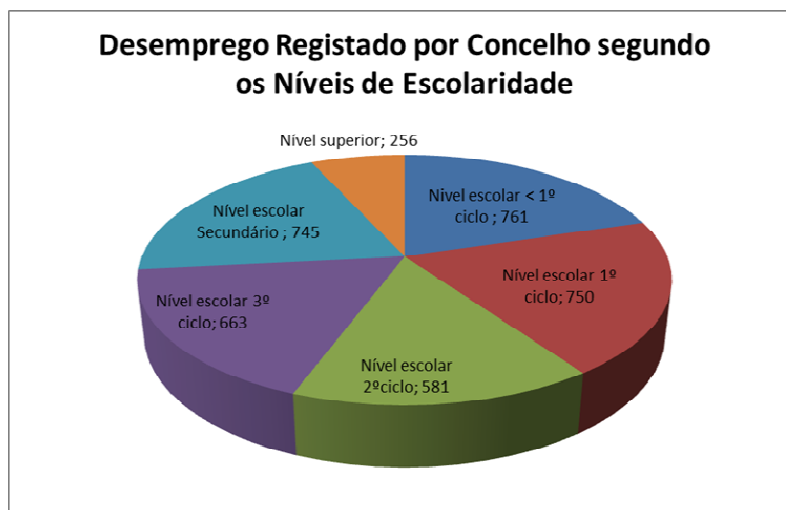
**Gráfico n.º 26 - Desemprego por tempo de inscrição no Concelho**



Fonte : INE, Censos 2011

No que concerne ao tempo de inscrição no Centro de Emprego, 2920 desempregados encontram-se à procura de emprego há mais de um ano, sendo que 836 procuram empregabilidade há cerca de um ano.

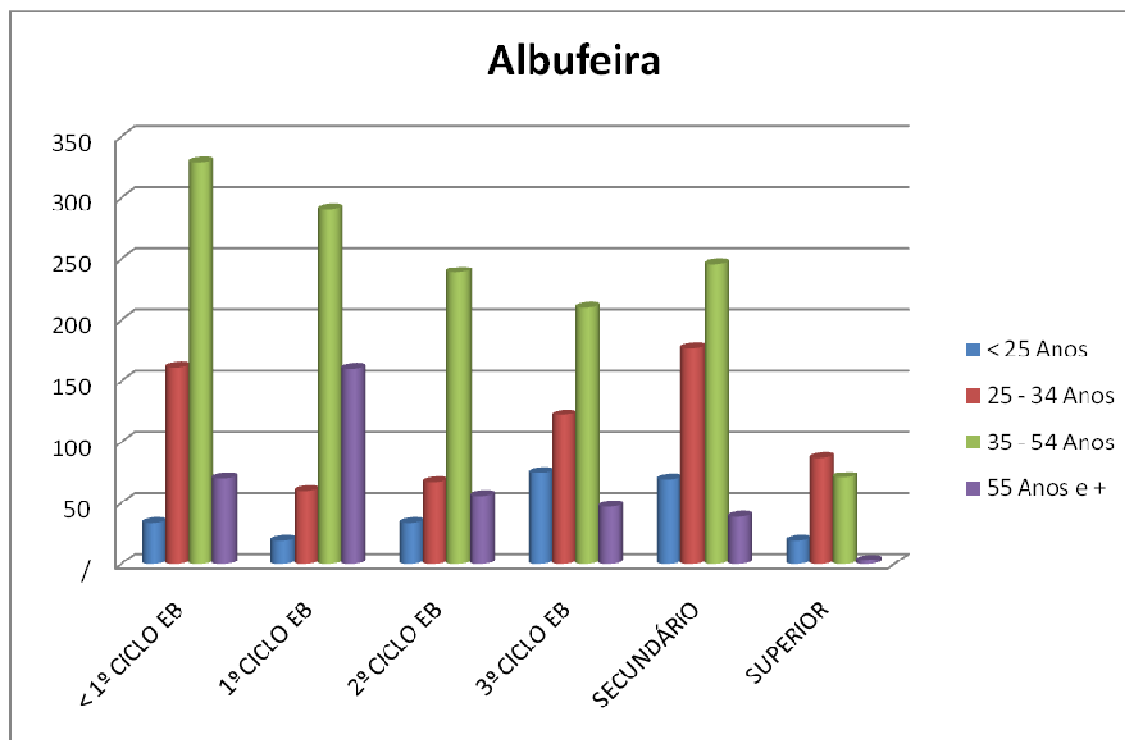
**Gráfico n.º 27 – Desemprego por níveis de escolaridade**



Fonte : INE, Censos 2011

O nível escolar que apresenta o maior número de desempregados é o 1.º Ciclo, englobando desempregados que não concluíram e os que concluíram o 1.º ciclo, seguindo-se do ensino secundário, 3.º ciclo, 2.º ciclo e ensino superior, respetivamente.

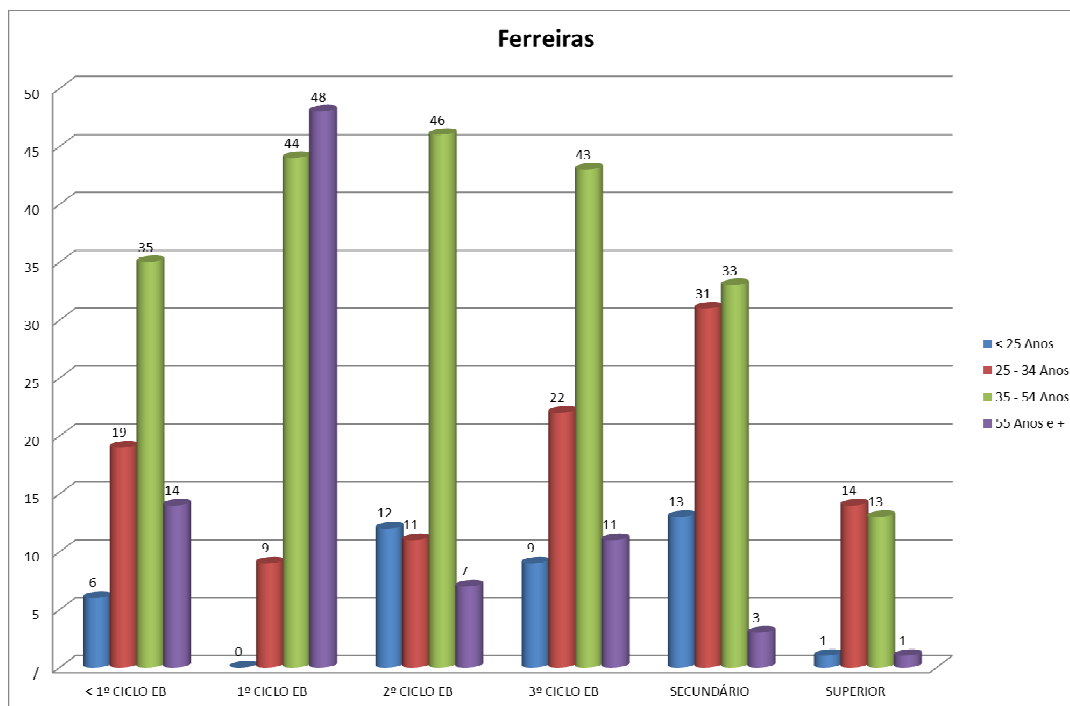
**Gráfico n.º 28 – Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia de Albufeira**



Fonte : INE, Censos 2011

Analisando a freguesia de Albufeira, a faixa etária que representa o maior número de desempregados é a dos 35 aos 54 anos, em todos os níveis de ensino exceto no superior em que são os indivíduos entre os 25 e os 34 anos que apresentam uma maior taxa de desemprego.

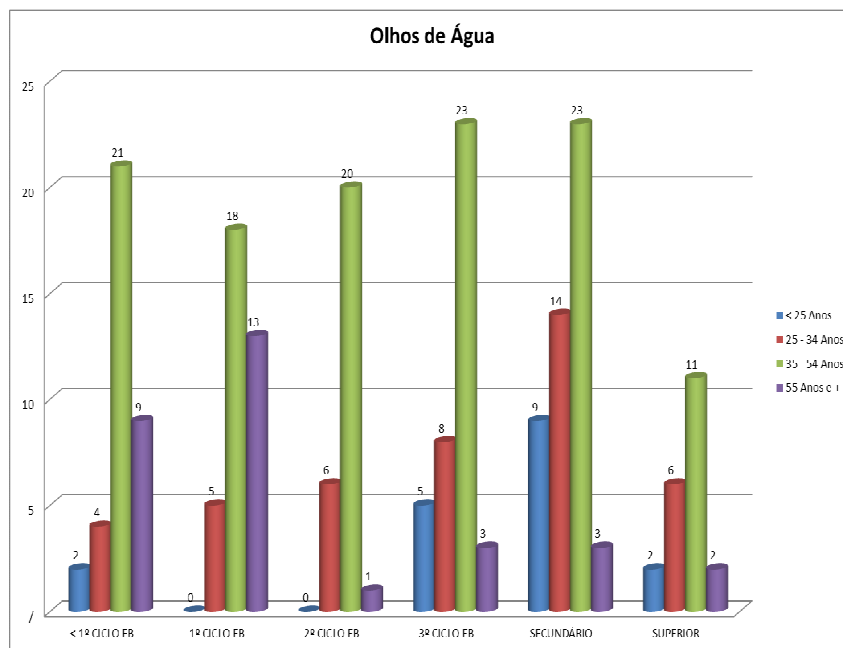
**Gráfico n.º 29 – Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia das Ferreiras**



Fonte : INE, Censos 2011

Analisando a freguesia das Ferreiras, a faixa etária que representa o maior número de desempregados é a partir dos 55 anos, nomeadamente as pessoas que têm apenas o 1.º ciclo, seguindo-se a faixa etária dos 35 aos 54 anos, pessoas estas que concluíram o 3.º ciclo. Esta é a freguesia que apresenta o maior número de desempregados, a seguir à freguesia de Albufeira.

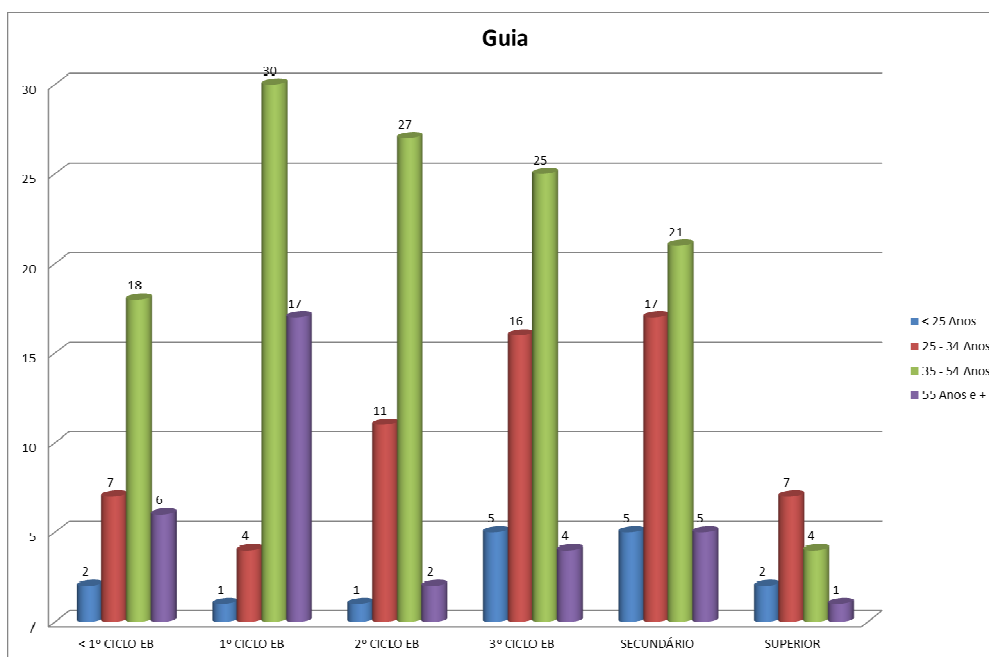
**Gráfico n.º 30 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia de Olhos de Água**



Fonte : INE, Censos 2011

Os Olhos de Água, enquanto freguesia, apresentam dados idênticos no que concerne à faixa etária dos 35-54 anos, distribuídos pelos vários níveis literários. Contudo, é esta a faixa mais preocupante em termos de desemprego, nomeadamente no 1.º ciclo, que apresenta ainda um dado elevado, comparativamente com os restantes níveis de habilitações.

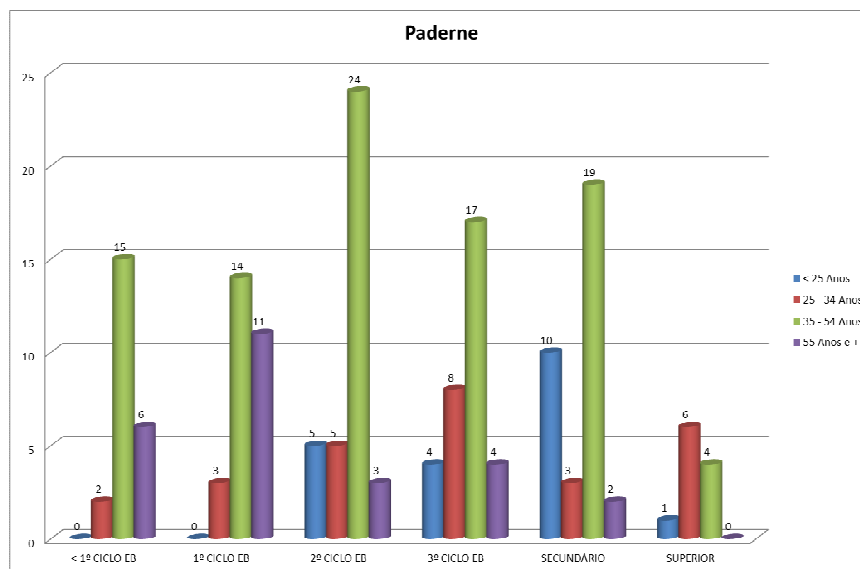
**Gráfico n.º 31 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia da Guia**



Fonte : INE, Censos 2011

A freguesia da Guia apresenta valores elevados, tal como as outras freguesias, nas idades compreendidas entre os 35 e 54 anos as mais afetadas, nomeadamente o grupo de pessoas que têm apenas o 1.º ciclo concluído. A população com mais de 55 anos apresenta também um número considerável em termos de desemprego, nomeadamente os que concluíram o 1.º ciclo.

**Gráfico n.º 32 - Desempregados por faixa etária e escolaridade na freguesia da Paderne**



Fonte : INE Censos 2011

Paderne, na qualidade de freguesia, apresenta um número elevado no que diz respeito à população com o 2.º ciclo, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Contudo, o grupo de pessoas desta mesma faixa etária que possui o ensino secundário apresenta, da mesma forma, um número significativo de desempregados.



## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A forte atracção que a animação turística de Albufeira ainda goza e que é geradora de oportunidades de emprego nas áreas da animação turística e cultural;</li> <li>• O crescimento do turismo aliado à prática do Golfe e náutica de recreio;</li> <li>• Clima empreendedor e favorável à tração de negócios;</li> <li>• O crescimento dos investimentos nas áreas do comércio, da logística e da distribuição realizados por grandes grupos económicos, com impacto positivo na diversificação das atividades e na criação de emprego;</li> <li>• A manifestação de interesse, por parte da população trabalhadora, a iniciativas de formação contínua, designadamente ao nível das novas tecnologias, dos idiomas de formação específica nas áreas da hotelaria e turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A forte concentração das atividades em torno do produto turístico “sol e mar”, e o seu impacto na sazonalidade da atividade económica e no emprego;</li> <li>• Os horários de trabalho praticados na hotelaria e restauração;</li> <li>• O reduzido número de trabalhadores com níveis de escolaridade e de qualificação média e superiores;</li> <li>• O elevado peso da taxa de baixas qualificações no conjunto da população empregada;</li> <li>• A facilidade de acesso ao mercado de trabalho e a reduzida exigência deste, constitui um incentivo ao abandono escolar precoce;</li> <li>• A elevada percentagem de população ativa, com idades compreendidas entre os 25 e os 50 anos, afetada, sazonalmente, pelo desemprego;</li> <li>• Falta de incentivos para a criação de Indústrias/empresas;</li> <li>• Falta de iniciativa local na área Económica;</li> <li>• Baixo investimento empresarial;</li> <li>• Excesso de burocracia para a Criação/qualificação de empresas;</li> <li>• Aumento da taxa e da duração de desemprego.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A beleza natural da região e a segurança de pessoas e bens;</li> <li>• A centralidade em relação ao Algarve, que potencia a constituição no concelho de plataformas logísticas;</li> <li>• O espírito cosmopolita e a crescente miscigenação cultural;</li> <li>• Diversidade da atividade económica nomeadamente nos setores tradicionais Pesca e Agricultura;</li> <li>• Forte aposta na indústria transformadora nomeadamente nos RCD (Resíduos de construção e demolição);</li> <li>• Birdwatching – Lagoa dos Salgados;</li> <li>• Oferta turística com produtos de natureza cultural, nomeadamente passeios pedestres em Paderne.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pressão urbanística sobre algumas zonas do concelho, com os consequentes riscos de degradação ambiental que podem comprometer uma aposta na qualificação do turismo;</li> <li>• As debilidades da rede de transportes públicos nas freguesias rurais;</li> <li>• A falta de adaptação dos horários das estruturas existentes, Jardins de Infância e creches, ajustadas à realidade dos horários de trabalho do país, que pode originar o aumento da taxa de desemprego.</li> </ul>

## 4- Intervenção Social

### 4.1. Respostas Sociais Concelho de Albufeira

O Concelho de Albufeira é composto por 5 freguesias dispersas em termos geográficos abrange zonas rurais e a zona do litoral.

Ao nível dos equipamentos sociais dispõe das seguintes infraestruturas distribuídas pelas seguintes instituições:

**A.H.S.A.** – Associação Humanitária Solidariedade Albufeira - Rua Maria Conceição Eloi, Apartado 160, 8200-076 Albufeira.

A Associação Humanitária Solidariedade Albufeira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada na Freguesia de Albufeira, com estatuto de utilidade pública. Esta Associação foi criada em 1 de Junho de 1999. Desenvolvemos as seguintes atividades: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

#### Quadro n.º 22 – Respostas sociais da AHSA, por utente

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Centro de Dia	15	25	0
Banco Alimentar	0	178	5
Banco de Roupas	0	135	0
Protocolo RSI	150	0	0
PIEF	30	0	0

Os órgãos sociais são compostos por 15 elementos com idades compreendidas 33 e os 70 anos.

Esta instituição conta com a colaboração de 19 colaboradores, Diretora Técnica (Licenciatura em Serviço Social); 3 técnicas de serviço social; 1 psicólogo; 2 técnicos de intervenção local, 1 animadora, 1 administrativa, 2 ajudantes de centro de dia, 2 ajudantes de ação direta, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 ajudantes familiares, 1 ajudante de cozinha, 1 motorista (o quadro de pessoal

encontra-se distribuído pela resposta social de Centro de Dia, Banco Alimentar, Equipa de Protocolo RSI e Programa integrado de educação e formação.

**APEXA** – Associação de Apoio a Pessoas Excepcionais do Algarve - Escola Primária de Vale Verde CXP 553 T – 8200 – 429 Guia.

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada na freguesia da Guia, com estatuto de Utilidade Pública. Esta Associação foi criada a 19 de Março de 2003, com publicação em Diário da República III Série nº 176 no dia 01 de Agosto de 2003, com o propósito de criar uma estrutura de apoio direcionada à problemática da deficiência.

A Associação é, atualmente, um elo de ligação entre a comunidade e a rede de Serviços, proporcionando uma diversidade de respostas à população do Concelho de Albufeira e áreas limítrofes.

Praticando os fins previstos nos seus Estatutos, um dos principais propósitos da APEXA é “*estimular, facilitar e apoiar o desenvolvimento global da pessoa com handicaps, no sentido da sua valorização pessoal e autónoma*” (artigo 2.º). Sendo assim, pretende contribuir para a inclusão da pessoa excepcional nas mais diversas áreas - educação, formação, saúde, reabilitação, trabalho e desporto - promovendo o direito à igualdade de oportunidades com vista ao exercício pleno da cidadania.

**Quadro n.º 23 – Respostas sociais da APEXA, por utente**

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Intervenção Precoce	27	0	0
Desporto Adaptado	0	36	0
Projeto de Integração Socioprofissional	0	6	0
Gabinete de Intervenção Social	0	16	0
Atelier de Arte e Criatividade	0	6	0
XKOLHAXKOLA	0	90	0

A direção é composta por 7 elementos com idades compreendidas 27 e 58 anos. Esta instituição conta com a colaboração de 19 funcionários, 1 Professora do Ensino Básico, 1 Técnica Superior de Serviço Social, 1 Socióloga, 4 Psicólogos, 1 Fisioterapeuta, 2 Terapeutas da Fala, 1 Técnico de Desporto, 1 Estagiário de Desporto, 1 Técnica de Artes Plásticas, 1 Gestor de Marketing e Publicidade, 1 Monitor informático, 1 Dinamizador Comunitário, 2 Administrativos e 1 Motorista.

### **Centro Paroquial de Paderne – Cerca Velha 8200 – 466 Paderne**

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, Tem como objetivo dar assistência e apoio um vasto grupo de pessoas, desde a primeira infância à terceira idade, por meio de respostas sociais, tendo sempre presente a natureza unitária, global da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade; o aperfeiçoamento espiritual, moral, social e cultural da comunidade; a sua participação ativa na resolução das próprias carências e na elevação do nível de vida da população; o espírito de convivência e solidariedade social como fator decisivo do trabalho em comum para a valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade.

O Centro Paroquial de Paderne propõe-se, ainda, conforme seus Estatutos, contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia de quaisquer que sejam as suas crenças religiosas, com vista a contribuir para a sua transformação numa verdadeira comunidade humana.

**Quadro n.º 24 – Respostas sociais do Centro Paroquial de Paderne, por utente**

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Estrutura Residencial para Idosos (Paderne)	39	39	81
Estrutura Residencial para idosos (Albufeira)	19	15	72
Apoio Domiciliário	26	30	0
Centro de Dia (Paderne)	10	10	0
Creche Gente Miúda	46	45	14
Creche S. José (Ferreiras)	32	30	38
Creche Os Palmeirinhas	69	50	87

A direção é composta por 10 elementos com idades compreendidas entre os 30 e os 75 anos.

Esta instituição conta com a colaboração de cerca de 100 colaboradores distribuídos pelas diferentes áreas, 1 diretor de serviços, 3 diretoras técnicas pedagógicas, 2 diretoras técnicas, 1 gestora de qualidade, 8 vigilantes, 41 ajudantes de Ação direta, 7 trabalhadores auxiliares.

**CASA-** Morada: Avenida dos Descobrimentos, Centro Comercial Bellavista, Lojas 10 e 11, 8200 Albufeira.

O C.A.S.A. desde a sua criação tem vindo a desenvolver atividades em diversos domínios de intervenção, desenvolvendo a sua ação no distrito de Faro através de:

- Distribuição de refeições e géneros alimentares, 365 noites por ano. Tal apenas é possível devido à preciosa colaboração e contribuição de restaurantes, hotéis e hipermercados que fornecem a comida sem contrapartida;
- Distribuição de cabazes de alimentos, mensais e semanais para agregados familiares;
- A distribuição é feita através de equipas multidisciplinares, a atuar em equipa de rua ao domicílio e em equipa em armazém;

- Distribuição com regularidade de vestuário, calçado, cobertores, sacos cama, artigos de higiene, utensílios domésticos e outros produtos de primeira necessidade;
- Participação em diferentes Grupos e Conselhos Locais de Ação Social com várias entidades públicas e privadas para desenvolvimento de intervenções junto da população sem-abrigo e mais carenciada;
- Apoio a grupos de alunos de diversas Instituições de Ensino que têm contactado a C.A.S.A. para desenvolver trabalhos/estudos sobre os Sem-Abrigo, nomeadamente através de ações de formação nas escolas e/ou integração destes alunos nas “equipas de rua”. Já foram desenvolvidos ou, em alguns casos, ainda estão a decorrer trabalhos com as mesmas;
- Disponibilização de serviços de uma equipa de acompanhamento especializado técnico pertencentes ao quadro dos voluntários inscritos na associação, com o objetivo de apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade ao nível;
- Realização de ações de formação, nos domínios do enquadramento formativo para os voluntários que colaboram no C.A.S.A.;
- Recolha permanente, durante todo o ano, de alimentos e géneros alimentares levadas a cabo em vários Hipermercados e Restaurantes do Algarve, bem como Campanhas de Recolha de Alimentos nos diferentes Hipermercados do Algarve,
- Organização de Campanhas, Semanas e Quinzenas de Solidariedade, junto de instituições públicas e privadas, bem como do público em geral tendo em vista a recolha de géneros alimentares, vestuário, calçado, brinquedos, material escolar, etc. para distribuição aos carenciados;
- Festas em Encontros, com Almoço e Animação para os Sem-abrigo e famílias carenciadas, com a presença de centenas de pessoas carenciadas desde sem-abrigo, idosos abandonados, crianças e famílias carenciadas e na qual providenciamos alimentação, distribuimos vestuário, géneros alimentares assim como presentes para as crianças;
- Festas do Dia da Criança, em Hotéis que se disponibilizaram para acolher os filhos dos nossos utentes, com atividades de animação, distribuição de brinquedos e lanches;

- Realização de Campanhas e atividades várias de Angariação de Patrocínios Financeiros, com destaque para: “Algarve Diz Não à Fome”; Campanha “Casa de Natal Solidária”; Espetáculos Musicais, Torneios Desportivos, Participação em Mercados Sociais, entre outros.

**Quadro n.º 25 – Resposta social da CASA, por utente**

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Cantina Social	0	164	0

**Fundação António Silva Leal** – Rua Almirante Gago Coutinho n.º 47 8200 – 089 Albufeira

A Fundação António Silva Leal (FASL) nasceu em Janeiro de 1993. É uma instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos e de duração ilimitada, cuja constituição está publicada no Diário da República III Série n.º 277 de 26/11/1993.

Foi adotado pela FASL um modelo estratégico de desenvolvimento abrangente, identificando como área geográfica de intervenção todo o território nacional, através de uma estratégia de diversificação, relativamente às atividades de ação social.

Sediada em Lisboa, a Fundação criou delegações a nível nacional, nomeadamente, em Albufeira, Cascais, Guia, Sintra, Leiria e Lisboa, onde atua ao nível da ação social nas áreas de proteção da infância, juventude, adultos e idosos em situação de risco de risco ou desintegração e exclusão social, população deficiente e famílias em situação vulnerável, tendo como principal preocupação a prestação de cuidados e apoio solidário aos mais desfavorecidos.

Esta instituição agora com 20 anos de existência definiu como seus objetivos as seguintes premissas:

- Promoção e participação em Projetos de Luta Contra a Pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupo-alvos;

- Criação, Gestão e Manutenção;
- Creches, Jardim-de-infância e Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Lares para Deficientes e Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal e outras situações de risco;
- Lares, Centro de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e assistência para Idosos;
- Colónia e Centro de Férias para famílias, idosos, jovens e crianças;
- Prestação de apoio a familiares de utentes, nomeadamente, no que respeita à orientação e acolhimento:
- Promoção de ações de cooperação e de troca de experiências com Instituição congêneres nacionais e internacionais;
- Promoção de outras ações no âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Ambiente, Saúde, administração Local, Juventude, Cultura e Desporto;
- Promoção de atividades de Formação Profissional.

A fundação obtém financiamento através de rendimentos e capitais próprios; rendimentos dos serviços e comparticipação dos utentes pela utilização das valências; subsídios de entidades oficiais e outras; donativos e produtos de festas subscrições ou iniciativas levadas a cabo pela FASL para obtenção de fundos.

É esta a sua razão de ser, a principal ação desenvolvida e a desenvolver.

Refeitório social “O Búzio” localizado em Albufeira iniciou a sua atividade em Julho de 1996 e tem capacidade para 40 utentes. Esta valência tem como objetivo principal apoiar as pessoas carenciadas, sobretudo, ao nível das necessidades mais básicas, a nível psicológico, económico e social, procurando dar condições às pessoas para que cuidem de si, de forma a registar-se um aumento da sua autoestima e valorização pessoal.

Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira - localizado em Albufeira iniciou a sua atividade em Novembro de 2007, dá resposta a 20 utentes e destina-se a dar apoio psicossocial e prestar cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência que, devido á sua situação de clínica, se encontram impedidas de serem cuidadas em domicílio.



**Quadro n.º 26 – Respostas sociais da FASL, por utente**

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Creche o Buzio	25	1	0
Jardim de Infância O Búzio	105	5	0
Colónia de Férias O Búzio	48	158	0
Refeitório Social	48	14	0
Cantina Social O Buzio	100	0	0
Apoio Psicossocial	0	63	0
Centro de Dia N.ª Sr.ª Visitação	12	0	0
Lar de Idosos N.ª Sr.ª da Visitação	36	10	0
Apoio Domiciliário	27	0	0
Creche as Amendoinhas	85	0	0
ULDM Albufeira	20	0	0

A direção é composta por 3 elementos com idades compreendidas 54 e 65 anos. Esta instituição conta com a colaboração de 98 funcionários.

**Santa Casa da Misericórdia de Albufeira** – Apartado 2117 8200-916 Albufeira.

A constituição da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, data do ano de 1498, tendo sido uma das primeiras a ser criada após a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Até ao 25 de Abril de 1974, a sua área de intervenção era limitada apenas no auxílio dos mais socialmente desfavorecidos, tais como indivíduos que careciam de tratamento hospitalar, aos quais eram prestados os cuidados básicos ao nível da saúde no antigo hospital de Albufeira, indivíduos com problemas económicos (mendigos).

A Instituição desenvolve as suas atividades, no âmbito do apoio social e humanitário, não descurando de outras formas de intervenção social, reabilitação, integração social e da cultura, servindo diversos tipos de população abrangendo todo o concelho de Albufeira, mas também a pessoas oriundas de outras zonas do distrito ou até mesmo de todo o país.

O público-alvo da Santa Casa da Misericórdia são as pessoas com necessidades especiais, nomeadamente idosos, crianças, pessoas com deficiência mental e física, toxicodependentes em recuperação, indivíduos seropositivos, famílias carenciadas e desprotegidas, pessoas sem família ou desprovidas do apoio da mesma, indivíduos desempregados, sem habitação ou em condições muito precárias, mulheres vítimas de maus tratos, mães solteiras, doentes mentais, entre outros.

As zonas servidas pela Santa Casa abrangem todo o Distrito de Faro, verificando-se uma maior incidência da sua intervenção no Concelho de Albufeira, nomeadamente na cidade Albufeira, freguesia da Guia (onde se situa a creche da instituição), freguesia de Olhos d'Água - Branqueira, onde funciona o Centro de Formação Profissional – Espaço Bússola e na freguesia de Paderne, local onde se situa a Unidade de Vida Apoiada Casa da Paz.

O Espaço Bússola encontra-se inserido numa área agrícola, pelo que, durante o ano de 2012, foi reativada a exploração hortícola visando o autoabastecimento da instituição, tendo como objetivo futuro a redução de custos na aquisição destes produtos. O objetivo para 2013 será o de aumentar a área de produção, visando a sustentabilidade do consumo interno e, em simultâneo, desenvolver uma vertente pedagógica que vá ao encontro das necessidades e interesses da comunidade escolar do concelho.

A Unidade de Reabilitação Profissional (URP) desenvolve a sua atividade desde 1987. É um projeto de continuidade, ao nível da formação profissional inicial para pessoas com deficiência ou incapacidades, com incidência na deficiência intelectual e psicológica; embora também conte entre os seus utentes pessoas com deficiência músculo-esquelética, auditiva, de linguagem e das funções gerais.

A Pastelaria Jasmin existe desde 1999. Trata-se de uma empresa de inserção que era composta até ao ano de 2011 por uma pastelaria com fabrico próprio, que efetuava encomendas para fora, fornecendo hotéis, cafés e até outras pastelarias. A partir de meados de 2011 a mesma, mantém apenas o espaço de atendimento ao público.

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) têm por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego do IEFP, I. P.

O Espaço Verde foi criado em 1999 como empresa de inserção teve como objetivo inicial o desenvolvimento de atividade na área de Manutenção e Implementação de Jardins com a integração socioprofissional de grupos sociais mais vulneráveis. Após 7 anos e tal como previsto na lei de suporte, a Espaço Verde termina o seu estatuto de Empresa de Inserção tendo, por decisão da instituição, mantido a sua atividade, mas alargando a prioridade de integração a todos aqueles que, comprovadamente, demonstrem dificuldades de integração socioprofissional.

O Gabinete de Inserção Social foi criado em Julho de 2012, com o objetivo de garantir todo o apoio necessário a situações de carência económica, habitacional, social, profissional, saúde entre outras. Pretende informar, acompanhar, encaminhar e dar resposta a indivíduos/ famílias residentes no concelho de Albufeira, que se encontram numa situação de fragilidade social, tendo um atendimento personalizado.

A Loja Social tem como objetivo fornecimento de roupas, calçado, têxteis, artigos de decoração, brinquedos. Venda a baixo custo para angariação de fundos. Destinado a Famílias / indivíduos em situação de carência económica do concelho de Albufeira.

A Cantina Social é uma Resposta Social, que consiste no fornecimento de refeições a famílias/indivíduos economicamente desfavorecidos. A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira disponibiliza 65 refeições diárias, destinadas, a consumo externo durante 7 dias por semana:

a) As refeições são levadas para o exterior da instituição, não podendo as mesmas ser tomadas no refeitório da instituição, existindo para tal efeito recipientes próprios;

b) A refeição será a mesma para todos os utentes. Abrir-se-ão exceções aos utentes que necessitam de dieta ou de pratos dietéticos, desde que comprovados através de declaração médica.

Famílias/ indivíduos em situação de carência económica do Concelho de Albufeira poderão deslocar-se pessoalmente a Instituição ou ser encaminhados por entidades parceiras tais como Segurança Social, Câmara Municipal entre outras. A seleção dos indivíduos / famílias é realizada pela instituição, tendo especial atenção aos idosos com baixos rendimentos, famílias expostas ao fenómeno de desemprego, famílias com filhos a cargo, pessoas com deficiência e pessoas com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.

O Lar de Idosos “Roseiral” foi inaugurado no dia oito de Julho de 2006, por sua Ex.<sup>a</sup> Prof. Doutor Padre Vítor Melícias. A população caracteriza-se na sua maioria por idosos com idade igual ou superior a 65 anos que não reúnem condições físicas ou mentais que lhes permitam permanecer nas suas habitações, que não possuem rede familiar de suporte e/ou que não possuem condições socioeconómicas. A maioria dos utentes sofre de grandes limitações físicas e/ou mentais que comprometem a sua qualidade de vida e autonomia, sendo na sua maioria dependentes, necessitando portanto da ajuda permanente de terceiros.

Relativamente ao Centro de Dia, a sua população tem normalmente um maior grau de independência, mas não o suficiente que lhes permita permanecer sozinhos nas suas habitações. Esta Resposta Social tem capacidade para 15 utentes e dispõe dos serviços de alimentação, ocupação de tempos livres, cuidados de higiene, apoio social e acompanhamento de enfermagem. Embora não disponha ainda do serviço de transporte na Resposta Social Centro de Dia, este constitui uma das principais preocupações da Instituição, sendo um dos objetivos a atingir no futuro, no sentido de melhorar a qualidade da prestação dos serviços, apoiando um maior número de famílias.

O Serviço de Apoio Domiciliário é a resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam

assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária. O Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, sito em Cerro da Alagoa, conta com um acordo com a Segurança Social, para 36 utentes. A Valência de Apoio Domiciliário destina-se a todos os idosos do concelho de Albufeira e freguesias de Algoz e Tunes, com mais de 60 anos ou eventualmente a outros indivíduos que por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

A Unidade de Vida Apoiada consiste numa resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem, que não lhes permite organizar sem apoio, as atividades da vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente. Esta resposta social promove a integração dos utentes através de uma estrutura residencial.

O Fórum Sócio -Ocupacional é um equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica ou mental, visando a sua reinserção sócio – familiar e/ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido. O Fórum tem como objetivo desenvolver com o utente atividades ocupacionais indutoras da autonomia e do relacionamento interpessoal, que promovam a reinserção sócio -familiar e/ou profissional e, cumulativamente ou em alternativa, a eventual integração deste no mercado de trabalho. São destinatários deste Fórum, jovens e adultos com doença psiquiátrica grave estabilizada, tendencialmente crónica, que apresentam reduzida capacidade relacional e de integração social, frequentes dificuldades na estruturação das atividades de vida diária e na manutenção do espaço habitacional, bem como no exercício profissional. O Horário de permanência de cada utente, no Fórum Sócio – ocupacional é definido ao longo do processo, de acordo com o seu estado psíquico, podendo variar entre parte de um dia até aos cinco dias úteis da semana.

O Lar Residencial “São Vicente” é uma resposta social desenvolvida em equipamento destinado a alojar jovens e adultos de ambos os sexos com idade

igual ou superior a 16 anos, com qualquer tipo ou grau de deficiência. No entanto podem ser admitidos no lar residencial, jovens com idade inferior aos 16 anos, caso se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais. O Lar Residencial funciona 24 horas por dia. As salas de atividades funcionam das 9.30h às 13.00h e das 14.00h às 17.30h. Sedeado na Rua do Oceano, Freguesia e Concelho de Albufeira.

A Creche “Tempos de Infância” pertence a uma Instituição Particular de Solidariedade Social – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Foi construída pela Câmara Municipal de Albufeira, tendo sido inaugurada a 20 de agosto de 1996, pelo Sr. Arsénio Manuel Vieira Catuna, Presidente da Câmara de Albufeira, na altura. Após a inauguração a Instituição iniciou o seu funcionamento. É uma valência sem fins lucrativos, destinada a receber crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses de idade, com uma capacidade de 45 crianças, de acordo com o protocolo de cooperação com a Segurança Social, divididas por três salas. Procuramos apoiar na comunidade as famílias mais necessitadas economicamente e as famílias numerosas, onde o bem-estar das crianças possa estar em risco. A Creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança em que se compartilha com a família a educação da mesma. Deste modo, os primeiros contatos da criança e da sua família com o pessoal da creche são de extrema importância para que se estabeleça uma relação de respeito, tolerância e interajuda.

O Centro Infantil “Quinta dos Pardais” foi inaugurado a 18 de Maio de 1996 pelo Primeiro-ministro António Guterres, tratando-se de um edifício construído de raiz, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. É uma resposta social sem fins lucrativos, constituída por creche e jardim-de-infância, que acolhe crianças dos 4 meses à idade de ingresso no 1º ciclo. A creche é composta por uma sala de berçário com acesso ao fraldário e à copa de leites, uma sala para crianças de 1 ano e uma sala de atividades para crianças de 2 anos, tendo uma capacidade para 50 crianças, de acordo com o protocolo de cooperação com a Segurança Social.

A Creche e o jardim-de-infância são contextos de desenvolvimento da criança em que se compartilha com a família a educação da mesma. Deste modo, os

primeiros contactos da criança e da sua família com o pessoal da creche e do jardim-de-infância são de extrema importância para que se estabeleça uma relação de respeito, tolerância e interajuda.

O Lar de Crianças os Pirilampos localiza-se na Quinta das Pedras, Branqueira, localidade situada na zona periférica de Albufeira e foi criado em 1982, pela necessidade de acolhimento de crianças em situação de abandono ou grave negligência familiar. No dia 14 de Agosto de 1982 o poeta Miguel Torga batizou a minúscula casinha pré-fabricada, dando-lhe o nome de “Os Pirilampos” e aceitou as primeiras cinco crianças. O terreno do Lar foi doado por um casal de ingleses, residentes ainda hoje na propriedade ao lado e beneméritos da Instituição até ao momento.

Equipamento social que tem por finalidade a integração de crianças dos 0 aos 12 anos de idade, de ambos os sexos, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às da família, com vista ao seu desenvolvimento global e à sua inserção na sociedade. O Lar Pirilampos assegura os seguintes serviços: alojamento, higiene e cuidados pessoais, tratamento de roupa, cuidados de saúde, apoio nas atividades da vida quotidiana, deslocações e transportes, momentos de lazer e descanso, apoio psicológico, apoio escolar e atividades desportivas e lúdicas.

A Resposta Social de Lar de Jovens designado por “Gaivota” foi criada em 1986, de forma a dar continuidade ao Lar de Crianças “Os Pirilampos”, uma vez que o mesmo se destinava a crianças até aos 12 anos ou que concluíssem o Ensino Básico de 1º ciclo. O respetivo Acordo de Cooperação foi celebrado com o Centro Distrital de Faro em 02/12/98, com capacidade para 46 utentes.



**Quadro n.º 27 – Respostas sociais da Santa Casa de Misericórdia, por utente**

Resposta Social	N.º de utentes por acordo	N.º de utentes sem acordo	Lista de espera
Lar de Jovens Gaivota	34	0	0
Estrutura Residencial S. Vicente	38	0	47
Casa da Cegonha	12	2	0
Lar de Idosos Roseiral	60	0	90
Centro de Dia	0	6	0
Lar de Crianças – Os Pirlampos	17	0	0
Centro Infantil Quinta dos Pardais Creche	47	0	35
Centro Infantil Quinta Dos Pardais Jardim de Infância	50	0	3
Creche Tempos de Infância	45	0	21
Casa da Paz – Unidade Vida Apoiada	20	0	0
Fórum Sócio Ocupacional	30	0	10
Serviço de Apoio Domiciliário	32	0	0
Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	7	0	0
Gabinete de Inserção Social	0	20	0
Cantina Social	58	0	0
Loja Social	0	14	0
Casa da Esperança	4	0	0

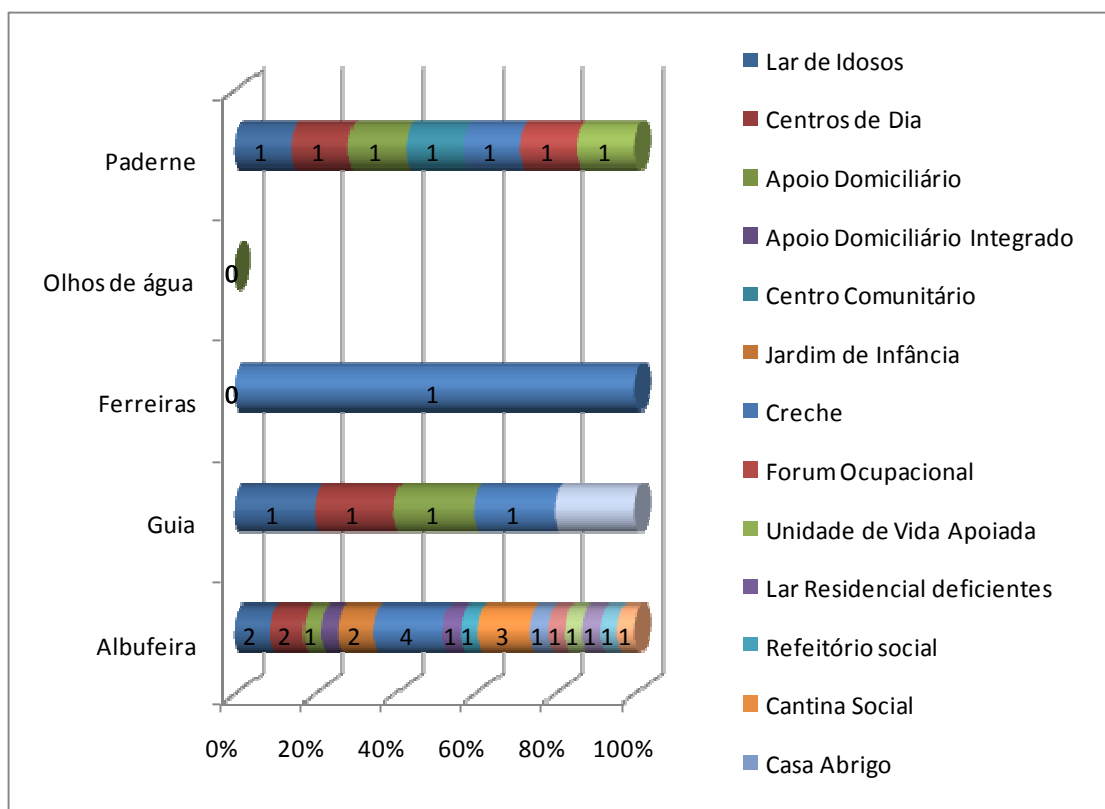
A direção é composta por 20 elementos com idades compreendidas 35 e 65 anos.

Esta instituição conta com a colaboração de: 14 Ajudantes de ação educativa, 23 Ajudantes de ação educativa, 1 Educador Social, 7 Diretores Técnicos de Estabelecimento, 13 Ajudantes Est. Apoio a Deficientes, 5 Ajudantes Est. Apoio a Deficientes, 6 Monitores Principais, 1 Cozinheiro I, 3 Cozinheiro, 7 Ajudante de Cozinheiro I, 3 Ajudantes Cozinheiro II, 1 Técnico Superior de Serviço Social principal, 1 Técnico Superior de Serviços Social, 5 Trabalhador de serviços gerais I, 6 Trabalhador de Serviços Gerais II, 7 Educadores de Infância, 2 Escriurários II, 1 Professor de Educação Física, 2 Motorista Ligeiros II, 16 Ajudantes de Lar Centro de Dia I, 6 Ajudantes de Lar Centro de Dia II, 2



Enfermeiros I, 1 Encarregado Serviços Gerais II, 4 Encarregado Sector II, 2 Operadores de Lavandaria I, 1 Técnico Diagnóstico Terapêutico Grau I, 1 Alfaiate II, 5 Jardineiros I, 5 Jardineiro II, 2 Aprendiz Jardineiro I, 6 Estagiários, 3 Técnicos de Formação Principal, 1 Psicólogo Principal, 3 Contabilista /TOC Principal, 1 Chefe Secção II, 4 Técnico Administração Principal, 1 Rececionista I, 1 Eletricista Grau II, 1 Carpinteiro Grau I, 2 Empregados de Balcão, um total de 176 colaboradores.

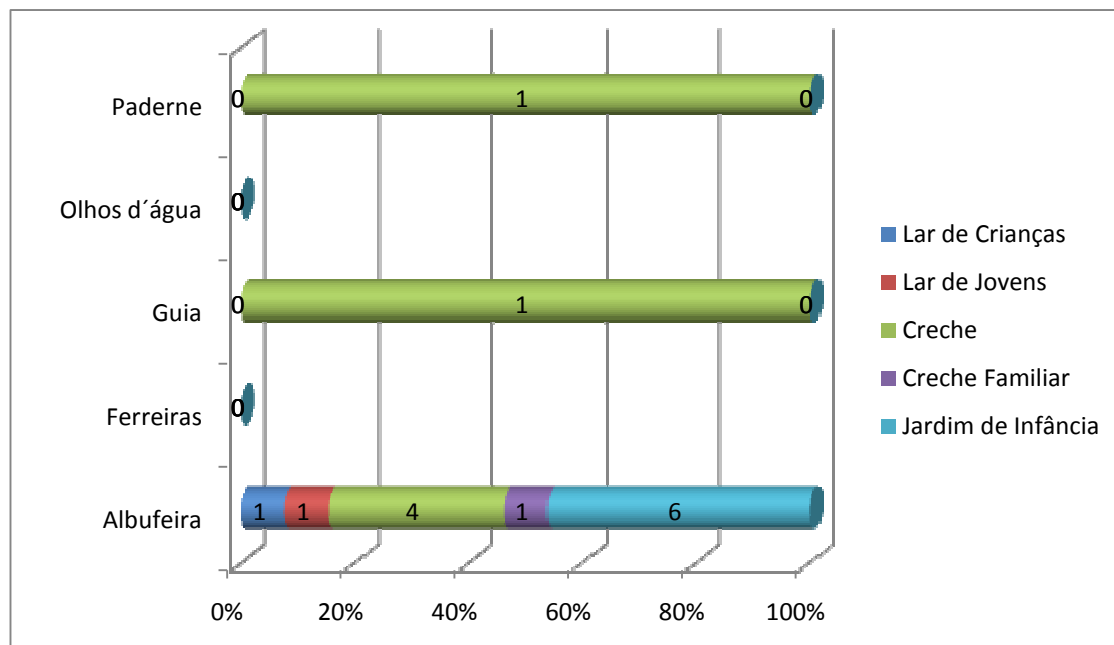
Gráfico n.º 33 - Distribuição dos Equipamentos Sociais por Freguesia



Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, 2012

## Respostas sociais na área da infância e juventude

Gráfico n.º 34 - Número de respostas na área da Infância e Juventude, por freguesia

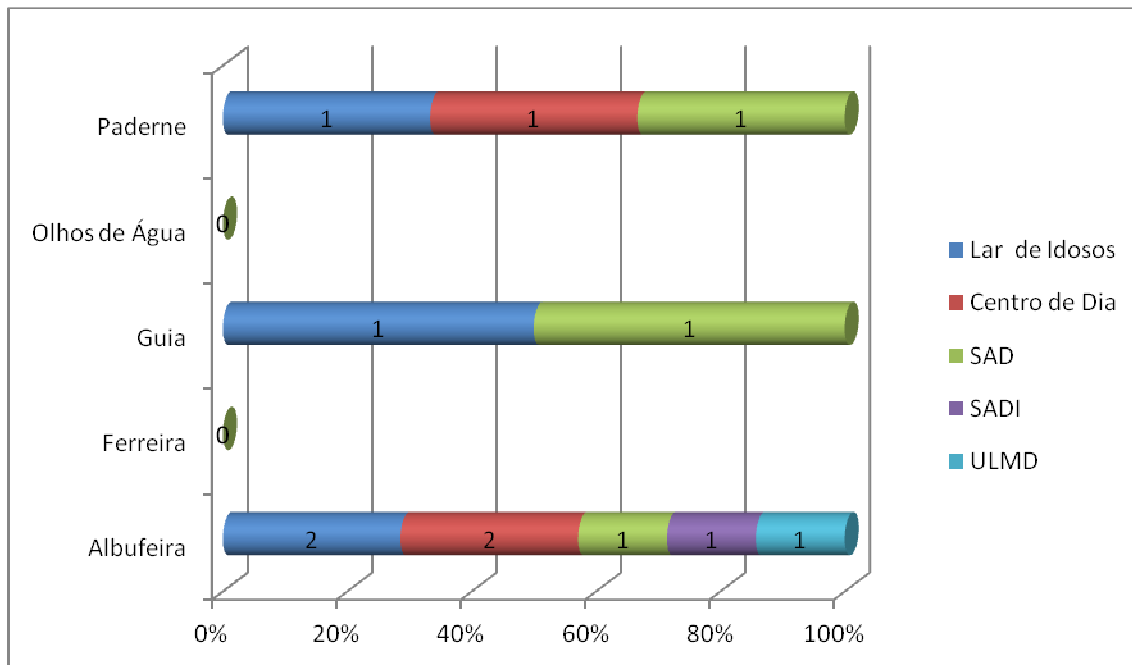


Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, 2012

Da análise do gráfico acima verifica-se que a freguesia de Albufeira dá resposta ao maior número de equipamentos sociais, nomeadamente na área de Infância e Juventude.

## Respostas sociais na área dos Idosos

Gráfico n.º 35 – Número de respostas na área dos Idosos, por freguesia

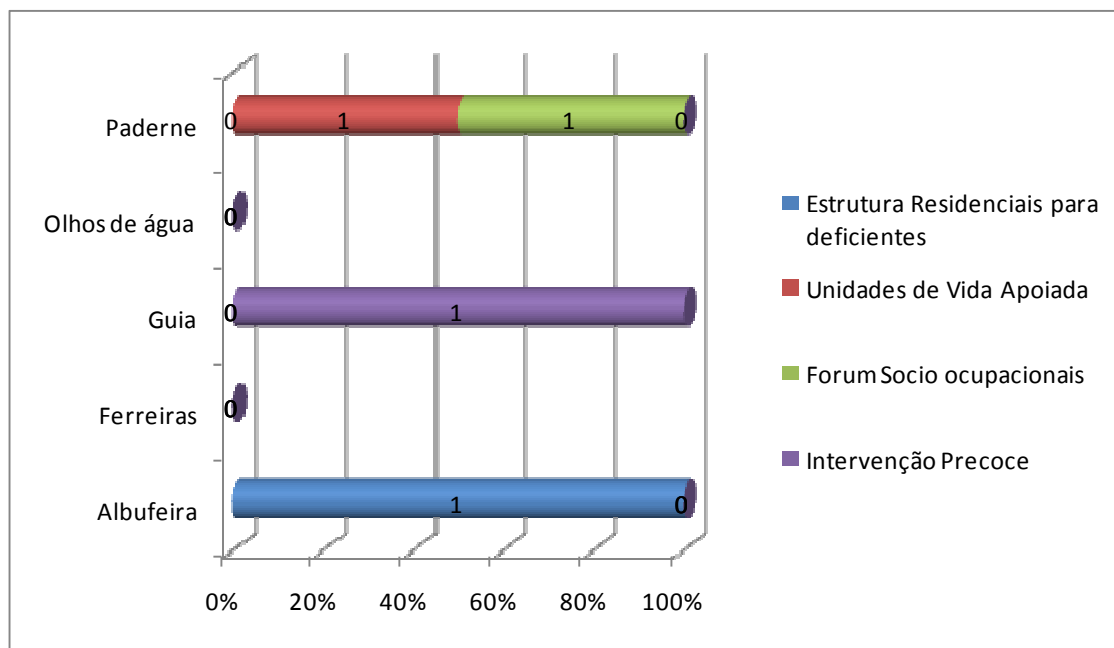


Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, 2012

Relativamente à problemática dos idosos, o gráfico representado mostra que é bastante evidente que nas freguesias de Ferreiras e Olhos d' Água a carência de equipamentos sociais a nível de Lares, Centros de Dia, SAD, SADI e ULMD é proporcional ao total da população com mais de 65 anos, residente nessas freguesias.

## Respostas sociais na área da Deficiência

Gráfico n.º 36 – Número de respostas na área da Deficiência, por freguesia



Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, Dez. 2012

Relativamente à área Deficiência, foi possível verificar, na caracterização das diferentes instituições, que apenas a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e a APEXA estão direccionadas para a intervenção junto deste grupo, sendo que as áreas geográficas são a freguesia de Albufeira, Guia e Paderne.

**Quadro n.º 28 Taxas de Cobertura na área de Infância e Juventude/Creche e Creche Familiar em 2012**

Concelho	Freguesias	Rede Solidária								Rede Lucrativa			Total			Pop. Residente 2011 [0, 3] anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
		Creche				Creche Familiar				Creche			Nº	Cap.	Ut. Acordo		
		Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura a1	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura a1	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura a1					
ALBUFEIRA	Albufeira	4	243	207	25,0%	0	0	0	0,0%	3	151	15,5%	7	394	207	973	40,5%
	Ferreiras	1	35	30	11,6%	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	35	30	302	11,6%
	Guia	1	45	45	26,0%	0	0	0	0,0%	1	28	16,2%	2	73	45	173	42,2%
	Olhos d'Água	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	175	0,0%
	Paderne	1	74	45	77,1%	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	74	45	96	77,1%
	Total do Concelho	7	397	327	23,1%	0	0	0	0,0%	4	179	10,4%	11	576	327	1.719	33,5%

Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, Dez. 2012

Após a análise do quadro referente às taxas de cobertura, verificamos que as freguesias de Albufeira e Paderne apresentam os valores mais elevados quanto à taxa de cobertura dos equipamentos na área da 1ª infância. Em oposição temos as freguesias de Olhos de água, Ferreira e Guia, com os valores mais baixos face às restantes freguesias do concelho.

**Quadro n.º 29 - Taxas de Cobertura na área de Infância e Juventude/Estabelecimento de Educação Pré-Escolar em 2012**

Concelho	Freguesias	Rede Solidária			Rede Pública			EEPC			Total		Pop. Residente 2011 [3, 5] anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
		Nº	Cap.	Taxa de Cobertura a1	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura a1	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura a1	Nº	Cap.		
ALBUFEIRA	Albufeira	2	180	24,9%	4	425	58,7%	4	190	26,2%	10	795	724	109,8%
	Ferreiras	0	0	0,0%	2	225	92,2%	0	0	0,0%	2	225	244	92,2%
	Guia	0	0	0,0%	2	125	102,5%	1	25	20,5%	3	150	122	123,0%
	Olhos d'Água	0	0	0,0%	1	100	73,5%	0	0	0,0%	1	100	136	73,5%
	Paderne	0	0	0,0%	1	100	153,8%	0	0	0,0%	1	100	65	153,8%
	Total do Concelho	2	180	13,9%	10	975	75,5%	5	215	16,7%	17	1370	1.291	106,1%

Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, Dez. 2012

Relativamente à taxa de cobertura referente à área da infância e juventude no estabelecimento pré-escolar, verifica-se que existem freguesias onde a taxa de cobertura atingem os valores próximos dos e superiores aos 100% face à população residente em 2011, são elas as Ferreiras, Olhos de Água, Paderne e Guia.

**Quadro n.º 30 - Taxas de Cobertura na área de Intervenção Idosos/ Lar para Idosos em 2012**

Concelho	Freguesias	Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Pop. Residente 2011 [65 e + [ anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
		Nº	Cap	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap	Ut. Acordo		
ALBUFEIRA	Albufeira	2	79	75	3,0%	0	0	0,0%	2	79	75	2.593	3,0%
	Ferreiras	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	751	0,0%
	Guia	1	36	36	4,4%	1	35	4,2%	2	71	36	824	8,6%
	Olhos d'Água	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	795	0,0%
	Paderne	1	40	39	7,4%	0	0	0,0%	1	40	39	544	7,4%
	Total do Concelho	4	155	150	2,8%	1	35	0,6%	5	190	150	5.507	3,5%

Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, Dez. 2012

**Quadro n.º 31 - Taxas de Cobertura na área de Idosos/Centro de Dia em 2012**

Concelho	Freguesias	Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Pop. Residente 2011 [65 e + [ anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
		Nº	Cap	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap	Ut. Acordo		
ALBUFEIRA	Albufeira	1	50	15	1,9%	0	0	0,0%	1	50	15	2.593	1,9%
	Ferreiras	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	751	0,0%
	Guia	1	50	30	6,1%	1	15	1,8%	2	65	30	824	7,9%
	Olhos d'Água	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	795	0,0%
	Paderne	1	33	10	6,1%	0	0	0,0%	1	33	10	544	6,1%
	Total do Concelho	3	133	55	2,4%	1	15	0,3%	4	148	55	5.507	2,7%

Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística – Dez. 2012

**Quadro n.º 32 - Taxas de Cobertura na área de Idosos/Serviço de Apoio Domiciliário em 2012**

Concelho	Freguesias	Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Pop. Residente 2011 [65 e + [anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
		Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura 1	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
ALBUFEIRA	Albufeira	1	40	36	1,5%	0	0	0,0%	1	40	36	2.593	1,5%
	Ferreiras	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	751	0,0%
	Guia	1	30	30	3,6%	0	0	0,0%	1	30	30	824	3,6%
	Olhos d'Água	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0	795	0,0%
	Paderne	1	35	30	6,4%	0	0	0,0%	1	35	30	544	6,4%
	Total do Concelho	3	105	96	1,9%	0	0	0,0%	3	105	96	5.507	1,9%

Fonte: CDF – Núcleo de Planeamento e Estatística, Dez. 2012

Segundo a análise do acima, constata-se que a área de intervenção social Idosos, abrange as respostas sociais de Lares de Idosos, Centro de Dia, e Serviços de Apoio Domiciliário, as freguesias da Guia e Paderne verificam uma taxa de cobertura alta referente a estas respostas sociais. O mesmo não se verifica nas restantes freguesias como Albufeira, Ferreira e Olhos de Água.

#### **4.2. Instituições que promovem Apoio Social sem Acordos com o centro Distrital**

**Conferência Beato Vicente de Albufeira** – Apoiam 45 Agregados familiares nas áreas de alimentação (cabaz de alimentos), e outros apoios esporádicos de ação social como pagamento de transporte para consultas, pagamento de despesas diversas e urgentes.

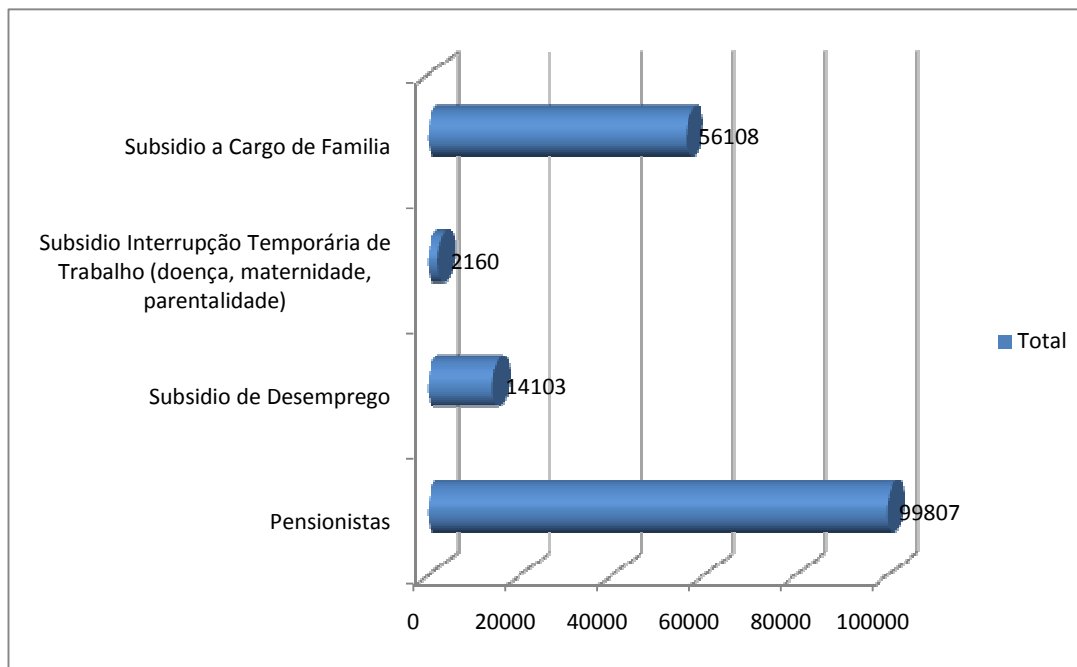
**Conferência São José de Ferreiras** – Apoiam atualmente 50 agregados familiares em alimentação, transportemos a consultas e atendimento social para aconselhamento sobre problemas familiares.

**Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Ferreiras** – Estrutura Operacional de Emergência em Lagoas, C.P 300A, 8200-561 Ferreiras, conta com 30 colaboradores, entre contratados, projetos do IEFPP, trabalhadores independentes e ainda um corpo de voluntariado das mais diversas áreas profissionais, como médicos, enfermeiros, socorristas, psicólogos, juristas, entre outros. A instituição tem como missão prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. Desta forma, esta Delegação colabora com outras entidades e organismos nas áreas de socorro através de transporte de doentes urgentes e não urgentes, contando com uma frota de ambulâncias, viaturas ligeiras, todo o terreno e veículos pesados como por exemplo um posto médico avançado. Efetua formação aos colaboradores e faz avaliações para averbamento de carta de condução. Possui ainda um Gabinete Psicossocial onde são acompanhados os casos sociais e de carência económica, através do fornecimento de bens alimentares e vestuário a 302 indivíduos de Albufeira e Silves. É ainda feito o apoio ao desempregado através de orientação na construção de currículos, encaminhamento para entidades de recrutamento e são ensinadas técnicas de procura ativa de emprego, bem como prestado acompanhamento psicológico a todos os indivíduos que o necessitem. Por fim, temos o serviço teleassistência, um equipamento telefónico de apoio imediato em caso de urgência.



### 4.3. Proteção Social

Gráfico n.º 37 - Proteção Social



Fonte: INE, Censos de 2011

De acordo com o gráfico, é possível verificar que, no âmbito da Proteção Social, no Concelho de Albufeira temos a seguinte conclusão no que diz respeito ao número total de habitantes no concelho de Albufeira: 40828 por km<sup>2</sup>, 99807 habitantes residentes são pensionistas. De seguida a barra que apresenta o maior número diz respeito ao subsídio a cargo da família que apresenta um total de 56108 habitantes. Relativamente ao número de desempregados temos um total de 14103 habitantes. E o subsidio de Interrupção temporária de trabalho (doença, maternidade, paternidade, assume o valor de 2160 habitantes. Estes valores dizem ao ano de 2012.

#### 4.4. Rendimento Social de Inserção – Caracterização diagnóstica do concelho de Albufeira

Lei n.º 13/2003, de 21 de maio republicada, pela Declaração Retificação n.º 7/2003, de 29 de maio, alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e pelo Decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de junho que também a república. Decreto - Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, determina o valor do rendimento social de inserção (RSI).

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por:

- Um **contrato de inserção** para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;
- Uma **prestação em dinheiro** para satisfação das suas necessidades básicas.

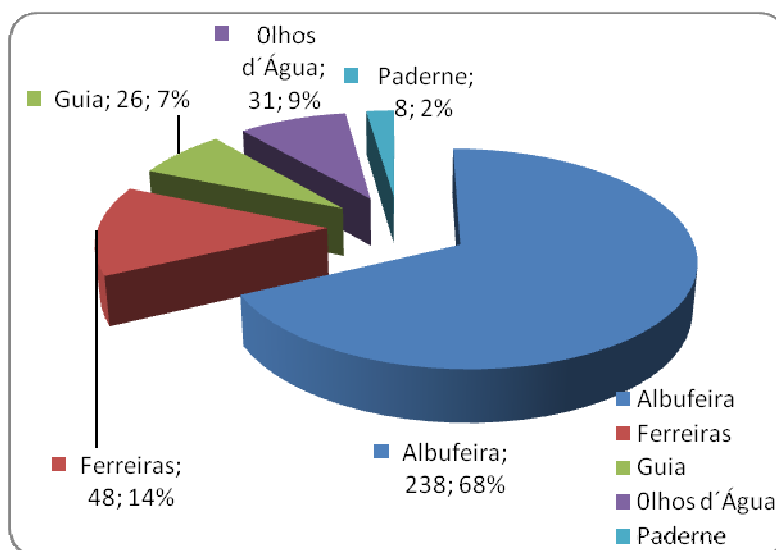
As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

**Decreto-lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro Secção 3, Artigo n.º 78, 79 e 80º do nº1,2 e 3.**

Os Protocolos são celebrados entre os CDSS e as IPSS que desenvolvem a sua intervenção na área de atuação do NLI e visam o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários da medida, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção. O Protocolo de Rendimento Social de Inserção foi celebrado entre o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (Centro Distrital de Faro) e a Associação Humanitária Solidariedade Albufeira, em Abril de 2010.

Este Protocolo surgiu da urgência de uma intervenção mais profunda e um acompanhamento mais pormenorizado das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, uma vez que, não existia neste concelho um técnico afeto a tempo inteiro ao Núcleo Local de Inserção.

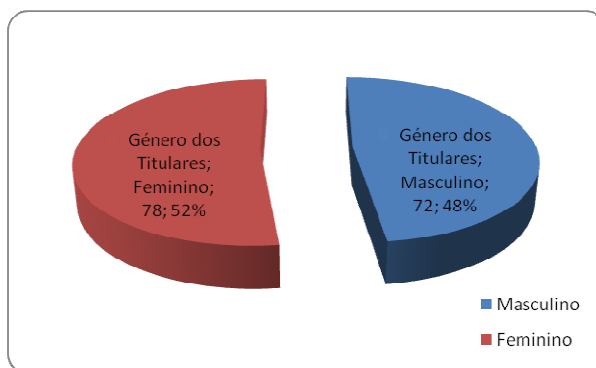
**Gráfico n.º 38 – Beneficiários por Freguesia**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

O concelho de Albufeira apresenta uma dimensão de 149,7 km<sup>2</sup> em termos de ocupação de território, e em termos organizacionais encontra-se dividido por 5 freguesias, dispersos em termos geográficos e que abrange zonas rurais e zonas litorais. Relativamente aos valores, do número de beneficiários por freguesia, temos a seguinte dimensão territorial dos 351 beneficiários, residem na freguesia de Albufeira 238, na freguesia das Ferreiras 48, na freguesia de Olhos de Água 31, na freguesia da Guia 26 e na freguesia de Paderne 8 beneficiários.

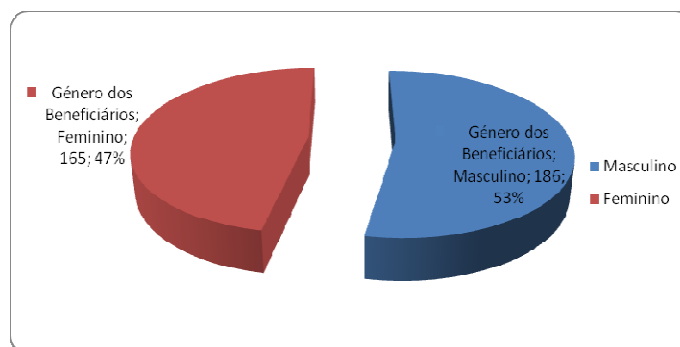
**Gráfico n.º 39 – Género dos Titulares**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

No âmbito do Protocolo RSI – AHSA encontram-se, presentemente, em acompanhamento 150 famílias beneficiárias correspondente em termos numéricos a 78 do sexo feminino e 72 do sexo masculino. Estes dados dizem respeito, à titularidade da prestação pecuniária de Rendimento Social de Inserção.

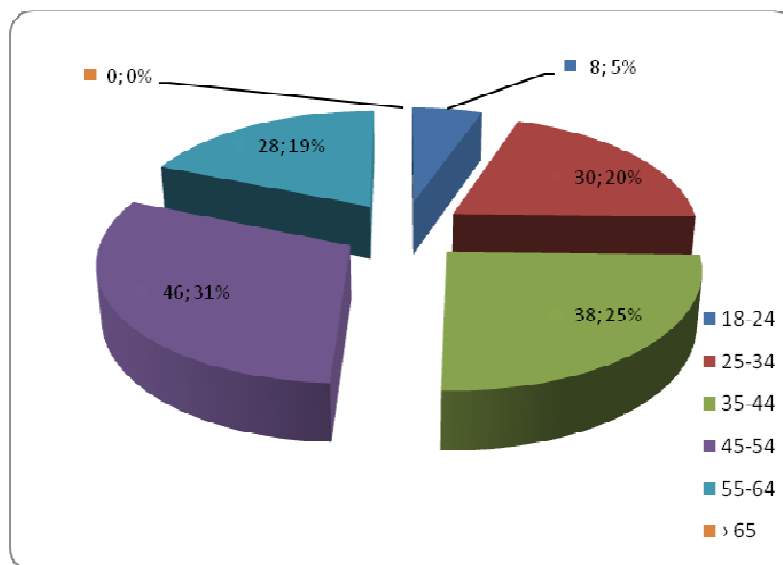
**Gráfico n.º 40 – Género dos Beneficiários**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

No que diz respeito ao número de beneficiários em acompanhamento do Universo de 351 beneficiários, 165 são do sexo feminino e 186 do seu total são do sexo masculino.

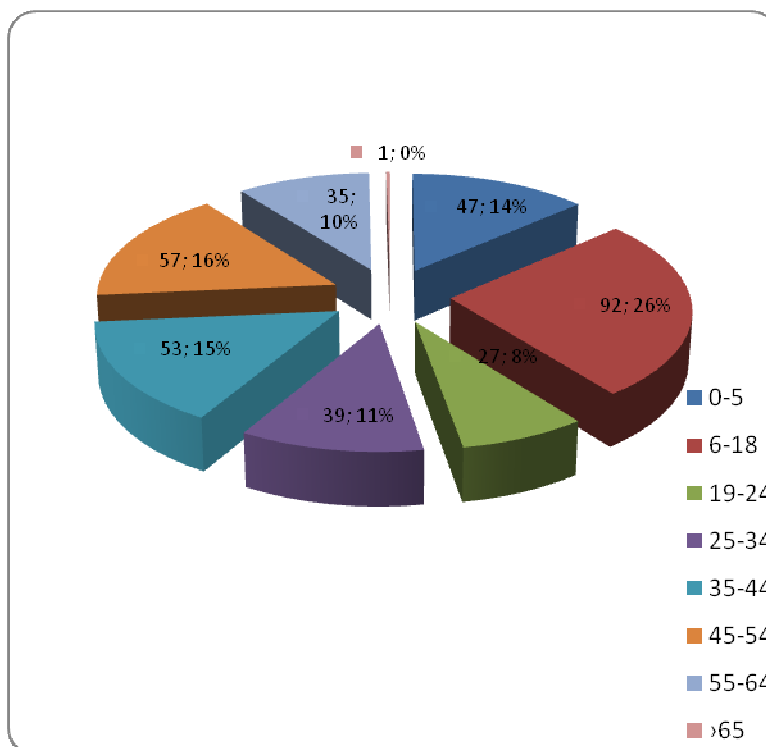
Gráfico n.º 41 – Faixa Etária Titulares



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Face ao Universo dos titulares em acompanhamento, segundo o gráfico encontram-se distribuídos da seguinte forma: a faixa etária dos 18-24 ocupa o valor de 8 titulares, na faixa etária dos 25-34 verificam-se 30 utentes, para a faixa etária dos 35-44 anos de idade 38. Quanto ao escalão dos 45-54 anos, observamos 46 beneficiários. Dos 55-64 correspondem 28 e não se verifica nenhum titular nesta faixa etária. Deste gráfico, conclui-se que a titularidade da prestação de RSI assume valores de maior incidência na classe adulta, em virtude do desemprego acentuado nestas idades, provocado na maioria dos casos pelo término do subsídio de desemprego, significando assim que são estes os potenciais candidatos à titularidade da prestação de RSI.

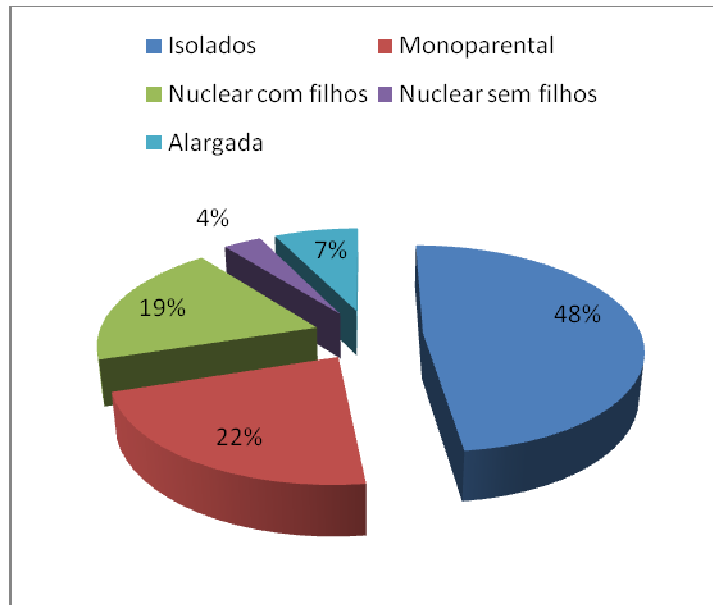
Gráfico n.º 42 – Faixa Etária dos Beneficiários



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Como já foi referido, encontram-se em acompanhamento 150 famílias o que corresponde a um total de 351 beneficiários. Destes, 14% beneficiários centram-se na faixa etária dos 0-5 anos de idade, dos 6-18 anos correspondem 26%, no escalão dos 19-24 observamos 8%, dos 25-34 verifica-se uma taxa de 11%. Para os escalões etários dos 35-44 anos, temos 15% dos beneficiários e dos 45-54 anos os dados revelam 16%. O escalão etário dos 55-64 assume um valor percentual de 10%, o escalão etário referente a maiores de 65 anos assume um valor de 0%. Conclui-se assim que a taxa de maior incidência insere-se nas camadas mais jovens, o que significa que temos muitos titulares com filhos/netos a cargo.

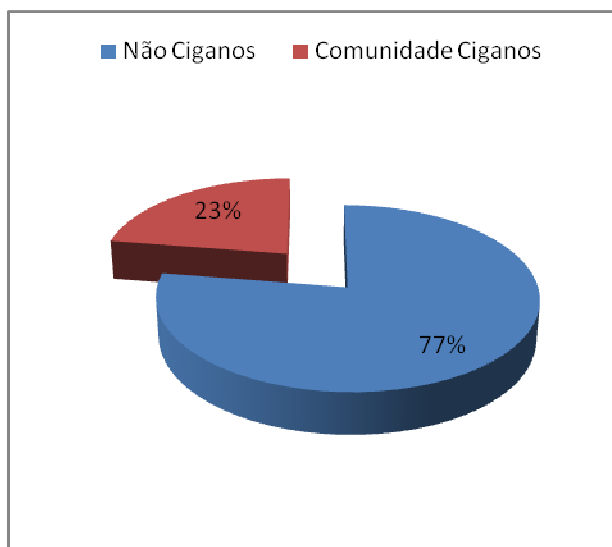
**Gráfico n.º 43 – Tipologia Familiar**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

O gráfico anterior traduz a tipologia familiar, podendo verificar-se em termos percentuais que 48% dos agregados em acompanhamento são isolados, 22% são famílias monoparentais, 19% são famílias nucleares com filhos. As famílias nucleares sem filhos assumem uma percentagem de 4% e as famílias alargadas assumem um valor percentual de 7%. Do seguinte sectorograma pode-se concluir que das 150 famílias em acompanhamento pela equipa representam a maioria dos agregados familiares são de tipologia isolados e as famílias monoparentais correspondente a um total de 70% do Universo.

**Gráfico n.º 44 – Percentagem de beneficiários não ciganos e ciganos**

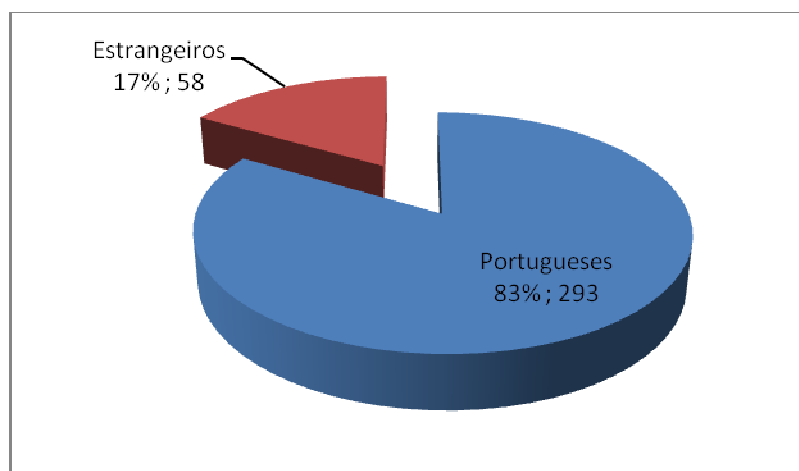


Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Pelo facto de, no concelho de Albufeira, existirem alguns aglomerados da sociedade minoritária residentes em acampamentos localizados nas zonas periféricas e, que são reincidentes na medida, considerou-se importante a caracterização deste grupo étnico. Então, no presente diagnóstico face ao número de beneficiários em estudo, verifica-se que dos 351 beneficiários 77% são das mais diversificadas nacionalidades e 23% são de etnia cigana, comparando com os dados do semestre passado esta percentagem diminuiu. Isto leva a uma conclusão que se traduz no facto dos titulares da medida que, se encontravam a receber a prestação e, eram desta classe minoritária viram os seus processos cessados durante este semestre por incumprimento do programa de inserção, daí estes valores de diminuição, face a relatórios anteriores.



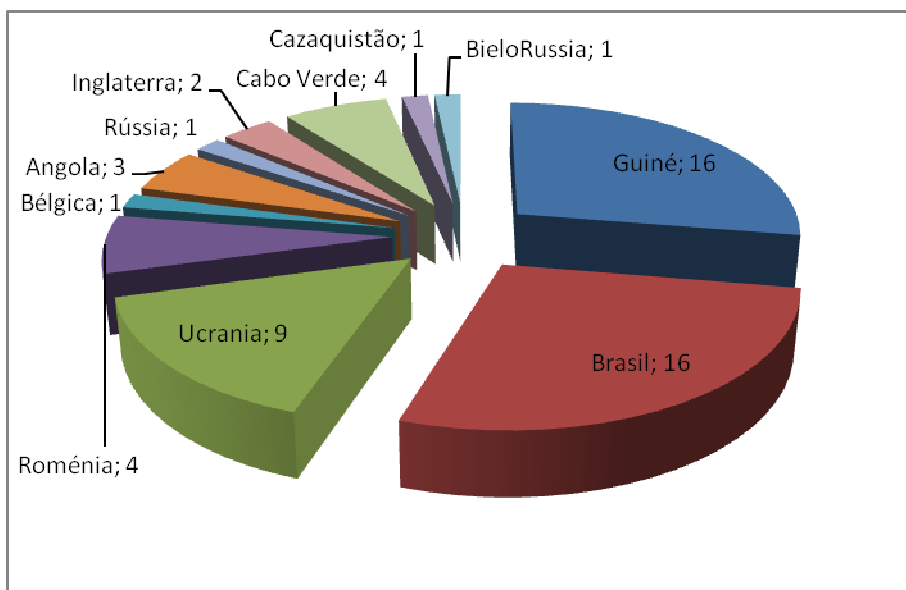
**Gráfico n.º 45 - Beneficiários da Medida - Portugueses e Estrangeiros**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, Outubro 2012

Podemos verificar no gráfico n.º 45 que 58 utentes desta medida são de nacionalidade estrangeira. Assim sendo, há uma maior predominância de portugueses (293 beneficiários), apesar de o concelho de Albufeira ter um número bastante elevado de população estrangeira a residir no concelho há mais de dois anos.

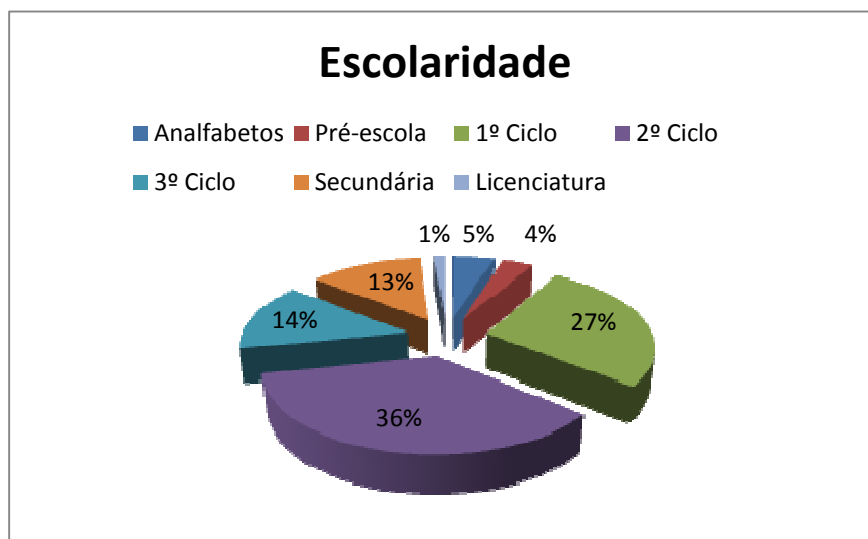
**Gráfico n.º 46 - Beneficiários por Nacionalidade**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

O concelho de Albufeira caracteriza-se por um acréscimo de cidadãos de outras nacionalidades. Assim sendo, do universo de 351 beneficiários, 293 são de nacionalidade portuguesa, 16 são de nacionalidade brasileira, 9 indivíduos são de nacionalidade ucraniana, 16 titulares são de nacionalidade guineense, 4 de nacionalidade romena, 4 de nacionalidade cabo-verdiana, 1 de nacionalidade belga, 2 de nacionalidade inglesa e 3 de nacionalidade angolana. Assim, poder-se-á concluir que 83% dos titulares da medida são de nacionalidade portuguesa.

**Gráfico n.º 47 - Grau de Escolaridade dos Beneficiários**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente à escolaridade dos beneficiários, verifica-se que numa amostra de 351 beneficiários, 5% são analfabetos, 27% têm o 1º ciclo, quanto ao 2º ciclo temos um valor percentual de 36%, para o ensino secundário temos um total de 13% e no ensino superior a percentagem corresponde a 1%.

Conclui-se assim que 32% da população beneficiária da medida permanece com insuficiência de escolaridade ou apenas diferem 4% relativamente aos beneficiários com o ensino secundário. Sendo assim a baixa escolaridade pode constituir um entrave à integração no mercado de trabalho.

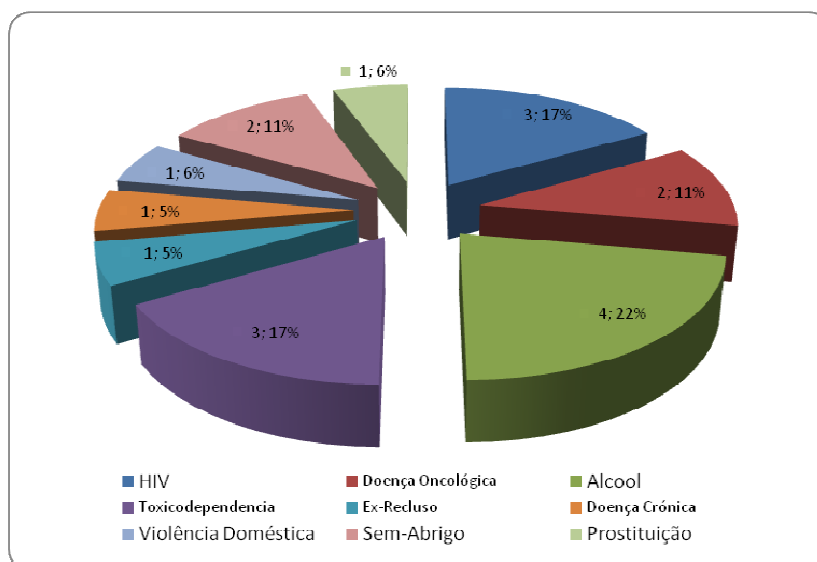
**Gráfico n.º 48 - Situação Profissional dos Beneficiários**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente à situação dos beneficiários da medida face ao emprego constata-se que do total de 351 beneficiários, 118 estão desempregados, do Universo, 13 beneficiários encontram-se integrados no mercado de trabalho e 18 foram inseridos em formações via Centro de Novas Oportunidades, outras via Instituto de Emprego e Formação Profissional, na sua maioria financiadas. Este setograma traduz a situação de desemprego que afeta o País e os beneficiários da medida não fogem a esta realidade porque dos 150 beneficiários/titulares apenas 18 se encontram em situação de emprego.

**Gráfico n.º 49 - Problemáticas Específicas**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Quanto às problemáticas específicas, no Universo de 351 beneficiários, existem algumas a salientar pois são acompanhadas pela equipa no âmbito da sua especificidade.

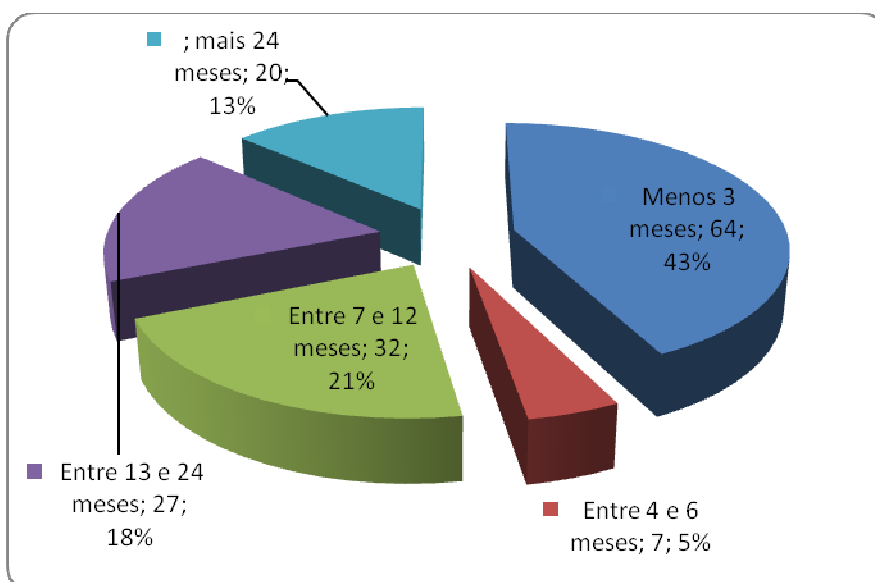
Do total dos beneficiários acompanhados, 22% aparecem ligados ao consumo do Alcool, 17% são portadores de HIV, a mesma percentagem corresponde aos utentes com consumos de estupefacientes.

No que diz respeito a outras problemáticas salientam-se as doenças oncológicas com a percentagem de 11%, assim como, 11% dos beneficiários se encontram como Sem-Abrigo.

Foram ainda detetadas problemáticas como a prostituição e ex-reclusos com um valor percentual de 6% em cada uma. Analogamente, verifica-se que 5% dos beneficiários são vítimas de violência doméstica e os restantes 5% são portadores de doenças crónicas.

### Atendimento/Acompanhamento dos Beneficiários de RSI pela Equipa do Protocolo

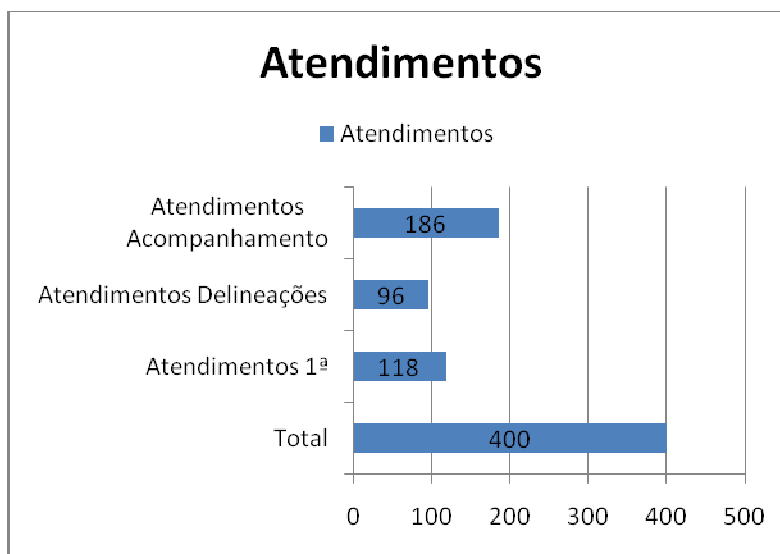
Gráfico n.º 50 - Tempo de Acompanhamento



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente ao tempo de acompanhamento pela Equipa de RSI na medida pode-se constatar que 43% dos beneficiários são acompanhados há menos de 3 meses, 21% entre 7 a 12 meses, entre os 13 e 24 meses há um valor percentual de 18%, há mais de 24 meses a equipa acompanha 13% dos beneficiários e entre 4 e 6 meses corresponde a 5%. Daqui, observa-se que a percentagem maior de 43% são os processos iniciais das quais a equipa iniciou o trabalho social junto destas famílias.

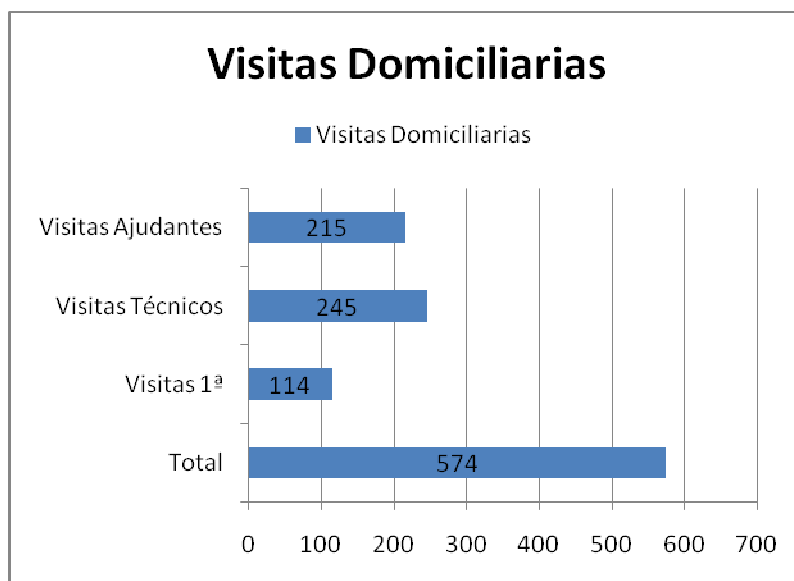
Gráfico n.º 51 - Número de Atendimentos



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente aos atendimentos efetuados pela equipa técnica, durante este semestre - Maio a Outubro, foram efetuados um total de 400 atendimentos, 96 para delineações dos programas de inserção, 186 para acompanhamento às famílias beneficiárias e 118 atendimentos decorreram no âmbito das primeiras informações sociais que, com o Dec.-Lei n.º 133/2012 de 27 de Junho, passaram a designar-se atendimentos para assinatura de acordos.

**Gráfico n.º 52 - Visitas Domiciliárias**

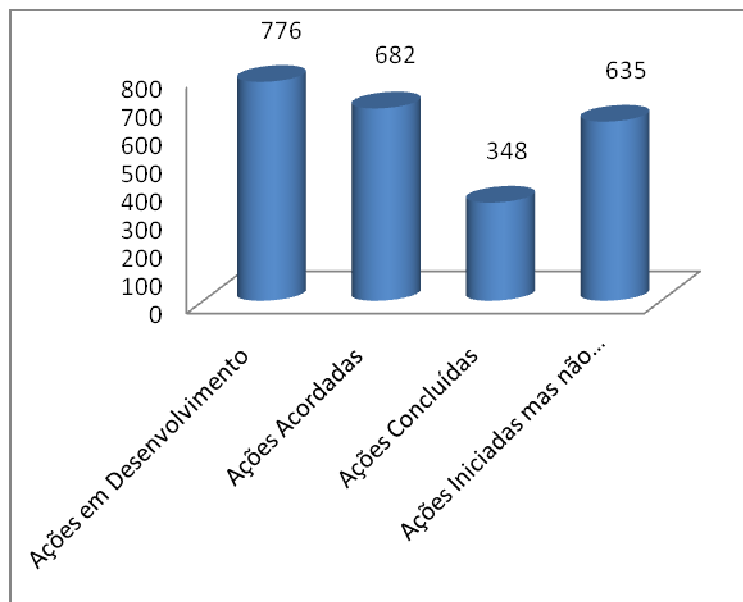


Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente às visitas domiciliárias efetuadas, neste semestre, foram apurados os seguintes dados: numa amostra de 574, os ajudantes familiares efetuaram 215 visitas de acompanhamento e os técnicos efetuaram um total de 245. Quanto aos requerimentos que deram entrada neste período foram efetuadas 114 avaliações, das quais algumas, ao abrigo da nova legislação contemplaram a assinatura de contratos de inserção.

## Área da Inserção

Gráfico n.º 53 - Grau Execução das Ações de Inserção

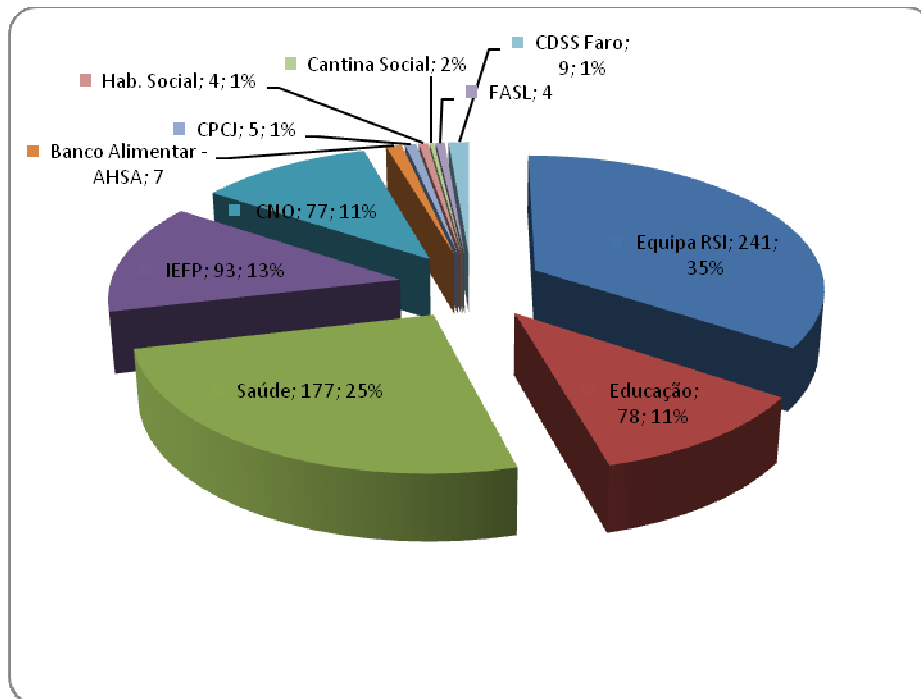


Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente ao gráfico acima indicado, tiram-se as seguintes conclusões: o Rendimento Social de Inserção “...consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade num programa de inserção (...)” que deverá contribuir para a satisfação das necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária dos 351 beneficiários temos 38% desta população com acordo de inserção e com ações em desenvolvimento, 31% desta população tem ações concluídas, e o mesmo valor percentual corresponde a ações que foram interrompidas, em virtude do início de atividade laboral, ou que os processos foram cessados.



**Gráfico nº 54 - Ações de Inserção Contratualizadas**

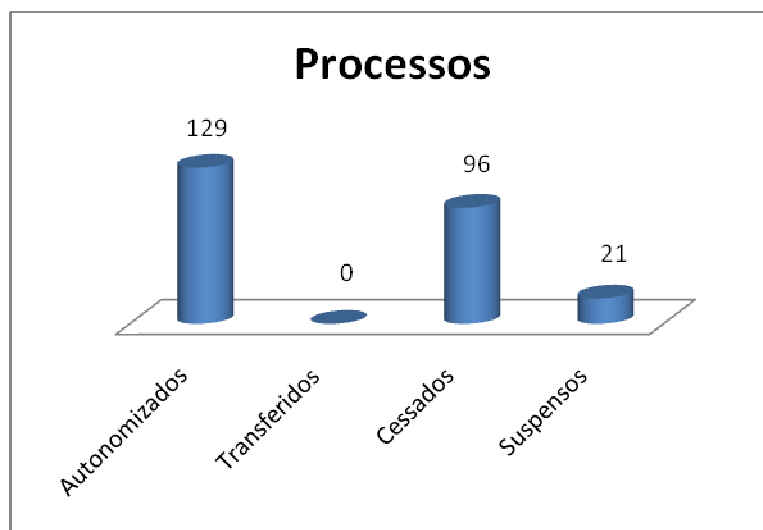


Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente às ações de inserção acordadas, estas subdividem-se nas seguintes grandes áreas de intervenção: Emprego, Educação, Saúde, Ação Social e Centro de Novas Oportunidades. Os setores que registaram mais ações contratualizadas foram as ações de apoio à vida quotidiana, designada no gráfico por Equipa RSI 241 ações essas contratualizadas, que se traduzem no acompanhamento/inserção das famílias que é efetuado pela Equipa do Protocolo. Seguidas da Saúde com 177 ações em desenvolvimento, a área do Emprego registou 93, no setor da educação verifica-se 78 ações e, posteriormente o CNO com 77 contratualizadas.

Importa referir que, os restantes setores refletem a sinalização e articulação que é efetuada com os parceiros do NLI, no sentido de concebermos respostas adequadas face à situação apresentada pelas famílias, após o diagnóstico social. Assim, da análise deste gráfico entende-se que as ações com os valores percentuais mais altos são os da equipa que efetua o acompanhamento às famílias.

**Gráfico n.º 55 - Número de Processo face ao Acompanhamento pela Equipa**

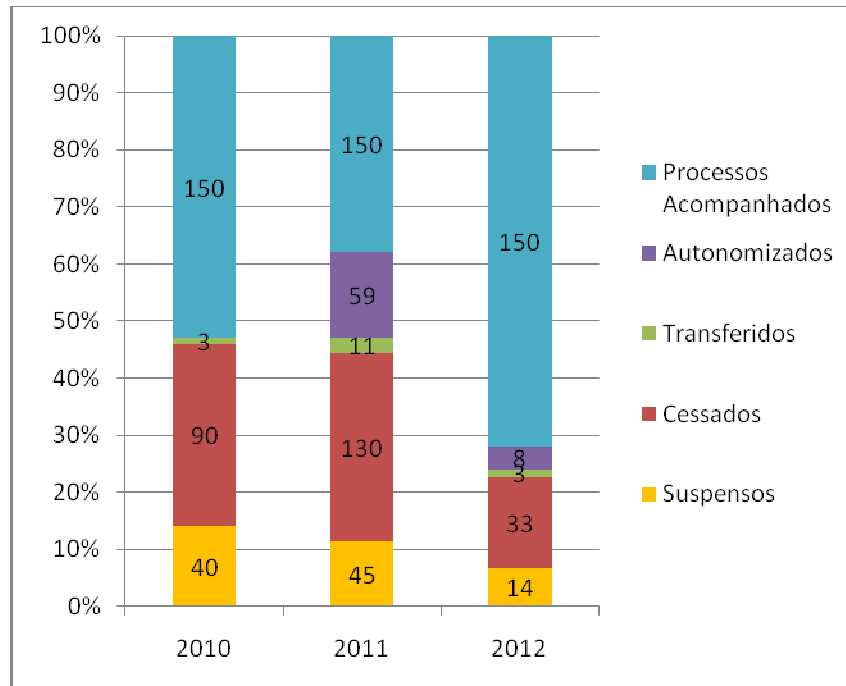


Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

Relativamente ao gráfico em causa 52% dos agregados familiares automatizaram-se da medida, em virtude da integração no mercado de trabalho ser mais facilitada no concelho de Albufeira no período de Maio a Setembro, devido à sazonalidade da região. Relativamente ao valor percentual dos processos Cessados, verifica-se que 39% dos agregados familiares ficaram sem a prestação, devido à alteração da legislação do RSI que, entrou em vigor a 1 de Julho, do presente ano civil, bem como, por incumprimentos do programa de inserção, com maior incidência as faltas ao Centro de Novas Oportunidades.

Quanto aos processos suspensos, aparecem 9% dos agregados e a principal razão desta suspensão tem a ver com o facto de alguns terem iniciado atividades profissionais cujo salário foi suficiente para a família deixar de receber a prestação pecuniária de RSI, mas que findo um período inferior a 180 dias voltam à medida, pois os contratos de trabalho são temporários.

**Gráfico n.º 56 - Processos acompanhados de Abril de 2010 a Março de 2012**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

A equipa do Protocolo de RSI acompanhou 150 agregados familiares que corresponde a um total de 1564 beneficiários abrangidos. Ao longo destes três anos, o número de processos mantêm-se, contudo o n.º de beneficiários vai oscilando. É importante contextualizar no tempo a intervenção da equipa do Protocolo da AHSA, que ocorre desde Abril de 2010 até então. Assim sendo, poder-se-á passar à seguinte análise referente ao gráfico abaixo indicado: em Abril de 2010, a equipa acompanhava um total de 150 processos, onde 90 foram cessados, 40 encontravam-se suspensos e 3 foram transferidos. Em 2011, dos 150 processos, foram cessados 130, automatizaram-se da medida 59, 11 foram transferidos para outros concelhos e 45 estavam suspensos. Quanto ao 1º trimestre de 2012 foram apurados os seguintes resultados: dos 150 agregados, temos correspondentes um total de 1564 indivíduos, onde 8 já se autonomizaram da medida, 3 processos foram transferidos, 33 cessaram e 14 encontram-se suspensos.

Como foi referido, a equipa de protocolo da AHSA acompanha atualmente 150 famílias. Além destas, estão em acompanhamento pela Segurança Social 37 agregados familiares, correspondentes a 29 Acordos de Inserção e 160 ações

contratualizadas. Como podemos verificar, nos gráficos abaixo, no respeitante ao ano de 2012, verificando-se também nos anos anteriores a existência destes processos, mas em número inferior ao atual.

**Gráfico n.º 57 – Gráficos Comparativos do RSI entre os anos 2010 a 2012**

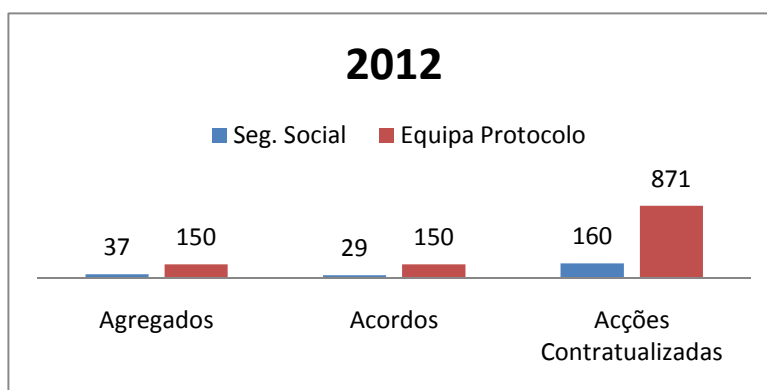
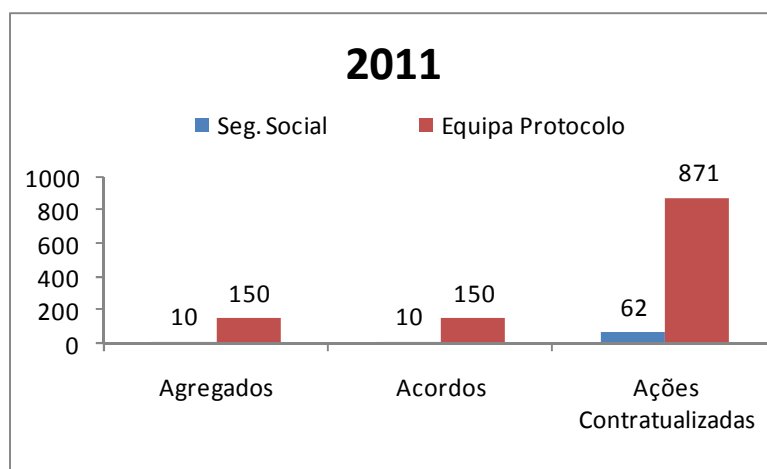
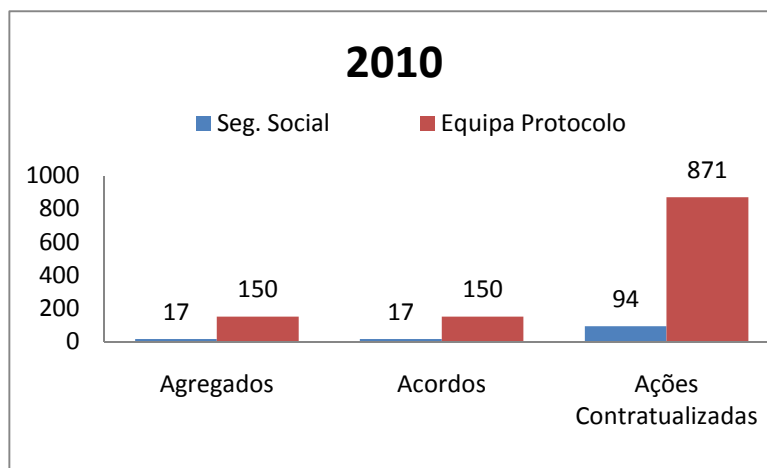
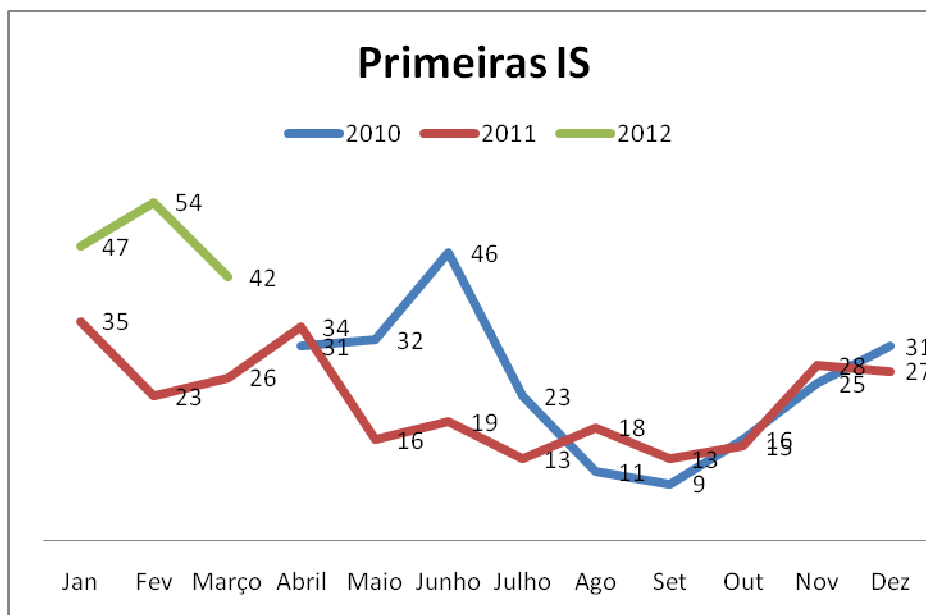
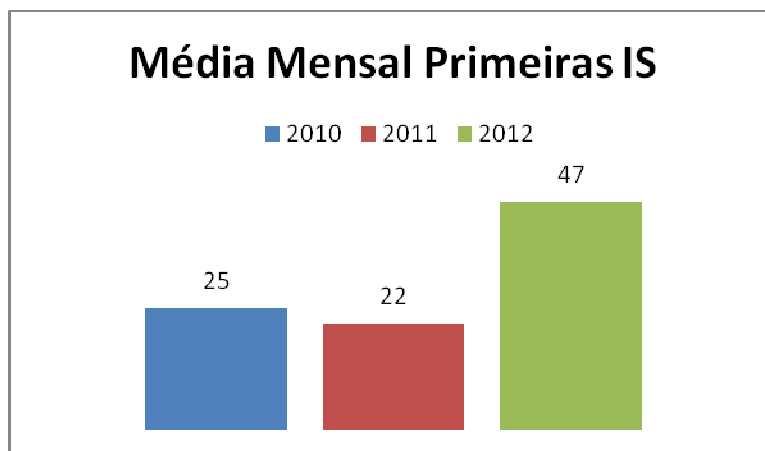


Gráfico n.º 58 – Primeiras Informações Sociais



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

**Gráfico n.º 59 – Média Mensal das Primeiras Informações Sociais**



Fonte: Base de Dados da Equipa de RSI – Albufeira, 2012

No âmbito da elaboração de Primeiras Informações Sociais, é possível aferir que houve um aumento gradual do número de requerimentos desde 2010, tendo a equipa realizado 224 avaliações socioeconómicas neste mesmo ano; no ano civil de 2011 elaborou 267 e no ano de 2012, entre Janeiro e Março, realizou 143 informações, sendo mais de metade das elaboradas no ano anterior.

Relativamente à apresentação dos dados apurados no diagnóstico da população beneficiária de RSI acompanhada pela Equipa de Protocolo podem-se apurar as seguintes conclusões: a titularidade da prestação tanto é assumida pelo género feminino, como pelo género masculino, não existindo assim um género predominante. Em relação às famílias acompanhadas, temos dois grupos de grande destaque, os isolados e as famílias monoparentais. Estes elementos encontram-se em situação de isolamento familiar e a maior parte das vezes sem um suporte familiar.

Quanto às faixas etárias, a maior parte da população beneficiária da medida é constituída pela classe adulta, as quais apresentam baixa escolaridade (analfabetos e com o 1º ciclo) em situação de desemprego. É de salientar que estes índices de baixa escolaridade, não aparecem relacionados com os fatores de abandono escolar, nem da não valorização da escola, mas sim relacionados com a questão de Albufeira ser um foco de grande atração em

termos de população imigrante aos quais não é reconhecida a sua habilitação literária. Esta situação de desemprego está associada à conjuntura económica que se verifica no país a qual não favorece a integração no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao concelho de Albufeira, a população que recorre à prestação pecuniária de RSI é essencialmente desempregada, da área de turismo/hotelaria, que apenas têm trabalho sazonal ou que perderam o emprego na área da construção civil.

A caracterização dos beneficiários através do diagnóstico permite negociar e direcionar as ações dos acordos de inserção, que se prende com a Saúde/Emprego e posteriormente com a área da Educação. É também de salientar que as ações definidas pela Equipa de Protocolo da AHSA foram definidas de acordo com as necessidades da população beneficiária e têm decorrido com sucesso e adesão por parte dos beneficiários. As mesmas decorrem no âmbito do cumprimento do Plano de Atividades desta Equipa para o ano de 2012. Para a elaboração do Plano de Atividades, a equipa tem a preocupação de efetuar junto da população-alvo o levantamento/diagnóstico dos interesses e motivações e, é com base neste que elaboram o seu Plano de Atividades. Porém, o cumprimento das ações previamente definidas no instrumento de trabalho criado pela Equipa designado (Plano de Atividades) só é possível através da rede de parcerias que se estabelece com os diferentes recursos da Comunidade, do concelho de Albufeira. Esta rede permite, por um lado, uma maior proximidade à população e, só assim se consegue uma resposta eficaz às situações de pobreza e exclusão social.

#### 4.5. Atendimento e Acompanhamento Social

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, no concelho de Albufeira, surge em conformidade com os princípios da descentralização e da subsidiariedade previstos na lei de bases da Segurança Social, e ainda em particular, o da proximidade aos cidadãos no que diz respeito, a esta área de intervenção. O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social pode ser assegurado por várias modalidades como, técnicos dos serviços de segurança social, em instalações próprias (Centro Distritais/Serviços Locais de Atendimento Social e Lojas do cidadão); técnicos dos serviços da segurança social em instalações cedidas pelas instituições da parceria (Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social) e técnicos das instituições que integram a rede local da parceria, em instalações próprias (IPSS, no âmbito da cooperação institucional para o desenvolvimento da resposta social de atendimento e acompanhamento social).

Para o exercício deste ato profissional é necessário desenvolver diversos objetivos, tais como:

- ❖ Apoiar os indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade ou emergência social;
- ❖ Contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, assegurando o acompanhamento social na definição e efetivação do seu projeto de qualidade de vida;
- ❖ Reforçar a autonomia e autoestima do indivíduo, apoiando na agilização das suas redes afetiva, familiar e social e outros recursos pessoais;
- ❖ Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva inserção social, e bem-estar pessoal, social e profissional dos/as indivíduos/famílias.

Para além destes objetivos, existem princípios orientadores que devem ser a base da atuação da intervenção do atendimento e acompanhamento social, tais como:

- ❖ Irrenunciabilidade do direito à segurança social e garantia do direito da pessoa, designadamente, à identidade e à privacidade, à informação e à



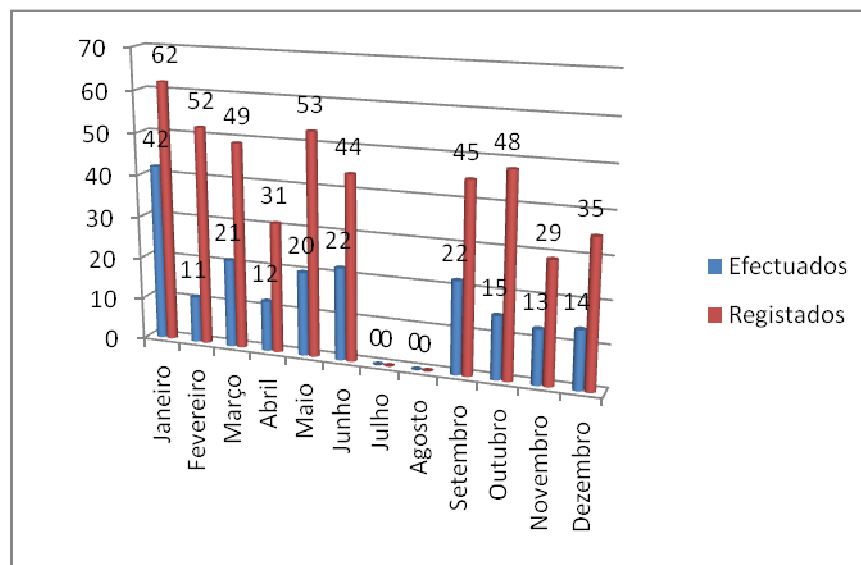
participação, à igualdade e não-discriminação, à equidade social e diferenciação positiva e à inclusão social;

- ❖ Qualidade de vida e integração social dos indivíduos e das famílias;
- ❖ Contratualização, não só como fase que implica uma tomada de decisão conjunta sobre o «plano de inserção» mas também como instrumento mobilizador da co-responsabilização do individuo e dos serviços;
- ❖ Personalização, seletividade e flexibilidade dos apoios sociais;
- ❖ Subsidiariedade, considerando-se prioritária a intervenção das entidades com maior relação de proximidade com as pessoas;

Valorização das parcerias, privilegiando-se a rede social local para uma atuação integrada junto dos indivíduos e das famílias.

**Total de Processos acompanhados na Unidade de Intervenção Social e Programas – Serviço Local de Albufeira**

**Gráfico n.º 60 – Número de Atendimentos Efetuados e Registados no serviço Local de Albufeira o ano de 2012**

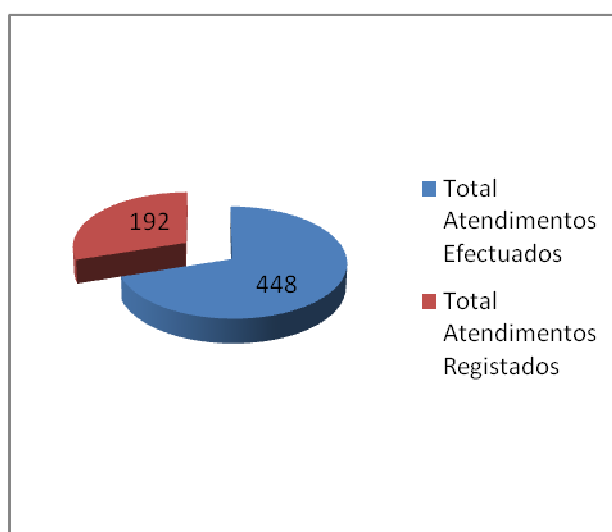


Fonte: CDFARO – UDSP – Serviço Local de Albufeira, 2012

Durante o ano de 2012, foram efetuados um total de 640 atendimentos onde constata-se que no 1º Trimestre de 2012, se verificou uma maior afluência aos serviços, tendo sido apurados um total de 237 atendimentos.

Estes atendimentos rondam uma média de cerca de 53 atendimentos mês, que foram assegurados pela Técnica de Atendimento/Acompanhamento Social que se encontra exercer atividade profissional a tempo parcial nas instalações da Segurança Social de Albufeira.

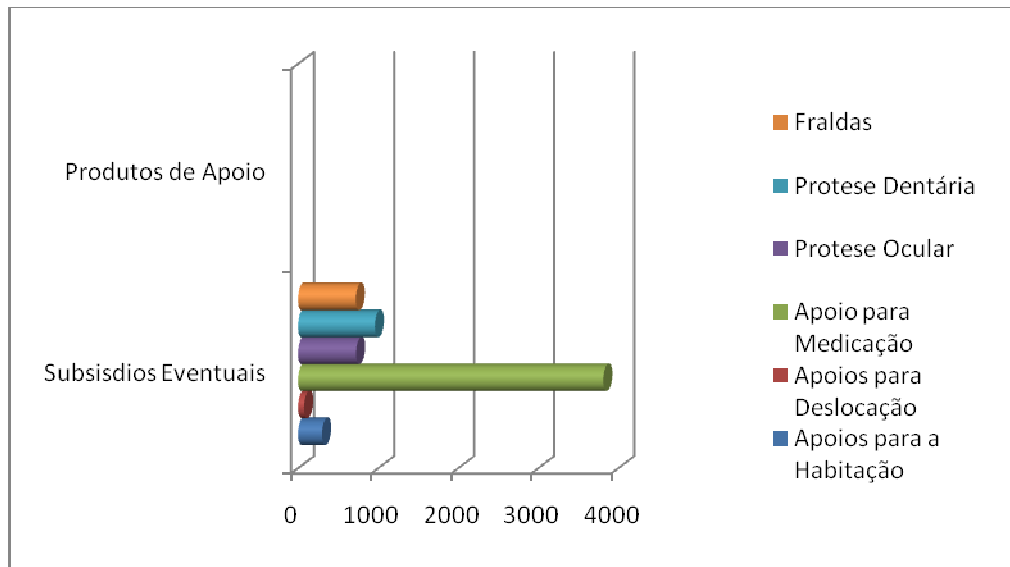
**Gráfico n.º 61 - Total de atendimentos efetuados e registados no ano de 2012**



Fonte: ISSCDF-UDSF – Serviço Local de Albufeira, 2012

Ao longo do ano de 2012, foram efetuados um total de 640 atendimentos dos quais 238 são situações com processo registado na segurança social e 410 são situações novas que recorreram pela primeira vez a estas situações.

**Gráfico n.º 62 - Tipologia de Apoios – Apoio Pecuniários atribuídos por rubricas na Ação social – CDF no Concelho de Albufeira 2012**



Fonte – ISS-CDF.UDSF – Serviço Local de Albufeira, 2012

O exercício da prática profissional é necessário desenvolver mecanismos de apoio às famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade ou emergência social, que passam pelos apoios monetários que a segurança social dispõe.

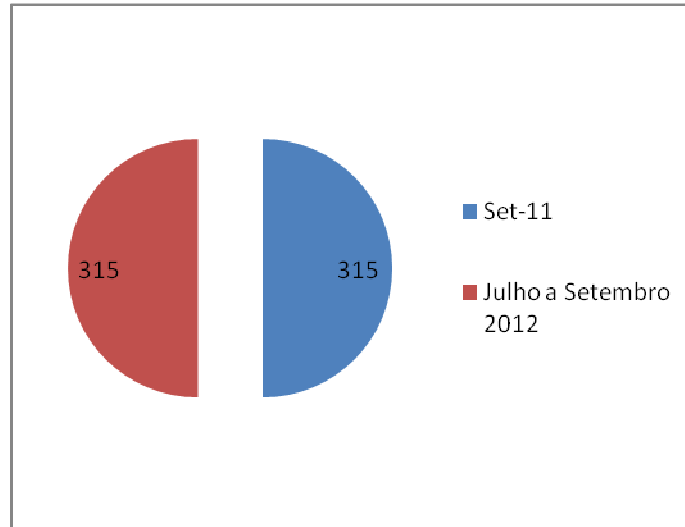
Assim sendo, através do gráfico representado, destacam-se a atribuição de apoios eventuais para a compra de medicamentos e produtos farmacêuticos com um total de 39 propostas de apoio.

De seguida, a área que nos aparece com os valores mais altos, diz respeito à área dos produtos de apoio a estes corresponde as fraldas, próteses dentárias, próteses oculares, e neste gráfico podemos constatar que foram apoiadas um total de 6 famílias.

De menor relevância na leitura do gráfico anterior, existem os valores atribuídos para transportes e renda de casa.

## Família e Comunidade

**Gráfico n.º 63 – Comunidades Terapêuticas - Toxicodependência**

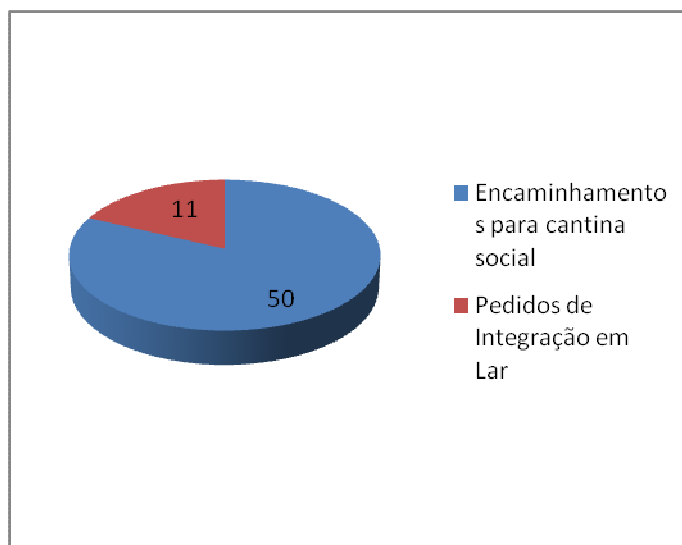


Fonte: ISS CDF.UDSF. Serviço Local de Albufeira, 2012

As ações temporárias estão relacionadas com a problemática da toxicodependência, e estas dizem respeito ao pagamento das comunidades terapêuticas.

No ano de 2012 apenas foram encaminhados pelo IDT dois indivíduos que integram comunidades, para delinear um projeto de vida sem consumos de estupefacientes.

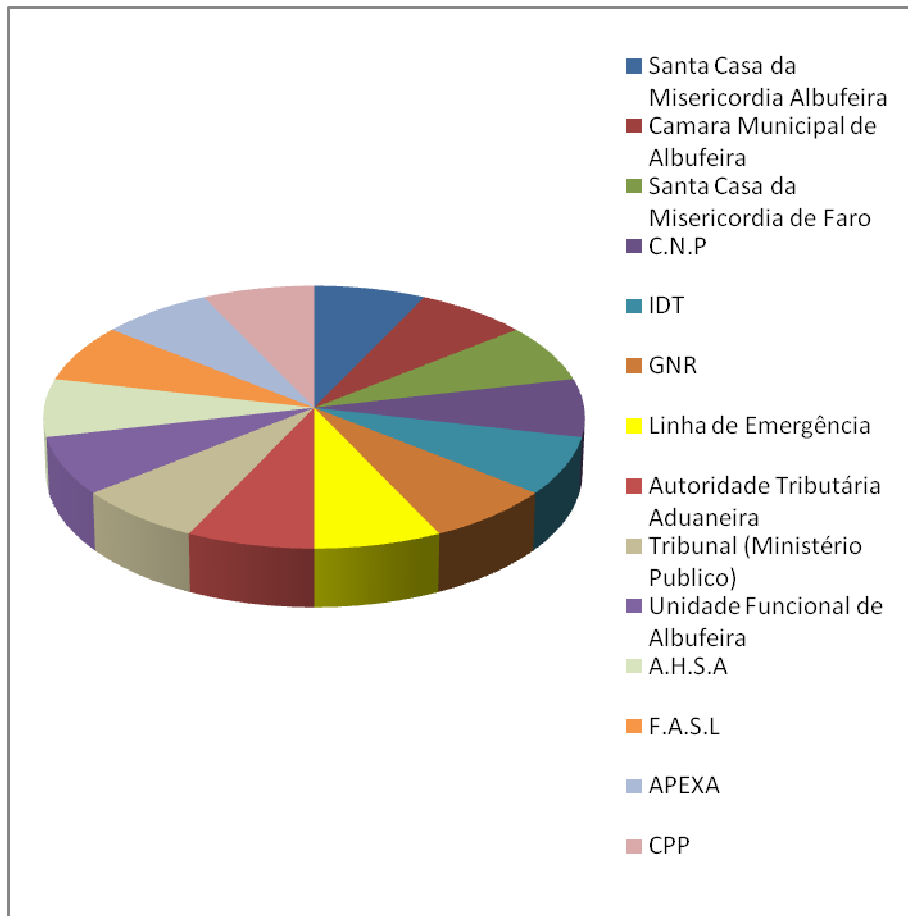
**Gráfico n.º 64 - Número de pedidos de Integração/Encaminhamentos**



Fonte: ISS CDF.UDSF. Serviço Local de Albufeira, 2012

Dos encaminhamentos efetuados nos atendimentos 50 situações foram encaminhadas para pedidos para a Cantina Social e 11 pedidos para a resposta social de Lar de Idosos ao ano de 2012.

**Gráfico n.º 65 - Pedidos de articulação com diferentes Organismos**



Fonte: ISS CDF.UDSF. Serviço Local de Albufeira, 2012

Considera-se prioritária a Intervenção das entidades do Concelho maior relação de proximidade com as pessoas. Assim sendo, privilegia-se a valorização do parceiro, a rede social local para uma possível atuação integrada junto dos indivíduos e das famílias.

É neste sentido que se verifica uma grande diversidade de entidades que trabalham na área social em articulação com o C.D. Faro no Serviço Local de Albufeira.

## 4.6. Crianças e Jovens em Perigo

O concelho de Albufeira dispõe de uma estrutura de parceria local no âmbito da promoção de direitos e proteção de crianças e jovens em perigo: a *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira (CPCJ)*, constituída nos termos da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro que redefiniu a intervenção específica nesta matéria.

### Atividade processual da CPCJ de Albufeira

Ao longo do ano 2012 foram acompanhados pela CPCJ de Albufeira 327 crianças/jovens entre os zero e os vinte e um anos de idade em processos de promoção de direitos e proteção de menores, sendo que 109 processos foram situações sinalizadas por autoridades policiais. É ainda de salientar o número de sinalizações efetuadas pela comissão (50) e o aumento do número de sinalizações efetuadas pelos pais(30), por estabelecimentos de saúde (18), por estabelecimentos de ensino (15) e de familiares (14).

**Quadro n.º 33 - Entidades Sinalizadoras**

Entidade sinalizadora	Nº de processos
Estabelecimentos de Ensino	15
Anónimos	3
A própria Comissão de Proteção	50
Vizinhos e particulares	6
Autoridades Policiais	109
Os pais	30
Tribunais	7
Outras CPCJ's	14
Ministério Público	10
Instituições de apoio à Criança e ao Jovem	0
Familiares	14
Outros	27
Outras instituições	9
Os próprios	2
Autarquias	8
Estabelecimentos de Saúde	18
Instituto de Reinserção Social	0
Serviços de Segurança Social	5
<b>TOTAL</b>	<b>327</b>

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

No universo de 327 menores acompanhados em 2012, verifica-se que apenas 162 são naturais do Concelho de Albufeira. Este facto não deixará de relacionar-se com o crescimento demográfico do concelho de Albufeira nas últimas décadas e a sua atratividade relativamente a famílias residentes noutras regiões do País e noutros países, conforme quadro seguinte:

**Quadro n.º 34 - Distribuição dos processos por área de residência**

Naturalidade	Nº de processos
Concelho de Albufeira	162
Outros Concelhos do País	46
Outros Países: PALOP	34
Outros	85
<b>Total</b>	<b>327</b>

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012



### Problemáticas sinalizadas

As problemáticas sinalizadas correspondem a situações de risco que se enquadram na *Lei de Proteção de Crianças e Jovens*, configurando perigo para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento dos menores envolvidos, e que constituem razões para a intervenção da CPCJ. A problemática mais comum corresponde a situações de maus tratos físicos e psicológicos, seguido das situações de negligência que se entrecruzam com questões de falta de atenção dos responsáveis familiares sobre os percursos escolares dos menores e baixas expectativas relativamente aos seus projetos de vida. De facto, destacam-se entre as problemáticas detetadas, as situações de abandono escolar presentes, o que não deixará de interligar-se com o facto acima referido de serem os estabelecimentos de ensino aqueles que apresentam um dos maiores números de participações de situações de perigo à CPCJ.

### Quadro n.º 35 - Problemáticas de risco sinalizadas

Problemáticas sinalizadas	Feminino	Masculino	TOTAL
Negligência	38	29	67
Abandono escolar	22	33	55
Outras situações de perigo	12	20	32
Maus tratos físicos e psicológicos	57	50	107
Outras condutas desviantes (prostit. etc.)	24	19	43
Absentismo escolar	1	3	4
Prática de facto qualificado como crime	3	2	5
Ingestão de bebidas alcoólicas			0
Exercício abusivo de autoridade	2	5	7
Uso de estupefacientes	4	3	7
Abuso sexual	4		0
Total			327

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

### Caracterização das crianças e jovens abrangidos

Na distribuição dos processos por classe etária das crianças e jovens em situação de perigo verifica-se que das situações de perigo sinalizadas (69 casos) referem-se a crianças com idades entre os 6 e os 9 anos.

**Quadro n.º36 – N.º de crianças / Jovens abrangidos por classe etária e género**

Classes etárias	Feminino	Masculino	TOTAIS
00-02 Anos	27	31	58
03-05 Anos	18	18	36
06-09 Anos	30	39	69
10-12 Anos	17	21	48
13-15 Anos	23	30	57
16-17 Anos	25	20	55
18 – 21 Anos	4	0	4
<b>Totais</b>			<b>327</b>

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

Na distribuição etária das crianças e jovens com situações de perigo sinalizadas (conforme se observa no quadro seguinte), é de assinalar que 109 têm como nível de escolaridade o 1º Ciclo e 83 têm como nível de escolaridade o 2º Ciclo do Ensino Básico. Estes dados não se desligam do facto de que 117 crianças abrangidas situam-se numa faixa etária fixada entre os 6 e os 12 anos de idade.

**Quadro n.º 37 – Número de Crianças/Jovens por níveis de escolaridade**

Níveis de escolaridade	Nº
Sem escolaridade	43
Pré-escolar	20
1º Ciclo E. B.	109
2º Ciclo E. B.	83
3º Ciclo E. B.	48
Ensino Secundário	18
Ensino Técnico – profissional	6
<b>TOTAL</b>	

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

**Caracterização dos agregados familiares**

Na análise da problemática das crianças e jovens em perigo é de assinalar que 121 situações de perigo sinalizadas respeitam a menores residentes em agregados familiares monoparentais femininos. Esta situação suscita uma reflexão quanto ao efetivo cumprimento do dever legal de pagamento de pensão de alimentos, atendendo a que os diversos serviços de ação social que prestam apoio a famílias carenciadas identificam essa situação como uma das causas associadas aos baixos níveis de capitação verificados.

**Quadro nº 38 - Tipologias familiares**

Tipologias familiares	Totais
Família monoparental: Mãe com filhos	121
Outras situações	20
Família Nuclear com filhos	108
Família Recompota (pais com filhos de outras uniões)	69
Família monoparental: Pai com filhos	9
<b>Total</b>	<b>327</b>

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

O quadro seguinte apresenta situação profissional dos responsáveis pela guarda das crianças acompanhadas pela CPCJ de Albufeira, onde se destaca o facto de que apenas em 107 dos casos se trata de ativos com situação estável.

**Quadro n.º 39 - Situação profissional dos responsáveis do agregado familiar**

Situação profissional dos responsáveis	Nº
Outros (não especificado)	62
Desempregado à procura de emprego	67
Ativo com situação estável	137
Ativo com situação precária	48
Reformado	13
Pensionista	327

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

**Quadro nº 40 - Situação habitacional do agregado familiar**

Tipo de alojamento familiar	Total	%
Situação precária	44	13,46
Apartamento	233	71,25
Outro alojamento	43	13,15
Parte de casa	6	1,83
Quarto / Pensão	1	0,31
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>100</b>

Fonte: CPCJ de Albufeira, 2012

A análise da situação habitacional destes agregados familiares indicia que uma parte significativa destas crianças é proveniente de contextos de pobreza ou carência económica, conforme se observa: 71,25% casos de residência em apartamento, 13,46% vivem em situação precária. De igual forma, cerca de 13,15% vivem em outro tipo de alojamentos.

**Medidas de promoção e proteção**

No que respeita às medidas de promoção de direitos e proteção de menores aplicadas pela CPCJ de Albufeira, enumeramos as que se apresentam seguidamente.

A *Lei de Proteção de Crianças e Jovens* prevê as seguintes medidas de promoção de direitos e proteção de crianças e jovens em perigo aplicáveis pelas CPCJ:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento em instituição.

As referidas medidas são aplicadas pelas comissões de proteção ou em processo judicial por decisão negociada através de um Acordo de promoção e proteção celebrado com os pais, representante legal ou responsável pela guarda de facto do menor e com o jovem que tenha idade igual ou superior a 12 anos. O referido acordo fixa diretivas e orientações que os interessados se comprometem a seguir relativamente a um conjunto de dimensões da sua vida, nomeadamente, saúde, escolaridade, formação, prestação de cuidados e comportamentos.

### 4.7. Ação Social Municipal

A Ação Social tem como objetivos primordiais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão e vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitárias de pessoas e o desenvolvimento das suas capacidades.

A Ação Social assegura especial proteção aos grupos mais vulneráveis nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de carência económica e social.

A Ação Social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade das Instituições não públicas.

Os objetivos da Ação Social concretizam-se através de serviços e equipamentos sociais, programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais, através de prestações pecuniárias e em espécie.

De seguida, apresentam-se os programas/medidas que o município disponibiliza à população.

## Séniore

Tendo como premissa o pressuposto “envelhecimento ativo”, surge o projeto Sénior Municipal, composto por duas grandes áreas: Espaço Sénior – área social e Clube Avô que se subdivide em duas áreas - área lúdico/pedagógica e área de saúde e bem-estar.

Este projeto visa apoiar os seus munícipes através da promoção do combate ao isolamento e simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa humana por via do fomento da manutenção de identidade e de autonomia da pessoa, respondendo a situações de risco, proporcionando a sua segurança e dignificando o estatuto de cidadão sénior no concelho de Albufeira.

- Espaço Sénior Municipal: Dentro da área social está incluso o Serviço de Teleassistência, a implementação do Cartão Sénior Municipal, o Grupo de Trabalho de Idosos (Rede Social), e o Atendimento e Encaminhamento de Casos Sociais.

- Clube Avô: Dentro da área lúdico-pedagógica e com os objetivos de conservar a integridade psicológica, prevenir a desinserção e o isolamento social, procuraremos desenvolver, o grupo de teatro, workshop de fotografia, aulas de informática, os passeios e as festas.

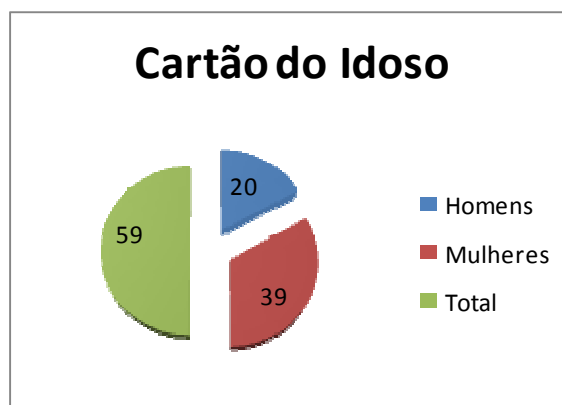
- Dentro da área de saúde e bem-estar, com os objetivos de criar hábitos de lazer e de educação para a saúde por via do incentivo às atividades desportivas estão previstas aulas de dança, aulas de yoga, as aulas de motricidade, as caminhadas pedestres, sessões de relaxamento, sessões de nutrição e sessões de tratamento de imagem.

Este projeto tem como proposta a oferta de diferentes experiências à população sénior, tendo em conta as suas necessidades e expectativas, sob o lema Participe... Partilhe... e Divirta-se!

Atualmente contam com 111 inscritos nas diversas atividades.

O município de Albufeira apoia atualmente 59 idosos que beneficiam do cartão sénior municipal, sendo que 20 são Homens e são 39 Mulheres.

**Gráfico n.º 66 – Beneficiários do Cartão do Idoso, segundo o Género**

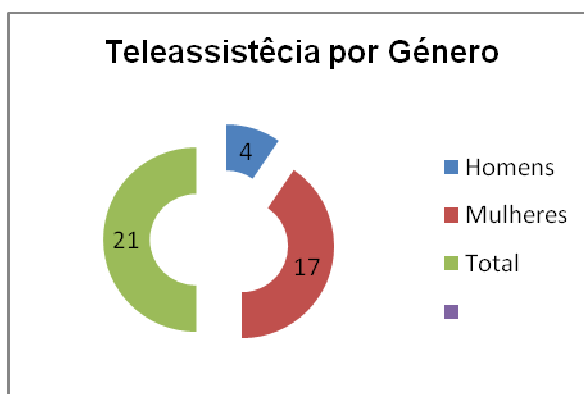


Fonte: Município de Albufeira 2012

O município de Albufeira auxilia atualmente 21 pessoas no serviço de teleassistência, um serviço que é gratuito para os seniores do concelho, sendo que 4 são Homens e 17 São Mulheres.



**Gráfico n.º 67 – Beneficiários do Cartão do Idoso, segundo o Género**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

**Gabinete de Apoio à Família**

O Gabinete da Família de Albufeira (GAF) tem como objetivo geral promover a integração e a qualidade de vida dos munícipes, sobretudo no que diz respeito ao seu bem-estar Psicossocial.

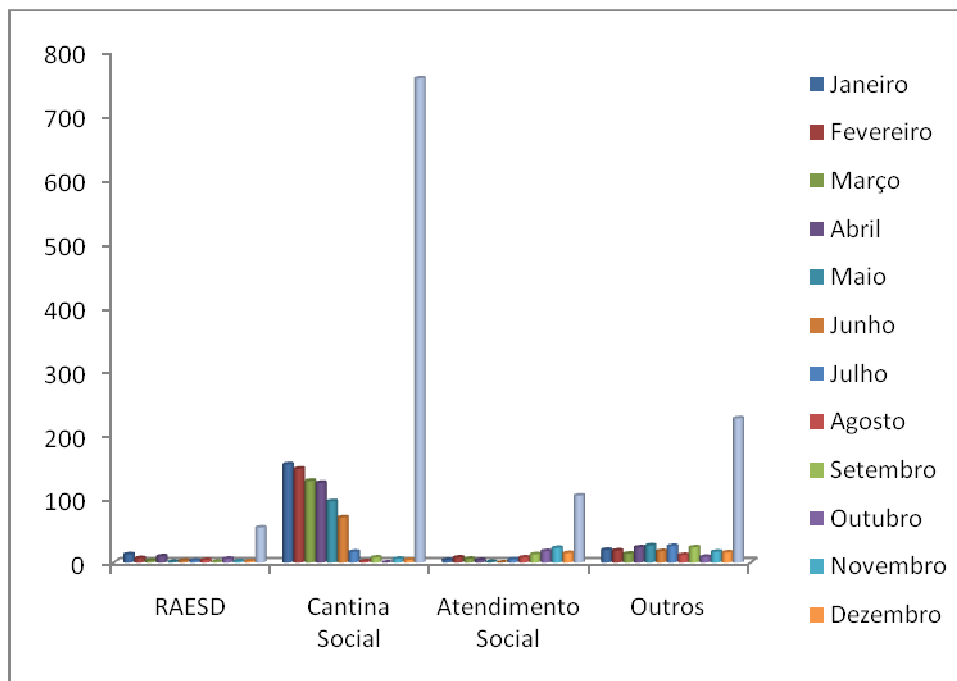
O projeto de criação do Gabinete da Família surge no sentido de colaborar com as famílias na prossecução das suas responsabilidades, colaborando com elas no encontro das respostas adequadas para os seus desafios.

Os objetivos passam por cooperar com a família na procura de respostas adequadas, nomeadamente: no processo de educação dos filhos, no desenvolvimento da capacidade de comunicação dentro da família e no aumento das competências parentais para a minimização de determinados desafios familiares.

Assim, o GAF terá um papel interventivo ao nível dos desafios familiares, contribuindo, juntamente com os agregados familiares, para a estrutura e consolidação do seu projeto de vida.

O Gabinete da Família é um serviço público, confidencial e gratuito, de atendimento aos Munícipes de Albufeira

**Gráfico n.º 68 - Atendimentos GAF por Tipo de Apoio em 2012**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Dos 1144 utentes que no ano de 2012 foram acompanhados pelo Gabinete da Família do município de Albufeira 758 necessitavam de encaminhamento para a cantina Social, aliado ao facto que nos meses de Janeiro a Maio as famílias passam por maiores necessidades conforme se demonstra na leitura do quadro anterior.

## **Gabinete de Psicologia**

A Consulta de Psicologia Clínica visa a realização de uma avaliação das dificuldades vivenciadas pelo indivíduo, do seu enquadramento sociofamiliar, e a definição de um plano de intervenção ajustado à realidade de cada um.

### **Áreas de atuação**

Os técnicos de Psicologia Clínica prestam um serviço de acompanhamento psicológico (counselling) que se traduz num conjunto de sessões, de frequência variável, pensadas em função do indivíduo e da sua problemática.

As consultas podem abranger as áreas como:

- Perturbações da Ansiedade;
- Dificuldades emocionais / afetivas;
- Dificuldades de relacionamento interpessoal;
- Perturbações psicossomáticas;
- Tristeza / Depressão;
- Processo de Luto;
- Conflitos familiares.

São dadas prioridade aos casos com as seguintes características:

- Risco para a integridade física do próprio ou de terceiros;
- Situações traumáticas (ex.: morte de um familiar próximo, dificuldades significativas de adaptação a alterações no seio familiar e/ou profissional).

### Tipo de Atuação

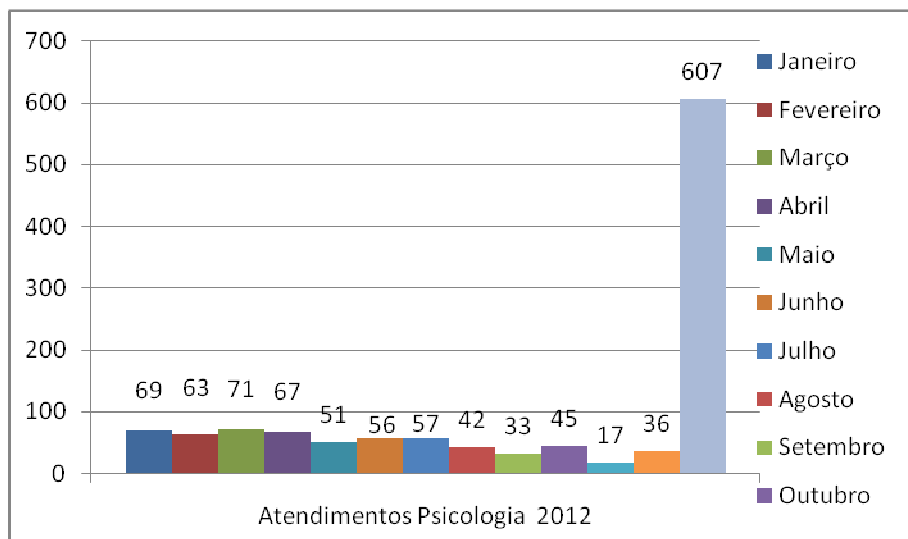
O acompanhamento psicológico que será levado a cabo com a brevidade suficiente para garantir o bem-estar do paciente, tendo em conta a necessidade de eventuais utentes que se encontrem em espera.

### População-alvo

A população que poderá beneficiar deste serviço será composta exclusivamente por utentes que:

- a) Apresentem comprovada insuficiência económica;
- b) Tenham residência comprovada no concelho de Albufeira
- c) Se dirijam aos nossos serviços, assim como outros casos encaminhados pelas instituições do concelho que preencham os requisitos das alíneas a) e b) simultaneamente.

**Gráfico n.º 70 - Número de atendimentos realizados pelo gabinete em 2012**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

### **Gabinete do Imigrante**

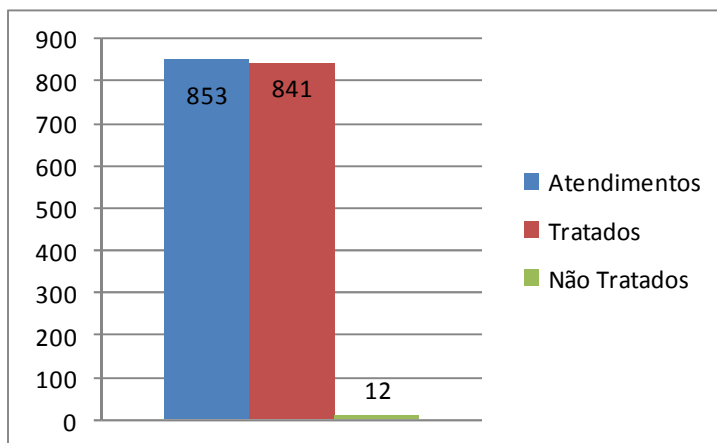
É um espaço de atendimento, informação e encaminhamento que pretende ajudar a responder às questões que se colocam aos imigrantes que escolheram Portugal como País de acolhimento, procurando contribuir para a sua integração.

A Câmara Municipal de Albufeira, pretende apoiar e promover a integração da comunidade imigrante residente no concelho.

O Gabinete do Imigrante, integrado na Divisão de Educação e Ação Social, visa igualmente proporcionar à população estrangeira, informações e esclarecimento de dúvidas relacionadas com a saúde, o trabalho, a educação, o reagrupamento familiar, a nacionalidade, o retorno voluntário e a legalização, bem como, promover ações que conduzem a um aumento da integração do imigrante.

O GAI integra um CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) ao abrigo de um Protocolo com o ACIDI, I.P.- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

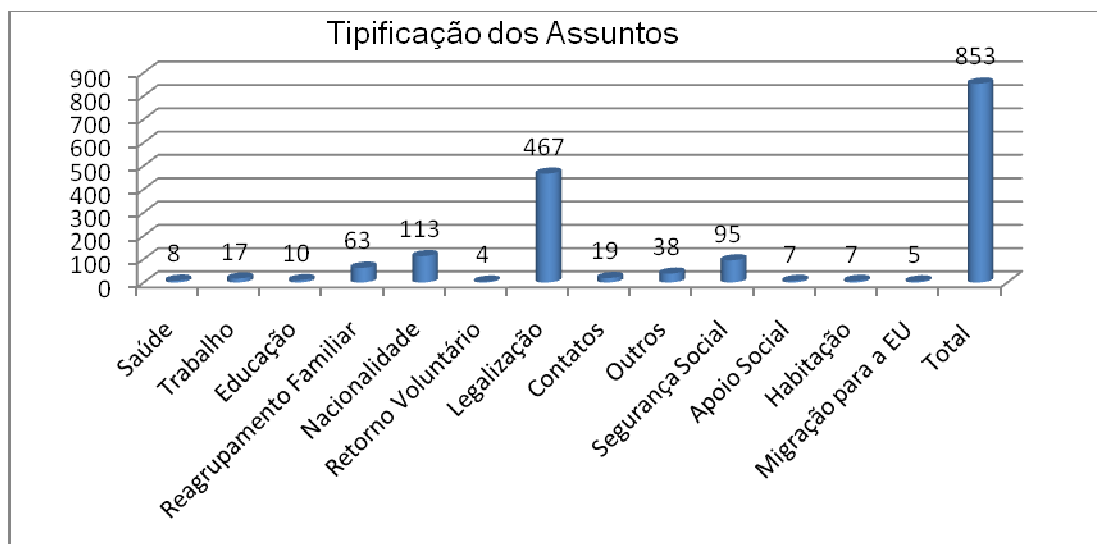
**Gráfico n.º 71 – Número de atendimentos no GAI**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Durante o ano de 2012 foram feitos 853 atendimentos no gabinete do Imigrante de Albufeira, sendo que desses foram tratados 841 processos e 12 não obtiveram resposta, foram abordados 14 assuntos que descreveremos a seguir.

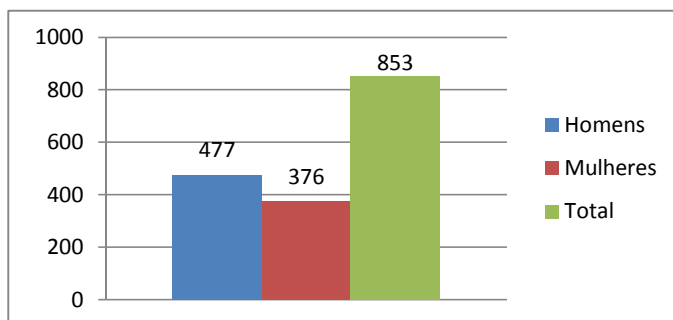
**Gráfico n.º 72 – Tipificação dos Assuntos**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Desses atendimentos foram tratados 14 assuntos diferentes sendo que a legalização de pessoas no país foi o assunto mais procurado e trabalhado com cerca de 54,74% do valor total, seguido de assuntos relacionados com a nacionalidade e Segurança Social conforme se demonstra no gráfico.

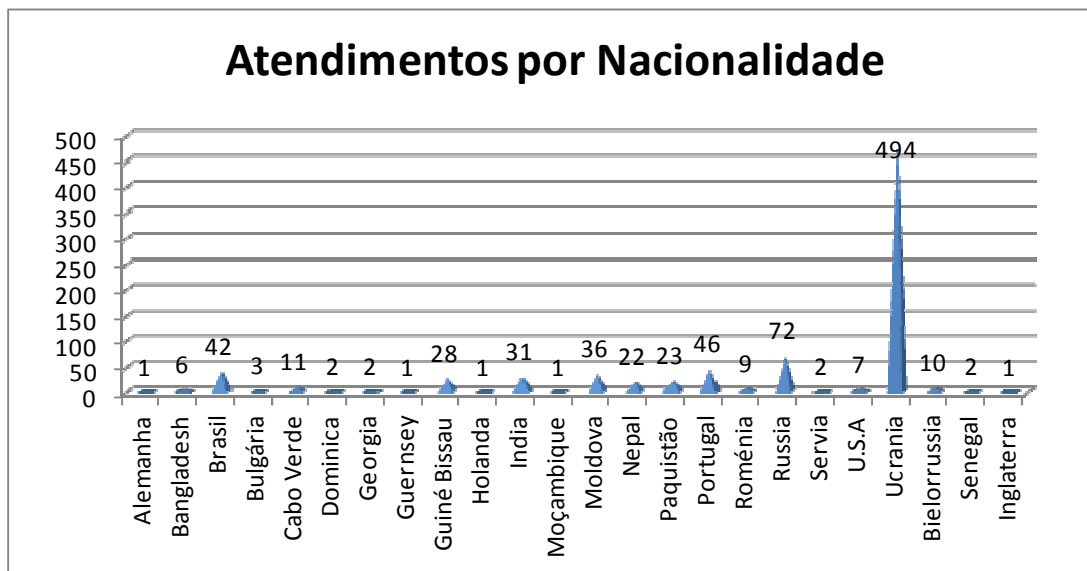
**Gráfico n.º 73 – População por Género que mais recorreu ao GAI**



Fonte: Município de Albufeira 2012

Relativamente ao género foram os indivíduos de sexo masculino que mais se dirigiram aos serviços, registando 55,92% dos atendimentos em comparação com os 44,08% das mulheres.

**Gráfico n.º 74 – Atendimentos no GAI por Nacionalidade**



Fonte: Município de Albufeira 2012

Foram os indivíduos de nacionalidade Ucraniana os que mais procuraram os serviços, seguidos dos Russos e Brasileiros, verifica-se que os portugueses também procuram o Gabinete do Imigrante, na condição ou de acompanhantes de cidadãos de outras nacionalidades ou patrões que querem contratar estrangeiros e que gostariam de conhecer melhor a legislação.

## Ação Social Escolar

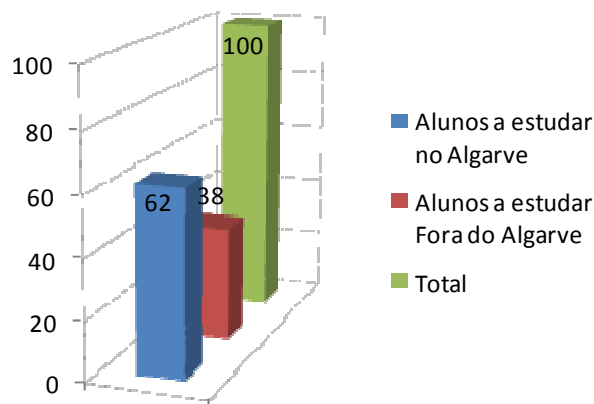
### Bolsas de Estudo do Ensino Superior

A educação é um direito constitucionalmente consagrado. É um papel indiscutível da autarquia a promoção de medidas que promovam o desenvolvimento económico, educacional, social e cultural do Município e, conseqüentemente, a diminuição das assimetrias sociais.

Nesse contexto, tendo em conta as mudanças sociais e económicas ocorridas nos últimos anos e, com o objetivo específico de criar medidas de âmbito social que visassem a promoção de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, o município de Albufeira elaborou um Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo a atribuir a alunos residentes no concelho a estudar no ensino superior.

O Município de Albufeira atribuiu, no ano letivo 2011/2012, um total de 100 bolsas de estudo a alunos do concelho que frequentaram cursos superiores ou a eles equiparados, em instituições de ensino devidamente reconhecidas, de natureza pública, particular e cooperativa, sendo que 62 foram para alunos a estudar no Algarve e 38 para alunos a estudar fora do Algarve, num total de 219.000€.

**Gráfico n.º 75 – Número de Bolsas atribuídas**



Fonte: Município de Albufeira 2012



### Auxílios Económicos

Os auxílios económicos são, por definição, um conjunto de medidas de apoio a alunos cuja situação económica determina essa necessidade de participação para fazer face a encargos com livros, material escolar e refeições. Este serviço está certificado pela norma ISO 9001: 2008.

Ao longo do ano letivo 2011/2012, deram entrada 1122 processos de candidatura aos auxílios económicos distribuídos pelos anos de escolaridade conforme:

#### Quadro n.º 41 - Candidaturas por ano de Escolaridade

N.º de Candidaturas por ano de escolaridade		
	N.º	%
Ano	1º	203 18%
	2º	209 19%
	3º	220 20%
	4º	206 18%
	Jl	284 25%
	Total	1122 100%

Fonte: Município de Albufeira 2012

O número de candidaturas aos Auxílios Económicos no ano letivo 2011/2012 representa 31% dos alunos que frequentam os Jl do concelho enquanto no 1º ciclo, 40% dos alunos que o frequentam são apoiados. A distribuição das candidaturas por agrupamento e ano de escolaridade encontra-se sistematizada:

#### Quadro n.º 42 - Total de Candidaturas por ano de escolaridade e Agrupamento

Nº de Candidaturas por ano de Escolaridade Agrupamento						
Ano	Albufeira	Albufeira Poente	Diamantina Negrão	Ferreiras	Paderne	Total
1º	93	30	46	22	12	203
2º	100	33	42	23	11	209
3º	97	52	38	21	12	220
4º	98	38	47	13	10	206
Jl	142	35	41	46	20	285
Total	530	188	214	125	65	1122

Fonte: Município de Albufeira, 2012

À semelhança dos anos letivos anteriores, a avaliação das condições socioeconómicas dos agregados familiares deu origem à seguinte distribuição por Escalões de Ação Social Escolar:

**Quadro n.º 43 - Distribuição das Candidaturas apresentadas por Escalão de ASE**

Escalão de ASE		
	N	%
A	745	66%
B	327	29%
Indeferido	50	4%
<b>Total</b>	<b>1122</b>	<b>100%</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Foi sugerido o indeferimento de 4% das candidaturas e destaca-se o predomínio da atribuição de Escalão A.

**Candidaturas apresentadas no ano letivo 2011/2012**

**Jardins de Infância**

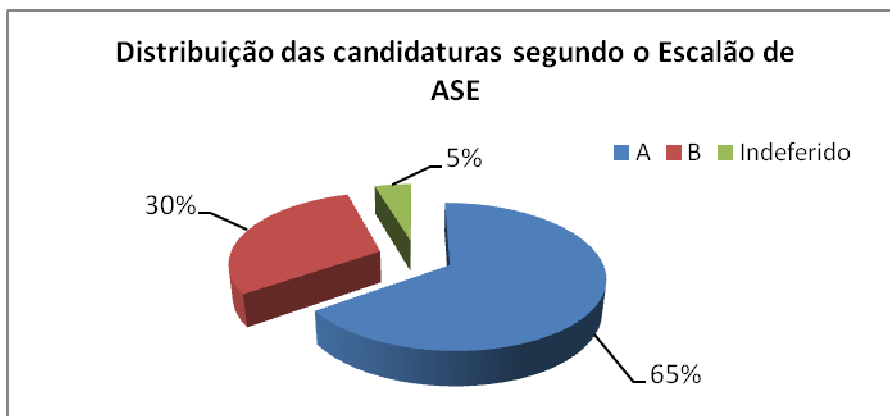
O apoio aos alunos que frequentam os Jardins de Infância traduz-se no fornecimento de refeições.

**Quadro n.º 44 - Candidaturas nos Jardins de Infância**

	Escalões de ASE segundo os Jardins de Infância			
	A	B	Indeferido	Total
Jardins de Infância				
Jl Caliços	46	20	1	67
Jl Correeira	29	17	2	48
Jl Ferreiras	23	11	0	34
Jl Guia	17	6	0	23
Jl Olhos de Água	15	5	4	24
Jl Vale Carro	12	5	1	18
Jl Vale Parra	9	2	1	12
Jl Vale Pedras	11	10	3	24
Jl Vale Serves	11	0	1	12
Jl de Paderne	12	9	0	21
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>85</b>	<b>13</b>	<b>285</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

**Gráfico n.º 76 - Distribuição das Candidaturas por Escalões**



Fonte: Município de Albufeira 2012

Verificou-se ainda que das candidaturas efetuadas, 5% foram indeferidas e das restantes predominou a atribuição de Escalão A, isto é, em 65% das candidaturas foi atribuído o referido escalão.

Das 282 candidaturas apresentadas por alunos dos Jardins de Infância foram apoiadas 267 que correspondem a 95% das candidaturas.

**Candidaturas no 1º Ciclo do Ensino Básico**

Os Auxílios Económicos no 1º Ciclo do Ensino Básico traduzem-se no apoio à aquisição de livros e material escolar e na refeição.

O quadro sistematiza todas as candidaturas apoiadas com Escalão A e B por escolas.

**Quadro n.º45 - Distribuição das Candidaturas nas EB1 segundo o Escalão de ASE**

Escalão de ASE segundo a Escola (todas as situações)							
	A	%	B	%	Total	%	
Escola	EB 1 Albufeira n.º 1	40	7%	16	7%	56	7%
	EB 1 Brejos	33	6%	17	7%	50	6%
	EB 1 Caliços	108	19%	52	22%	160	20%
	EB 1 Cerro Ouro	12	2%	3	1%	15	2%
	EB 1 Ferreiras	57	10%	20	8%	77	10%
	EB 1 Fontainhas	19	3%	10	4%	29	4%
	EB 1 Guia	33	6%	13	5%	46	5%
	EB 1 Olhos de Água	37	7%	20	8%	57	7%
	EB 1 Paderne	22	4%	6	3%	28	3%
	EB 1 Sesmarias	14	2%	0	0%	14	2%
	EB 1 Vale Carro	14	2%	9	4%	23	3%
	EB 1 Vale Parra	19	3%	9	4%	28	3%
	EB 1 Vale Pedras	76	14%	27	11%	103	13%
	EB1 Correeira	76	14%	38	16%	114	14%
	EB1 Sesmarias	2	0%	0	0%	2	0%
<b>Total</b>	<b>562</b>	<b>100%</b>	<b>240</b>	<b>100%</b>	<b>802</b>	<b>100</b>	

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Relativamente ao ano 2011/2012, verificou-se que cresceu o número de crianças com auxílios económicos, embora se faça a distinção entre as candidaturas entradas até Dezembro (que deram origem ao apoio em livros, material escolar e refeição) e as restantes cujo apoio se traduziu no fornecimento de refeições.

**Quadro n.º 46 - Nº de crianças apoiadas com livros e material escolar**

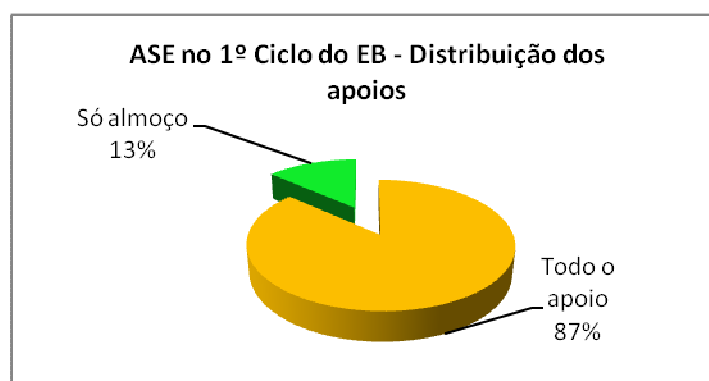
Agrupamentos	Nº de Crianças apoiadas c/ livros e material escolar por agrupamento				Total
	1º e 2º anos		3º e 4º anos		
	A	B	A	B	
Albufeira	102	59	103	50	314
Albufeira Poente	42	13	50	24	129
Diamantina Negrão	37	33	44	24	138
Ferreiras	28	14	24	6	72
Paderne	17	3	10	5	35
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>122</b>	<b>231</b>	<b>109</b>	<b>688</b>

(Candidaturas apresentadas até Dezembro de 2011)

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Já considerando o total de 795 alunos apoiados com auxílios económicos, 13% usufruem apenas do apoio para a refeição. Este número (que tenderá a aumentar) justifica-se pelo facto de ter sido desenvolvida uma ação pela Divisão da Ação Social de combate às senhas de refeição em dívida, tendo-se conseguido regularizar a situação em cerca de 59 casos.

**Gráfico n.º 77 - Comparação entre os alunos que têm todos os apoios e aqueles que só têm apoio para a refeição**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

### Montantes pagos pelo Município de Albufeira

O Município de Albufeira deliberou que o valor a atribuir como auxílio económico tinha o valor de 90€ - 45€, para os escaões A e B do 1º e 2º ano e 95€- 47,5€ respetivamente para o Escalão A e B do 3º e 4º ano.

### Quadro n.º47 - Quadro comparativo entre os valores dos Escalões de ASE do ME e do Município de Albufeira

Escalões de ASE	Valores Propostos pelo Município				Valores aprovados pelo MEC				Diferenças entre a atribuição do Município e do MEC			
	1º e 2º anos		3º e 4º anos		1º e 2º anos		3º e 4º anos		1º e 2º anos		3º e 4º anos	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Livros	40,00 €	20,00 €	50,00 €	25,00 €	26,60 €	13,30 €	32,80 €	16,40 €	13,40 €	6,70 €	17,20 €	8,60 €
Material Escolar	50,00 €	25,00 €	45,00 €	22,50 €	13,00 €	6,50 €	13,00 €	6,50 €	37,00 €	18,50 €	32,00 €	16,00 €
<b>Total</b>	<b>90,00 €</b>	<b>45,00 €</b>	<b>95,00 €</b>	<b>47,50 €</b>	<b>39,60 €</b>	<b>19,80 €</b>	<b>45,80 €</b>	<b>22,90 €</b>	<b>50,40 €</b>	<b>25,20 €</b>	<b>49,20 €</b>	<b>24,60 €</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Importa referir que os valores aqui apresentados se reportam apenas às candidaturas efetuadas até final de Dezembro de 2011, uma vez que a partir dessa altura, tal como já foi referido, o apoio traduz-se apenas no fornecimento de refeição.

### Quadro n.º 48 - Verbas totais e Verbas asseguradas pelo Município para ASE

Comparticipação total em livros e material Escolar					
	Valor unitário	N.º	Total de verbas	Verbas asseguradas só pelo Município	%
A	90 €	226	20.340 €	11.390,40 €	56%
	95 €	231	21.945 €	11.365,20 €	52%
B	45 €	122	5.490 €	3.074,40 €	56%
	47,50 €	109	5.178 €	2.681,40 €	52%
<b>Total</b>		<b>688</b>	<b>52.953 €</b>	<b>28.511,40 €</b>	<b>54%</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Em suma, no âmbito dos auxílios económicos (apoio a livros e material escolar) o Município garante 54% do total da verba sendo os restantes 46% da responsabilidade do Ministério da Educação.

### Verbas envolvidas por Agrupamentos de Escolas

As verbas envolvidas por agrupamento e por Escalão ASE encontram-se sistematizadas no quadro seguinte:

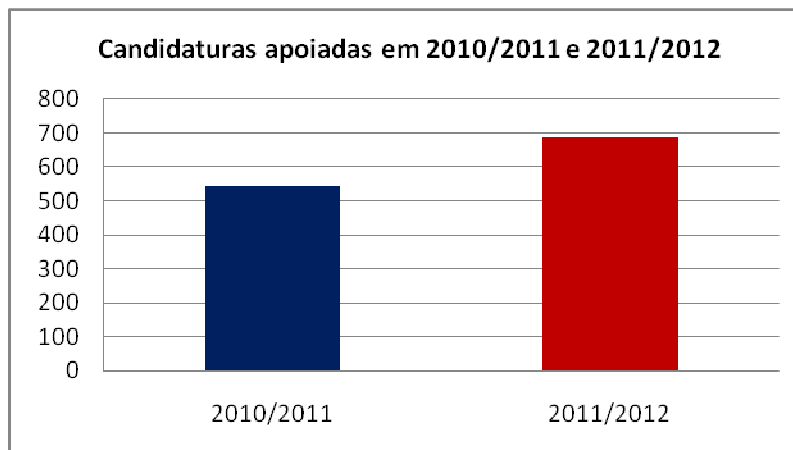
**Quadro n.º 49 - Verbas totais envolvidas nos AE**

Agrupamentos	Nº de Crianças apoiadas por agrupamento (Verbas)				Total
	1º e 2º anos		3º e 4º anos		
	A	B	A	B	
Albufeira	9.180,00 €	2.655,00 €	9.785,00 €	2.375,00 €	23.995,00 €
Albufeira Poente	3.780,00 €	585,00 €	4.750,00 €	1.140,00 €	10.255,00 €
Diamantina Negrão	3.330,00 €	1.485,00 €	4.180,00 €	1.140,00 €	10.135,00 €
Ferreiras	2.520,00 €	630,00 €	2.280,00 €	285,00 €	5.715,00 €
Paderne	1.530,00 €	135,00 €	950,00 €	237,50 €	2.852,50 €
<b>Total</b>	<b>20.340,00 €</b>	<b>5.490,00 €</b>	<b>21.945,00 €</b>	<b>5.177,50 €</b>	<b>52.952,50 €</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

### Evolução do número de Candidaturas nos últimos dois anos letivos

**Gráfico n.º78 - Comparação entre as candidaturas apresentadas em 2010/2011 e 2011/2012**

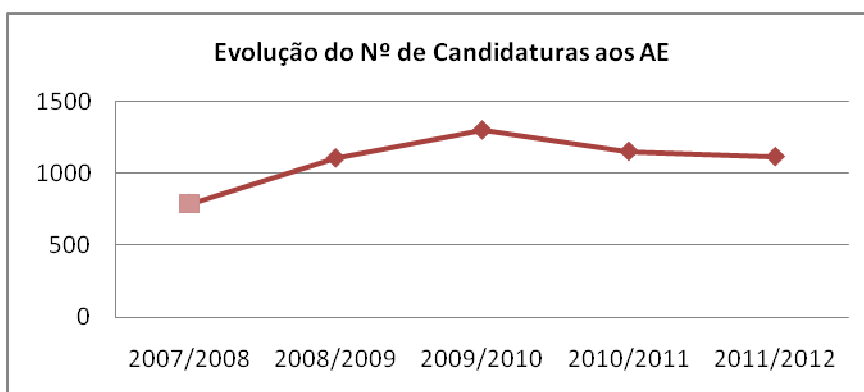


Fonte: Município de Albufeira, 2012

Comparando o número de Candidaturas no ano 2010/2011 com o número de candidaturas do ano letivo 2011/2012, verificou-se um crescimento que em valores absolutos foi de 153 crianças.

Genericamente, poder-se-á afirmar que relativamente aos anos anteriores à uma tendência para a estabilização do nº de candidaturas.

**Gráfico n.º 79 - Evolução do nº de candidaturas desde o ano letivo 2007/2008**



Fonte: Município de Albufeira 2012

O gráfico realça a tendência para a estabilização do nº de candidaturas entradas, desde 2007/2008 até ao presente.



## Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

O RAESD (O Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos) publicado em Diário da República a 6 de Novembro de 2009 estabelece um conjunto vasto de apoios e veio capacitar os serviços a responder de forma mais direta aos problemas dos cidadãos mais carenciados.

Este Regulamento destina-se a apoiar indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares carenciados em situação de risco social, cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a 60% do Salário Mínimo Nacional:

### a) Apoios no âmbito da Ação Social

- Apoios na aquisição de passes e bilhetes de transporte para deslocação a entidades de saúde, educação ou de recuperação;
- Apoio nas despesas de saúde, no montante não sujeito a comparticipação, até ao montante de 1.000,00 € por ano;
- Apoio no pagamento de creches e amas até ao montante de 3.000,00€ por ano;
- Apoio na aquisição de ajudas técnicas até ao montante de 1.500,00€ por ajuda;
- Atribuição de géneros alimentícios;
- Apoio a projetos e iniciativas individuais relevantes para o concelho e que não estejam contemplados em legislação aplicável em vigor.

### b) Apoios no âmbito da Habitação

- Apoios a obras de conservação, reparação ou beneficiação;
- Apoios a obras de erradicação de barreiras arquitetónicas e obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de indivíduos portadores de deficiência físico-motora.

Como referido, o regulamento permite uma grande diversidade de apoios. O quadro seguinte apresenta os totais desde que foi criado em 2009 até 2011:

**Quadro n.º50 – Número de apoios atribuídos a estratos sociais desfavorecidos**

Ano	2009	2010	2011(1)	Total
Nº de apoios atribuídos	2	30	7	39
Valor Total (€)	1.077,00	18.478,29	2.774,85	22.330,14

(1) Valores até Julho 31 Julho de 2011

Fonte: Município de Albufeira, 2012

## Gabinete de Habitação

Os serviços de Habitação do Município têm como âmbito de atuação as seguintes áreas:

- Arrendamento
- Venda de fogos municipais
- Condomínios e gestão dos fogos camarários
- Ajuda na preparação de processos para a construção de fogos municipais
- Habitações degradadas
- Atribuição de fogos
- Divulgação e apoio à aplicação de programas
- Estudos e projetos: viabilidade de venda; alternativas a barracas
- Apoio ao arrendamento

Nos Serviços de habitação destacam-se, para além da gestão do parque habitacional municipal, o acompanhamento e execução dos seguintes projetos:

a) O RASA (Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento) que tem como destinatários agregados familiares cujo rendimento mensal *per capita* os coloca em dificuldade de acesso a uma habitação adequada. Prevê um subsídio que poderá ir até 60% do valor da renda no montante máximo de 250€. Até ao momento foram apresentadas 282 candidaturas e foram apoiadas 282. O montante envolvido neste apoio em 2012 foi de 369.614,20€.

b) A conceção e aplicação de novos projetos com destaque para o prémio municipal a atribuir ao prédio mais cuidado. Este projeto surge como forma de estimular os arrendatários a manterem as habitações em bom estado de conservação e de higiene. Trata-se de uma intervenção cujo objetivo é a mudança de alguns comportamentos.

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rentabilização da articulação da rede de parceria entre os diversos parceiros do Núcleo Local de Inserção;</li> <li>• A existência de Refeitório, cantina social, Banco Alimentar e Banco de Roupas no apoio a grupos vulneráveis;</li> <li>• A existência de respostas sociais para as problemáticas de Crianças e Jovens em Perigo;</li> <li>• A disponibilidade das Instituições da Rede Solidária para aumentar a oferta de equipamentos sociais;</li> <li>• Existência de equipamentos de apoio social diversificados, dirigidos a diferentes públicos-alvo e com cobertura concelhia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de acolhimento temporário para sem abrigo;</li> <li>• A existência de um grande número de famílias monoparentais (famílias destruturadas);</li> <li>• A insuficiência de equipamentos destinados à deficiência, ao acolhimento de crianças e jovens em perigo e de apoio a grupos vulneráveis (saúde mental, unidades de vida apoiada);</li> <li>• A insuficiência de equipamentos para idosos com regime de internamento;</li> <li>• Aumento do número de requerimentos de RSI;</li> <li>• Serviço de apoio domiciliário insuficiente para todo o concelho.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da equipa de protocolo para acompanhamento das famílias beneficiárias de RSI no concelho de albufeira</li> <li>• Implementação de um contrato de Desenvolvimento Local Mais no Concelho financiado pela Segurança Social.</li> <li>• Possibilidade de expansão da oferta de Serviços de Apoio à Deficiência e de Apoio à Intervenção Precoce.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Listas de espera nos lares de idosos do concelho de albufeira</li> <li>• N.º de pessoas isoladas a receberem RSI</li> <li>• Colocação em mercado de trabalho dos beneficiários de RSI devido à baixa escolaridade</li> <li>• A falta de habilitações literárias académicas não permite a aquisição de boas ofertas de emprego à população em geral;</li> <li>• O Crescimento do número de sem abrigo no concelho</li> </ul>

**5- Saúde**

**O ACES Central**

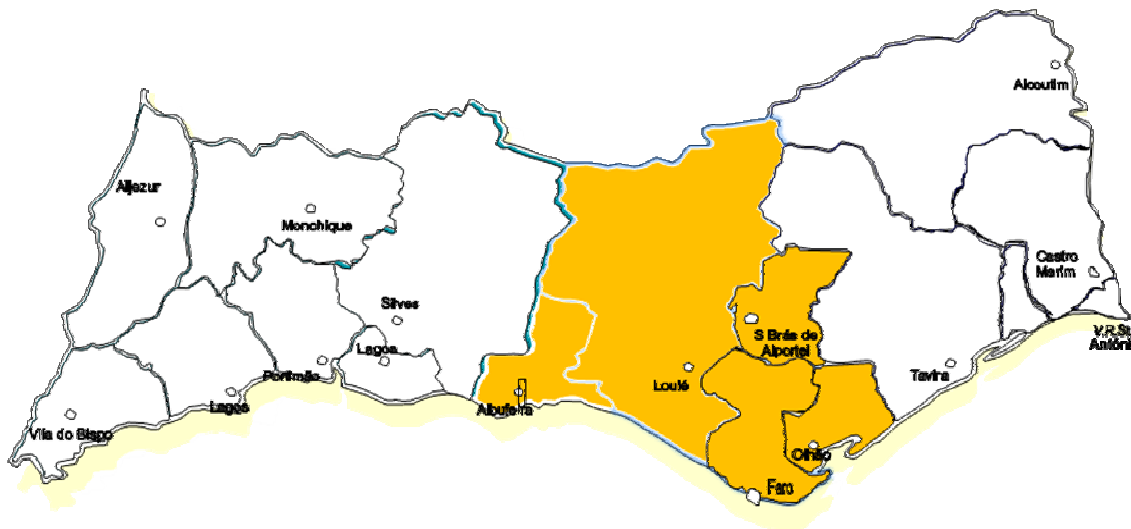


Figura n.º 3 - Mapa do ACES Central

O ACES Central (Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I – Central) tem como missão a prestação de cuidados de saúde primários, de forma integrada e sustentada, à população da sua área de influência, com o objetivo de a dotar de uma vida mais saudável, mais longa e com maior qualidade. Neste contexto tem como visão ser um modelo de referência, na Região de Saúde do Algarve e no País, na prestação de cuidados de saúde primários, sendo que os valores que norteiam a atuação dos profissionais são os que constam na figura seguinte:



Figura n.º 4 – Valores que norteiam a intervenção dos profissionais

### 5.1. Caracterização do ACES Central - Estrutura orgânica e funcional

O Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I – Central (adiante designado de ACES Central) é um serviço desconcentrado da Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. com autonomia administrativa, criado através da Portaria n.º 272/2009, de 18 de Março, cuja área geográfica abrange os concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel. A estrutura orgânica do ACES Central que se apresenta na *Figura 1.*, tem por base a organização funcional prevista no Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.

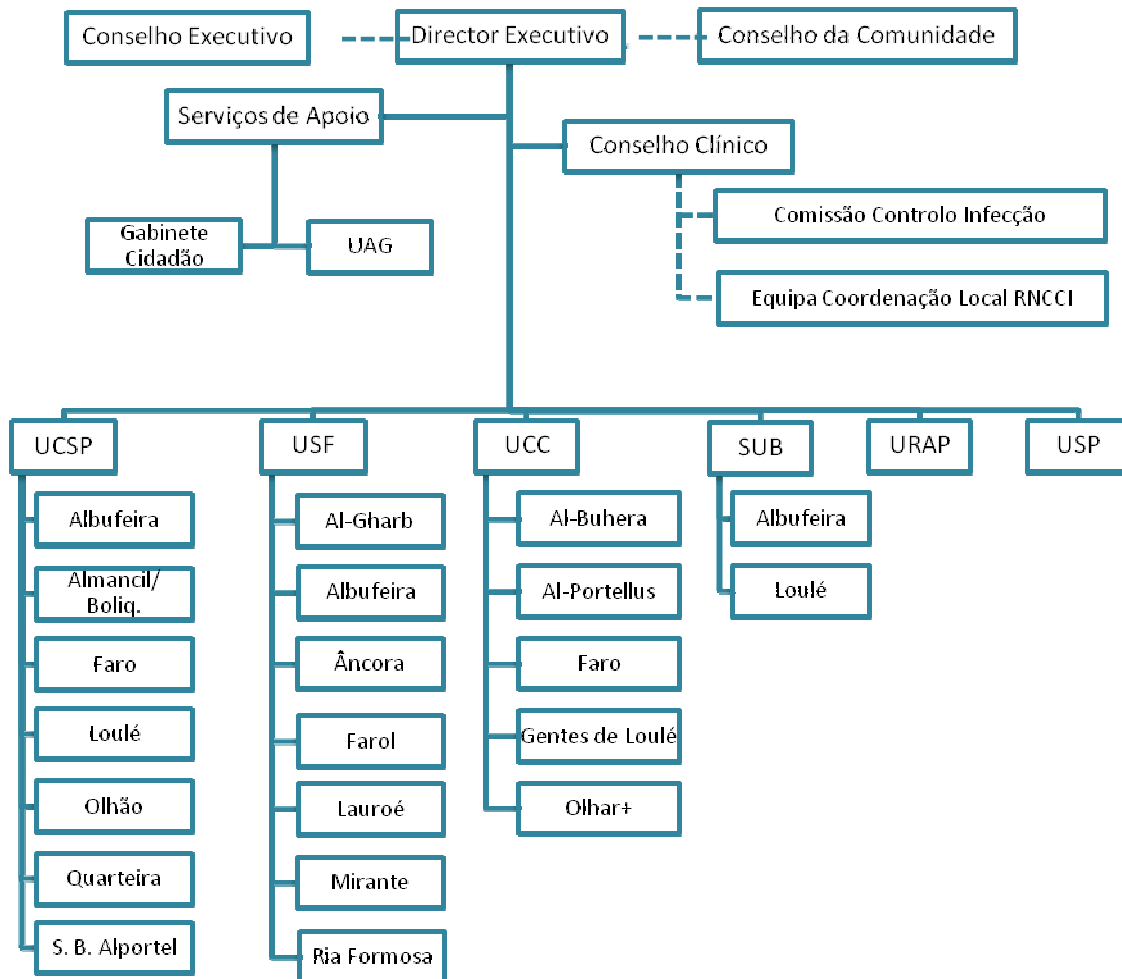


Figura n.º 5 - Organograma funcional do ACES Central (31/12/2011)

Os órgãos de gestão e fiscalização do ACES Central e os serviços de apoio (Unidade de Apoio à Gestão e Gabinete do Cidadão) estão sedeados no Centro de Saúde de Faro, bem como a Unidade de Saúde Pública e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados – de notar que quer os serviços de apoio, quer estas duas Unidades Funcionais dispõem de pólos nos restantes Centros de Saúde.

Desta forma a localização das restantes Unidades Funcionais é a seguinte:

**Quadro n.º 51 - Distribuição das Unidades Funcionais por Centro de Saúde**

CS Albufeira	CS Faro	CS Loulé	CS Olhão	CS S.B. Alportel
UCSP Albufeira	UCSP Faro	UCSP Loulé	UCSP Olhão	UCSP S.B.Alportel
USF Albufeira	USF Al-Gharb	UCSP Alm./Boliq.	USF Âncora	UCC Al-Portellus
UCC Al-Buhera	USF Farol USF Ria Formosa UCC Faro	UCSP Quarteira USF Lauroé UCC Gentes de Loulé	USF Mirante UCC Olhar+	

Fonte: SIARS, 2012

**Quadro n.º 52 - Locais de prestação de cuidados de saúde (31/12/2012)**

CS Albufeira	CS Faro	CS Loulé	CS Olhão	CS S.B. Alportel
Sede	Sede	Sede	Sede	Sede
Ext. Guia	Ext. Bordeira	Ext. Almancil	Ext. Fuseta	
Ext. Paderne	Ext. Conceição	Ext. Alte	Ext. Pechão	
Ext. Ferreiras	Ext. Culatra	Ext. Ameixial	Ext. Moncarapacho	
Ext. Olhos Água	Ext. Estói Ext. Montenegro Ext. Stª Bárbara Nexe Pólo II – R. Brites Almeida Pólo III – R. Portugal	Ext. Boliqueime Ext. Benafim Ext. Cortelha Ext. Monte Seco Ext. Quarteira Ext. Querença Ext. Salir Ext. Tôr		

Fonte: SIARS, 2012

Em termos de localização, é de mencionar que a prestação de cuidados de saúde primários no ACES Central é assegurada nas sedes dos 5 Centros de Saúde e em 26 Extensões de Saúde, os quais atendendo à organização territorial da população nesta área geográfica, garantem uma adequada cobertura territorial.



## 5.2. População residente e utentes inscritos

O ACES Central compreende uma **área geográfica** de 1.391 km<sup>2</sup> (28% do total área do Algarve e 1,6% do total da área do Continente), destacando-se pela sua extensão e heterogeneidade geodemográfica o concelho de Loulé, o qual representa, por si só, 55% do total da área geográfica do ACES Central. De acordo com os resultados provisórios do Censos 2011 (INE), a **população residente** do ACES Central é **de 232.214 habitantes** (51,5% do total do Algarve e 2,3% do total do Continente). Da análise conjugada das duas variáveis anteriores resulta uma **densidade populacional** de 166,9 habitantes/km<sup>2</sup> no ACES Central, significativamente superior à registada no Algarve (90,3 habitantes/Km<sup>2</sup>) e no Continente (112,7 habitantes/Km<sup>2</sup>). Ou seja, verifica-se no ACES Central uma concentração da população superior à média nacional, com particular ênfase nos concelhos de Olhão, Faro e Albufeira.

O acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde primários requer, em condições normais, a inscrição dos mesmos enquanto utentes do Serviço Nacional de Saúde. Nesse sentido, interessa analisar a informação disponível sobre os **utentes inscritos** nos centros de saúde que integram o ACES Central. De acordo com a informação extraída do SIARS, em 31/12/2012, o ACES Central **tinha 269.971 utentes inscritos** nos 5 centros de saúde que o integram, registando-se um aumento de apenas 0,3% face ao período homólogo de 2011. A estabilização do número de utentes inscritos que se observa nos últimos anos pode ser explicada quer pela melhoria dos procedimentos da gestão dos utentes inscritos, quer pelo impacto demográfico da conjuntura económica e social que afeta Portugal e o Algarve.

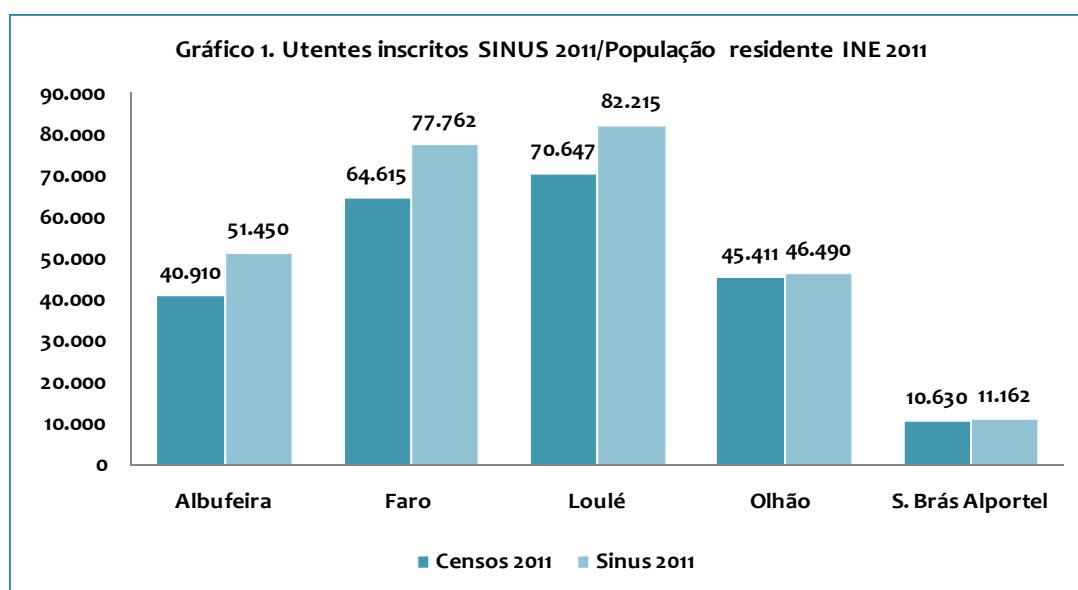
**Quadro n.º 53 - Evolução dos utentes inscritos no ACES Central (SIARS, 2010/2012)**

Centro de Saúde	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Var. % 11/10	Var. % 12/11
Albufeira	50.550	51.450	51.804	-0,1%	+0,7%
Faro	76.640	77.762	77.713	-0,9%	-0,1%
Loulé	81.343	82.215	82.890	+1,3%	+0,8%
Olhão	45.950	46.490	46.446	-0,1%	-0,1%
S. Brás Alportel	11.117	11.162	11.118	+1,6%	-0,4%
<b>ACES Central</b>	<b>265.640</b>	<b>269.079</b>	<b>269.971</b>	<b>+0,1%</b>	<b>+0,3%</b>

Fonte: SIARS, 2012

A comparação dos utentes inscritos em 31/12/2011 com os resultados provisórios da população residente obtidos no Censos de 2011 (INE) permite constatar que os utentes excedem em 16% (+36.866) a população residente, registando-se uma maior diferença em concelhos/centros de saúde mais expostos aos movimentos migratórios internos e externos: Albufeira, +26%; Faro, +20,4%; Loulé, +16,4%. Tendo em conta a atualidade do Censos de 2011, é de considerar que uma maior aproximação entre estes dois valores requer da parte dos serviços de saúde a adoção de procedimentos que permitam atualizar de forma mais célere e eficaz as listas de utentes inscritos, sobretudo no que respeita à população migrante.

**Gráfico n.º 80 – Utentes inscritos SINUS 2011/População residente – INE 2011**



Fonte: SIARS, 2012

**Quadro n.º 54 - Utentes inscritos no ACES Central, com e sem médico de família**

Centros de Saúde	Com Médico Família	Sem Médico Família	S/ Médico Família opção utente	Total Utentes Inscritos	% Utentes Sem Médico Família
Albufeira	34.265	17.369	170	<b>51.804</b>	33,5%
Faro	64.487	13.026	200	<b>77.713</b>	16,8%
Loulé	55.838	26.982	70	<b>82.890</b>	32,6%
Olhão	38.364	7.577	505	<b>46.446</b>	16,3%
S. Brás	9.196	1.270	652	<b>11.118</b>	11,4%
Alportel					
<b>ACES Central</b>	<b>202.150</b>	<b>66.224</b>	<b>1.579</b>	<b>269.971</b>	<b>24,5%</b>

Fonte: SIARS, 2012

Do total de utentes inscritos nos centros de saúde do ACES Central em 31/12/2012 existiam 66.224 **utentes sem médico de família atribuído** (24,5% do total) e 1.597 utentes sem médico de família atribuído por opção dos utentes (0,6% do total). Como se pode observar na tabela seguinte, nos centros de saúde de Albufeira (33,5% do total) e Loulé (32,6%), o número de utentes sem médico de família atribuído assumia maiores proporções. De notar, que os concelhos de Albufeira e Loulé são aqueles em que a população (e o utentes inscritos), sofrem uma maior influência de migrantes e/ou de cidadãos que esporadicamente ali se encontram a residir e que se inscrevem nos respetivos centros de saúde, pelo que, como já foi notado anteriormente no presente documento, a necessidade de atualização das listas de utentes assume nestes casos uma maior importância.

**Quadro n.º 55 - Utentes inscritos no ACES Central, por Unidade Funcional**

Unidades Funcionais	Total Utentes inscritos	Com Médico Família	Sem Médico Família	S/ Médico Família opção utente	% Utentes Sem Médico Família
UCSP Albufeira I	<b>51.804</b>	34.265	17.369	170	<b>40,02%</b>
USF Albufeira	<b>8.640</b>	8.640	0	0	<b>0,0%</b>
UCSP Faro I	<b>40.740</b>	27.522	13.018	200	<b>32,0%</b>
USF Al-Gharb	<b>10.263</b>	10.231	5	0	<b>0,0%</b>
USF Farol	<b>13.367</b>	13.364	3	0	<b>0,0%</b>
USF Ria Formosa	<b>13.370</b>	13.370	0	0	<b>0,0%</b>
UCSP Loulé	<b>29.069</b>	17.135	11.886	48	<b>40,9%</b>
UCSP Alm./Boliq.	<b>18.023</b>	14.239	3.782	2	<b>21,0%</b>
UCSP Quarteira	<b>25.941</b>	14.607	3.782	2	<b>43,6%</b>
USF Lauroé	<b>9.857</b>	9.857	0	0	<b>0,0%</b>
UCSP Olhão	<b>25.645</b>	17.572	7.569	504	<b>29,5%</b>
USF Âncora	<b>9.562</b>	9561	0	1	<b>0,0%</b>
USF Mirante	<b>11.239</b>	11.231	8	0	<b>0,1%</b>
UCSP S. B. Alportel	<b>11.118</b>	9.196	1.270	652	<b>11,4%</b>
<b>Total</b>	<b>269.971</b>	<b>202.150</b>	<b>66.224</b>	<b>1.597</b>	<b>24,5%</b>

Fonte: SIARS, 2012

No âmbito da reforma dos cuidados de saúde primários, e com aparecimento das USF com carteiras de utentes bem definidas, os utentes inscritos sem médico de família ficaram atribuídos às Unidades de Cuidados de Saúde Primários (UCSP). Deste modo, no final do ano de 2012, a distribuição dos utentes inscritos nos ACES por unidade funcional revelava um maior número de utentes inscritos sem médico de família atribuído nas UCSP Albufeira I (40,02%), UCSP Quarteira (43,6%) e UCSP Loulé (40,9%).

### 5.3. Recursos Humanos

A Portaria n.º272/2009, de 18 de Março, que cria os ACES do Algarve, fixa no Anexo I os **recursos humanos afetos ao ACES Central**, num total de 742, incluindo 88 afetos aos SUB de Albufeira e de Loulé (22 médicos, 32 enfermeiros, 10 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 12 assistentes técnicos e 12 assistentes operacionais) – sem os SUB aquele total é de 654 funcionários. Em 31/12/2011, o ACES Central tinha em exercício de funções um total de 651 funcionários que integram o mapa de recursos humanos, ou seja, 88% do total dos recursos humanos previstos para o ACES.

**Quadro n.º 56 - Recursos Humanos previstos e efetivos no ACES Central (01-04-2013)**

Grupo Profissional	Previstos na Portaria (A)	Em funções no ACES (B)	Em funções UCSP/USF
Diretor Executivo	1	1	0
Médicos	156	123	19
Enfermeiros	217	209	27
Técnicos Diagn. Terapêutica	49	42	10
Técnicos Superiores	23	23	5
Assistentes Técnicos	150	142	27
Assistentes Operacionais	143	95	10
Informáticos	1	0	0
Capelães	2	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>742</b>	<b>636</b>	<b>98</b>

Fonte: ACES Central

No que respeita ao mapa de recursos humanos acima apresentado, considera-se pertinente salientar-se os seguintes aspetos:

- ▶ No pessoal médico não foram contabilizados Os 22 internos da especialidade de medicina geral e familiar, com contrato de trabalho a termo incerto. Os 131 médicos em funções no ACES distribuíam-se, por especialidade, do seguinte modo: 105 especialistas em medicina geral e familiar; 19 clínicos gerais; 4 especialistas em saúde pública (3 dos quais a tempo parcial); 1 especialista em pediatria; 1 especialista em radiodiagnóstico (protocolo com o CHBA, EPE); 1 médico-dentista.
- ▶ Ainda no que respeita ao pessoal médico, nos 19 clínicos gerais estavam incluídos 7 médicos ao abrigo de protocolos internacionais com os Estados de Cuba (3) e Colômbia (4).
- ▶ Considerando os recursos humanos previstos no mapa de pessoal, é nos grupos profissionais médico e assistentes operacionais que se verifica um maior défice. Tendo em conta o *ratio* de 1.550 utentes por médico especialista em medicina geral e familiar, e atendendo ao número de utentes inscritos sem médico de família atribuído (66.224), o ACES Central regista um défice de 47 especialistas em medicina geral e familiar.
- ▶ Nos grupos profissionais de enfermagem e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica verifica-se um preenchimento quase completo dos postos de trabalho previstos no mapa de recursos humanos.
- ▶ O pessoal de enfermagem incluía 16 enfermeiros especialistas: 6 especialistas em saúde comunitária; 3 especialistas em saúde materna/obstétrica; 3 especialistas em saúde pública; 1 especialista em administração; 1 especialista em cirurgia oncológica; 1 especialista em saúde infantil; 1 especialista em médico/cirúrgica.
- ▶ O pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica incluía os seguintes profissionais: 16 radiologistas; 9 fisioterapeutas; 5 higienistas orais; 6

técnicos de saúde ambiental; 4 terapeutas da fala; 4 terapeutas ocupacionais, 1 dietista.

- ▶ O pessoal técnico superior integra os seguintes profissionais: 10 psicólogos clínicos; 9 assistentes sociais; 2 nutricionistas; 1 gestão de empresas.

#### 5.4. Oferta de cuidados de saúde

A oferta de cuidados de saúde assegurada pelas Unidades Funcionais do ACES Central à população da sua área de influência e, em particular, aos utentes inscritos, procura concretizar as diversas atribuições e competências consignadas na lei, designadamente:



Figura n.º 6 - Atribuições do ACES Central

Deste modo, e tendo em conta que a intervenção dos cuidados de saúde primários acompanha os indivíduos e as famílias ao longo da vida, sem descurar a intervenção de base comunitária, a oferta de cuidados de saúde está organizada para dar resposta às diferentes fases da vida, bem como ao acompanhamento de grupos vulneráveis (sobretudo grávidas e crianças) e grupos de risco (utentes diabéticos e hipertensos).

Seguidamente, apresenta-se para cada área de prestação de cuidados de saúde as principais atividades desenvolvidas no ACES Central.

### **SAÚDE DA MULHER**

- ▶ Consultas de planeamento familiar
- ▶ Consultas de saúde materna
- ▶ Ecografias obstétricas do 1.º trimestre
- ▶ Curso de Preparação para o Nascimento e Parentalidade
- ▶ Visitação domiciliária da puérpera
- ▶ Rastreio do cancro da mama
- ▶ Rastreio do cancro do colo do útero

### **SAÚDE INFANTIL E ADOLESCENTES**

- ▶ Consultas de saúde infantil
- ▶ Consultas de saúde do adolescente
- ▶ Visitação domiciliária do recém-nascido
- ▶ Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
- ▶ Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil (Protocolo com o Hospital D<sup>a</sup> Estefânia)
- ▶ Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco

### **GRUPOS DE RISCO**

- ▶ Consultas para utentes diabéticos
- ▶ Consultas para utentes hipertensos
- ▶ Consultas de vigilância dos utentes com terapêutica anticoagulante (INR)

### **SAÚDE DE ADULTOS**

- ▶ Consultas de vigilância
- ▶ Consultas para doença aguda



## OUTRAS ATIVIDADES

- ▶ Equipas de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)
- ▶ Plano Nacional de Vacinação
- ▶ Funções de autoridade de saúde
- ▶ Programa Nacional de Saúde Escolar
- ▶ Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral
- ▶ Consultas de medicina dentária e de higiene oral
- ▶ Centro de Diagnóstico Pneumológico
- ▶ Consulta de cessação tabágica
- ▶ Consultas de nutrição
- ▶ Radiologia convencional
- ▶ Projeto de Preparação para o Nascimento e Parentalidade – pré e pós-parto;
- ▶ Programa de Promoção do Aleitamento Materno;
- ▶ Projeto “Bem comer, bem crescer”;
- ▶ Projeto “Está na tua mão...não fumar”;

## ARTICULAÇÃO COM O HOSPITAL DE FARO, EPE

- ▶ Consultas de teledermatologia
- ▶ Consultas desconcentradas de psiquiatria e saúde mental

## PARCERIAS COM A COMUNIDADE

- ▶ Rede Social (Conselhos Locais de Ação Social)
- ▶ Rendimento Social de Inserção (Núcleo Local de Inserção)
- ▶ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- ▶ Conselhos Municipais de Educação
- ▶ Comissões Municipais de Proteção Civil
- ▶ Laboratório de Audiologia e Terapia da Fala da Universidade do Algarve
- ▶ Protocolos de cedências de viaturas com as Câmaras Municipais de Albufeira, Faro e de Olhão no âmbito do apoio domiciliário em saúde
- ▶ Fisioterapia em meio aquático (Município de Albufeira, Faro e Olhão)
- ▶ Projeto “Saúde e segurança na praia”.

## 5.5. Indicadores de atividade

O vasto conjunto de atividades desenvolvidas pelas Unidades Funcionais do ACES central não é fácil de resumir num número limitado de indicadores, sendo que os próprios sistemas de informação ainda não conseguem disponibilizar informação atempada e consistente relativamente a algumas delas.

### 5.5.1. Atividade Assistencial

Nas tabelas abaixo estão representados os principais indicadores de atividade do ACES central, seguido dos indicadores de atividade específica da UCSP e da USF Albufeira, normalmente utilizados nos cuidados de saúde primários e disponível no SIARS:

**Quadro n.º 57 - Principais indicadores de atividade assistencial do ACES Central (2010/2012)**

Indicadores Assistenciais	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
<i>Total de Consultas Médicas</i>	<b>536.487</b>	<b>579.205</b>	<b>563.735</b>
1as consultas médicas	152.641	169.356	164.910
Consultas seguintes	383.846	409.849	398.825
% 1as consultas/total consultas	28,45%	29,24%	29,25%
<i>Consultas Programas de Saúde</i>			
Planeamento Familiar	17.765	18.731	19.756
Saúde Materna	16.634	15.590	15.171
Saúde Infantil	56.011	61.832	59.755
Saúde Adultos	443.029	478.979	462.752

Fonte: SIARS

**Quadro n.º 58 - Principais indicadores de atividade assistencial UCSP Albufeira (2010/2012)**

Indicadores Assistenciais	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
<i>Total de Consultas Médicas</i>	<b>72.579</b>	<b>74.929</b>	<b>69.268</b>
1as consultas médicas	23.010	23.228	22.037
Consultas seguintes	49.569	51.701	47.231
% 1as consultas/total consultas	31,70%	31,00%	31,81%
<i>Consultas Programas de Saúde</i>			
Planeamento Familiar	394	11	13
Saúde Materna	1.671	1.625	1.385
Saúde Infantil	2.067	2.184	1.630
Saúde Adultos	16.815	18.513	14.059

Fonte: SIARS

**Quadro n.º59 - Principais indicadores de atividade assistencial USF Albufeira (2010/2012)**

Indicadores Assistenciais	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
<i>Total de Consultas Médicas</i>	<b>21.673</b>	<b>22.794</b>	<b>23.139</b>
1as consultas médicas	6.053	6.286	7.033
Consultas seguintes	15.620	16.508	16.106
% 1as consultas/total consultas	27,93%	27,58%	30,39%
<i>Consultas Programas de Saúde</i>			
Planeamento Familiar	1.123	1.288	1.321
Saúde Materna	692	616	566
Saúde Infantil	3.232	3.525	3.293
Saúde Adultos	16.626	17.325	17.801

Fonte: SIARS

### 5.5.2. SNIPI

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) é regulamentado pelo decreto-lei nº 281/2009 de 6 de Outubro e assenta na universalidade do acesso, na responsabilização dos técnicos e dos organismos públicos e na correspondente capacidade de resposta.

Assim, o SNIPI tem como missão Garantir um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, na área da educação, da saúde e da ação social. Abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias. A atuação do SNIPI é coordenada pelos três Ministérios (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ciência), com o envolvimento das famílias e da comunidade.

Neste sistema são instituídos três níveis de processos de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da criança e da adequação do plano individual para cada criança, ou seja, o nível local das equipas multidisciplinares com base em parcerias institucionais, o nível regional de coordenação e o nível nacional de articulação de todo o sistema.

As Equipas Locais de Intervenção (ELI's) na Região do Algarve têm como principal atribuição a avaliação e intervenção direta com crianças e famílias. Estas ELI's são constituídas por equipas pluridisciplinares com base em parcerias institucionais envolvendo vários profissionais: Educadores de infância; Enfermeiros; Médico(s) de Família/ Pediatra(s); Técnicos Superiores de Serviço Social; Psicólogos; Terapeutas (Fala, Ocupacional, Fisioterapeutas); Outros.

A IPSS que integra a ELI de Albufeira (Albufeira e Loulé) é a APEXA. O critério de atendimento para as IPSS predem-se com os critérios de elegibilidade (Grupo I – Patologias/Atrasos de Desenvolvimento).

No decurso do ano de 2012 a equipa de SNIPI recebeu 61 referências, das quais 40 correspondem a crianças do concelho de Albufeira. Porém, apesar do SNIPI envolver os Ministérios da Saúde, Educação e Segurança Social, estes dados referem-se à atividade da Saúde.

**Quadro n.º 60 - Processos referenciados SNIPI (31/12/2012)**

SNIPI	Albufeira	Loulé
Referenciadas 2012	<b>40</b>	<b>21</b>
Acompanhadas	<b>60</b>	<b>55</b>
Arquivadas	19	13

Fonte: ACES Central

As sinalizações são maioritariamente provenientes das equipas de saúde, o que reflete uma mudança de atitude referente ao modo como o projeto gradualmente se foi implementando.

**Quadro n.º 61 - Entidade referenciadora (31/12/2012)**

Referenciador (Acompanhadas+ Lista Espera)	Albufeira	Loulé
Equipa Saúde	43	28
Hospital	15	14
Família	3	0
Seg. Social/CPCJ/Tribunal	1	4
Educação	12	6
Outro	4	7
Desconhece		

Fonte: ACES Central

No final do ano ainda estavam a aguardar intervenção 18 crianças.

5.5.3. Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil

Outro dos projetos existentes é o **Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil** (GASMI) projeto de âmbito regional que surgiu de um protocolo assinado em 2001 entre a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. e o Departamento de Psiquiatria da Infância e da Adolescência do Hospital D. Estefânia, Clínica do Parque. É um projeto que abrange crianças dos 6 aos 12 anos de idade com perturbações de saúde mental.

Este projeto à semelhança do SNIPI conta com uma equipa multidisciplinar constituída por médico, enfermeira, psicólogos, terapeuta da fala, terapeuta ocupacional e assistente social. No decurso do ano de 2012 deram entrada 61 novas referências provenientes maioritariamente das equipas de saúde. Apesar de terem sido acompanhadas 77 crianças ao longo do ano, em Dezembro de 2012 havia 76 ainda em lista de espera. Esta situação reflete a necessidade de alargar a equipa de intervenção dotando-a de mais técnicos. Qualquer intervenção realizada com estas crianças pressupõe várias sessões durante vários meses, o que condiciona a entrada de novas crianças.

**Quadro n.º 62 - Processos referenciados GASMI (31/12/2012)**

GASMI	Albufeira
Referenciadas 2012	<b>61</b>
Acompanhadas	<b>77</b>
Arquivadas	6

Fonte: ACES Central

**Quadro n.º63 - Entidade referenciadora (31/12/2012)**

Referenciador (Acompanhadas+ Lista Espera)	Albufeira
Equipa Saúde	90
Hospital	7
SNIPI	25
Família	0
Seg. Social/CPCJ/Tribunal	9
Escola	11
Outro	13

Fonte: ACES Central

5.5.4. Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco

Um outro projeto a funcionar é o denominado **Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco (NACJR)** da unidade funcional de albufeira que atua em situações sinalizadas em que haja maus tratos em crianças e jovens que digam respeito a qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima.

E, neste sentido, existe uma multiplicidade de situações que consubstanciam a prática de maus tratos, os quais podem apresentar diferentes formas clínicas, por vezes associadas: *negligência* (inclui *abandono e mendicidade*), *mau trato físico*, *abuso sexual*, *mau trato psicológico/emocional* e *Síndrome de Munchausen por Procuração*. Face a uma situação em que haja suspeita de sujeição a maus tratos, a intervenção dos profissionais de saúde tem como objetivos prioritários: Proteger a criança/jovem; Intervir no risco para prevenir evolução para o perigo; Evitar a recorrência.

**Quadro n.º64 - Processos sinalizados (2012)**

	Masc.	Fem.	Total
Acompanhados	7	8	15
Arquivados	7	2	9
Encaminhados	3	1	4
Sinalizados Total	14	10	<b>24</b>

Fonte: ACES Central

**Quadro n.º 65 - Entidade referenciadora**

	Masc.	Fem.	Total
Negligência	10	5	15
Mau trato físico	0	5	5
Abuso sexual	0	0	0
Mau trato psicológico	3	1	4

Fonte: ACES Central

De acordo com o estipulado na Ação das Crianças e Jovens em Risco da DGS, as equipas são constituídas por médico, enfermeiro, assistente social e/ou psicólogo.

O trabalho desenvolvido assenta na articulação com as equipas de saúde e entidades da comunidade, a população alvo é dos 0 – 18 anos, podem ser realizados atendimentos, mas o acompanhamento clínico é da competência de outros projetos: SNIPI, GASMI e Pedopsiquiatria do HF.

O projeto em finais de 2012 ainda não tinha conseguido a sua total implementação junto dos profissionais de saúde. Porém, cada vez mais os enfermeiros estão consciencializados da necessidade do trabalho do núcleo.

Do total de 24 processos sinalizados 15 correspondem a situações de negligência, problemática mais comum, seguida dos maus tratos físicos (5) e psicológicos (4).

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liderança e Autonomia dos Centros de Saúde;</li> <li>• Contratualização e Avaliação nos Cuidados de Saúde Primários;</li> <li>• Governação Clínica nos Cuidados Saúde Primários;</li> <li>• Gabinete do Cidadão e Sistema de Gestão de Utentes;</li> <li>• Humanização e funcionalidade dos espaços/instalações;</li> <li>• Reorganização das equipas com intervenção comunitária;</li> <li>• Incentivo aos cuidados de saúde no domicílio e cuidados continuados;</li> <li>• Cuidados de proximidade ao Cidadão, nomeadamente descentralização das consultas hospitalares (Psiquiatria; Pedopsiquiatria);</li> <li>• Descentralização do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências;</li> <li>• Existência de um Conselho da Comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escassez de Médicos de Medicina Geral e Familiar;</li> <li>• Elevado nº de Médicos de Medicina Geral e Familiar com idades <math>\geq</math> 55 anos;</li> <li>• Elevado nº de utentes sem Médico de Família atribuído;</li> <li>• Parque de Viaturas insuficiente e envelhecido que condiciona a amplitude da intervenção comunitária;</li> <li>• Instalações da Sede do Centro de Saúde de Albufeira insuficientes para acomodar todas as Unidades Funcionais/Programas de Saúde.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde (Dec. Lei 28/2008 de 22 Fevereiro);</li> <li>• Implementação de Novas Unidades Funcionais de Saúde (USF; UCSP; URAP; USP; UCC);</li> <li>• Parcerias na Comunidade (ex. Rede Social).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida atratividade do concelho de Albufeira e do distrito de Faro na fixação de Médicos de Medicina Geral Familiar para exercerem funções no concelho de Albufeira;</li> <li>• Pressão nos cuidados de saúde prestados no centro de Saúde de Albufeira, resultante do acréscimo populacional nos meses de Verão;</li> <li>• Limitação de recursos em algumas especialidades médicas no Hospital de referência;</li> <li>• O Crescimento do número de sem abrigo no concelho.</li> </ul>



## 6- Educação

### 6.1. Estabelecimentos de Ensino do concelho de Albufeira

Neste ponto iremos apresentar de forma breve e resumida os estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Albufeira. Será dividido em dois subpontos: recursos físicos, onde iremos discriminar os estabelecimentos por freguesia e por grau ensino, nomeadamente: creches, jardins-de-infância, escolas do ensino básico do 1.º ciclo, escolas do ensino básico do 2.º e 3.º ciclo, ensinam secundário.

De seguida apresentaremos os recursos humanos que desempenham funções nos estabelecimentos.

#### Recursos Físicos

##### Creche

Uma creche é um espaço assistido, para o cuidado de bebês e crianças até 3 anos. Educadores organizam a rotina da criança promovendo o desenvolvimento cognitivo e motor, com os devidos cuidados necessários de higiene e bem-estar para cada criança acompanhando a idade.

Muitos pais utilizam os serviços da creche quando não tem o tempo integral disponível para os cuidados dos bebês, muitas vezes por motivo de trabalho. É na creche que o bebê fará as refeições, a rotina de sono, banho e brincadeiras, assistidas por mais de uma funcionária capacitada para o serviço. Muitos pais preferem deixar seus filhos na creche sob cuidados de técnicos especializados, por entender que a criança se socializa melhor convivendo com outras crianças.

No concelho de Albufeira existem seis estabelecimentos desta natureza, de acordo com o quadro que se segue:

**Quadro n.º 66 - Creches existentes no concelho de Albufeira**

Nome do Estabelecimento	Rede	Freguesia
Creche - Academia dos Marinheiros	Solidária	Albufeira
Creche - Barquinho Dourado		
Creche o Búzio		
Creche - Os Palmeirinhas		
Creche - São José		Ferreiras
Creche - Gente Miúda		Paderne
Creche Quinta dos Pardais		Albufeira
Creche Tempos de Infância		Guia

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Ensino Pré-Escolar

Entende-se por Educação Pré-Escolar o ensino destinado a crianças com idade compreendida entre os 3 e os 6 anos. Estes estabelecimentos de ensino designam-se Jardins de Infância que visam proporcionar atividades que estimulem o desenvolvimento global (físico, emocional e intelectual) e a integração social, através de experiências quer individuais, quer em grupo. Durante o ano letivo 2011/2012, no concelho de Albufeira funcionam 10 estabelecimentos públicos e 7 estabelecimentos privados.

No que se refere aos Jardins de Infância, a sua distribuição faz-se pelas cinco freguesias do concelho, como se demonstra no quadro seguinte:

**Quadro n.º 67 – Jardins de Infância existentes no concelho de Albufeira**

Nome do Estabelecimento	Rede	Freguesia
Jardim Infância Vale Pedras	Pública	Albufeira
Jardim Infância Caliços		
Jardim Infância Correeira		
Jardim de Infância de Vale Carro		
Jardim de Infância de Paderne		
Jardim de Infância de Ferreiras		Ferreiras
Jardim de Infância de Vale Serves		Olhos d'água
Jardim de Infância de Olhos d'água		
Jardim de Infância da Guia		
Jardim de Infância de Vale Rabelho		
Jardim de Infância - O Búzio	Privada	
Jardim de Infância - A Turma dos Traquinas		
Jardim de Infância - Casinha da Torre		
Jardim de Infância - Grãozinho de Areia		
Jardim de Infância - Arco Iris		
Jardim de Infância - Academia dos Marinheiros		
Jardim de Infância Quinta dos Pardais		
Jardim de Infância - O Jardim dos Palhacinhos		Guia

Fonte: DREALG, 2012

### Ensino Básico

A educação básica ou ensino básico é o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar ou formal. Esta denominação corresponde, a um conjunto específico de anos de escolaridade, correspondendo, na generalidade dos casos, aos primeiros quatro a nove anos. Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) estabelece nos seus artigos 6.º a 8.º que o ensino básico é universal e gratuito, com uma duração de nove anos escolares, sendo obrigatória a frequência para as crianças entre os 6 e os 15 anos de idade.

O ensino básico foi estabelecido pela LBSE de 1973, compreendendo na altura o ensino primário e o preparatório, estando prevista uma duração total de oito anos, aos quais correspondia a escolaridade obrigatória. Em virtude da ocorrência do 25 de abril de 1974, a LBSE de 1973 nunca chegaria a ser totalmente aplicada. Com a publicação da atual LBSE, em 1986, o ensino básico passou a compreender três ciclos, com uma duração total de nove anos. As escolas públicas onde é realizado o ensino básico, têm a designação genérica de "escola básica".

### **Objetivos do ensino básico**

A LBSE estabelece os seguintes objetivos para aquele nível de ensino:

- Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

- Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores caraterísticos da identidade, língua, história e culturas portuguesas;
- Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

### **Organização do ensino básico**

A LBSE dispõe que o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;

- No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

De seguida iremos apresentar os estabelecimentos de ensino segundo esta organização.

**Quadro n.º 68 – Escolas do 1.º ciclo existentes no concelho de Albufeira**

Nome do Estabelecimento	Rede	Freguesia
EB1 Vale Pedras	Pública	Albufeira
EB1 Caliços		
EB1 Correeira		
EB1 Sesmarias		
EB1 Av. do Ténis		
EB1 Paderne		Paderne
EB1 Cerro Ouro		Ferreiras
EB1 Ferreiras		
EB1 Fontainhas		Olhos d'água
EB1 Olhos D'água		
EB1 Brejos		
EB1 Vale Carro		Guia
EB1 da Guia		
EB1 Vale Parra		

Fonte: Município de Albufeira, 2012

**Quadro n.º69 – Escolas do 2.º e 3.º ciclo existentes no concelho de Albufeira**

Nome do Estabelecimento	Rede	Freguesia
Escola Básica e Secundária Vale Pedras	Pública	Albufeira
EB2,3 Profª Diamantina Negrão		
EB2, 3 Dr. Francisco Cabrita		
EB2,3 D. Martim Fernandes		
EB2,3 Ferreiras		Ferreiras
EB2,3 Paderne		Paderne
EB2,3 da Guia		Guia

Fonte: Município de Albufeira, 2012

## Ensino Secundário

O ensino secundário visa proporcionar uma formação e aprendizagens diversificadas e compreende:

a) Cursos científico-humanísticos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior; b) Cursos com planos próprios; c) Cursos artísticos especializados, vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos; d) Cursos profissionais vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos; e) Ensino secundário na modalidade de ensino recorrente; f) Cursos de ensino vocacional.

No quadro da diversificação da oferta formativa, podem ser criadas outras ofertas de educação e formação qualificantes profissionalmente, autorizadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, nomeadamente cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA), orientados no sentido de educação e formação para adultos que pretendam elevar os seus níveis de qualificação. A diversidade da oferta formativa de nível secundário é regulada por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação. Os cursos que se inscrevem no âmbito dos percursos de educação e formação referido no n.º 2 são criados e regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e do emprego.

O funcionamento de cursos de nível secundário previstos no presente diploma depende de parecer favorável dos serviços do Ministério da Educação e Ciência com competências no âmbito da definição da rede nacional de oferta formativa.

### Quadro n.º 70 – Escolas do ensino secundário existentes no concelho de Albufeira

Nome do Estabelecimento	Rede	Freguesia
Escola Básica e Secundária Vale Pedras	Pública	Albufeira
Escola Secundária de Albufeira		

Fonte: Município de Albufeira 2012

## 6.2. Agrupamentos de Escolas do concelho de Albufeira

Depois de apresentada a informação dos diferentes graus de ensino e estabelecimentos do concelho, por freguesia, é pertinente apresentar a constituição dos Agrupamentos Escolares do Concelho, uma vez que alguns dos dados fornecidos, apresentam-se distribuídos desta forma. Assim, o concelho de Albufeira concentra 5 agrupamentos:

**Quadro n.º 71 - Agrupamentos de Escolas do concelho de Albufeira**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino que o compõem
Agrupamento de Escolas de Albufeira	Escola Básica e Secundária Vale Pedras, EB2, 3 Dr. Francisco Cabrita, EB1 Vale Pedras, EB1 Calijos, EB1 Correeira, Jardim Infância Vale Pedras, Jardim Infância Calijos, Jardim Infância Correeira.
Agrupamento de Escolas de Ferreiras	EB2,3 Ferreiras, EB1 Ferreiras, Jardim de Infância de Ferreiras, Jardim de Infância de Vale Serves.
Agrupamento de Escolas de Paderne	EB2,3 Paderne, EB1 Paderne, EB1 Cerro Ouro, Jardim de Infância de Paderne.
Agrupamento de Escolas Diamantina Negrão	EB2,3 Profª Diamantina Negrão, EB1 Fontainhas, EB1 Olhos D'água, EB1 Brejos, EB1 Vale Carro, Jardim de Infância de Vale Carro, Jardim de Infância de Olhos d'água.
Agrupamento de Escolas Albufeira Poente	EB2,3 D. Martim Fernandes, EB2,3 da Guia, EB1 Sesmarias, EB1 Av. do Ténis, EB1 da Guia, EB1 Vale Parra, Jardim de Infância da Guia, Jardim de Infância de Vale Rabelho.
Escola Secundária de Albufeira	Escola Secundária de Albufeira.

Fonte: Município de Albufeira 2012

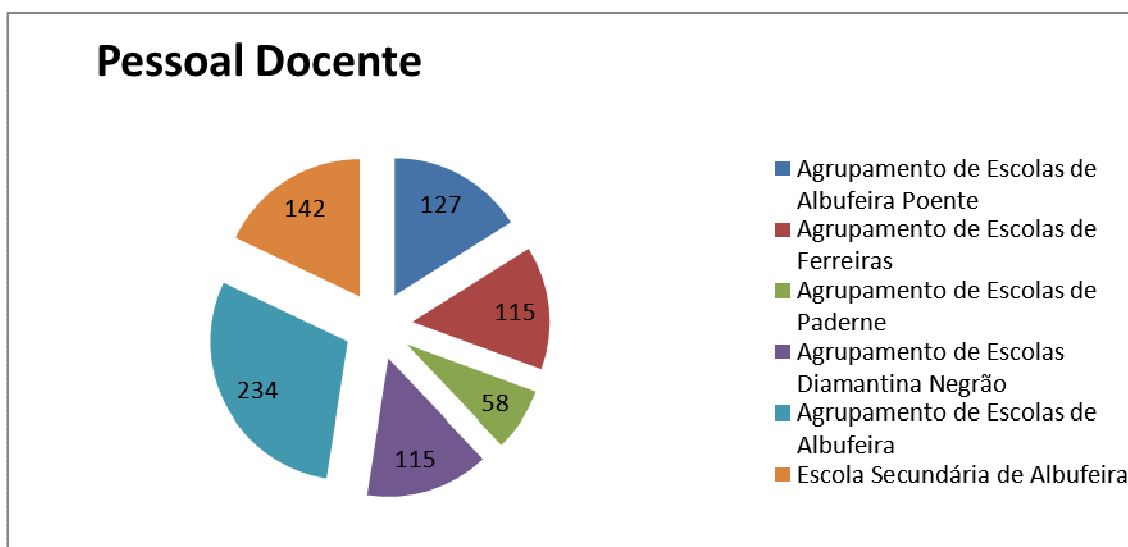


## Recursos Humanos

De seguida apresentamos o número de técnicos que desempenham as suas funções nos estabelecimentos de ensino. Serão apresentados dados da seguinte forma: pessoal docente e pessoal não docente.

### Pessoal Docente

**Gráfico n.º 81 – Distribuição do Pessoal Docente, nos vários agrupamentos escolares**



Fonte: Drealg 2012

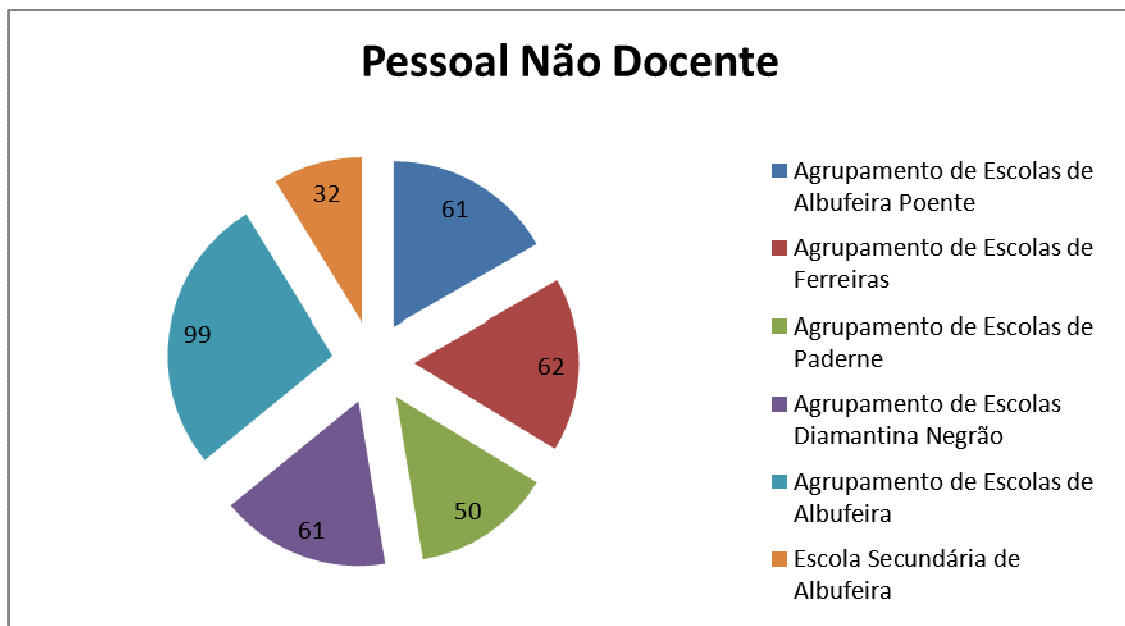
O pessoal docente compreende os educadores e professores que lecionam nos estabelecimentos de ensino.

O número de docentes tem uma relação direta com o número de alunos de cada agrupamento, assim o Agrupamento de Escolas de Albufeira, que concentra o maior número de alunos, reúne também o maior número de profissionais. Os restantes, distribuem-se de uma forma quase uniforme pelos diversos Agrupamentos, à exceção do Agrupamento de Escolas de Paderne que concentra apenas 58 docentes dos 791 que lecionam no concelho.

Pessoal Não Docente

O pessoal não docente a desempenhar funções no concelho de albufeira, divide-se pelos cinco agrupamentos da seguinte forma:

**Gráfico n.º 82 – Distribuição do Pessoal Não Docente, nos vários agrupamentos escolares**



Fonte: Drealg 2012

O pessoal não docente compreende os auxiliares de educação, assistentes técnicos, assistentes administrativos e outros que dão apoio a alunos, encarregados de educação, professores e direções dos estabelecimentos, nas mais diversas matérias tais como limpeza e manutenção dos espaços, segurança e vigilância de recreios, apoio administrativo, etc.

### 6.3. Caracterização e distribuição da população escolar (2011/2012)

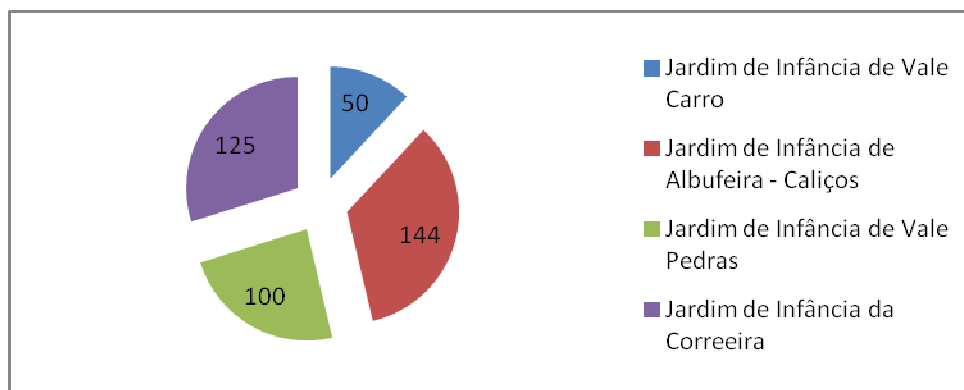
Neste ponto iremos apresentar o número de alunos em idade escolar que frequentam os estabelecimentos públicos, dos vários graus de ensino. A apresentação dos dados será efetuada por freguesia.

#### Freguesia de Albufeira

#### **Ensino Pré-Escolar**

O Ensino pré-escolar na freguesia de Albufeira dá resposta a 419 crianças, repartidas pelos quatro jardins-de-infância da seguinte forma:

**Gráfico n.º 83 – Número de alunos por estabelecimento do pré-escolar**

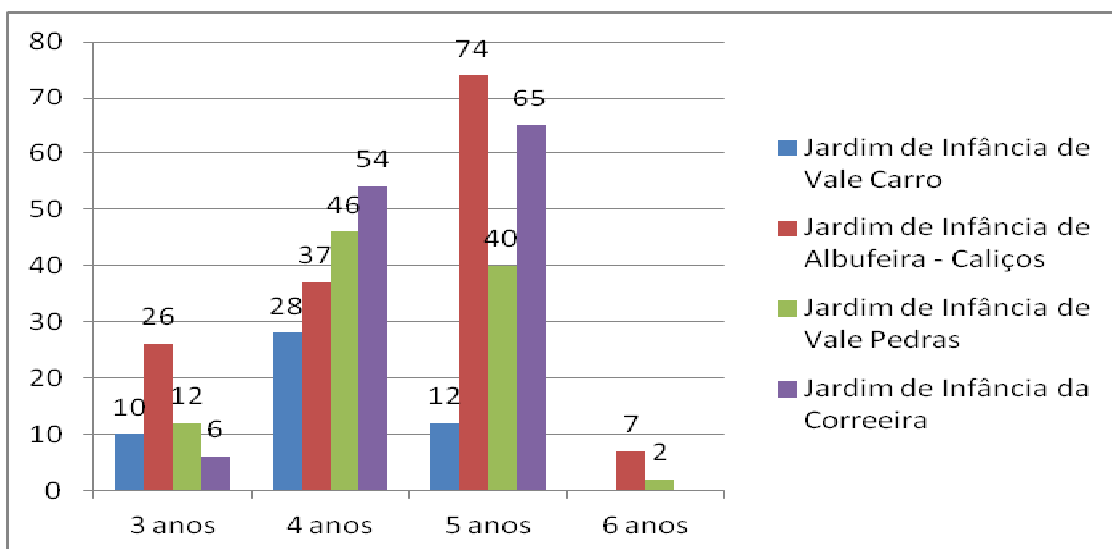


Fonte: Drealg 2012

Como podemos observar no gráfico o Jardim de Infância de Albufeira – Caliços, é aquele que acolhe o maior número de crianças, 144 no total, seguido pelo Jardim de Infância da Correeira.

Como já foi referido, o ensino pré-escolar destinam-se a crianças com idade compreendida entre o 3 e os 6 anos de idade. Na freguesia de Albufeira, a faixa etária dos 5 anos é a mais representada e a dos 6 anos é aquela com menor expressão. No gráfico n.º 3.4 podemos observar a distribuição das diferentes faixas etárias pelos Jardins de Infância.

**Gráfico n.º 84 – Número de alunos por estabelecimento do pré-escolar, segundo a idade**

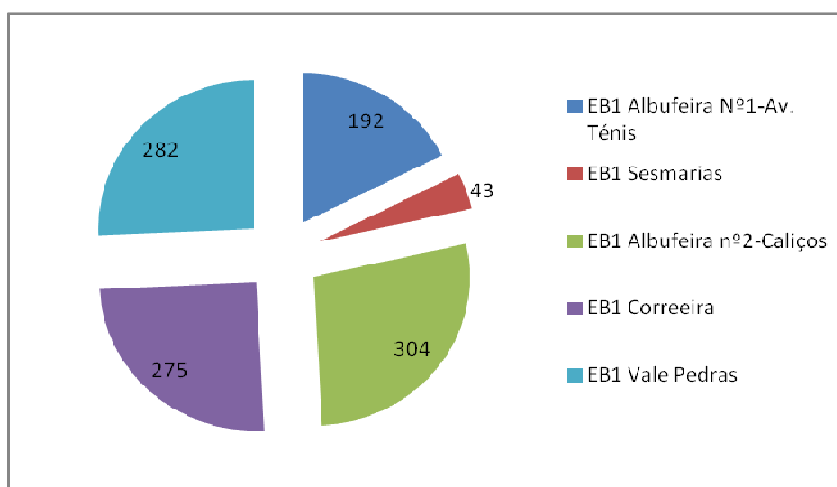


Fonte: Drealg 2012

### Ensino Básico – 1.º Ciclo

O primeiro dos três ciclos sequenciais que compõem o ensino básico, comporta na freguesia de Albufeira, 1096 crianças, divididas pelos cinco estabelecimentos de ensino da seguinte forma:

**Gráfico n.º 85 – Número de alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico**

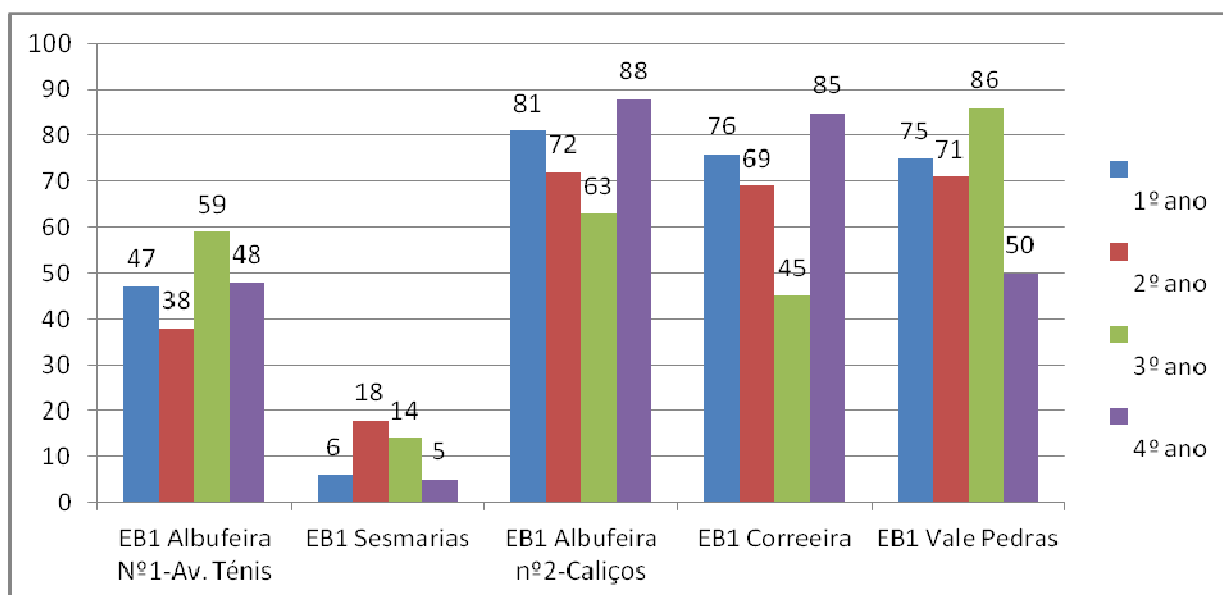


Fonte: Drealg 2012

Podemos verificar que o estabelecimento de ensino com maior número de alunos é a EB1 Albufeira n.º 2, com 304 alunos. Esta realidade é facilmente explicada pela sua capacidade e localização central.

No gráfico abaixo, podemos observar a distribuição por ano letivo, dentro dos estabelecimentos de ensino:

**Gráfico n.º 86 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico**



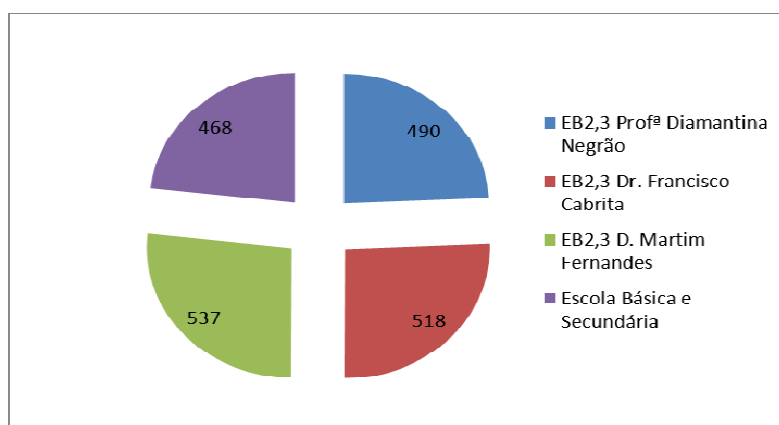
Fonte: Drealg 2012

Podemos ainda observar que os alunos distribuem-se pelos quatro anos do 1º ciclo, não havendo diferenciais significativos a registar.

### Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclo

O concelho é representado por sete estabelecimentos de ensino ao nível do 2º e 3º ciclo. Destes, mais de metade concentra-se na freguesia de Albufeira, recebendo 2013 alunos distribuídos da seguinte forma:

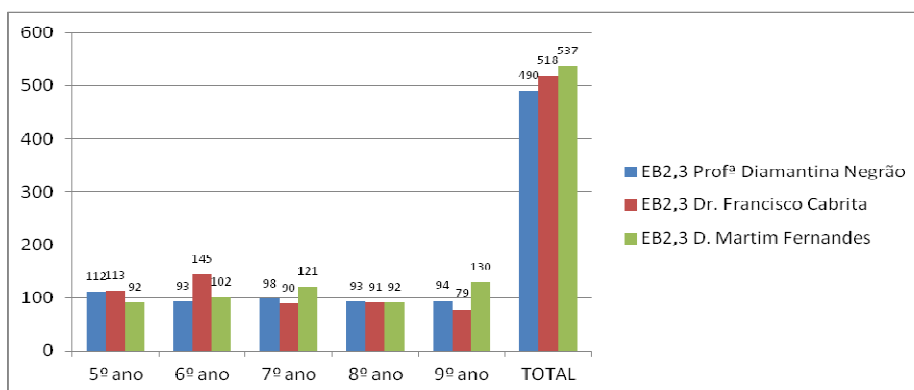
**Gráfico n.º 87 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

Verifica-se que os alunos estão distribuídos de uma forma equilibrada pelo 2º e 3º ciclo em todos os estabelecimentos de ensino. Verifica-se ainda que o maior número de alunos concentra-se na EB2,3 Martim Fernandes.

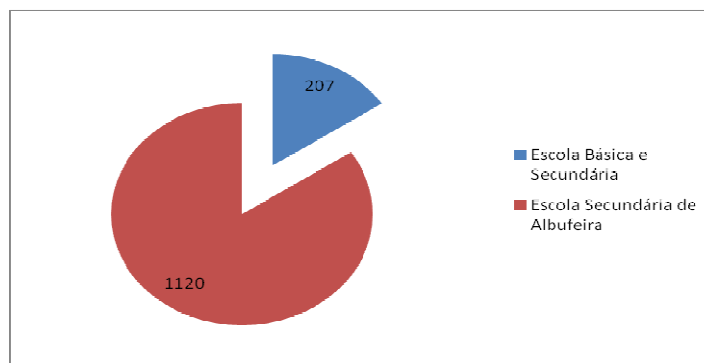
**Gráfico n.º 88 - Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

## Ensino Secundário/Ensino Profissional

**Gráfico n.º 89 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino secundário**

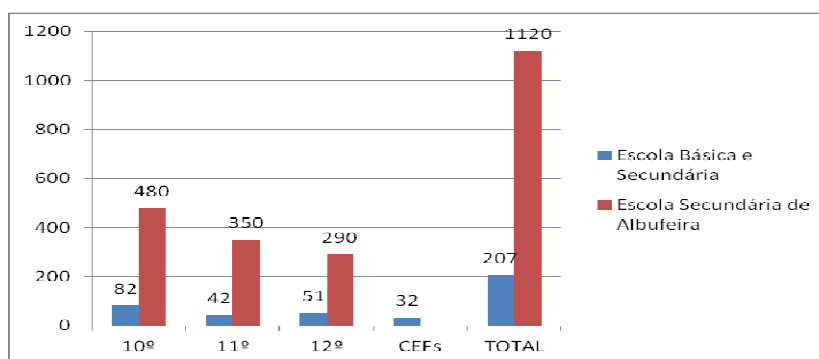


Fonte: Drealg 2012

No concelho existem dois estabelecimentos de ensino que têm oferta ao nível do ensino secundário e concentram-se ambos na freguesia de Albufeira: Escola Secundária de Albufeira e Escola Básica e Secundária de Albufeira. O ensino secundário do concelho é frequentado por 1327 alunos.

A oferta formativa da Escola Secundária de Albufeira situa-se exclusivamente no ensino secundário/profissional, enquanto a Escola Básica e Secundária de Albufeira divide a sua capacidade pelo 2º e 3º ciclo e ensino secundário, fator que explica o diferencial apresentado.

**Gráfico n.º 90 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do ensino secundário**



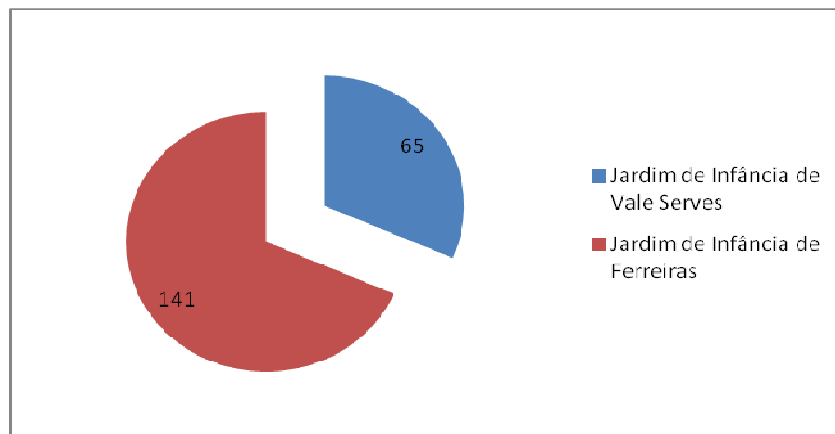
Fonte: Drealg 2012

Freguesia de Ferreira

**Ensino Pré-Escolar**

A Freguesia de Ferreira recebe 206 crianças nos dois jardins-de-infância que compõem a oferta ao nível do ensino pré-escolar:

**Gráfico n.º 91 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar**

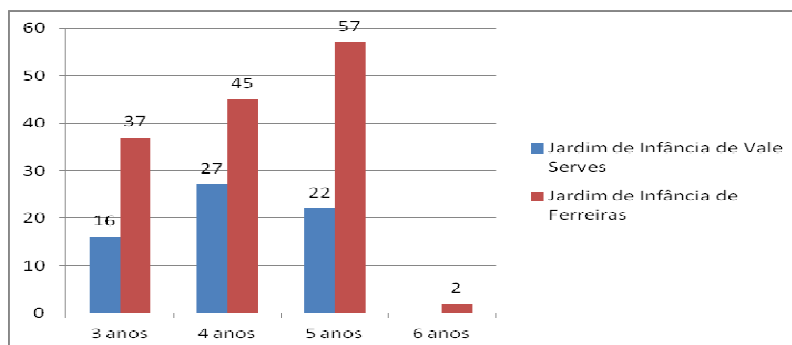


Fonte: Drealg 2012

Como se pode observar no gráfico o Jardim de Infância de Ferreira – Calços, é aquele que acolhe o maior número de crianças, 141 no total.

Verifica-se, à semelhança do que acontecia na freguesia de Albufeira, que a faixa etária dos 5 anos é a mais representada. No gráfico n.º 3.12 podemos observar a distribuição das diferentes faixas etárias pelos Jardins de Infância.

**Gráfico n.º 92 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar segundo a idade**



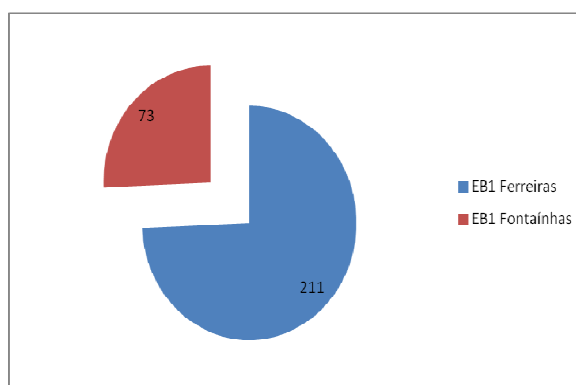
Fonte: Drealg 2012



## Ensino Básico – 1.º Ciclo

Na freguesia de Ferreiras, frequentam o 1º ciclo, 284 alunos, distribuídos por dois estabelecimentos de ensino:

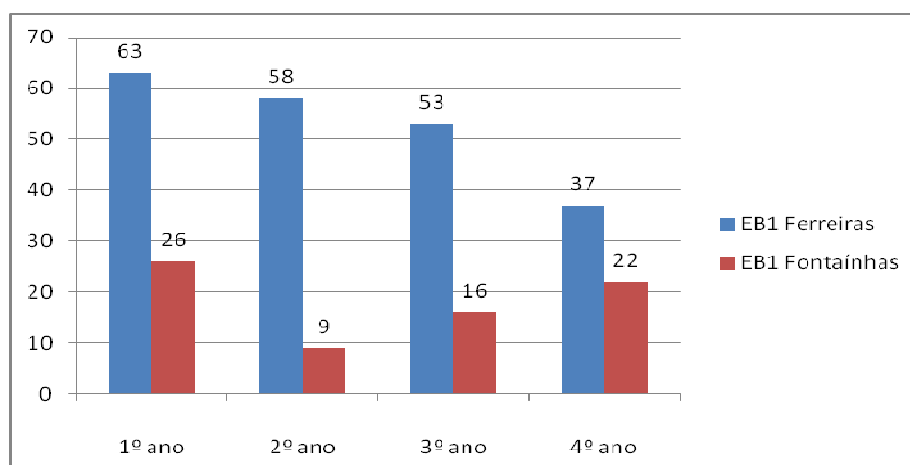
**Gráfico n.º 93 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

No gráfico abaixo, podemos observar a distribuição por ano letivo, dentro dos estabelecimentos de ensino:

**Gráfico n.º 94 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico**

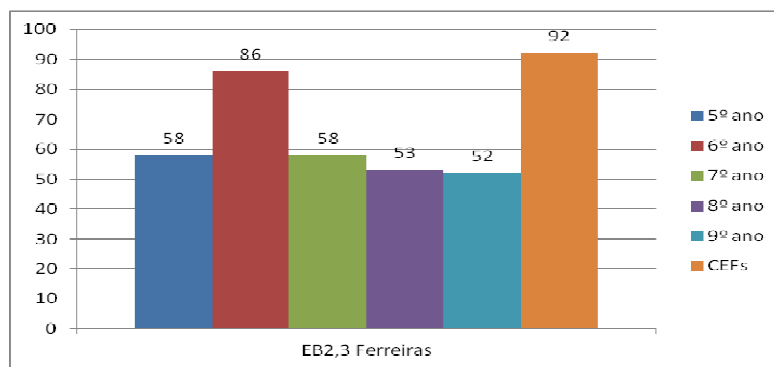


Fonte: Drealg 2012

### Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclo e Ensino Secundário

A freguesia é servida apenas por um estabelecimento de ensino com oferta ao nível do 2º e 3º ciclo. Uma característica muito particular deste estabelecimento de ensino é o número de alunos que frequentam os CEF - Cursos de Educação e Formação:

**Gráfico n.º 95 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

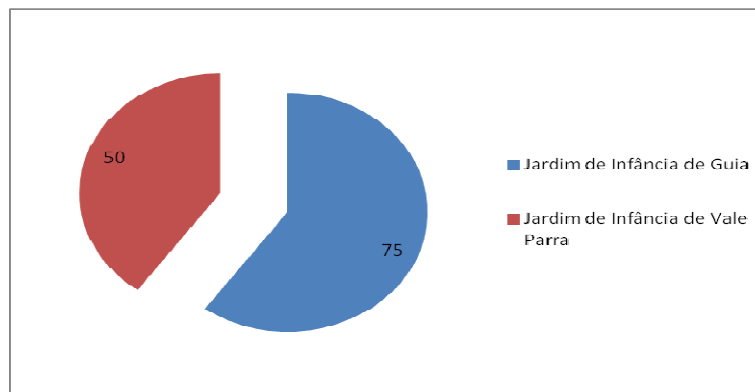
Estes cursos pretendem ser uma oportunidade para poder concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou para poder prosseguir estudos ou formação que lhe permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho. Todos os CEF integram quatro componentes de formação: Sociocultural, Científica, Tecnológica e Prática.

Freguesia da Guia

**Ensino Pré-Escolar**

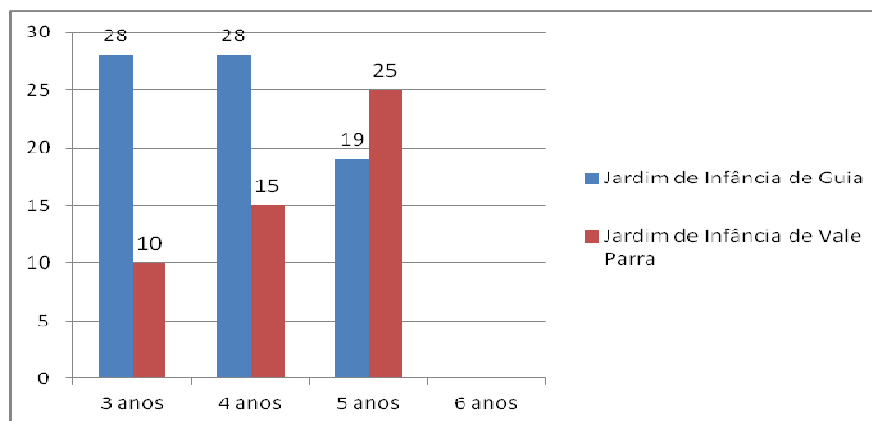
A freguesia da Guia é representada por dois jardins-de-infância que recebem no total 125 crianças:

**Gráfico n.º 96 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar**



Fonte: Drealg 2012

**Gráfico n.º 97 – Distribuição dos alunos por estabelecimento do pré-escolar segundo a idade**



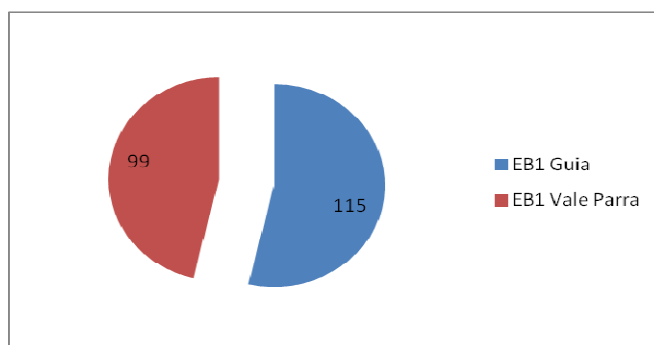
Fonte: Drealg 2012

A faixa etária dos 4 anos é a mais representada, como podemos verificar no gráfico seguinte.

## Ensino Básico – 1.º Ciclo

Ao nível do primeiro ciclo a capacidade dos dois estabelecimentos de ensino é muito semelhante, em resultados das obras de ampliação realizadas na EB1 de Vale de Parra. Assim, frequentam o 1º ciclo, 214 alunos:

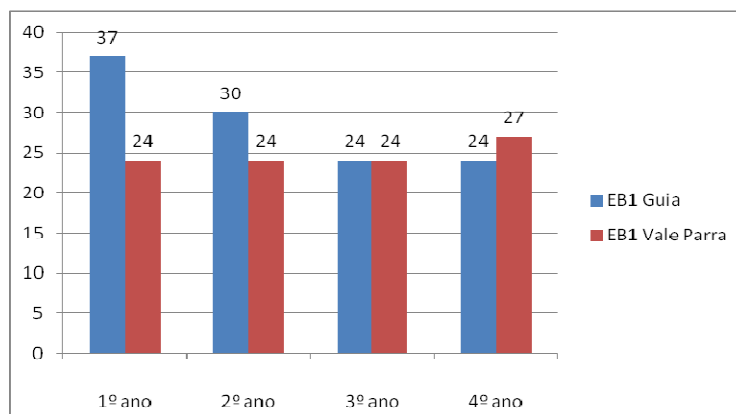
**Gráfico n.º 98 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

A estreita diferença existente entre os dois estabelecimentos situa-se ao nível do 1º ano, onde se verifica que a EB1 da Guia recebeu um maior número de crianças:

**Gráfico n.º 99 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico**

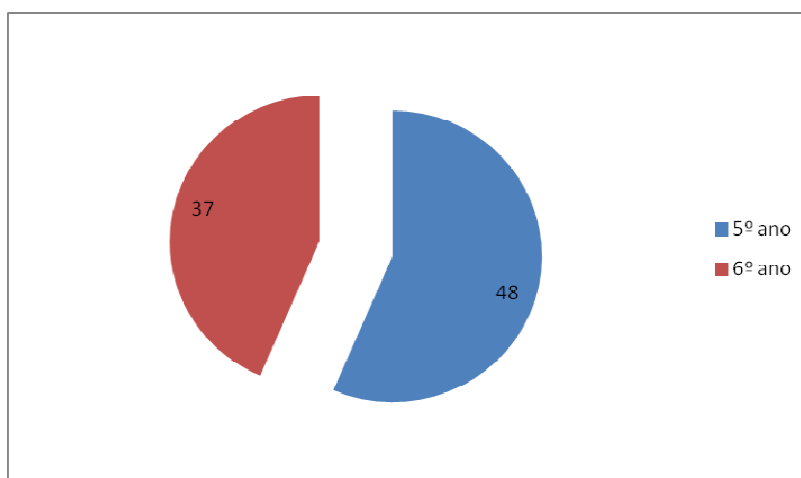


Fonte: Drealg 2012

### Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclo

A EB2,3 da Guia foi inaugurada no ano letivo 2011/2012, o que explica o reduzido número de alunos a frequentar o 2º ciclo e a inexistência de alunos ao nível do 3º ciclo:

**Gráfico n.º 100 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg 2012

Trata-se de um estabelecimento de ensino com uma capacidade muito maior que a registada no presente ano, mas pretende-se que o número de alunos vá aumentando gradualmente.

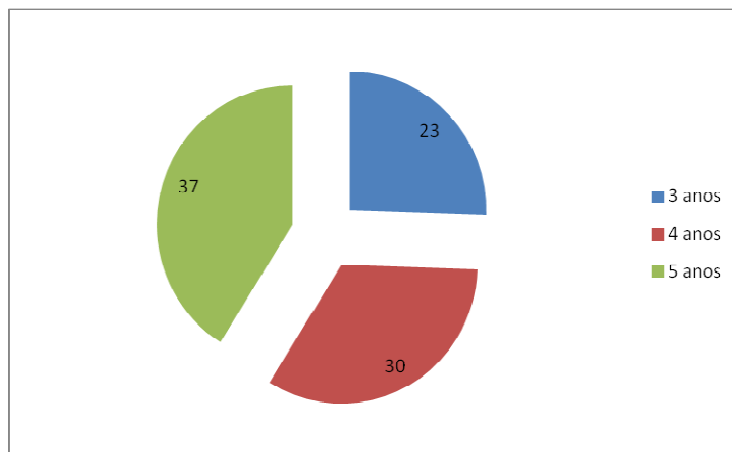
Freguesia de Olhos d'Água

**Ensino Pré-Escolar**

A freguesia de Olhos d'Água, à semelhança da freguesia de Paderne, é servida apenas por um jardim-de-infância. Existe uma diferença significativa de população entre estas duas freguesias, sendo que a dos Olhos D'Água tem um maior índice populacional. A diminuta oferta comparativamente ao índice populacional, é colmatada pela proximidade à freguesia de Albufeira o que permite aos agregados familiares usufruírem da oferta ao nível do ensino pré-escolar que se situa em Albufeira.

No Jardim de Infância dos Olhos D'Água as crianças distribuem-se pelas faixas etárias, da seguinte forma:

**Gráfico n.º 101 – Distribuição dos alunos segundo a idade**

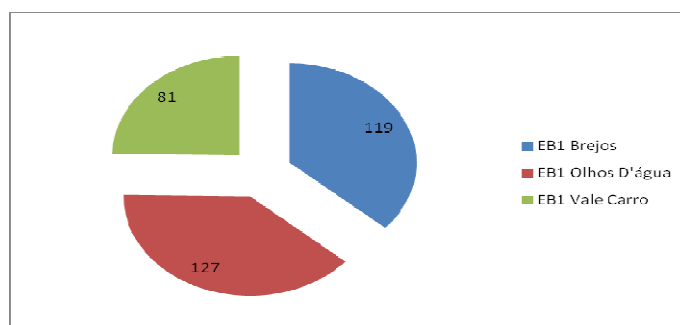


Fonte: Drealg, 2012

### Ensino Básico – 1.º Ciclo

Ao nível do 1º ciclo do ensino básico, a freguesia é servida por três estabelecimentos de ensino e os 327 alunos distribuídos da seguinte forma:

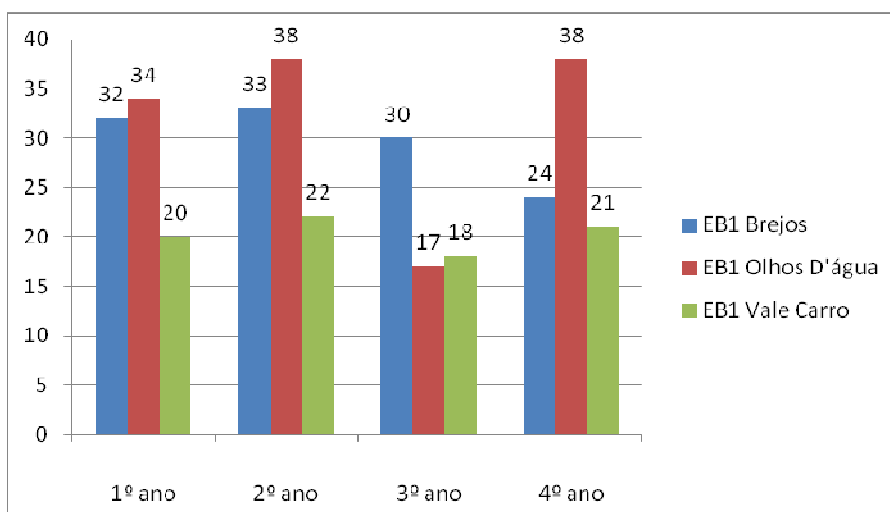
**Gráfico n.º 102 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg, 2012

Observa-se que é no estabelecimento do 1.º ciclo dos Brejos, onde se encontram o maior número de alunos, sendo a EB1 de Vale Carro o estabelecimento com menor número de alunos, provavelmente devido à sua distância geográfica.

**Gráfico n.º 103 – Distribuição dos alunos pelos anos de escolaridade dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg, 2012

### Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclo

Na freguesia dos Olhos D'Água, não existe oferta formativa ao nível do 2º e 3º ciclo, situação que se explica mais uma vez pela proximidade desta freguesia ao centro urbano e a um vasto leque de ofertas a esse nível.

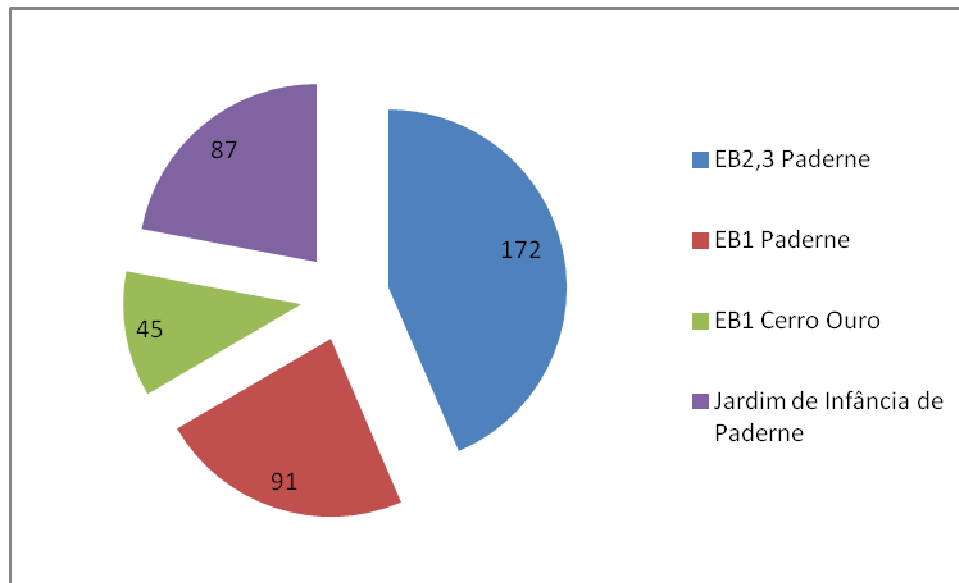


Freguesia de Paderne

A realidade da freguesia de Paderne é muito particular assim como a rede de estabelecimentos educativos. Existe apenas um estabelecimento de ensino para cada grau de ensino, à exceção do 1º ciclo, pelo que a análise estatística é necessariamente diferenciada.

Assim ao analisar o próximo gráfico, podemos observar que a freguesia de Paderne é composta por um jardim-de-infância que permite a 87 crianças usufruir do ensino pré-escolar. Ao nível do 1º ciclo observamos a frequência de 132 crianças, divididas pela EB1 de Paderne e EB1 do Cerro do Ouro. A EB2,3 de Paderne recebe 172 alunos do 2º e 3º ciclo, o que perfaz 395 alunos no total dos ciclos.

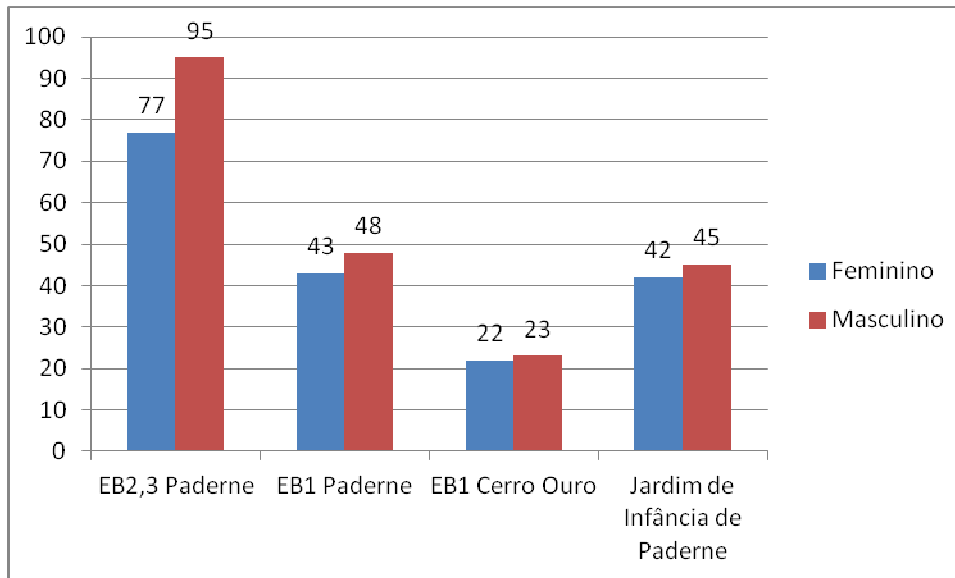
**Gráfico n.º 104 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino dos vários graus de ensino**



Fonte: Drealg, 2012

É possível verificar ainda que 211 alunos pertencem ao sexo masculino e 184 pertencem ao sexo feminino.

**Gráfico n.º105 – Distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino dos vários graus de ensino, por sexo**



Fonte: Drealg, 2012

### 6.4. Atividades Extracurriculares

#### Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

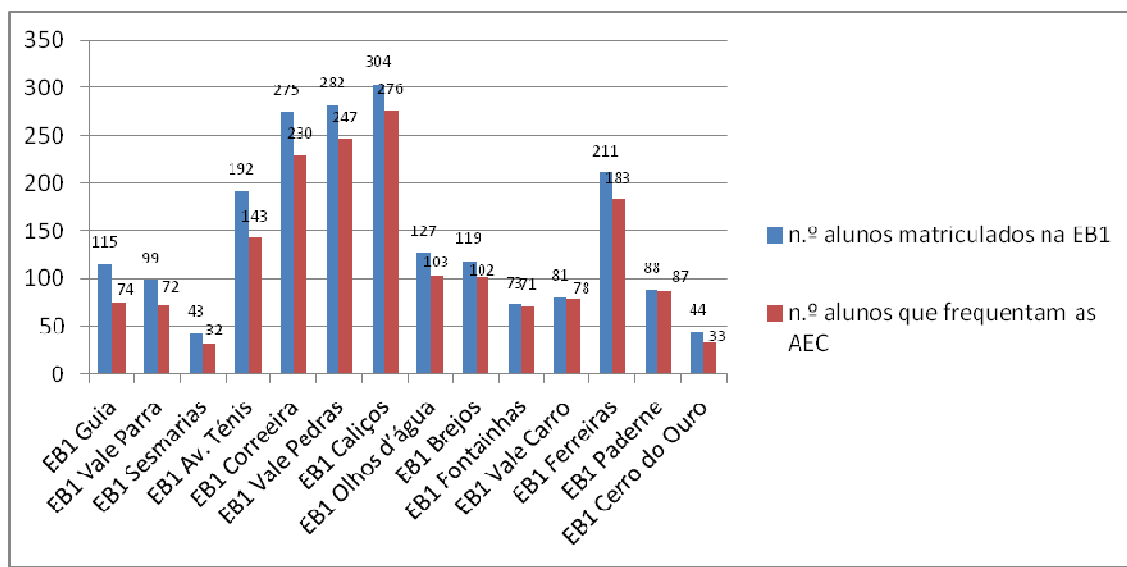
O Despacho nº. 14460/2008, da Senhora Ministra da Educação, publicado na II Série do Diário da República nº. 100, de 26 de Maio, veio estatuir as normas a observar, nomeadamente, no âmbito da oferta das atividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família, aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do ensino básico; O referenciado Despacho foi alterado pelo Despacho nº. 8683/2011, publicado na II Série do Diário da República nº. 122, de 28 de Junho de 2011;

A implementação destas atividades nas escolas do 1.º ciclo possibilitam a permanência dos alunos nas suas respetivas escolas, até às 17h30, usufruindo de atividades na área do inglês, educação física, expressões artísticas, entre outras de caráter lúdico.

A inscrição nestas atividades não tem caráter obrigatório, no entanto no início do ano os alunos inscrevem-se nas atividades e a partir desse momento a frequência nas atividades torna-se obrigatória.

De seguida apresentamos o número de alunos que frequentaram as AEC, fazendo uma comparação com os alunos matriculados em cada escola.

**Gráfico n.º 106 – Número de alunos que frequentam as AEC**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Como se pode observar no gráfico, as diferenças entre o número de alunos matriculados na EB1 e os alunos que frequentam as Atividades de Enriquecimento não é significativa, o que nos leva a concluir que a maioria dos alunos necessita de permanecer nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo até às 17h30.

Nos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico dos Caliços, da Correeira e de Vale Pedras nota-se uma diferença mais significativa entre o número de alunos matriculados no estabelecimento e o número dos alunos nas Atividades de Enriquecimento Curricular. Esta diferença pode representar a procura de ocupação de atividades de tempos livres fora do recinto escolar.

### Espaços Educativos – ATL's e Ludotecas

No que respeita a valência “Centros de Atividades de Tempos Livres” para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos (a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico), concelho 13 equipamentos, sendo a maioria das respostas oferecidas pela rede pública (10 equipamentos), com especial relevo para as iniciativas de promoção municipal. Acrescem 1 equipamento lucrativo e 1 equipamento de iniciativa solidária e outro privado.

#### Quadro n.º 72 – Espaços de Atividades de Tempos Livres

Equipamentos	Rede	Capacidade	Nº de Utentes
ATL Vale Pedras (C. M. A.)	Pública	50	50
ATL Av. do Ténis (C. M. A.)	Pública	25	23
ATL Caliços (C. M. A.)	Pública	25	25
ATL da Guia (C. M. A.)	Pública	50	50
ATL Ferreiras (C. M. A.)	Pública	50	42
ATL Fontainhas (C. M. A.)	Pública	25	24
ATL Olhos De Água (C. M. A.)	Pública	25	25
ATL Paderne (C. M. A.)	Pública	50	47
ATL Vale Parra (C. M. A.)	Pública	25	25
Ludoteca dos Brejos	Pública	40	*
Ludoteca de Vale Carro	Pública	40	*
Projeto “Mais Educação”	Pública	30	30
Casinha da Torre	Lucrativa	35	27
Beone – academia de estudos	Privada	200	135
Quinta dos Pardais (S. C. M. A.)	Solidária	15	15
<b>Totais</b>		<b>685</b>	<b>518</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

\*A frequência dos alunos nas Ludotecas é livre e não necessita de inscrição prévia

**Quadro n.º 73 – Inscrições do Ano Letivo 2011/2012**

ATL	N.º Inscrições	Admitido Ano Letivo	Desistências	Excluídos	Lista de Espera
Vale Parra	38	25	2	1	___
Olhos d'Água	38	25	2	1	2
Paderne	61	47	1	5	___
Fontainhas	27	24	___	___	___
Av. Ténis	34	23	1	1	___
Caliços	37	25	2	1	4
Ferreiras	55	42	3	4	___
Guia	70	51	6	___	1
Vale Pedras	63	50	2	3	2
Projeto "Mais Educação"	42	31	___	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>465</b>	<b>346</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>13</b>

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Ao longo do ano letivo os serviços receberam 465 inscrições devidamente instruídas e acompanhadas de todos os documentos solicitados. Após ter sido feita a necessária análise 346 alunos foram admitidos para frequentar os ATL durante todo o ano letivo.

Com base nos dados apresentados no Quadro verifica-se que a maior parte dos ATL atingiram a sua capacidade máxima (Vale Parra, Olhos d'Água, Paderne, Caliços, Ferreiras, Guia, Vale Pedras e Projeto "Mais Educação"). E os que não atingiram, Av. Ténis e Fontainhas estiveram muito próximos uma vez que o limite em cada um dos casos é de 25 alunos. Ao contrário dos anos anteriores não foi possível dar resposta a todos os alunos que necessitavam de prolongamento para o ano letivo tendo-se chegado ao fim com 13 alunos em lista de espera.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas nos vários ATL a maior parte foi de carácter lúdico, de modo, a proporcionar à criança um momento para brincar e relaxar enquanto aguardam a chegada dos encarregados de educação. Tendo em conta as planificações entregues no início do ano letivo verifica-se que a maior parte cumpriu o que estava planeado.

### Ludotecas

Este ano pela primeira vez, desde a criação das Ludotecas, no concelho de Albufeira, estas encerraram durante os meses de julho e agosto, no entanto as necessidades das crianças ficaram asseguradas pela existência do Projeto “Educação do Verão” que através da oferta de atividades de caráter lúdico-pedagógicas permitiu ocupar o Verão dos alunos do 1.º Ciclo.

Durante o ano letivo ambas as Ludotecas recebem alunos das Escolas onde se encontram inseridas com exceção para a Ludoteca de Vale Carro que com alguma regularidade recebe dois a três antigos alunos que, neste momento, já se encontram no 5.º e 6.º ano.

**Quadro n.º 74 – Média de presenças mensais e anuais das Ludotecas no ano letivo 2011/2012**

Ludoteca	Mês										Média/Ano Letivo
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	
Vale Carro	22	24	22	25	27	27	29	27	28	30	26
Brejos	32	28	32	32	25	29	29	28	29	26	29

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Como se pode verificar, a média das presenças mensal vai sofrendo algumas alterações sendo curioso verificar que existe uma tendência contrária nestes dois locais, enquanto a Ludoteca de Vale Carro sofreu uma pequena subida ao longo do ano letivo nos Brejos foi exatamente o inverso que aconteceu.

## 6.5. Serviço de Ação Social Escolar

### Alimentação

#### Refeitórios escolares

De acordo com a al. b) do art.º n.º. 19º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é competência da autarquia assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico.

Segundo o n.º 1 do art.º n.º. 3º do Despacho n.º 18987/2009 o fornecimento de refeições em refeitórios escolares, visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo as orientações emanadas na Circular n.º 14/DGIDC/2007, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos n.º 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.

**Quadro n.º 75 – Número de refeições servidas durante o ano letivo 2011/2012**

Agrupamento	Estabelecimento	Refeições servidas Ano letivo 2011/2012			
		Normal	Escalão A	Escalão B	Total
<b>Agrupamento de Escolas de Albufeira</b>	EB1 Caliços	22.334	11.065	7.112	40.511
	EB1 Vale Pedras	30.129	8.060	3.320	41.509
	JI Vale Pedras	13.902	1.286	862	16.050
	JI Albufeira	11.712	4.866	2.623	19.201
	EB1 Correeira	26.798	8.220	4.873	39.891
	JI Correeira	12.822	2.958	2.403	18.183
<b>Agrupamento Albufeira Poente</b>	EB1 Guia	13.025	3.469	2.077	18.571
	JI Guia	8.471	1.407	418	10.296
	EB1 Av. Ténis	21.752	4.120	2.102	27.974
	EB1 Vale Parra	10.795	1.775	1.021	13.591
	EB1 Sesmarias	3.374	1.816	0	5.190
	JI Vale Rabelho	6.692	354	310	7.356
<b>Agrupamento Diamantina Negrão</b>	EB1 Olhos d'Água	12.231	3.641	2.702	18.574
	JI Olhos d'Água	10.135	1.354	790	12.279
	EB1 Brejos	10.763	2.834	2.258	15.855
	EB1 Fontainhas	7.582	2.638	1.127	11.347
	EB1 Vale Carro	9.375	1.626	1.134	12.135
	JI Vale Carro	5.441	704	1.007	7.152
<b>Agrupamento Vertical de Ferreiras</b>	JI Ferreiras	15.390	1.967	1.511	18.868
	JI Vale Serves	8.658	1.529	58	10.245
	EB1 Ferreiras	21.480	7.894	3.339	32.713
<b>Agrupamento Vertical de Paderne</b>	EB1 Cerro do Ouro	4.715	1.462	448	6.625
	EB1 Paderne	10.600	2.336	796	13.732
	JI Paderne	12.836	1.460	1.282	15.578

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Regime de Fruta Escolar (RFE)

O RFE consiste num programa de distribuição gratuita de produtos hortofrutícolas a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam estabelecimentos de ensino da rede pública, aprovado pela Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro.



Foi instituído pela União Europeia, através do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e do Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, um regime de ajuda para a distribuição deste tipo de produtos.

Este programa tem como principal objetivo a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens. A distribuição da fruta à população escolar abrangida no RFE é efetuada 2 vezes por semana, com produtos de qualidade certificada, e é servida durante o período da tarde sem coincidir com a distribuição do leite escolar. A autarquia de Albufeira vai mais longe e assegura, por iniciativa própria, o fornecimento de fruta a estes alunos nos restantes 3 dias da semana.

**Quadro n.º 76 – Porções de fruta servidas durante o ano letivo 2011/2012**

Estabelecimento	Porções de fruta ano letivo 2011/2012
EB1 Cerro do Ouro	2.496
EB1 Paderne	5.370
EB1 Av. Ténis	6.200
EB1 Sesmarias	2.115
EB1 Vale Parra	3.152
EB1 Guia	6.065
EB1 Ferreiras	4.137
EB1 Olhos d'Água	8.306
EB1 Fontainhas	2.464
EB1 Vale Carro	1.396
EB1 Brejos	6.006
EB1 Correeira	17.426
EB1 Caliços	16.564
EB1 Vale Pedras	16.682

Fonte: Município de Albufeira, 2012

No âmbito do RFE foram distribuídos 12.309,94 Kg de fruta de qualidade certificada nos 14 estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico ao longo do ano letivo 2011/2012, e foram gastos 24.075,70 € na aquisição deste tipo de produtos.

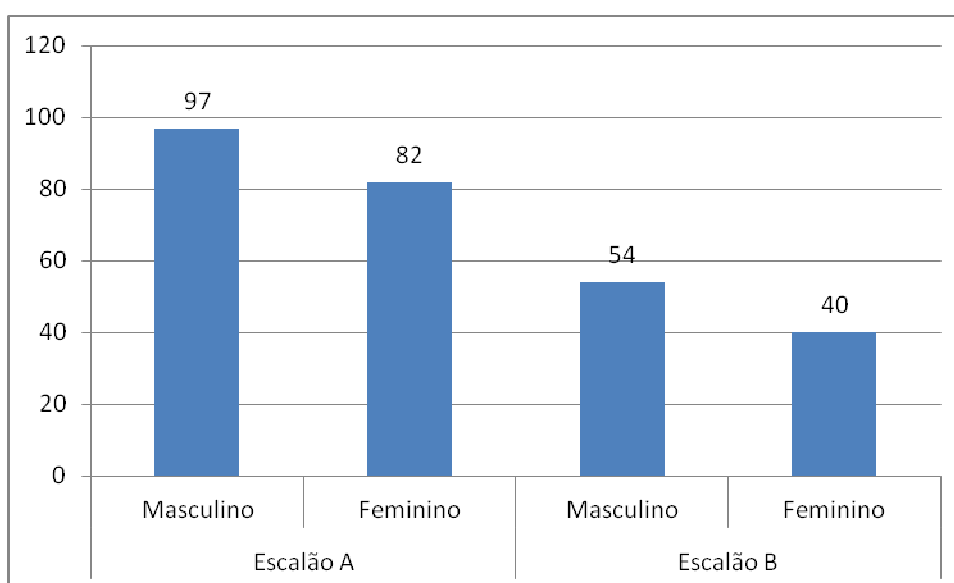
### Escalões de Ação Social Escolar

Relativamente à ação social educativa fazem parte destes serviços o SASE. As dimensões de apoio de ação social escolar destinam-se a alunos oriundos de agregados familiares carenciados aos quais se consignam auxílios económicos. As verbas a atribuir por este programa, regulamentadas anualmente, são aplicadas em livros e material escolar e atividades de complemento curricular, conforme preconizado pelos Despacho Conjunto nº 507/98, de 30 de Julho e Despacho Conjunto nº 508/98, de 30 de Julho.

De seguida apresentamos o número de escalões atribuídos nos dois graus de ensino, nomeadamente no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, a nível do concelho, e posteriormente faremos uma análise global dos escalões atribuídos por agrupamento escolares, uma vez que obtivemos junto DREALg os respetivos dados.

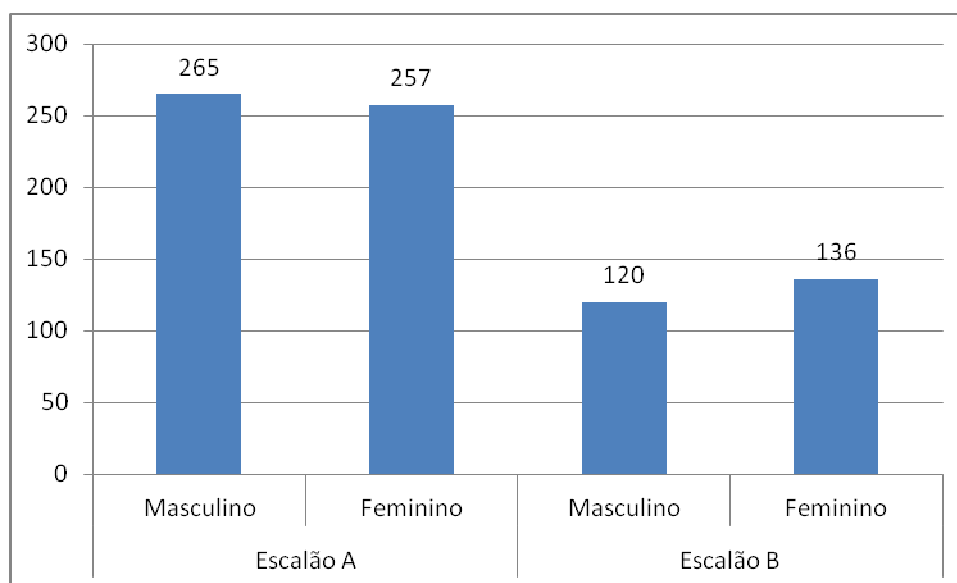
No universo total do concelho de Albufeira, onde foram atribuídos 1294 escalões A, e 968 escalões B, e de acordo com o gráfico que apresentamos, podemos observar que ao nível do pré-escolar foram atribuídos 179 Escalões A e 94 Escalões B.

**Gráfico n.º 107 – Escalões atribuídos a alunos do ensino pré-escolar**



Fonte: Drealg, 2012

**Gráfico n.º 108 – Escalões atribuídos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico**



Fonte: Drealg, 2012

No que diz respeito à atribuição dos escalões no 1.º ciclo ensino básico podemos verificar que foram atribuídos 522 Escalões A e 256 Escalões B, como se pode observar no gráfico.

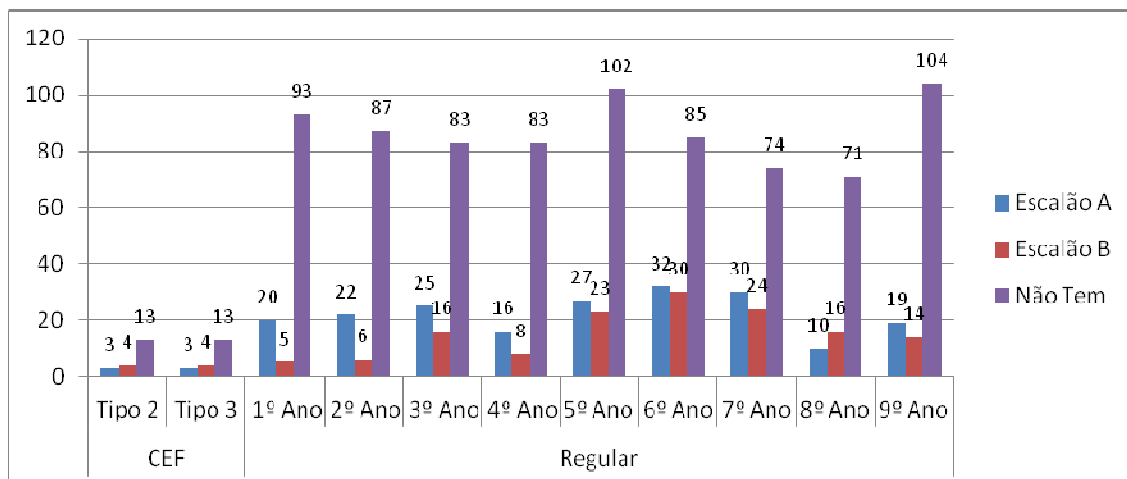
Após a leitura destas gráficos anteriores, podemos concluir que tanto a nível do pré-escolar, como a nível do 1.º ciclo, existe um maior número de escalões A atribuído, em comparação com os escalões B, pelo que se pode concluir que a situação económica dos alunos nestes níveis de ensino se encontra com algumas dificuldades.

Podemos também concluir que o sexo feminino é o que menos beneficia de escalões à exceção do escalão B no 1.º ciclo do ensino básico.

Agrupamento de Escolas Albufeira Poente

De seguida apresentaremos a atribuição dos escalões, nos vários agrupamentos escolares, segundo os restantes níveis de ensino.

**Gráfico n.º 109 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino**

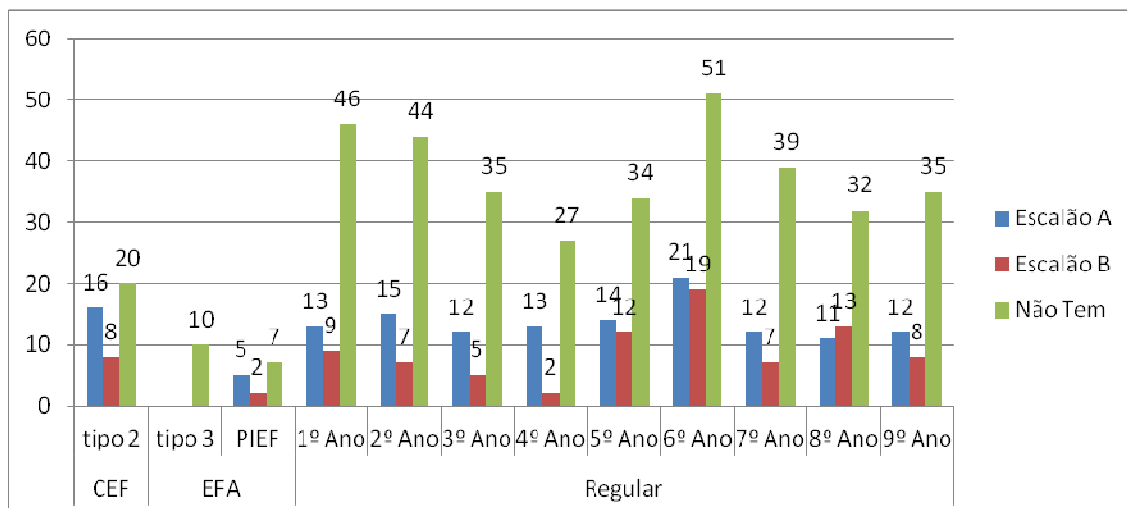


Fonte: Drealg, 2012

Como se pode observar no gráfico anterior, foram atribuídos Neste agrupamento de escolas foram atribuídos 357 escalões, sendo 207 Escalões A e 15 Escalões B, distribuídos pelos vários anos do ensino básico. Verificamos que os graus de ensino onde estão o maior número de alunos a beneficiar de escalões, correspondem ao 6.º ano e ao 7.º ano.

Agrupamento de Escolas das Ferreiras

**Gráfico n.º 110 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino**



Fonte: Drealg, 2012

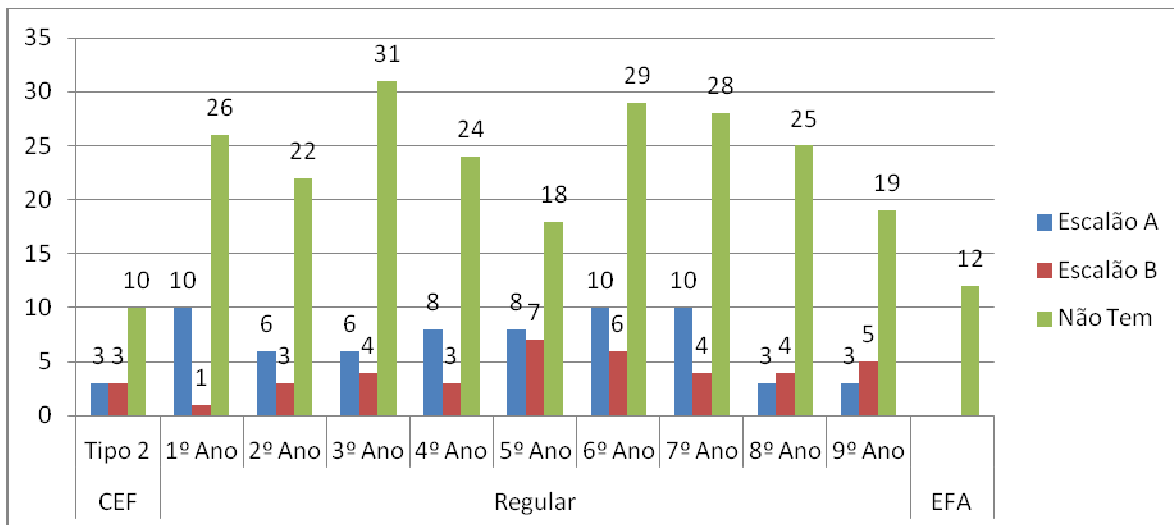
No agrupamento de Escolas das Ferreiras, no ano letivo 2012/2013 foram atribuídos 236 escalões, 144 escalões A e 92 escalões B. Apesar deste número de escalões atribuídos, verifica-se um grande número de alunos sem escalão atribuído (380 alunos sem escalão), tornando-se num fator positivo, quando fazemos uma análise a nível da situação socioeconómica dos alunos.

Agrupamento de Escolas Paderne

O Agrupamento de Paderne é constituído por 351 alunos do ensino básico. Destes 351 alunos, 67 alunos usufruem do Escalão A e 40 alunos do Escalão B.

Também neste agrupamento existe um grande número de alunos que não beneficiam de qualquer escalão (244 alunos), como se pode observar no gráfico que se segue.

**Gráfico n.º111 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino**

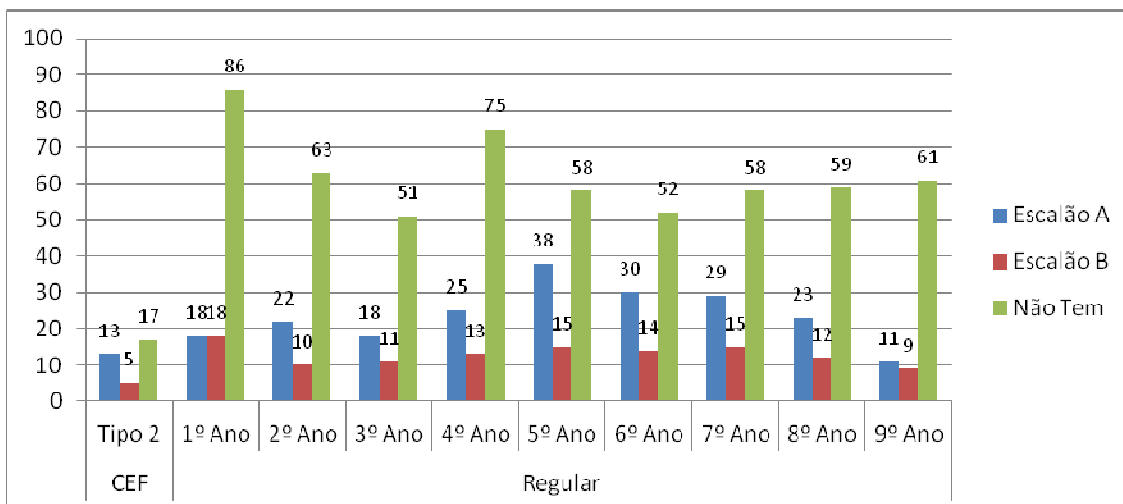


Fonte: Drealg, 2012

**Agrupamento Prof. Diamantina Negrão**

Verificamos neste agrupamento que foram 349 os alunos que beneficiaram de escalões, distribuídos da seguinte forma: 227 alunos usufruem de Escalão A e 122 de escalão B. Podemos verificar que mais de 50% dos alunos (580 alunos) não beneficiam de qualquer tipo de escalão.

**Gráfico n.º 112 – Escalões atribuídos segundo o grau de ensino**

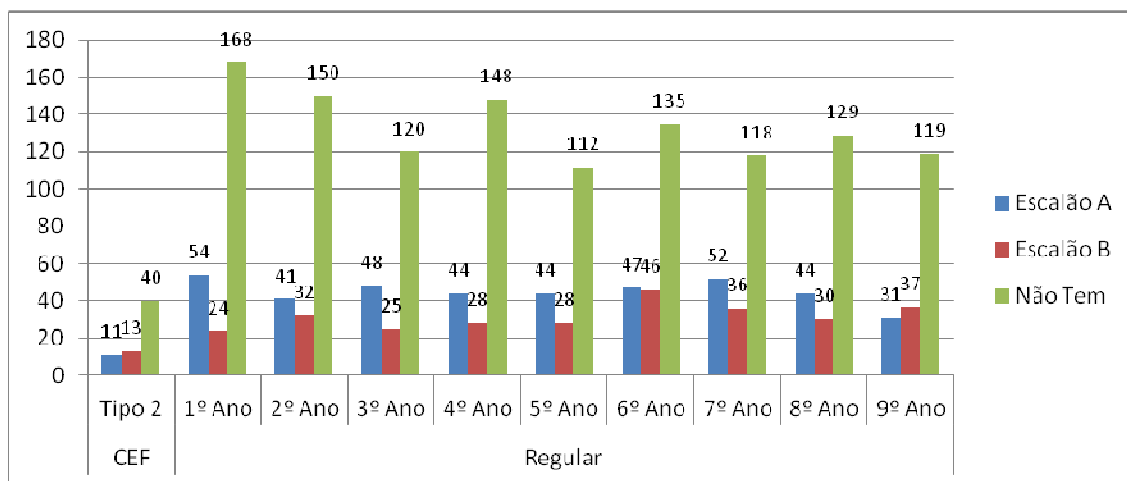


Fonte: Drealg, 2012

Agrupamento de Escolas de Albufeira

O agrupamento de Escolas de Albufeira, como podemos verificar no início deste ponto, é constituído por estabelecimentos do ensino básico e ensino secundário.

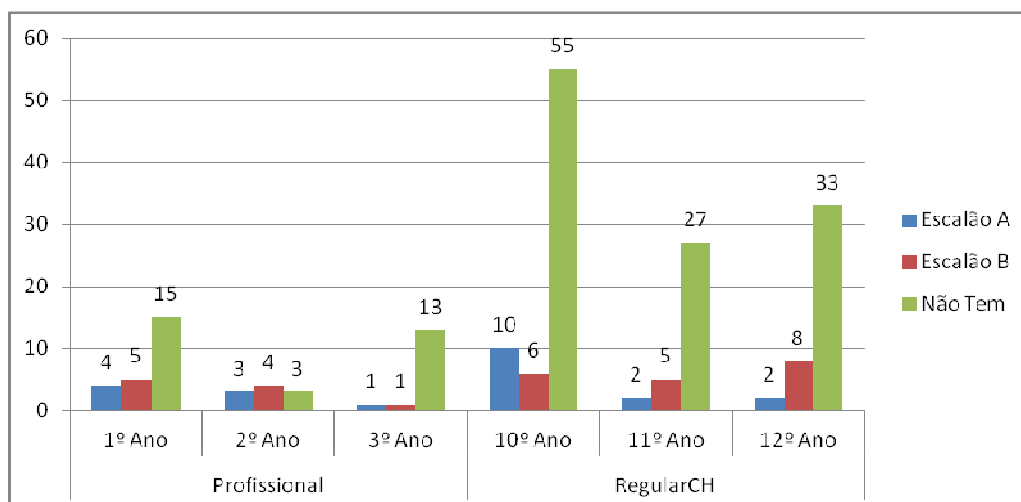
**Gráfico n.º 113 – Escalões atribuídos no ensino básico**



Fonte: Drealg, 2012

Como se pode verificar, a tendência continua a ser o Escalão A, o escalão atribuído em maior número (416 alunos beneficiam do Escalão A), contrapondo os 299 alunos que beneficiam de Escalão B.

Gráfico n.º 114 – Escalões atribuídos no ensino secundário



Fonte: Drealg, 2012

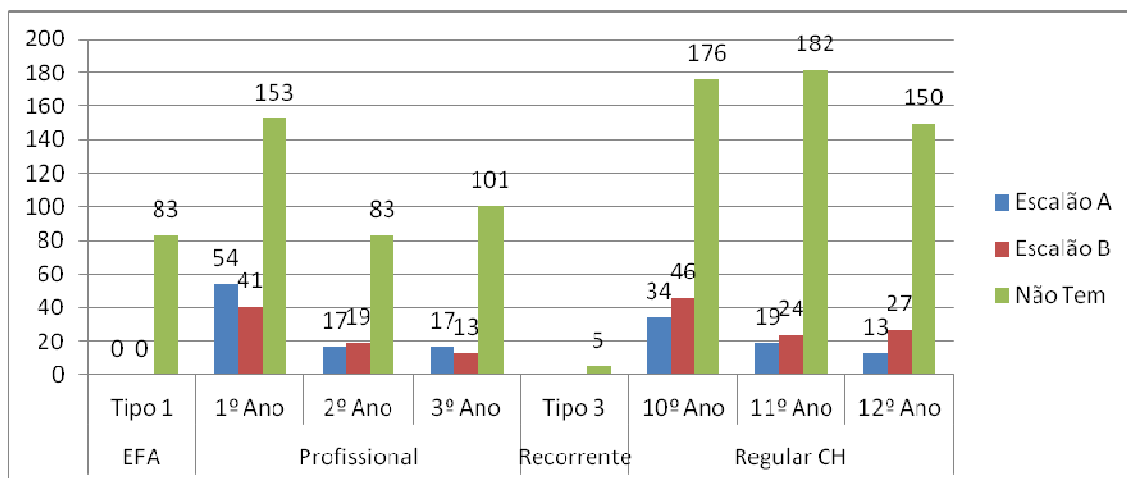
Já no ensino secundário, verifica-se o contrário, foram atribuídos mais escalões B (29 alunos) do que escalões A (22 alunos).

### Escola Secundária de Albufeira

Curiosamente na Escola secundária de Albufeira verifica-se a mesma situação, existem mais alunos a beneficiar de Escalão B do que Escalão A, 170 alunos e 154 alunos correspondentemente.



**Gráfico n.º 115 – Escalões atribuídos segundo o grau do Ensino Básico**



Fonte: Drealg, 2012

De um modo geral, podemos concluir que no ensino básico existiu um maior número de atribuições de Escalão A, no entanto em relação ao nível secundário a tendência é maior número de alunos a beneficiarem de Escalão B.

### 6.6 - Transportes Escolares

Ao falar-se do enquadramento legal em matéria de transportes temos de começar pela constituição da República Portuguesa, no seu art.º 73º n.º 1 e n.º 2, que estabelece que a Educação é um direito de todos, cabendo ao Estado promover a sua democratização, bem como as condições para que esta se efetive, quer através da Escola, quer de outros meios formativos, de modo a contribuir para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, para o progresso social, ou seja, prevendo desde logo o carácter gratuito do acesso à Educação.

A Lei 169/99 que estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias atribui aos Municípios, na alínea m) do artigo 64, a obrigação de organizar e gerir os transportes escolares.

Em matéria de organização, controlo e concessão de transportes escolares, encontra-se ainda em vigor as competências municipais previstas no Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro.

#### Organização, controlo e concessão de transportes escolares

O Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro estabelece que é gratuito o transporte escolar até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores, residentes na área de influência do município, que residam a mais de 3 Km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório que se encontram nas condições estabelecidas no artigo seguinte, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentem o ensino básico e secundário.

Recentemente foi introduzida uma alteração ao Decreto-Lei nº 299/84, através do Despacho n.º 14 026/2007, de 3 de Julho, que esclarece que quando o estabelecimento pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno não for aquele que serve a respetiva área de residência e neste também for oferecido o percurso formativo pretendido, o encarregado de educação ou o aluno suportam a expensas próprias os encargos ou o acréscimo de encargos que daí possam resultar, designadamente com a deslocação do aluno.

No que diz respeito ao ensino secundário é concedida comparticipação no transporte dos estudantes do ensino secundário sempre que se verificar uma das seguintes condições:

- a) Alunos residentes no município, que frequentem o ensino secundário, vias de prosseguimento de estudos ou o ensino profissional, em estabelecimentos da rede pública ou com paralelismo pedagógico, dentro do município;
- b) Alunos residentes no município, que frequentem o ensino secundário, vias de prosseguimento de estudos ou o ensino profissional, em estabelecimentos da rede pública ou com paralelismo pedagógico, fora do município, sempre que seja comprovada a não existência de vaga, curso ou área, nos estabelecimentos do município.

O transporte dos estudantes do ensino secundário deverá ser participado, segundo a Portaria n.º 181/86, nos seguintes termos:

- a) Quando utilizem carreiras públicas, em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria que estabeleça as tarifas para os serviços de transporte coletivos;
- b) Quando utilizem circuitos especiais, em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria referida na alínea a), na modalidade mais favorável ao aluno, devendo a quilometragem considerada corresponder à distância casa-escola.

O legislador elucida ainda que na efetivação do transporte da população escolar serão utilizados, em princípio, os meios de transporte coletivo (rodoviário ou ferroviário) que sirvam os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos. Para esse efeito, serão considerados os meios de transporte coletivo cujos terminais ou pontos de paragem se situem a distância não superior a 3 km da residência dos alunos ou do estabelecimento de ensino e, bem assim, os que não obriguem os estudantes a tempos de espera superiores a 45 minutos, ou a tempos de deslocação superiores a 60 minutos, em cada viagem simples. Sempre que os meios de transporte coletivo não preencham as condições fixadas no número anterior ou, preenchendo-as, não satisfaçam regularmente as necessidades do transporte escolar no que se refere quer ao cumprimento dos horários, quer à realização dos desdobramentos que se revelem necessários, poderão ser utilizados, para a realização de circuitos especiais, veículos em regime de aluguer ou de propriedade dos municípios.

*A Lei 13/2006 de 17 de Abril “define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, adiante designado por transporte de crianças, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins--de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres.”*

Clarifica as regras do transporte propriamente dito, nomeadamente requisitos das viaturas, motoristas e vigilantes. Importa referir que são inúmeros os critérios de segurança, licenças, certificados e inspeções a que veículos e condutores estão sujeitos por força da lei referida, que incrementam consideravelmente os custos com transporte escolar quando estes são realizados com recurso a viaturas próprias e motoristas do quadro de pessoal.

### Transportes Escolares - transportes coletivos de passageiros

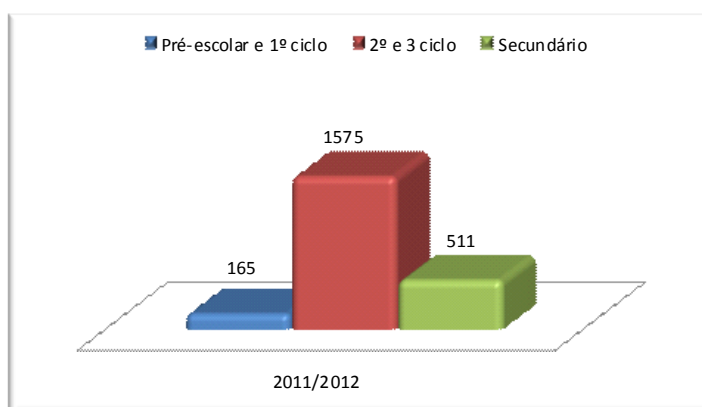
O município de albufeira é servido por transportes coletivos de passageiros, rodoviários, nomeadamente o GIRO, EVA e FROTA AZUL e transportes ferroviários com a estação da CP nas Ferreiras.

No ano letivo 2011/2012, foram atribuídos, entre as várias empresas, 2251 passes escolares:

Deve-se considerar que a grande maioria de alunos possui uma das duas combinações: Giro e Frota ou Giro e EVA ou seja o numero de passes atribuídos não corresponde ao numero de alunos apoiados.

Verificamos que, em termos globais, os do 2º e 3º ciclo são os que usufruem de maior números de cartões atribuídos, seguidos do ensino secundário e por fim o pré-escolar/1º ciclo.

**Gráfico n.º 116 – Número de crianças que usufruem de transportes escolares, segundo o grau de ensino**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

### **Transporte rodoviário urbano: GIRO**

O município de Albufeira tem ao seu dispor um circuito de transportes urbanos: o GIRO, que assegura, através das linhas: Verde, Azul, Laranja, Vermelha e Vermelha 2, a ligação entre o Centro da Cidade, a zona da Marina de Albufeira, o Parque de Campismo, Ferreiras, Montechoro e Santa Eulália.

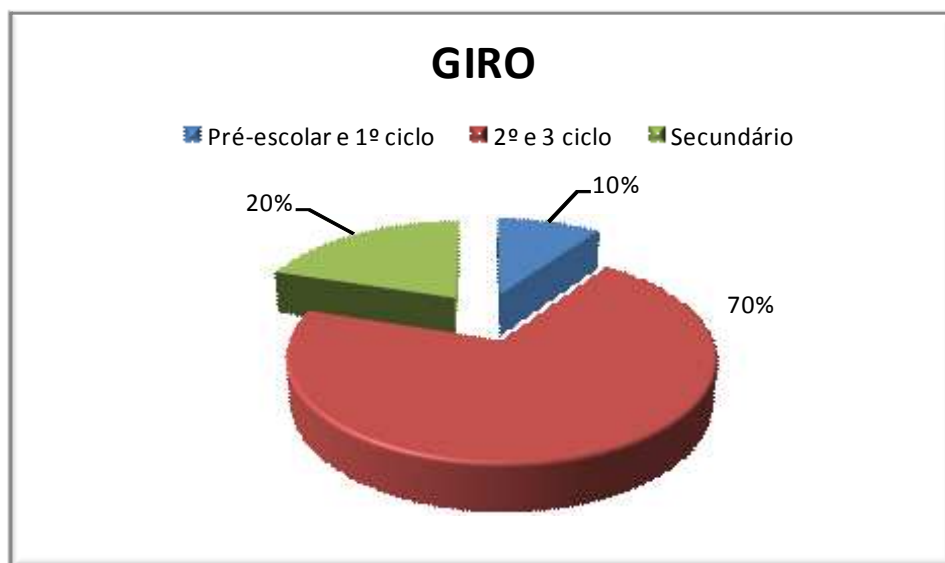
No início do ano letivo 2011/2012, foi introduzida uma nova paragem da linha azul: EB1/JI de Vale Pedras, propositadamente criada para servir os alunos da respetiva escola.

No conjunto das cinco linhas, existem 9 estabelecimentos de ensino com pontos de paragem: EBSA, ESA, EB2,3 Francisco Cabrita, EB2,3 Professora Diamantina Negrão, EB2,3 Martim Fernandes, EB1 Albufeira n.º 1, EB1 Albufeira n.º 2, EB1 Correeira e EB1/JI Vale Pedras.

No entanto, e apesar do GIRO servir 4 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, a atribuição de cartões do giro para alunos que pertencem a este nível de ensino, é muito baixa: foram atribuídos apenas 153 cartões, para alunos deste grau de ensino.

É ao nível do 2º e 3º ciclo que se encontram 70% dos cartões atribuídos em termos Giro, como podemos verificar no gráfico referente ao ano letivo 2011/2012:

**Gráfico n.º 117 – Número de cartões atribuídos do GIRO, segundo o grau de ensino**



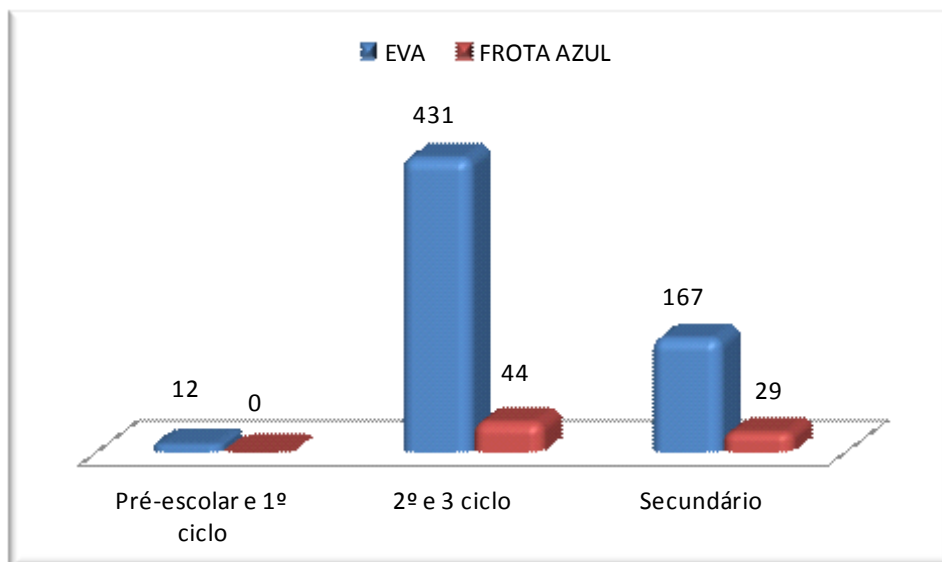
Fonte: Município de Albufeira, 2012

### Transporte rodoviário: EVA e FROTA AZUL

As empresas de transporte coletivo de passageiros (rodoviário) a operar no concelho são EVA e FROTA AZUL, sendo que a primeira serve todas as freguesias de albufeira e a segunda serve sobretudo a freguesia da guia com uma carreira proveniente do Algoz (concelho de Silves).

No entanto, existem algumas zonas no concelho que não são abrangidas por transporte como o caso do Malhão (freguesia de Paderne) e Mosqueira (freguesia das Ferreiras). Nestas situações e conforme disposição legal, a município realiza o transporte através de circuitos especiais.

**Gráfico n.º 118 – Número de cartões atribuídos EVA e Frota Azul, segundo o grau de ensino**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

A tendência verificada em relação ao GIRO volta a verificar-se, ou seja, a maioria de passes de EVA e FROTA AZUL é atribuída a alunos do 2º e 3º ciclo. O facto do serviço da EVA abranger uma área maior do município justifica o maior número de cartões atribuídos em relação à Frota AZUL. Por outro lado o início da atividade da Escola do 1º, 2º e 3º ciclo da Guia, também veio contribuir para um decréscimo de alunos, que nos anos letivos anteriores tinham que se deslocar através da FROTA AZUL, para a EB2,3 Martim Fernandes.

**Transporte Ferroviário**

O transporte ferroviário é utilizado apenas por alunos residentes no município, que frequentem o ensino secundário, vias de prosseguimento de estudos ou o ensino profissional, em estabelecimentos da rede pública ou com paralelismo pedagógico, fora do município, e sempre que seja comprovada a não existência de vaga, curso ou área, nos estabelecimentos do município. Os números de passes atribuídos situam-se entre os 8 e os 12 cartões.

## 6.7. Apoio Educativo

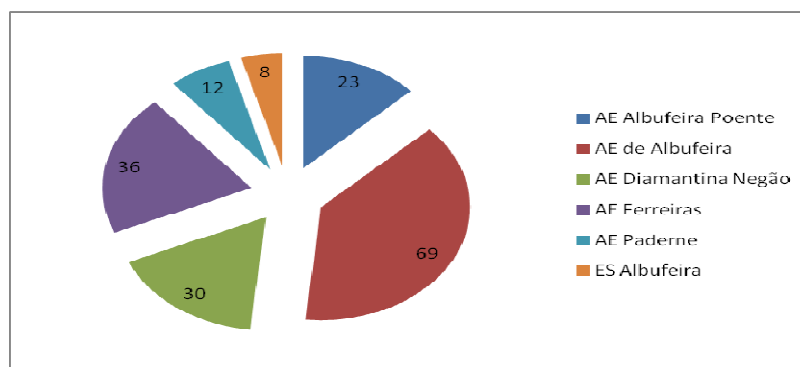
Os apoios educativos abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior, visando a integração educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, contribuindo para a igualdade de oportunidades e do sucesso educativo.

O docente de apoio possui formação especializada, nomeadamente no domínio da educação especial, devendo prestar apoio educativo à escola no seu conjunto, ao professor, ao aluno e à família, na identificação de necessidades educativas especiais e no planeamento e implementação dos apoios educativos adequados, na organização e gestão dos recursos e das medidas diferenciadas a introduzir no processo de ensino - aprendizagem, na diversificação de estratégias pedagógicas e na flexibilização curricular.

A equipa de coordenação dos apoios educativos atua em articulação com as entidades e com a comunidade envolvente, na perspetiva, de inclusão, descentralização do sistema educativo e de participação de toda a comunidade no processo educativo. A equipa promove/incentiva a formação contínua dos docentes, nos domínios do desenvolvimento curricular, da diferenciação pedagógica, das respostas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da gestão de pequenos grupos (homogéneos e heterogéneos) e da preparação de reuniões de orientação e mediação com os pais.



**Gráfico n.º 119 – Número de alunos com necessidades educativas especiais, por agrupamento de escola**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

**Terapia da Fala**

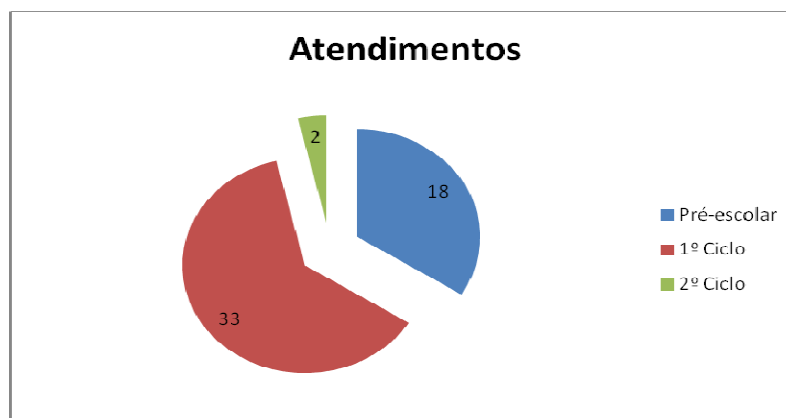
A população-alvo do terapeuta da fala no Município de Albufeira abrange essencialmente crianças integradas no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico do concelho de Albufeira sendo que os casos encaminhados para avaliação/intervenção em Terapia da Fala são, na sua grande maioria, realizados pelos docentes, encarregados de educação e outros técnicos e/ou entidades como é o caso do Centro de Saúde de Albufeira. Estas situações são atendidas nas instalações do ex-Gabinete de Psicopedagogia, Nutrição e Saúde Escolar (GPNSE), o qual possui um espaço físico adaptado e adequado às faixas etárias que o frequentam assim como todo um conjunto de materiais e instrumentos de avaliação necessários.

O Terapeuta da Fala é o técnico de diagnóstico e terapêutica responsável pelo desenvolvimento de atividades no âmbito da prevenção, avaliação, tratamento e estudo científico da comunicação humana e das perturbações com ela relacionada.

As áreas de intervenção do Terapeuta da Fala são diversificadas, indo de alterações ao nível da comunicação (verbal e não verbal), linguagem oral (atrasos e desvios no desenvolvimento da linguagem), linguagem escrita (dislexia), fala (voz, fluência, articulação verbal) até a alterações no processo de deglutição, qualquer que seja a sua etiologia.

As práticas em Terapia da Fala englobam todas as componentes e fatores identificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), i.e., os Terapeutas da Fala trabalham no sentido de aumentar e potenciar ao máximo a qualidade de vida do indivíduo, criança, adolescente, adulto e/ou idoso, reduzindo ao máximo as alterações das estruturas e funções corporais, as limitações da atividade, a restrição da participação e as barreiras ambientais (OMS, 2000).

**Gráfico n.º 120 – Número de atendimentos realizados no GPNSE**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

Como se pode verificar o maior número de atendimentos foram realizados aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. E de acordo com o quadro a área de intervenção mais trabalhada foi a Fala, com 15 casos.

**Quadro n.º 77 – Número de casos, segundo a área de intervenção**

Área de intervenção	N.º casos
Fala	15
Fala/Leitura e Escrita	5
Fala/Linguagem	4
Leitura e Escrita	6
Linguagem	8
Linguagem/Leitura e Escrita	2
Sem alterações que justificassem intervenção	9
Sem diagnóstico por não se ter concluído avaliação	2

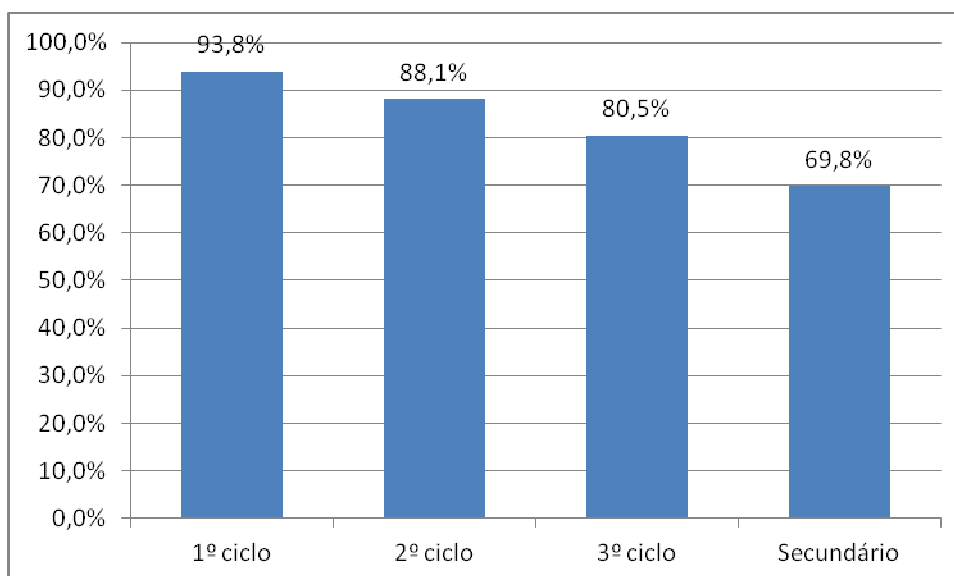
Fonte: Município de Albufeira, 2012

### 6.8. Aproveitamento Escolar

De seguida, apresentaremos os dados referentes ao aproveitamento escolar, nomeadamente apresentando as taxas de transição, as taxas retenção, taxas de abandono e taxas de sucesso.

Os dados são apresentados por agrupamentos de escola, e são dados gerais, uma vez que foram desta forma obtidos.

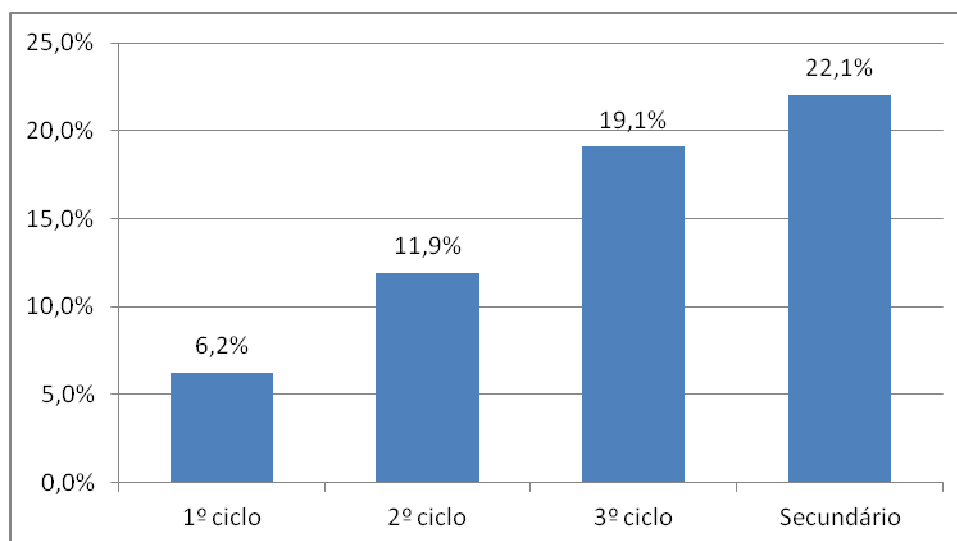
**Gráfico n.º 121 – Taxa de Transição de ano no concelho de Albufeira**



Fonte: Drealg, 2012

Como se pode verificar no quadro, a taxa de transição é mais elevada no 1.º ciclo, e vai baixando consoante vai aumentando o grau de ensino, o que é perfeitamente expectável, enquadrando com as medidas legislativas da LBSE.

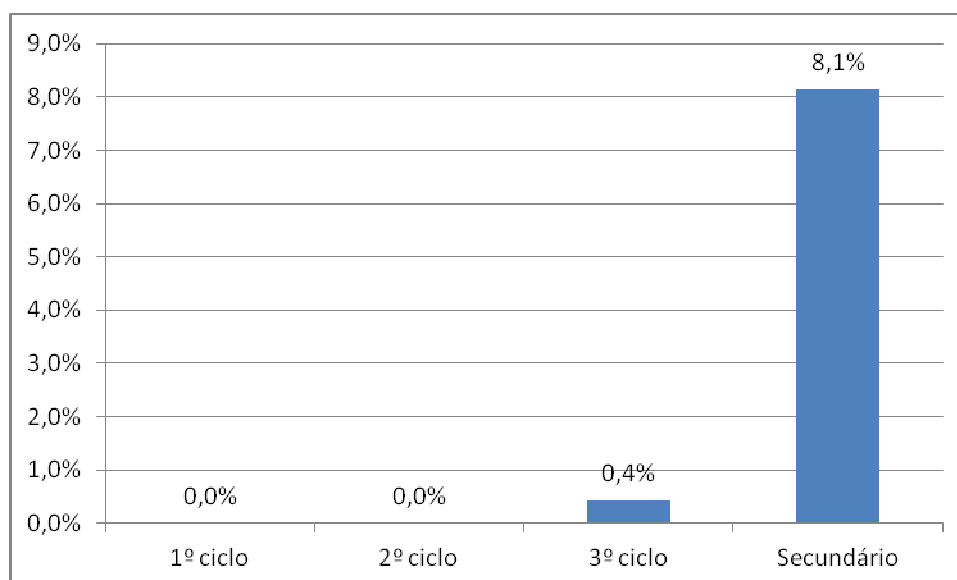
**Gráfico n.º 122 – Taxa de retenção no concelho de Albufeira**



Fonte: Drealg, 2012

Em relação à taxa de retenção, também verificamos que é no ensino secundário que a taxa de retenção é mais evidente, com 22%, sendo um pouco elevada em comparação com a taxa de retenção a nível regional que se encontra no 13,5%.

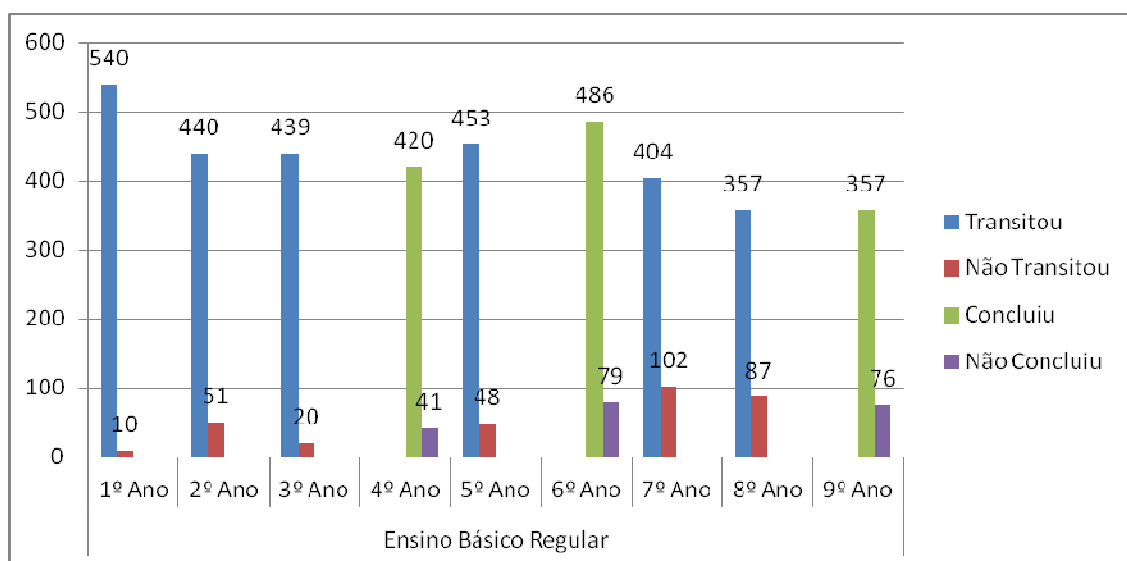
**Gráfico n.º 123 – Taxa de abandono no concelho de Albufeira**



Fonte: Drealg, 2012

Verificamos que a taxa de abandono no concelho de Albufeira é de 0,3% no 3.º ciclo e 8,1% no ensino secundário.

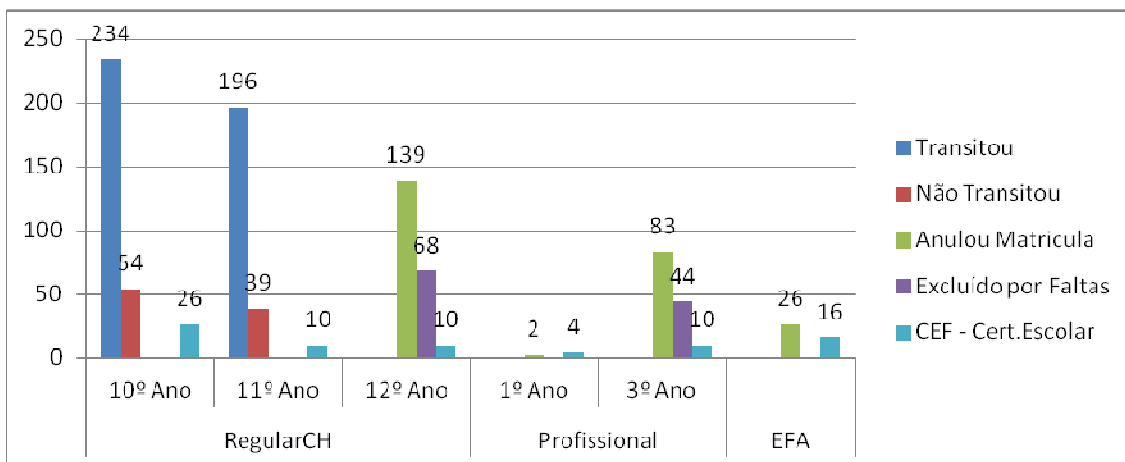
**Gráfico n.º 124 – Taxa de sucesso no ensino básico**



Fonte: Drealg, 2012

No que diz respeito à taxa de sucesso no ensino básico do concelho de albufeira, podemos verificar que no 7.º e 8.º ano de escolaridade houve um número significativo de alunos que não transitaram de ano.

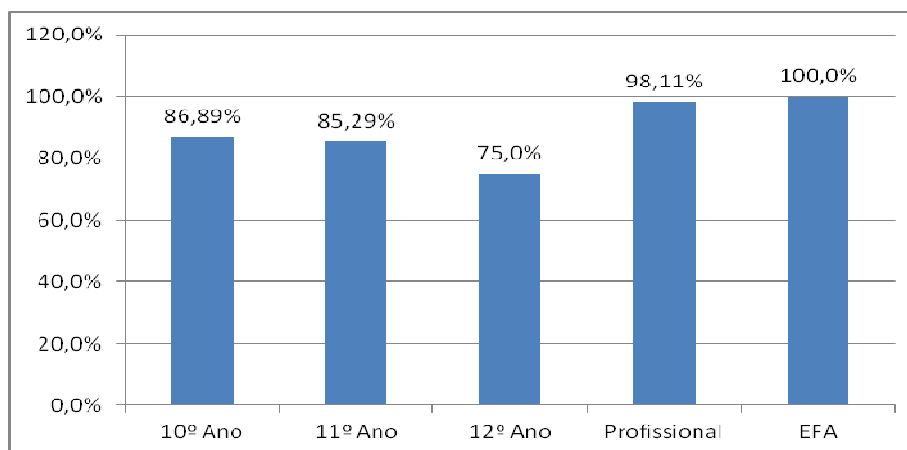
**Gráfico n.º 125 – Sucesso no ensino secundário**



Fonte: Drealg, 2012

No que diz respeito à taxa de sucesso no Ensino Secundário, os dados apresentados neste gráfico são preocupantes, pois podemos verificar um elevado número de anulação de matrículas no 12.º ano

**Gráfico n.º 126 – Taxa de sucesso no ensino secundário**



Fonte: Drealg, 2012

Ainda podemos verificar através do gráfico, que é no 12.º ano de escolaridade que a taxa de sucesso efetiva é mais baixa, sendo os cursos profissionais e os EFA com maior taxa de sucesso.

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de uma rede Pré-Escolar alargada, 100% cobertura;</li> <li>• A existência de uma rede de transportes escolares com boa taxa de cobertura, 100%;</li> <li>• Predomínio de Centros de ATL's oferecido pela rede pública que facilita o acesso a todos os agregados;</li> <li>• Existência de espaços extracurriculares, AEC's, ATL's e Ludotecas, com gestão direta da autarquia, para dar resposta à necessidade dos alunos permanecerem nos espaços educativos;</li> <li>• Existência de uma escola profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca diversificação nas áreas dos cursos profissionais;</li> <li>• Existe uma inadequação dos horários dos Encarregados de Educação com o funcionamento dos horários escolares;</li> <li>• Carência de Jardins de Infância públicos, sobretudo nas zonas rurais.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de novos equipamentos vocacionados para crianças com Necessidades Educativas Especiais;</li> <li>• Criação de espaços de apoio à família, com horários compatíveis;</li> <li>• Criação de cursos profissionais diversificados para responder às necessidades dos alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de abandono bastante elevado, com maior incidência no Ensino Secundário;</li> <li>• Falta de financiamento para criação de novos espaços de apoio à família.</li> </ul>

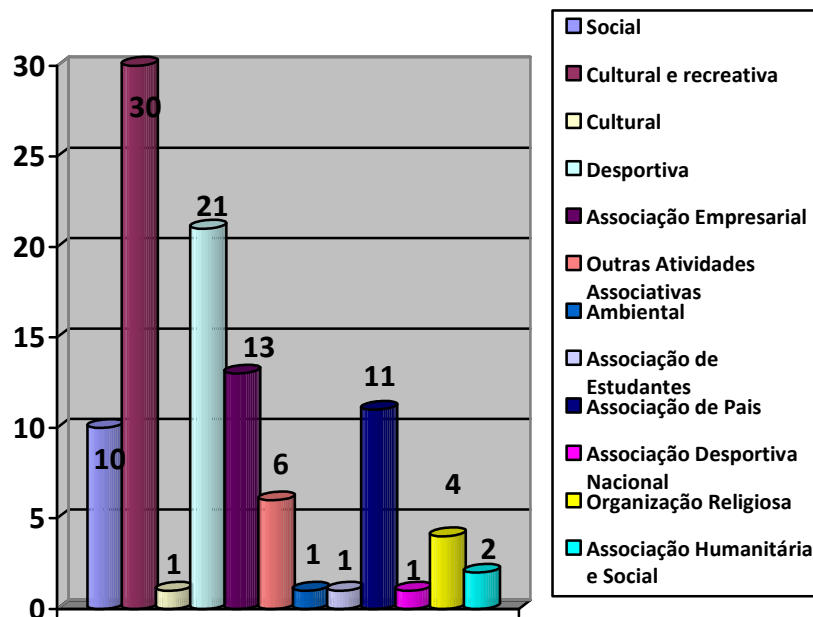
**7 – Dinâmicas Associativas, Desportivas e Culturais**

O associativismo representa uma das formas de desenvolvimento de uma localidade, sendo através dele que a comunidade se junta, se torna ativa, assumindo um papel preponderante na sociedade em que se insere, promovendo a participação das populações.

No Concelho de Albufeira, o associativismo representa uma realidade sustentável, existindo um número significativo deste tipo de instituições que desenvolvem a sua atividade nas mais variadas áreas. Assim, existem associações desportivas, culturais, recreativas e de intervenção social, com alguma representatividade na região e cujo grande objetivo é a dinamização do Concelho

O concelho de Albufeira apresenta um forte dinamismo associativo, sobretudo nas áreas desportivas, culturais e recreativas. O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu carácter, normalmente, de voluntariado, no concelho de Albufeira são conhecidos 13 formas de associativismo:

**Gráfico n.º 127 – Número de Associações por tipologia**



Fonte: Município de Albufeira, 2012



## 7.1. Desporto

O desporto poderá e deverá ser um fator de desenvolvimento do Concelho através das suas diversas vertentes e, sobretudo, assumindo o seu papel intrínseco na promoção da qualidade de vida das suas populações, nomeadamente, enquanto fator de promoção da saúde.

Vivemos numa época em que o desenvolvimento tecnológico modificou por completo os hábitos e comportamentos dos indivíduos. Os aspetos negativos acentuam-se, sobretudo, ao nível das chamadas doenças civilizacionais em que as suas principais causas derivam da inatividade física. O estilo de vida torna-se na atualidade o principal fator de saúde. Daí a grande importância da coexistência do desporto de rendimento e do desporto para todos. É por isso cada vez mais pertinente o contributo do desporto para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a saúde das populações.

Neste contexto, destaca-se o investimento que a Câmara Municipal de Albufeira tem realizado ao nível da construção de infraestruturas desportivas, nomeadamente, nos seus complexos desportivos, de forma a dotar as populações de condições de acesso fácil à prática desportiva.

Como as potencialidades dos Clubes/Associações funcionam como núcleos de agregação social, possibilitadores e facultadores da vivência da comunidade, originou que fossem criados por parte do Município de Albufeira contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo com os Clubes/Associações desportivas do Concelho de Albufeira.

Os contratos estabelecidos que terão em atenção fatores quantitativos e qualitativos, assim como o impacto direto, ou indireto, das atividades no desenvolvimento desportivo, económico ou turístico da região, estão previstos na lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que confere às Autarquias no seu artigo 64.º, número 4, alínea b) - "Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse Municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra" e rege-se pelos artigos 65º e 66º da Lei 30/2004 de 21 de Julho sobre a Lei de Bases do Desporto e pelo Decreto-lei

n.º 432/91 de 6 de Novembro que define o regime aplicável aos Contratos Programa.

Através destes Contratos Programa que contemplam apoios a nível logístico e financeiro para o desenvolvimento das suas atividades regulares e pontuais dos Clubes/Associações na área do desporto, define ainda, os princípios e normas que irão orientar a afetação de recursos em prol do desporto no Município. Durante o ano 2012 foram estabelecidos os seguintes Contratos Programas:

**Quadro n.º 78 – Associações desportivas com contratos programa**

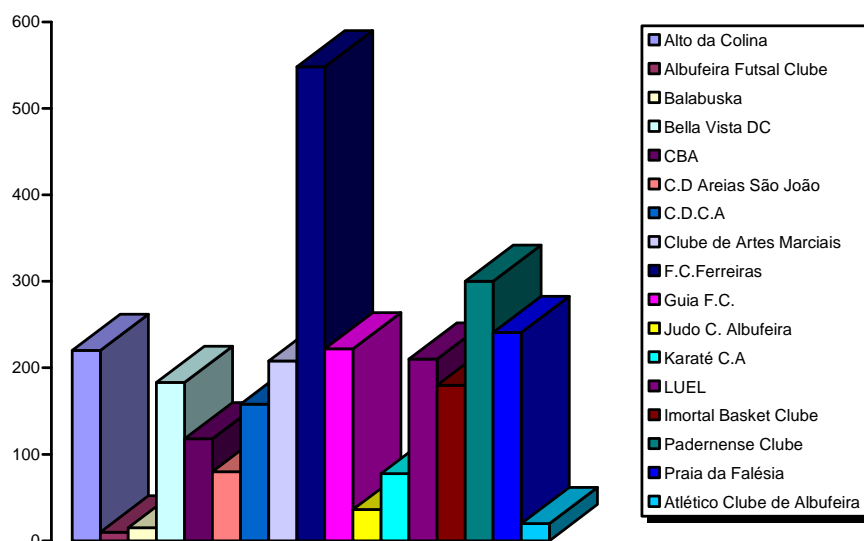
Clubes	Atletas federados masculinos	Atletas federados femininos	Total de federados	Centros de Treino	Atletas de recreação	N.º de Sócios
A.A. Alto da Colina	54	0	54	47	–	220
<b>Albufeira Futsal Clube</b>						
Balabuska	18	–	18	–	60	10
BellaVista D.C	11	–	11	24	26	15
C.B.A.	83	94	177	9	25	183
C.D. Areias de S. João	169	59	228	–	68	118
C.D.C.A	–	63	63	–	17	80
C.P.N.D	67	5	72	–	233	158
Clube de Artes Marciais	179	50	229	–	59	208
F.C. Ferreiras	308	6	314	–	93	548
<b>GDR Olhos de Água</b>						
Guia F.C.	204	7	211	40	54	222
<b>Imortal D.C</b>						
<b>J.D. Fontainhas</b>						
Judo C. Albufeira	15	6	21	–	4	36
Karaté C. A.	57	21	78	–	42	78
LUEL	19	32	51	–	153	210
Imortal Basket Club	128	84	212	–	51	180
Padernense Clube	68	40	108	–	40	300
Praia da Falésia	7	23	30	–	113	241
Atlético Clube de Albufeira	16	18	34	–	142	20
<b>TOTAL</b>	<b>1403</b>	<b>508</b>	<b>1911</b>	<b>120</b>	<b>1180</b>	<b>2827</b>

As coletividades que não apresentam valores, não entregaram a documentação para os contratos programa.

Fonte: Município de Albufeira, 2012

Em seguida serão apresentados com base no auxílio de gráficos, uma pequena análise aos dados respeitantes ao número de associados e ao número de atletas federados e as modalidades desportivas praticadas contemplados nos contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano 2012.

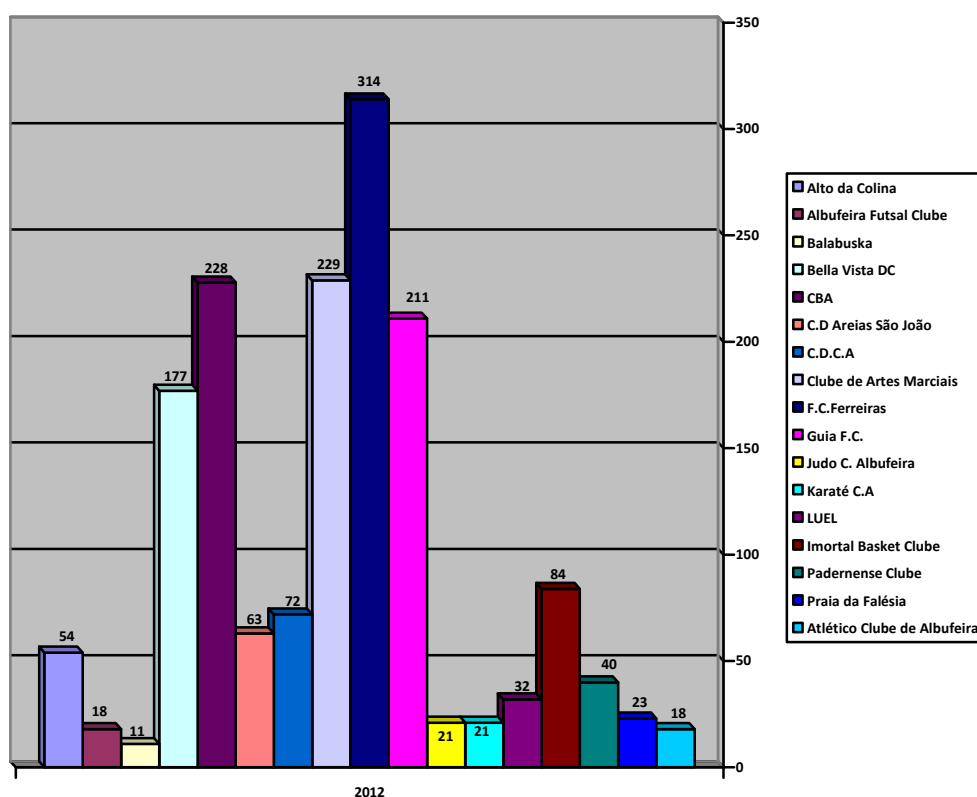
**Gráfico n.º 128 – Associações Desportivas do Concelho de Albufeira**



Fonte: Município de Albufeira, 2012

No concelho de Albufeira existem 21 coletividades desportivas, com 2827 associados. O F.C Ferreiras é o que regista um maior número com 548, seguido do Padernense com 300 e do Praia da Falésia com 241, do Guia Futebol Clube com 222, ainda acima dos 200 associados estão a LUEL com 210 e o Clube de Artes Marciais com 208.

Gráfico n.º 129 - Atletas federados no Concelho de Albufeira em 2012



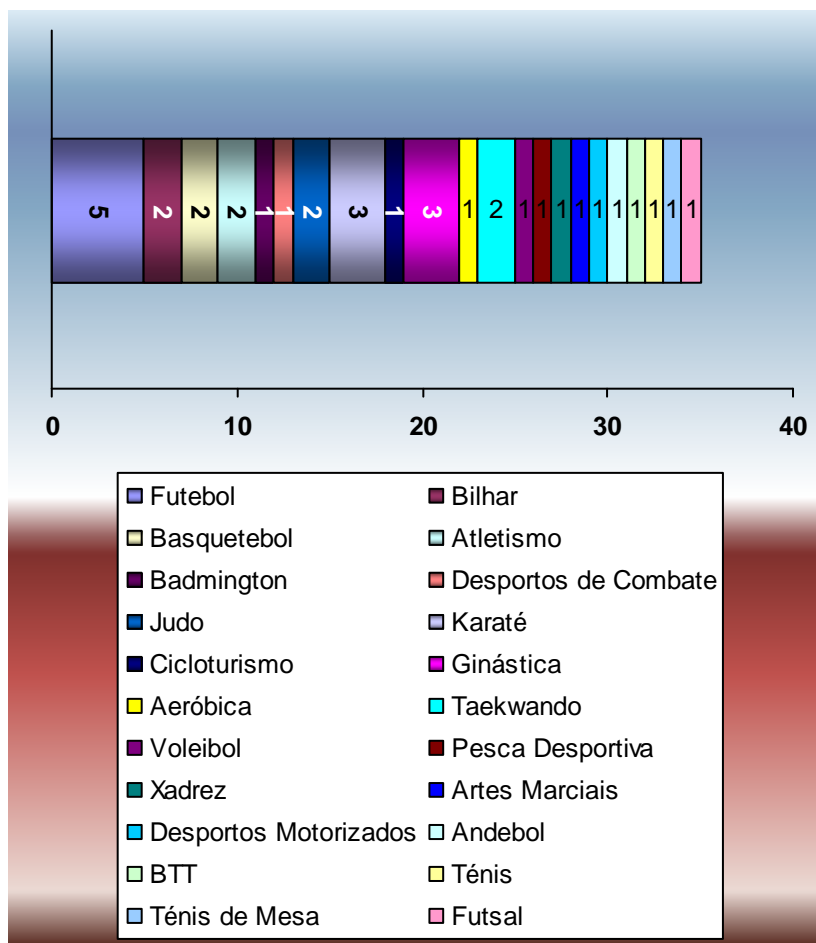
Em 2012, o concelho de Albufeira tinha 1911 atletas federados, sendo o Futebol Clube de Ferreiras a coletividade desportiva com maior número 314, seguido do Clube de Artes Marciais com 229 e do C.D Areias S. João com 228, e acima dos 200 atletas aparece ainda o Guia Futebol Clube com 211.

**Quadro n.º 79 - Modalidades desportivas praticadas no concelho de Albufeira em 2012 por coletividade**

<b>Clube</b>	<b>Modalidade (s)</b>	<b>Clube</b>	<b>Modalidade(s)</b>
<b>A.A. Alto da Colina</b>	Futebol	<b>C.P.N.D</b>	Pesca Desportiva; Xadrez.
<b>Albufeira Futsal Clube</b>		<b>Clube de Artes Marciais</b>	Artes Marciais
<b>Balabuska</b>	Bilhar	<b>F.C. Ferreiras</b>	Futebol; Dança; Desportos motorizados Andebol
<b>BellaVista D.C</b>	Futebol.	<b>GDR Olhos de Água</b>	
<b>C.B.A.</b>	Basquet.	<b>Guia F.C.</b>	BTT; Futebol; Taekwondo; Karaté; manutenção
<b>C.D. Areias de S. João</b>	Atletismo Badmington; Desportos de Combate; Judo; Bilhar; Karaté, cicloturismo.	<b>Imortal D.C</b>	
<b>C.D.C.A</b>	Andebol;	<b>J.D. Fontainhas</b>	
<b>Judo C. Albufeira</b>	Judo	<b>Imortal Basket Club</b>	Basket, Ténis
<b>Karaté C. A.</b>	Karaté	<b>Padernense Clube</b>	Futebol; ténis de mesa; futsal; ginástica manut; capoeira
<b>LUEL</b>	Ginástica; Hip-hop; Aeróbica; Danças de Salão; taekwondo		
<b>Praia da Falésia</b>	Atletismo; Danças, Ginástica manut		
<b>Atlético Clube de Albufeira</b>	Voleibol		

Fonte: Município de Albufeira

Gráfico n.º 130 – Número de modalidade por Associações desportivas



Fonte: Município de Albufeira 2012

Dos 21 clubes referenciados no quadro anterior, verifica-se que praticam 21 modalidades diferentes sendo que 5 praticam futebol, 3 praticam Ginástica e Karaté, 2 praticam Bilhar, Basquetebol, Atletismo, Taekwondo e Judo, e os restantes praticam apenas uma modalidade, embora existam clubes que praticam mais do que uma atividade desportiva.

### **Apoios Financeiros**

Da atividade desportiva referenciada no concelho de Albufeira no ano de 2012, foram atribuídos pelo município 137.456.84€ de subsídio às entidades desportivas.

Solicitaram também o apoio do município em 2012 as associações distritais de Atletismo e de Ciclismo que receberam respetivamente 35000€ e 10000€ totalizando um apoio total de 45.000€.

Foi ainda concedido um apoio à Federação Portuguesa de Atletismo no valor de 16.466.49€.

No total o município de Albufeira concedeu no ano de 2012 a entidades desportivas locais, regionais e nacionais, 243.923.33€ em subsídios.

### Instalações Desportivas do concelho de Albufeira

Albufeira nos últimos 10 anos viveu tempos de franca expansão em matéria de infraestruturas desportivas. Tratou-se de uma óbvia resposta ao crescimento da cidade e das conseqüentes necessidades da sua população. Hoje em dia, Albufeira detém um dos parques desportivos mais modernos do país. Pavilhões, piscinas, relvados naturais e sintéticos, e pistas de atletismo, proporcionam oportunidades de prática desportiva a milhares de cidadãos do concelho.

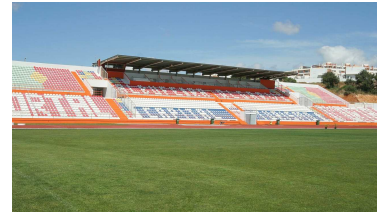
De seguida descrevem-se as infraestruturas desportivas do concelho.



## **Futebol**

### **Estádio Municipal de Albufeira**

O Estádio Municipal de Albufeira está localizado na periferia da cidade, tendo sido escolhido pela Seleção Nacional Holandesa em 2004 para treinos durante o Europeu.



O estádio possui um relvado com 106m x 67 m, com iluminação, uma pista de atletismo sintética de oito corredores, com cerca de 400 metros, permitindo a prática de todas as modalidades de atletismo.

Palco de eventos internacionais como a Taça dos Campeões Europeus de Atletismo - Serie A e de diversos torneios de futebol amigáveis com equipas da primeira liga, o estádio está equipado com 4 balneários, sala para árbitros, sala anti-doping, lavandaria e sala para conferências de imprensa, ginásio, posto médico, sala de fisioterapia com zona de massagens, sauna, banho turco e banhos de estilo romano.

Possui ainda em anexo um complexo de campos de futebol sintéticos: 1 campo de Futebol de 11 que se desdobra em 2 campos de futebol de 7 e mais um campo ao lado de futebol de 7.

### **Sintético Municipal de Albufeira**

Campo de futebol sintético com as dimensões impostas pela FIFA para a realização de jogos oficiais: 1 campo de Futebol que se desdobra em 2 campos de futebol de 7 e um campo de futebol de 7 contíguo.

Está projetado para este espaço desportivo a criação de uma zona de bancadas com capacidade para 588 lugares, inexistente atualmente. Um

projeto que irá permitir um maior e melhor conforto aos inúmeros espectadores que assistem aos jogos dos escalões de formação.

### Estádio Municipal de Ferreiras

Localizado a 5 km do centro da cidade de Albufeira, o Estádio Municipal de Ferreiras está situado na localidade de Ferreiras, a cerca de 10 minutos do centro da cidade.



Possui uma bancada com capacidade para 700 pessoas, um relvado com 105m x 70m, dois balneários, um posto médico com sala de massagens, sala para árbitros, anti doping, lavandaria e um pequeno ginásio com os equipamentos básicos.

### Campos Sintético de Ferreiras

Este equipamento sintético veio colmatar algumas lacunas ao nível da prática desportiva, tornando-se numa referência do desporto regional para jovens e vem resolver a insuficiência de campos de futebol sintéticos que possam apoiar a prática da modalidade e a realização de eventos desportivos. Tem 1 campo de Futebol de 11 que se desdobra em 2 campos de futebol de 7.

### Estádio Arsénio Catuna - Guia

O Estádio Arsénio Catuna está localizado na periferia da povoação da Guia. O estádio possui uma bancada para 1000 pessoas, está equipado com iluminação e o seu relvado tem 97m x 58m.

Possui quatro balneários, posto médico e sala para árbitros, treinadores, jornalistas e massagens. Possui ainda em anexo um complexo de campos de futebol sintéticos com: 1 campo de Futebol 11 que se desdobra em 2 campos de futebol de 7, com balneários independentes ao estádio.

### Campo Sintéticos da Guia

Campo de relva sintética localizado junto ao Estádio Arsénio Catuna.

Está equipado com balneários autónomos, o que permite um maior apoio à prática desportiva e à realização de eventos desportivos.

### Estádio João Campos - Paderne

Situado a cerca de 14 km de Albufeira, na bonita povoação de Paderne, o estádio possui dois balneários, sala para árbitros, lavandaria e posto médico.



## Atletismo

### Pista Sintética de Atletismo de Albufeira - Estádio Municipal de Albufeira

Pista de Atletismo homologada pela Federação Portuguesa de Atletismo totalmente equipada e aprovada pelas regras Internacionais para a prática da modalidade.

Frequentada pelos melhores atletas nacionais e por alguns dos atletas mais conceituados a nível mundial, nomeadamente pelo Vice-Campeão Olímpico dos 100 metros Francis Obikwelua, onde realiza os seus treinos durante a sua época desportiva e promove o desenvolvimento da modalidade através da sua escola.

Equipamento igualmente útil para os Clubes do Concelho na prática desportiva e para a Associação de Atletismo do Algarve e Federação Portuguesa de Atletismo que realizam aí algumas das suas provas oficiais, com destaque para a Taça dos Clubes Campeões de Pista Grupo A, Torneio Nacional Olímpico Jovem e Campeonatos Regionais do Algarve.

### Pista Internacional de Cross Country (Açoteias)

Situada na Aldeia das Açoteias junto à Praia da Falésia, a pista de corta mato das Açoteias tem um perímetro de 2000 metros, dos quais 1500 metros são relvados e 500 metros são de piso arenoso.



Das competições aí realizadas destacamos:

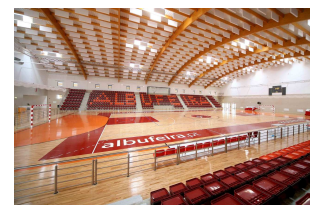
- . Campeonato do Mundo Universitário (1996)
- . Campeonato do Mundo Militar (1985)
- . Campeonato do Mundo do Trabalhador (1982)
- . 32 edições do Cross Internacional das Amendoeiras em Flor
- . 8 edições da Taça dos Clubes Campeões Europeus Masculino
- . 3 edições da Taça dos Clubes Campeões Europeus Feminino
- . 1 Campeonato Nacional de Corta Mato
- . 2 Campeonatos da Europa de Deficientes
- . Campeonato Europeu de Corta-mato em 2010

### Indoor - Andebol, Basquetebol, Voleibol e Futsal

#### Pavilhão Desportivo de Albufeira

##### **Ficha Técnica:**

- **Localização:** Albufeira – Cidade Desportiva
- **Dimensões do Campo de Jogos:** 46,9 x 24,4 m
- **Pé direito:** no seu ponto mais alto de 12.20 m, livres de obstáculos
- **Modalidades marcadas no pavimento:** Andebol, Basquetebol, Voleibol e Futsal
- **Modalidades passíveis de realizar:** a área do campo de jogos possibilita ainda a sua utilização para de Jogos de Raquetes (Badmington e Ténis), Atletismo elementar, Ginástica elementar e avançada (Solo, Aparelhos,



Acrobática, Rítmica), Dança, Desportos de Combate (Luta, Judo) e Patinagem Elementar.

### Pavilhão Desportivo da Escola Básica e Secundária de Albufeira - Vale Pedras

Pavilhão desportivo integrado no parque escolar de Vale Pedras possui todas as condições técnicas para a realização de treinos e jogos oficiais.

### Pavilhão Desportivo de Paderne

O Pavilhão Desportivo de Paderne realizou ao longo dos seus quatro anos de existência, inúmeras atividades desportivas a nível nacional e internacional, das quais se destaca o Torneio Internacional de Futsal "Município de Albufeira". Uma infraestrutura desportiva, com capacidade para cerca de 500 espectadores, ao serviço das escolas e da própria comunidade.



### Pavilhão Desportivo de Olhos de Água

Infraestrutura desportiva localizada na freguesia de Olhos de Água, nas Açoteias. Inaugurada a 20 de Agosto de 2009 é um equipamento imprescindível ao desenvolvimento físico e bem-estar da comunidade local na prática desportiva, permitindo, simultaneamente a realização de eventos desportivos, de carácter local, regional, nacional e internacional.



### Pavilhão Desportivo da Guia

O Pavilhão Desportivo da Guia é Uma infraestrutura desportiva recente, inaugurada em 2011 com capacidade para cerca de 200 espectadores de pé, não tem bancada mas está preparado para a colocação de uma bancada telescópica com capacidade para 400 pessoas. É um Pavilhão desportivo integrado na escola E.B. 2,3 da Guia e possui todas as condições técnicas para a realização de treinos e jogos oficiais.

### Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Albufeira.

Pavilhão desportivo integrado na Escola Secundária de Albufeira (ESA) é o pavilhão mais antigo de Albufeira e possui todas as condições técnicas para a realização de treinos e jogos oficiais. É utilizado por alguns clubes do concelho e pela comunidade da ESA.

## Natação

### Piscinas Municipais

As Piscinas Municipais de Albufeira são um equipamento fundamental para a população residente, que tem assim à sua disposição um equipamento que lhes permite à prática da natação e de diversas atividades aquáticas com grande benefício para a saúde. Este equipamento também está disponível para ser utilizado pelos turistas, população flutuante, estágios desportivos e realização de eventos.



A realização de grandes eventos desportivos, como o Torneio Internacional de Pólo Aquático, Torneio Zonal de Natação ou o IV Campeonato do Mundo de Natação Síndrome de Down são exemplos de eventos que comprovam a qualidade deste equipamento, o qual reúne excelentes condições para a prática desportiva.

## **Skate, BMX Freestyle e Inline - Street e Rampa**

### **Parque Radical de Albufeira**

O Parque Radical de Albufeira, considerado o maior parque de Skate da Península Ibérica, foi concebido e projetado com o principal objetivo de criar infraestruturas adequadas para a prática de Skate, BMX Freestyle e Inline (Patins em Linha).

Após a sua abertura, registou-se um aumento considerável do número de praticantes destas modalidades em Albufeira. Este equipamento constitui também uma forte aposta para a promoção turística do Concelho, na medida em que os desportos radicais são atualmente praticados por milhares de desportistas em todo o Mundo.

Neste parque já se realizaram importantes provas desportivas de modalidades radicais, como o Odessa Skate Series ou a Etapa do Circuito Nacional de Skate.

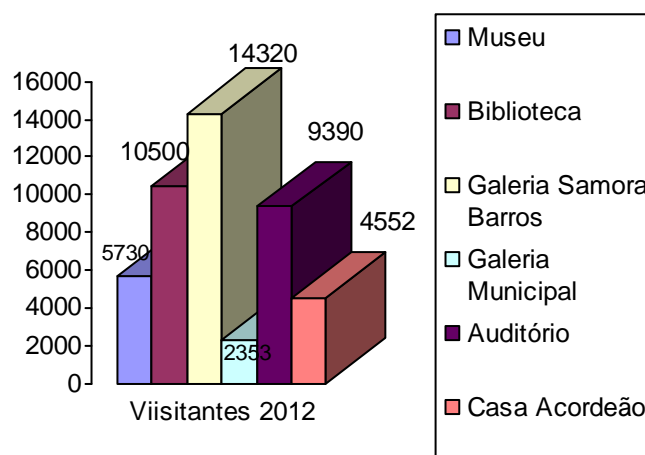
## 7.2. Cultura

O concelho de Albufeira beneficia atualmente de uma dinâmica cultural com alguma visibilidade, mediante um conjunto de atividades culturais vocacionadas para diferentes públicos e caracterizadas por uma diversidade de iniciativas com expressão, tanto popular como erudito.

A utilização de espaços convencionais a par da organização de iniciativas em espaços menos convencionais, veio introduzir uma determinada regularidade na oferta de atividades de índole cultural, desde exposições temáticas; apresentação de livros de autores não só conhecidos do grande público e com dimensão nacional, mas também de autores da região; para além de outras iniciativas organizadas em parceria com outras forças vivas do concelho, de inserção institucional variada.

De seguida, será apresentado o número de visitantes/utilizadores dos equipamentos municipais no ano de 2012 e a caracterização desses espaços bem como os de índole religiosa.

**Gráfico n.º 131 - Número de Visitantes/utentes/utilizadores**



No ano de 2012 foram registados no concelho de Albufeira 46.845 visitantes/utilizadores nos espaços municipais sendo que a Galeria Samora Barros foi a que registou maior número de visitantes.



## Biblioteca Municipal Lúdia Jorge

A nova Biblioteca Municipal, inaugurada a 17 de Dezembro de 2004, dispõe de espaços destinados a todas as camadas etárias. É constituída por 17 pontos de acesso à Internet, videoconferência, leitura e produção de documentos para invisuais, sala de audiovisuais, sala de periódicos, sala de Leitura e Formação com um razoável acervo bibliográfico. No dia 07 de Outubro de 2009, a Biblioteca Municipal recebeu o nome da escritora Lúdia Jorge, autora que passou a ser a madrinha deste equipamento cultural.



Dispõe no R/c do edifício, uma Sala Infanto-Juvenil que inclui a sala da Hora do Conto (decoração temática), Sala dos Audiovisuais, e Atendimento central;

No 1º andar, encontra-se a Sala de Leitura e Formação (sector adulto), com acesso à internet.

Quanto aos serviços mais oferecidos pela Biblioteca, destacam-se o empréstimo domiciliário de obras e material audiovisual, leitura de jornais e revistas portuguesas e estrangeiras e visualização de materiais audiovisuais.

Cada utente pode requisitar até três obras por um período de quinze dias, sendo que pode levar dois exemplares de material audiovisual por um período de três dias.

## Galeria Municipal

A Galeria Municipal de Albufeira dispõe de uma área de exposição de 192m<sup>2</sup>. Constitui um espaço para a realização de exposições temporárias e tem por objetivo principal a promoção e divulgação de novos valores com especial atenção para os artistas do concelho.



É um espaço aberto a todos os visitantes, sejam individuais ou em grupo (turmas), com visita livre e respetivo acompanhamento por parte do professor. Não há serviço educativo na Galeria. As exposições podem ser consultadas na agenda cultural do Município.

## Galeria de Arte Pintor Samora Barros

A Galeria situa-se no edifício da Antiga Central Elétrica, no Largo Eng.<sup>o</sup> Duarte Pacheco e data do princípio do século, 1926. Em 1988, foi sujeito a obras de reabilitação e transformado em Galeria de Arte.

Possui dois pisos e vãos exteriores em arco, o que possibilita a iluminação natural de todo o edifício. Da sua fachada, ressaltam os azulejos e motivos exteriores, da autoria do pintor albufeirense, Samora Barros.

Decorrem na Galeria exposições temporárias de artes plásticas, individuais ou coletivas de pintura, escultura, cerâmica, fotografia e outras, assim como recitais de Poesia e pequenos concertos de Jazz (ou música erudita). As atividades podem ser consultadas na agenda cultural do Município.

## Casa Museu do Acordeão

A Casa Museu do Acordeão foi inaugurada a 20 de Agosto de 2011, em Paderne e é fruto da paixão de um homem por este instrumento. A coleção Francisco Saboia reúne um acervo de milhares de peças relacionadas com o acordeão, algumas do meio do século XIX. Da coleção destacam-se alguns acordeões preciosos pela sua beleza e antiguidade, fotografias, registos sonoros, quadros e outros objetos cujo denominador comum é o acordeão.



## Castelo de Paderne

O castelo de Paderne foi edificado no século XII, já na fase final da ocupação islâmica, com objetivos de defesa, face à ameaça que constituía então o movimento de Reconquista.



O recinto fortificado apresenta uma superfície trapezoidal quase quadrangular, e ocupa uma área de 1000 m<sup>2</sup> aproximadamente, sendo ainda visível o traçado da muralha.

A 2,20 m da fase externa da muralha oriental, ergue-se a torre albarrã com 10 m de altura e formato quadrado. Trata-se de um novo mecanismo de defesa utilizado nas construções militares do período almóada. Associada a esta torre estava uma barbacã, antemuro que servia de defesa a uma porta em cotovelo, posicionada no ângulo oposto à torre albarrã.

O castelo constitui um dos exemplares mais significativos da arquitetura militar, em taipa, em território português. Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 516/71 de 22-11, e adquirido pelo Ministério da Cultura, através do IPPAR, no ano de 1997.

### Ermida de Nossa Senhora da Guia

Segundo os indícios, esta Ermida será anterior ao séc. XVI, tendo ficado parcialmente destruída com o terramoto de 1755. Constitui um importante testemunho do período Barroco no Algarve e um dos monumentos de maior valor artístico de todo o concelho de Albufeira.



O interior está revestido por azulejos policromados que dão merecido destaque à imagem da padroeira da povoação, datada do século XVII.

**\*Cemitério Medieval** – Ao lado da ermida existe antigo cemitério medieval, foi recentemente reabilitado e transformado num pequeno pátio, do qual podemos destacar um altar decorado com ossos e um lago que confere a este espaço um ambiente tranquilo.

### Ermida de Nossa Senhora da Orada

Desconhece-se ao certo a data da construção da capela primitiva, provavelmente construída no século XVI. Esta sofreu diversas campanhas de obras. O seu aspeto atual corresponde à segunda metade do século XVIII, grosso modo.



Apresenta planta longitudinal, composta pela nave retangular em que se inscreve a torre sineira, que inclui acesso ao coro, e volume anexo, pela capela-mor retangular, pela sacristia e outras dependências paroquiais. No interior apresenta ex-votos que evocam os milagres e os dramas da vida dos mareantes, sendo que este se trata de um templo de devoção dos pescadores.

### Ermida de Santana

Templo de planta retangular, edificado no século XVIII, com frontão recortado e decorado por duas grandes volutas, rodeado por pináculos. O cruzamento do transepto com a nave é coberto por cúpula ladeada por quatro pináculos.



Na escadaria de acesso à ermida encontra-se painel de azulejos alusivo à padroeira.

Na capela-mor, encontramos um retábulo em madeira datado do século XVIII, da autoria dos mestres João Baptista e Francisco Xavier Guedelha. Dignas de atenção são ainda uma imagem de Cristo crucificado e um retábulo representativo de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Dores.

### Ermida de São Sebastião

Templo com planta retangular de uma nave, com cúpula cobrindo o cruzamento transepto com a nave central.

Na fachada principal abre-se porta encimada por frontão e sobre aquela grande janela.

Ruiu parcialmente com o terramoto de 1755. A capela-mor guarda retábulo de madeira da segunda metade do século XVIII, ali se encontrando também diversas imagens sacras, nomeadamente de Nossa Senhora, datada do século XVI, assim como interessante coleção de azulejos dos séculos XVI e XVII, possivelmente procedente da antiga matriz.



## Igreja Matriz - Albufeira

Templo consagrado a Nossa Senhora da Conceição foi construído no século XVIII, substituindo a antiga matriz, que ruiu com o terramoto de 1755.

Esta igreja de planta longitudinal formada por nave única, de estilo Neoclássico apresenta 4 capelas laterais, a capela batismal, o coro, dois púlpitos e duas salas laterais.

No altar-mor, é de realçar o belíssimo retábulo do pintor albufeirense Samora Barros (séc. XX), que serve de pano de fundo à imagem da padroeira de Albufeira, Nossa Senhora da Conceição.

No cimo do arco da porta principal, podemos encontrar a cruz de Avis, representativa da ordem Religiosa e Militar a que Albufeira pertenceu.



## Igreja Matriz – Guia

Localizada no centro antigo da povoação da Guia, ergue-se templo de planta retangular de uma só nave e torre sineira anexa.

Tem como orago a Nossa Senhora da Visitação.

Foi danificado pelo terramoto de 1755.

No seu interior além do altar-mor, onde se conserva

retábulo do primeiro quartel do século XVIII; apresenta altares dedicados a São Pedro, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco.





## Igreja Matriz – Paderne

A construção deste templo religioso teve início no princípio do séc. XVI, altura em que a população foi transferida do interior do castelo para a atual freguesia. Fachada de arquitetura simples. No interior, planta longitudinal, com três naves de cinco tramos, tendo sido o último acrescentado em finais do séc. XIX. Em 1905



procedeu-se ao aumento da torre sineira e à sua dotação com um relógio. Conjuga vários estilos: renascentista, manuelino e barroco, fruto da reconstrução em épocas sucessivas. Destacam-se os retábulos da capela-mor e o altar do santíssimo, que são barrocos. Outra das riquezas desta igreja é o seu espólio escultórico, com exemplares do séc. XVII e XVIII, dando especial destaque, à imagem barroca do Arcanjo S. Miguel.

## Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira

O imóvel onde se instalou o Museu assenta sobre testemunhos que remontam ao período de ocupação islâmica, a avaliar pelas estruturas subterrâneas identificadas no local, no ano de 1998, por Mário Varela Gomes, aquando da



campanha de obras realizada para a musealização do espaço. Dessas estruturas salientam-se um silo, escavado no substrato rochoso e uma cisterna, com traçado retangular e cobertura em abóbada. Adelaide Amado localizou, igualmente, neste local espólio osteológico e cerâmicas correspondentes ao Período Almóada, século XII /XIII. Ali parece ter funcionado, desde a Reconquista, a Casa da Câmara, encontrando – se na zona outros equipamentos sociais medievais, como o Castelo, a Igreja de Santa Maria, já

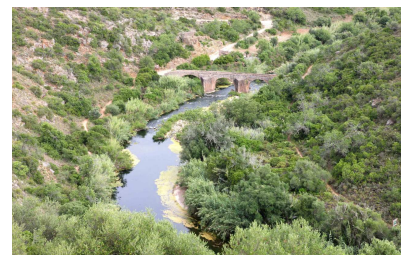
existente em 1320, a cadeia, o pelourinho, a albergaria, o hospital e, mais tardiamente, a Santa Casa da Misericórdia, com a sua capela cuja fundação se julga remontar ao século XV.

Até ao ano de 1989, o imóvel onde se encontra instalado o Museu, erguido no século XIX, funcionou como Câmara Municipal, sendo que a partir dessa data, o executivo de então iniciou o processo com vista à implementação do Museu. O edifício foi recuperado e reabilitado, de modo a integrar o património arqueológico existente no concelho. Viria a ser inaugurado em 1999, por Arsénio Catuna. O projeto e a musealização deste equipamento foram da responsabilidade do Arq.º Mário Varela Gomes.

O edifício possui, atualmente, características da arquitetura urbana do Sul de Portugal, mostrando elementos arquitetónicos da segunda metade do século XIX. Na fachada salienta-se, a encimar a porta principal, o brasão de armas dos Azevedos, alcaides do castelo de Albufeira.

### **Ponte Antiga e Azenha de Paderne**

A ponte localiza-se a 200m Sudeste do Castelo de Paderne, sobre a ribeira de Quarteira e é formada por 3 arcos de volta perfeita, defendidos por 2 talha-mares. Sobre o arco central apresenta a data de 1771.

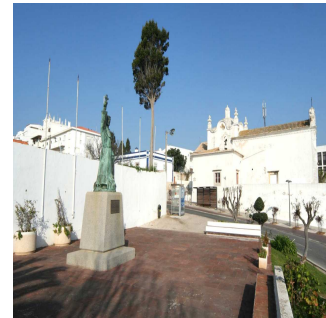


A Azenha de Paderne, também conhecida como a Azenha do Castelo, localiza-se a Poente do mesmo, junto à Ribeira de Quarteira. Trata-se de moinho fluvial, sendo que a primitiva azenha pode remontar à época medieval.



### Monumento ao Frei Vicente de Santo António.

Monumento ao Frei Vicente de Santo António situado no Largo Jacinto d´Ayet. S. Vicente nasceu em 1590 na Vila de Albufeira e aquando do seu batismo, a mãe oferece-o a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Orada. Durante os seus estudos mostrou-se trabalhador e inteligente, o que o fez sair de Albufeira e prosseguir os seus estudos em Lisboa, tendo-se revelado um bom cantor, músico, destro tocador de instrumentos, conhecedor de línguas clássicas, desenhador, estudante de medicina e esgrimista.



A morte dos seus pais leva-o ao sacerdócio e em seguida parte para o México onde ingressa na Ordem de Santo Agostinho. Depois de muitas dificuldades conseguiu realizar o seu sonho, pregar a Fé de Cristo no Japão.

Esteve preso dois anos, durante os quais foi torturado a fim de renegar à Fé Cristã. Como não o fez, foi enjaulado e levaram-no ao suplício final, a fogueira. No dia 3 de Setembro de 1632, expirou, erguendo um crucifixo e gritando " Viva a Fé de Jesus Cristo!"

### Zona Antiga de Albufeira e Estrutura Arqueológica da Praça da República

A zona antiga localiza-se em elevação junto ao mar, onde outrora formava a enseada, e onde nasceu Albufeira.

Ainda se conservam alguns vestígios do castelo e do urbanismo de Albufeira medieval, nomeadamente, as 3 portas da povoação: **Porta de Santa Ana; Porta da**



**Praia e Porta da Praça**, todas assinaladas com painel de azulejos. À Porta da Praça pertencia a **Torre do Relógio**.

A atual Praça da República, anteriormente designada de Praça de Armas, é ladeada pelo antigo edifício dos Paços do Concelho (atual **Museu Municipal de Arqueologia**) e do lado oposto o edifício da cadeia (atual Conservatório de Música de Albufeira).

Aqui foram descobertos um conjunto de estruturas arquitetónicas do período medieval islâmico (séc. XII-XIII), e do período moderno (séc. XVII-XVIII), que estariam expostas no interior da Alcáçova.

Este núcleo arqueológico apresenta estruturas habitacionais dotadas de silos escavados no substrato rochoso, bem como uma cisterna para armazenamento de água, a maioria do período islâmico.

Ainda nesta praça, adossado ao museu, encontramos edifício de 2 pisos, com duplo beiral e porta com cantarias chanfradas, correspondendo a casa de época quinhentista.

Na Rua Henrique Calado, próximo da **Capela da Misericórdia** encontramos a **antiga Albergaria**, formada por edifício térreo que conserva porta ogival com cantarias chanfradas. Aqui acorriam e pernoitavam viajantes e mendigos aos quais a Misericórdia prestava auxílio.

Este imóvel, juntamente com o Hospital e a mencionada Capela, trata-se de conjunto classificado de Imóvel de Interesse Concelhio.

No final desta rua previve parte da torre, já muito danificada, que formava uma das portas da vila medieval, que, em conjunto com o vestígio da muralha encontrado junto à escadaria da Rua da Bateria, constituem os únicos testemunhos do sistema defensivo medieval de Albufeira.

#### **Da Praça de Armas de Albufeira, dependiam as seguintes fortificações:**

- A Torre da Medronheira, cuja construção remonta ao reinado de D. Afonso III;
- O Forte de S. João, a Este da cidade;
- A Bateria da Baleeira edificada em 1722, junto à Marina;
- A Torre Velha mandada construir por D. João III, junto à Praia do Castelo;
- A Torre Nova a 600m para Poente da Torre Velha;
- O Forte de Valongo localizado a Nascente a cerca de 10 Km da cidade, na margem direita da Ribeira de Quarteira e edificado durante o domínio Filipino.

Deste sistema defensivo destaca-se a **Bateria da Baleeira**:

A Bateria da Baleeira encontra-se implantada a vinte metros do nível do mar, a Oeste da cidade de Albufeira. Evidencia uma construção muito simples, aberta pela gola, compondo-se apenas por um parapeito semicircular e por uma pequena casa, que servia de abrigo aos soldados da guarnição. Num relatório do governador e capitão do Algarve, D. Rodrigo António de Noronha e Meneses, datado de 1754, lê-se que foi edificada no intuito de proteger as embarcações chegadas à praia à procura de auxílio contra os corsários.

Refira-se que este mecanismo de defesa foi construído no reinado de D. José, aquando da guerra de 1762/63 com a Espanha. No ano de 1788, encontrava-se equipada com duas bocas-de-fogo, uma em bronze e outra em ferro, sendo a sua guarnição constituída por um oficial inferior e um soldado de artilharia.

Em 1793, a bateria apresentava-se em bom estado de conservação, porém no início do século XIX, já evidenciava sinais de ruína. No ano de 1938, este equipamento militar foi entregue ao Ministério das Finanças e, posteriormente à Marinha.

### **7.3. Juventude**

No âmbito do vasto programa de apoio à Juventude definido e seguido pela Câmara Municipal de Albufeira, a 12 Março de 2003 foi criado um Gabinete de Apoio à Juventude (G.A.J.), onde estão centralizadas todas as informações gerais para os jovens. Este Espaço integrado no Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Albufeira, funciona com o apoio de técnicos especializados a tempo inteiro que prestarão todas as informações e esclarecimentos solicitados e dará ainda apoio aos vários projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal, destinados a estas camadas mais jovens.

O G.A.J. é assim, um instrumento de desenvolvimento local que centrará a sua intervenção neste objetivo global de canalizar os jovens para uma vida rica em oportunidades, ativa e participativa, mediante a definição de estratégias e ações que tocam as várias áreas de vida do cidadão jovem, sempre com extrema atenção às suas preocupações, anseios e expectativas.

#### Objetivos Gerais

Constitui-se como um Recurso para a comunidade;

Estabelece parcerias com instituições locais, regionais reconhecendo os seus serviços enquanto suporte/ reforço educativo e informativo.

#### Objetivos Específicos

- Proporcionar atividades de Ocupação de Tempos Livres;
- Realizar, apoiar e prestar informações em áreas de interesse dos jovens;
- Disponibilizar o acesso dos jovens equipamentos informáticos e serviços;
- Proporcionar condições para que os jovens descubram as suas aptidões, os seus interesses e motivações;

É a entidade principal a nível concelhio, emissora do Cartão Jovem.

### Animação GAJ

Desenvolve nas tardes de Terças e Quintas Feiras, atividades de expressão musical, plástica e corporal, debates, poesia e jogos pedagógicos, destinadas a jovens dos 10 e os 15 anos,

### Programa de Férias / Movimentos e Atividades Juvenis do GAJ

Desenvolve de atividades de Ocupação de Tempos Livres, destinadas a jovens dos 10 aos 18 anos, nos períodos principais de férias escolares da Páscoa, Verão e Natal.

**Quadro n.º 80 - Número de Participantes na Férias e Movimentos GAJ 2011/2012**

2011		2012	
Atividades realizadas e Número de participantes	Nº de pessoas abrangidas	Atividades realizadas e Número de participantes	Nº de pessoas abrangidas
Designação		Designação	
Férias e Movimentos GAJ - Páscoa	95	Férias e Movimentos GAJ - Páscoa	80
Férias e Movimentos GAJ - Verão	403	Férias e Movimentos GAJ - Verão	300
Férias e Movimentos GAJ - Natal	85	Férias e Movimentos GAJ - Natal	80
<b>Total</b>	<b>583</b>	<b>Total</b>	<b>460</b>

Fonte: Município de Albufeira

Da análise do quadro acima verifica-se que existiu uma diminuição do número de participantes nas Férias e Movimentos GAJ de 2011 para 2012, passando de 583 para 460 uma diminuição de 21,09%, e que o período em que os jovens participam mais nesta iniciativa é o das férias escolares do verão.

### ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da cultura de parceria;</li> <li>• Existência de voluntariado, espírito Associativo;</li> <li>• Recursos existentes, (físicos, humanos e materiais) nas instituições;</li> <li>• Articulação com outras instituições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agonia do movimento associativo;</li> <li>• Falta de espaços de lazer;</li> <li>• Inexistência de apoio às Instituições;</li> <li>• Inadequada articulação entre as Várias entidades culturais e recreativas.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de vários equipamentos culturais de lazer e desportivos;</li> <li>- Existência de várias associações e instituições de cultura e recreio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de organização associativa e apoio do poder local;</li> <li>• Pouca rentabilização dos Recursos culturais e recreativos;</li> <li>• Falta de articulação entre as Instituições;</li> <li>• Falta de empenho das instituições do concelho na resolução dos seus problemas.</li> </ul>

## 8 - SEGURANÇA

A segurança é um valor essencial na sociedade, sendo imprescindível para o desenvolvimento social e económico do país.

Para abordarmos a criminalidade no Concelho de Albufeira, agradecemos desde já a disponibilidade demonstrada pelo Destacamento Territorial da Guarda Nacional de Albufeira que foi importante na divulgação de informações, ao disponibilizar-nos os principais índices de violência e criminalidade no Concelho referente ao ano de 2012 e também a Policia Municipal de Albufeira que embora tenha outras atribuições e competências mostrou desde o primeiro momento abertura para disponibilizar os dados registados.

Para tornar a informação mais didática, o Destacamento Territorial da Guarda Nacional de Albufeira dividiu as ocorrências em seis áreas:

- 1- Crimes contra pessoas: aqui estão incluídos os crimes contra a vida; contra a integridade física; contra a liberdade pessoal, contra a liberdade e a autodeterminação sexual, contra a honra e contra a reserva da vida privada.
- 2- Crimes contra o património: aqui incluem-se os crimes contra a propriedade; contra o património em geral e contra os direitos patrimoniais;
- 3- Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal;
- 4- Crimes contra a vida em Sociedade: incluindo-se aqui os crimes contra a família; crimes de falsificação; crimes de perigo comum; crimes contra a segurança das comunicações; crimes de anti sociabilidade perigosa e os crimes contra a paz pública;
- 5- Crimes contra o Estado: estando aqui incluídos os crimes contra a realização do Estado de Direito; contra a autoridade pública; contra a realização de justiça e os crimes cometidos no exercício de funções públicas;
- 6- Por fim, os Crimes previstos em legislação avulsa.

### 8.1. Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial.

Apesar de ter sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança, aumentando ou diminuído os seus efetivos com variações de amplitude da ordem dos 8 mil efetivos, manteve, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, a sua organização militar, a dupla dependência governamental do Ministro da Defesa e da Administração Interna e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, caracterizando-se como uma Força Militar de Segurança.



Figura n.º - Forças policiais

A Guarda constitui-se assim como uma Instituição charneira, entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR mostra ser uma força bastante apta a cobrir em permanência, todo o espectro da conflitualidade em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais, nas diversas situações que se lhe possam deparar, desde o tempo de paz e de normalidade institucional



ao de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, quer no externo (como foram os casos de Timor e do Iraque).

Em situação de normalidade, a Guarda executa fundamentalmente as típicas missões policiais, mas não só, porque decorre da sua missão, a atribuição de missões militares no âmbito da defesa nacional, em cooperação com as Forças Armadas e é aqui que reside a grande diferença para com as Polícias.

Em situações de estado de emergência ou de sítio, devido à sua natureza, organização e à formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição entre as Polícias e as Forças Armadas.

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo dispositivo de quadrícula, que ocupa todo o território nacional, pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas.

De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas OOTW “Operations Other Than War” (Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição à de manutenção, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, e ainda, as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

### **Natureza, atribuições e símbolos**

A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

### Constituem atribuições da GNR:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;

- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

### **Constituem, ainda, atribuições da GNR:**

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;

- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente para o cumprimento de outras obrigações legais;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;

Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

## Recursos Humanos da Guarda Nacional Republicana no Concelho de Albufeira

As freguesias do concelho de Albufeira são patrulhadas pela Guarda Nacional Republicana de Albufeira que tem como efetivo, 170 militares, sendo que:

### Quadro n.º 81 – Recursos humanos

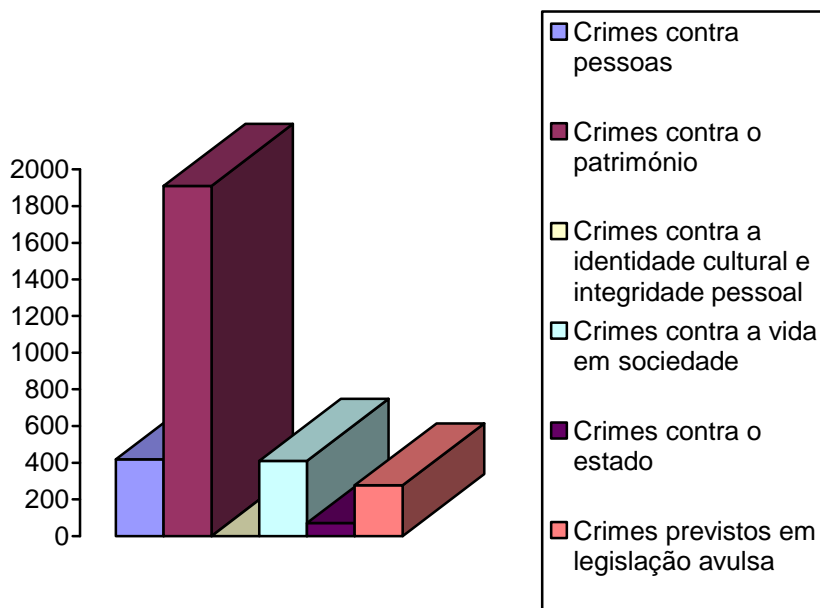
Recursos Humanos	
Oficiais	3
Sargentos	11
Guardas	156
Total	170

Fonte: Guarda Nacional Republicana 2012

## Criminalidade no Concelho de Albufeira ano 2012

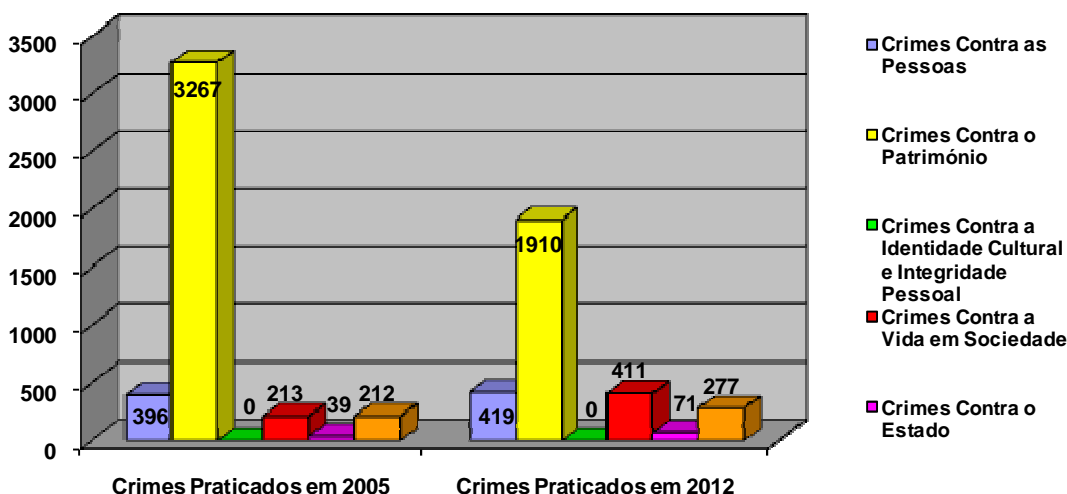
Neste capítulo efetuar-se-á uma breve reflexão sobre a criminalidade registada no Concelho, no ano de 2012. Os dados que a seguir se demonstram foram fornecidos pela GNR de Albufeira e dizem respeito ao ano de 2012.

Gráfico n.º 132 – Tipologia dos crimes praticados em 2012



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2012

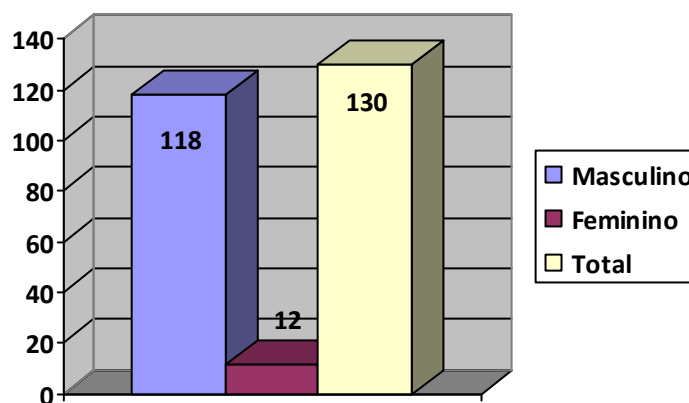
Gráfico n.º 133 - Número de crimes por áreas de atuação no ano 2005 e 2012



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2012

Ao analisarmos os gráficos anteriores, verifica-se que, das seis áreas que dividem o crime, o mais ocorrido no ano de 2012, está inserido nos crimes contra o património, aqui inclui-se, o furto, o roubo e a burla. Quanto aos restantes crimes podemos constatar que a sua prática não é significativa, sobressaindo apenas, os crimes praticados contra pessoas (o homicídio, as ofensas, a violação, a difamação, a injúria, etc.). Comparando os dados do ano 2005 com os de 2012, no gráfico seguinte, verifica-se que de um ano para o outro houve um decréscimo nos crimes contra o património, mas um aumento nos crimes contra a vida em sociedade, crimes previstos em legislação avulsa, crimes contra o estado e crimes contra pessoas.

**Gráfico n.º 134 - Violência Doméstica no concelho de Albufeira, em 2012, por Género**



Dos crimes registados em 2012 contra as pessoas, 130 foram por violência doméstica contra cônjuge ou análogos, sendo que desses a grande maioria (90,76%) foi praticada por indivíduos do sexo masculino 118 e 12 praticados por pessoas do sexo feminino.

## 8.2. Policia Municipal

### Caraterização do Serviço de Polícia Municipal (SPM) de Albufeira

Em matéria de fiscalização, atentas as atribuições e competências próprias dos órgãos do município, a Câmara Municipal de Albufeira dispõe do Serviço de Polícia Municipal de Albufeira (SPM).

Em termos genéricos, o SPM é um serviço municipal especialmente vocacionado para o exercício de funções de polícia administrativa que, em matéria de segurança, coopera com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção da comunidade local.

#### Organização e estrutura

Formalmente criada desde Janeiro de 2002, a Polícia Municipal de Albufeira iniciou funções no dia 6 de Outubro de 2005.

De acordo com o regime jurídico das polícias municipais, a Polícia Municipal de Albufeira é um serviço municipal, na dependência hierárquica do presidente da câmara, especialmente vocacionado para o exercício de **funções de polícia administrativa**, com as competências e poderes de autoridades definidos pela Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio.

Em matéria de organização, funcionamento e quadro de pessoal, a Polícia Municipal de Albufeira rege-se por regulamento próprio, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2002, publicada em *Diário da República*, I Série - B, n.º 24, de 29 de Janeiro de 2002.

Atualmente, o serviço de polícia funciona 12 horas por dia, 5 dias por semana, feriados incluídos,

Relativamente ao serviço de vigilância, este funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, feriados incluídos, sendo que a modalidade de horário praticada corresponde ao regime de turnos em jornada contínua semanal total.



## **Atribuições, funções e competências**

São atribuições da Polícia Municipal as que decorrem dos artigos 2.º, 3.º e 4.º, da Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio:

### **Atribuições**

1 — No exercício de funções de polícia administrativa, é atribuição prioritária dos municípios fiscalizar, na área da sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinem matérias relativas às atribuições das autarquias e à competência dos seus órgãos.

2 — As polícias municipais cooperam com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais.

3 — A cooperação referida no número anterior exerce-se no respeito recíproco pelas esferas de atuação próprias, nomeadamente através da partilha da informação relevante e necessária para a prossecução das respetivas atribuições e na satisfação de pedidos de colaboração que legitimamente forem solicitados.

4 — As atribuições dos municípios previstas na presente lei são prosseguidas sem prejuízo do disposto na legislação sobre segurança interna e nas leis orgânicas das forças de segurança.

### **Funções de Polícia**

1 — As polícias municipais exercem funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos seguintes domínios:

- a) Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais;
- b) Fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município;
- c) Aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais.

2 — As polícias municipais exercem, ainda, funções nos seguintes domínios:

- a) Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de

- áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança;
- b) Vigilância nos transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança;
  - c) Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos;
  - d) Guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, ou outros temporariamente à sua responsabilidade;
  - e) Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal;
- 3 — Para os efeitos referidos no n.º 1, os órgãos de polícia municipal têm competência para o levantamento de auto ou o desenvolvimento de inquérito por ilícito de mera ordenação social, de transgressão ou criminal por factos estritamente conexos com violação de lei ou recusa da prática de ato legalmente devido no âmbito das relações administrativas;
- 4 — Quando, por efeito do exercício dos poderes de autoridade previstos nos 1 e 2, os órgãos de polícia municipal diretamente verificarem o cometimento de qualquer crime podem proceder à identificação e revista dos suspeitos no local do cometimento do ilícito, bem como à sua imediata condução à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competente;
- 5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é vedado às polícias municipais o exercício de competências próprias dos órgãos de polícia criminal.

## Competências

- 1 — As polícias municipais, na prossecução das suas atribuições próprias, são competentes em matéria de:
- a) Fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e da aplicação das normas legais, designadamente nos domínios do urbanismo, da construção, da defesa e proteção da natureza e do ambiente, do património cultural e dos recursos cinegéticos;
  - b) Fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e

de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação que não envolvam procedimento criminal;

c) Execução coerciva, nos termos da lei, dos atos administrativos das autoridades municipais;

d) Adoção das providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública que impliquem restrições à circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário;

e) Detenção e entrega imediata, a autoridade judiciária ou a entidade policial, de suspeitos de crime punível com pena de prisão, em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal;

f) Denúncia dos crimes de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e competente levantamento de auto, bem como a prática dos atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente;

g) Elaboração dos autos de notícia, autos de contraordenação ou transgressão por infrações às normas referidas no artigo 3º;

h) Elaboração dos autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do município, nos casos em que a lei o imponha ou permita;

i) Instrução dos processos de contraordenação e de transgressão da respetiva competência;

j) Ações de polícia ambiental;

l) Ações de polícia mortuária;

m) Garantia do cumprimento das leis e regulamentos que envolvam competências municipais de fiscalização.

2 — As polícias municipais, por determinação da câmara municipal, promovem, por si ou em colaboração com outras entidades, ações de sensibilização e divulgação de matérias de relevante interesse social no concelho, em especial nos domínios da proteção do ambiente e da utilização dos espaços públicos, e cooperam com outras entidades, nomeadamente as forças de segurança, na prevenção e segurança rodoviária.

3 — As polícias municipais procedem ainda à execução de comunicações, notificações e pedidos de averiguações por ordem das autoridades judiciárias e de outras tarefas locais de natureza administrativa, mediante protocolo do Governo com o município.

4 — As polícias municipais integram, em situação de crise ou de calamidade pública, os serviços municipais de proteção civil.

**Quadro n.º 82 - Recursos humanos no SPM**

Recursos Humanos	
Comandante	1
Agentes Municipais	8
Assistentes Técnicos	2
Encarregado Operacional – Vigilância	1
Assistentes Operacionais – Vigilância	16
<b>Total</b>	<b>28</b>

Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

**Atividades Desenvolvidas pelo SPM**

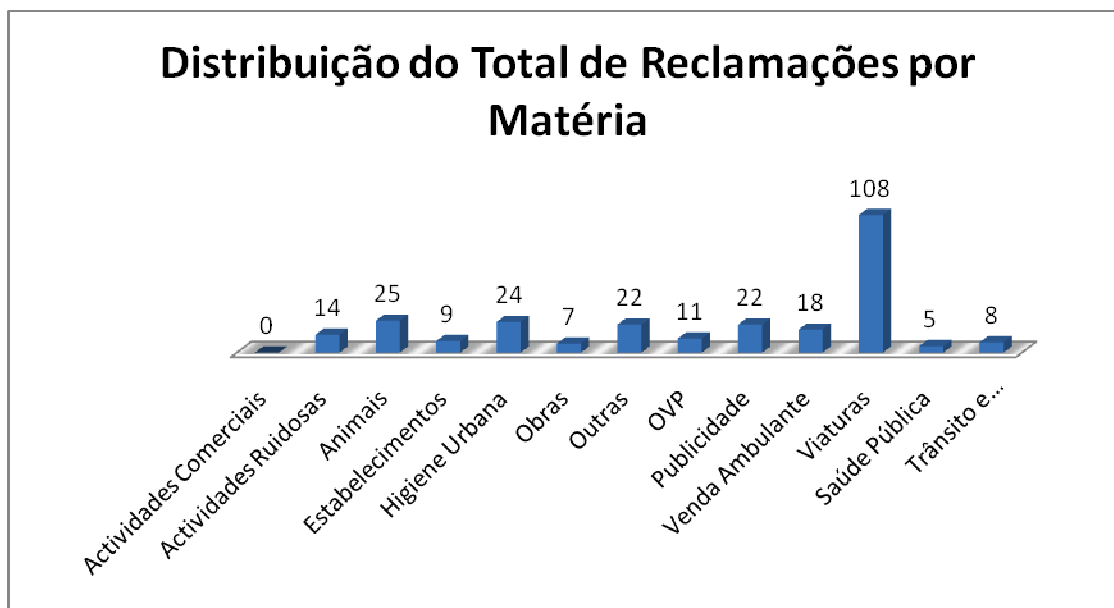
O quadro e os gráficos seguintes apresentam os dados globais que traduzem a atividade desenvolvida pelo Serviço de Polícia Municipal durante o ano civil de 2012:

**Quadro n.º 83 - Atividade desenvolvida pelo Serviço de Polícia Municipal em 2012**

N.º de reclamações e solicitações entradas	<b>521</b>
N.º de Ações de Fiscalização realizadas	<b>806</b>
N.º de Autos de Notícia elaborados	<b>415</b>
N.º de Apreensões efetuadas	<b>22</b>
N.º de Mandados de Notificação entrados:	<b>207</b>

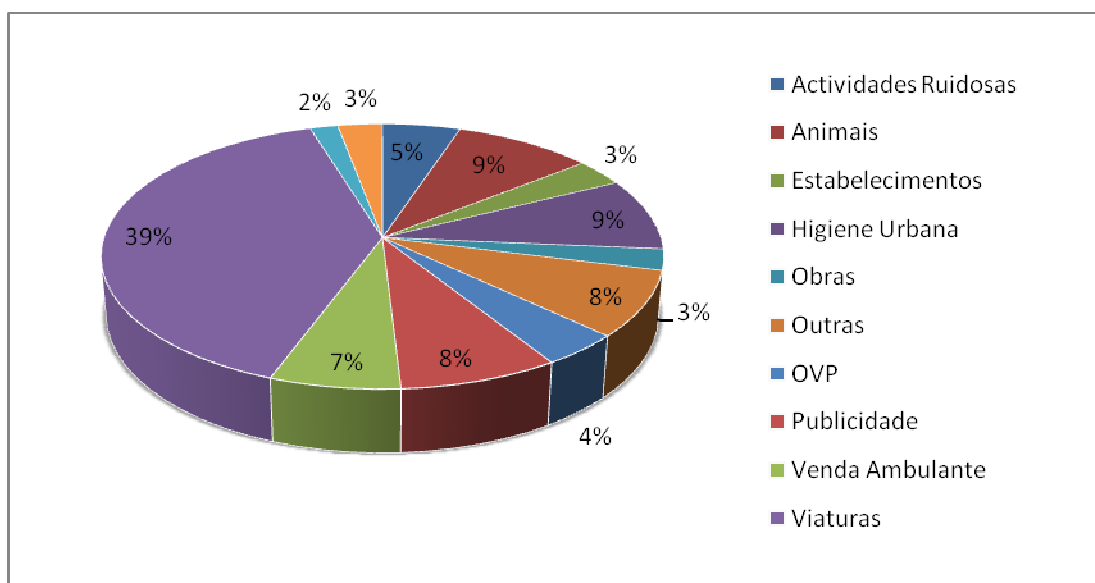
Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

Gráfico n.º 135 - Distribuição total de reclamações por matéria



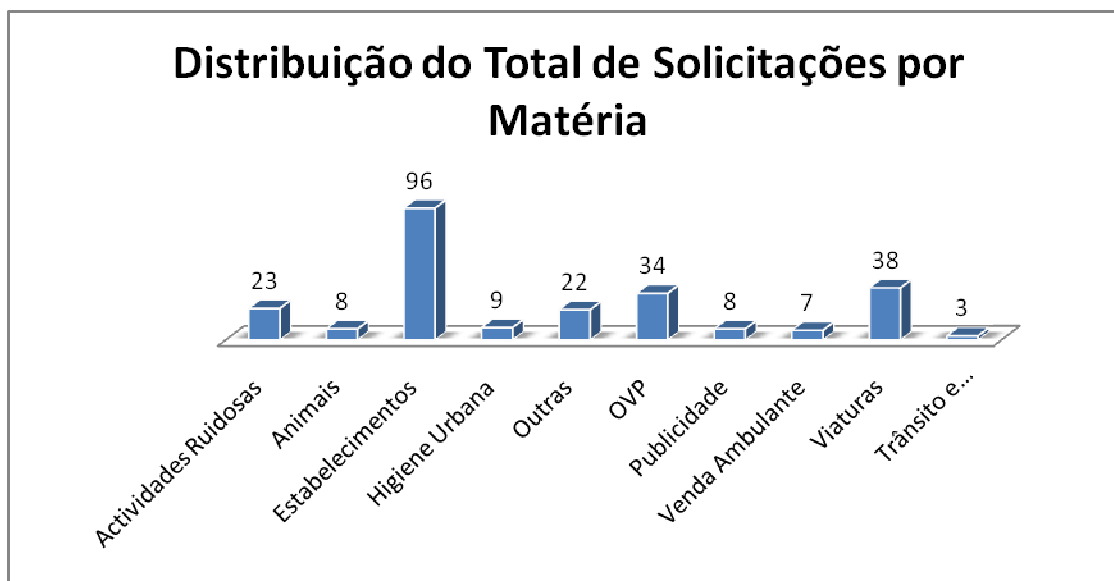
Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

Gráfico n.º 136 - Percentagem total de reclamações por matéria



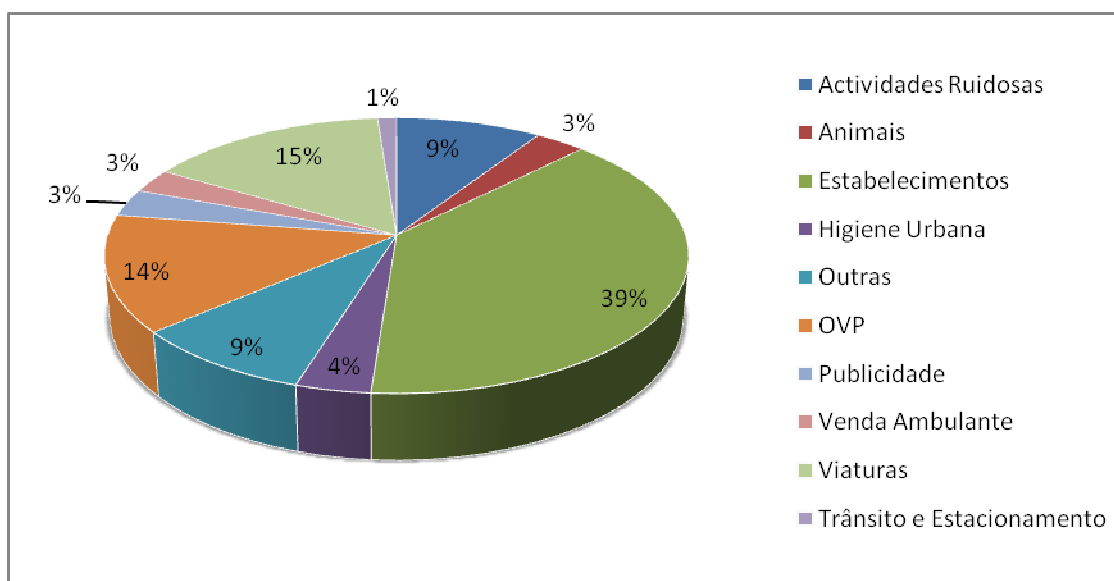
Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

Gráfico n.º 137 – Distribuição do Total de Solicitações por Matéria



Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

Gráfico n.º 138 – Percentagem Total de Solicitações por Matéria



Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

### Ações de Vigilância em Espaços Públicos e/ou Abertos ao Público

Com o objetivo de contribuir para a manutenção da tranquilidade pública e favorecer o sentimento de segurança na comunidade local, foram empregues um total de 890 horas à realização de Policiamento de Proximidade e Visibilidade (PPV), com especial incidência nas zonas da Baixa de Albufeira, Monte choro, Mercado dos Caliços, espaços verdes e parques públicos.

Esta presença no terreno permite ainda identificar situações que podem, direta ou indiretamente, prejudicar a segurança e tranquilidade públicas, nomeadamente no âmbito da higiene urbana, ambiente, animais errante, viaturas abandonadas, sinais de trânsito danificados e/ou inexistentes, iluminação pública, e outras relevantes.

### **Ações de Fiscalização Realizadas**

Inserem-se neste ponto ações de fiscalização ao cumprimento de normas regulamentares municipais e normas de âmbito nacional e/ou regional, cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município, designadamente:

- Verificar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da venda ambulante na área do Município de Albufeira;
- Verificar o cumprimento das normas regulamentares em matéria de higiene urbana;
- Verificar o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis à realização de práticas publicitárias na área do Município de Albufeira;
- Verificar o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis às situações de ocupação da via pública.
- Verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis à realização de atividades ruidosas na área do Município de Albufeira;
- Verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis à instalação e funcionamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos;

- Verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis à detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos;
- Verificar o cumprimento das normas regulamentares em aplicáveis aos regimes de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais;
- Verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis ao regime de licenciamento e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de restauração e bebidas, no âmbito das competências próprias da autarquia.

Em termos quantitativos, o quadro seguinte contém o total de fiscalizações realizadas, bem como o número de autos elaborados, distribuídos por matéria jurídica:

**Quadro n.º 84 - Total de fiscalizações realizadas**

Matéria	Ações	Autos	Incumprimento
Venda Ambulante	31	1	3,2 %
Higiene Urbana	42	10	23,8 %
Publicidade	115	84	73 %
Ocupação Via Pública	329	252	76,6 %
Animais de companhia e perigosos	30	8	26,7 %
Estabelecimentos	195	41	21 %
Atividades Ruidosas	19	16	84,2 %
Outras	45	3	6,7 %
<b>Total</b>	<b>806</b>	<b>415</b>	<b>51,5 %</b>

Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012



No âmbito das fiscalizações realizadas ao cumprimento das normas de Ocupação de Via Pública (OVP), importa distinguir entre as associadas a Estabelecimentos Comerciais e as destinadas a atividades artísticas, conforme se apresenta no quadro subsequente:

**Quadro n.º 85 – Fiscalizações de ocupação da Via Pública**

Ocupação Via Pública	Ações	Autos	Incumprimento
Associada a Estabelecimentos	326	252	77,3 %
Atividades Artísticas	3	0	0 %
<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>252</b>	<b>76,6 %</b>

Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

No decurso da atividade fiscalizadora durante o ano de 2012, o serviço da Policia Municipal de Albufeira efetuou um total de 22 apreensões, conforme se ilustra no quadro seguinte:

**Quadro n.º 86 - Distribuição do total de apreensões por áreas de fiscalização**

Distribuição do total de apreensões por áreas de fiscalização	
Publicidade – cavaletes e suportes publicitários	20
Venda Ambulante (diversos artigos destinados a transação)	1
OVP – artigos diversos	1

Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

### Ações de Identificação e Remoção de Veículos da Via Pública

No decurso do ano 2012, desenvolveu as tarefas inerentes à identificação e remoção de viaturas que se expressam quantitativamente na seguinte tabela:

**Quadro n.º 87 – Número de Veículos removidos da Via Pública**

Veículos Referenciados	Processos VA	Veículos não Encontrados	Veículos Removidos	Veículos Não Removidos
215	106	63	32	11

Fonte: Policia Municipal Albufeira 2012

## ANÁLISE SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagem de segurança associada ao destino turístico Algarve e Albufeira</li> <li>• Aumento do efetivo (agentes) da Guarda Nacional Republicana</li> <li>• Existência de um serviço de Policia Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A taxa de desemprego, aliada aos empregos sazonais origina o aumento da criminalidade;</li> <li>• O facto de ser um Concelho multicultural contribui para a redução de mecanismos de controle social;</li> <li>• Elevado número de residências de uso sazonal, não habitadas durante a época baixa da atividade turística, propiciam o aumento de crimes contra o património (furto, roubo, burla).</li> <li>• Aumento da população idosa o que proporciona o aumento de crimes contra esta faixa da população.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido número de “crimes graves” – homicídios.</li> <li>• Maior controlo sobre ocupação de espaços na via pública pela Policia Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Movida noturna” potencia os crimes contra a integridade física;</li> <li>• Crescimento do número de indivíduos em situação de risco e de exclusão social;</li> <li>• O aumento do número de imigrantes desempregados, sobretudo da Europa de Leste e do Brasil;</li> <li>• O elevado número de “crimes menores”, furtos a residência e ofensas à integridade física.</li> </ul>

## Conclusão

Atendendo às limitações de tempo para a elaboração deste trabalho e às dificuldades na obtenção de elementos caracterizadores de todas as áreas temáticas que Núcleo Executivo propôs analisar, este foi o trabalho possível.

Com o Diagnóstico Social pretendeu-se identificar fatores de vulnerabilidade social e consequentes problemas sobre os quais é possível intervir a nível local para produzir modificações nas condições de vida das populações afetadas pelas situações problema.

O Diagnóstico permite o conhecimento mais profundo da realidade social concelhia, a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos. Convém referir que o programa da rede social veio responder à necessidade de um trabalho articulado e concertado entre as entidades e instituições locais e contribuir de facto para uma verdadeira parceria ativa. Como já se disse são os Agentes locais que melhor conhecem a realidade, são eles que melhor podem identificar potencialidades e estrangulamentos ao desenvolvimento da região. A rede social foi, é e será, sem dúvida, uma oportunidade para o trabalho em conjunto.

Este documento fornece dados objetivos para melhor compreender a abrangência dos fenómenos, perspetivas e soluções. E só isso permite aos agentes locais reconhecer a pertinência das soluções e a necessidade de alterar práticas sociais sempre que necessário.

O Diagnóstico desenvolve-se de acordo com a lógica da metodologia investigação/ ação, ou seja, tem uma lógica de interpretação das causas dos problemas com vista à definição de estratégias eficazes de intervenção.

Quando um diagnóstico é construído para ser suporte de ação é necessário garantir que os atores a implicar participem ativamente para compreenderem e se responsabilizarem pelos seus resultados e consequências, garantindo posteriormente intervenções adaptadas e realistas para a resolução dos problemas.

O Diagnóstico é fundamental para se garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção e deve ser entendido como o conhecimento alargado do meio

social, onde se revejam as vulnerabilidades, mas também as potencialidades e recursos do meio de intervenção, de uma forma permanente e sistemática, no âmbito dos vários sectores.

O diagnóstico participado é um instrumento determinante para a construção de planos de intervenção social ajustados e operativos, porque fundamenta a sua análise no estudo das debilidades e perigos, mas também nas potencialidades e aspetos positivos da realidade social local, procura uma combinação coerente de possibilidades existentes para que as propostas de solução sejam realistas, parte das possibilidades de cooperação pública e privada para definir o futuro e as ações a empreender, aumenta a objetividade do conhecimento dos problemas, proporciona uma utilização mais eficaz dos recursos económicos e sociais. Desenvolve uma cultura estratégica comum e de trabalho em parceria, promove a participação dos cidadãos e a sua implicação nos processos de gestão da qualidade de vida das populações.

Este Diagnóstico pretende constituir-se num instrumento dinâmico de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, sinalizando as potencialidades, as fragilidades, as dinâmicas e recursos.

## Bibliografia

Diagnóstico Rendimento Social Inserção, Segurança Social Albufeira, 2012.

Diagnóstico Social do Concelho de Albufeira, 2005.

Plano de Desempenho do ACES Algarve I Central, 2012.

### Internet

Diário da República Eletrónico: [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Site da Organização Mundial de Saúde: [www.who.int](http://www.who.int)

Site : [www.Pordata.pt](http://www.Pordata.pt)

Site da Segurança Social: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

Site do Instituto de Emprego e Formação Profissional: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

Site do Instituto Nacional de Estatística: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Site do Instituto de apoio à criança: [www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)